EB70-MC-10.307

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO DE OPERAÇÕES TERRESTRES

Manual de Campanha

PLANEJAMENTO E EMPREGO DA INTELIGÊNCIA MILITAR

1ª Edição
2016

EB70-MC-10.307

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO DE OPERAÇÕES TERRESTRES

Manual de Campanha

PLANEJAMENTO E EMPREGO DA INTELIGÊNCIA MILITAR

1ª Edição
2016

PORTARIA Nº 022 - COTER, DE 9 DE MAIO DE 2016.

Aprova o Manual de Campanha EB70-MC-10.307 Planejamento e Emprego da Inteligência Militar, 1ª Edição, 2016.

O **COMANDANTE DE OPERAÇÕES TERRESTRES**, no uso das atribuições que lhe confere o inciso III do art. 16 das INSTRUÇÕES GERAIS PARA O SISTEMA DE DOUTRINA MILITAR TERRESTRE – SIDOMT (EB10-IG-01.005), 4ª Edição, aprovada pela Portaria do Comandante do Exército nº 1498, de 21 de outubro de 2015, resolve:

Art. 1º Aprovar o Manual de Campanha EB70-MC-10.307 Planejamento e Emprego da Inteligência Militar, 1ª Edição, 2016, que com esta baixa.

Art. 2º Determinar que esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

Gen Ex ARAKEN DE ALBUQUERQUE
Comandante de Operações Terrestres

(Publicado no Boletim do Exército nº 20 de 20 de maio 2016)

FOLHA REGISTRO DE MODIFICAÇÃO (FRM)

NÚMERO DE ORDEM	ATO DE APROVAÇÃO	PÁGINAS AFETADAS	DATA

ÍNDICE DE ASSUNTOS

	Pag
PREFÁCIO	
CAPÍTULO I – INTRODUÇÃO	
1.1 Finalidade	1-1
1.2 Considerações Gerais	1-1
CAPÍTULO II – O CICLO DA INTELIGÊNCIA MILITAR	
2.1 Considerações Gerais	2-1
2.2 Fase de Orientação	2-3
2.3 Fase de Obtenção	2-21
2.4 Fase de Produção	2-24
2.5 Fase de Difusão	2-25
CAPÍTULO III – EXAME DE SITUAÇÃO DE INTELIGÊNCIA	
3.1 Generalidades	3-1
3.2 Missão	3-2
3.3 Situação e sua Compreensão	3-2
CAPÍTULO IV – EXAME DE SITUAÇÃO DE CONTRAINTELIGÊNCIA	
4.1 Generalidades	4-1
4.2 Planejamento de Contrainteligência	4-2
4.3 Exame de Situação de Contrainteligência	4-2
4.4 Etapas do Exame de Situação de Contrainteligência	4-4
CAPÍTULO V – PROCESSO DE INTEGRAÇÃO TERRENO, CONDIÇÕES METEOROLÓGICAS, INIMIGO E CONSIDERAÇÕES CIVIS (PITCIC)	
5.1 Considerações Gerais	5-1
5.2 Fases do PITCIC	5-2
5.3 Responsabilidades e Funções no PITCIC	5-5
5.4 O PITCIC e o Exame de Situação	5-6
5.5 O PITCIC em Situação de Tempo Restrito	5-13
5.6 A Execução do PITCIC nos Pequenos Escalões	5-15
CAPÍTULO VI – DEFINIÇÃO DO AMBIENTE OPERACIONAL	
6.1 Considerações Gerais	6-1
6.2 Identificação das Características Significativas do Ambiente	6-1
6.3 Identificação da Zona de Ação/Área de Responsabilidade	6-2

6.4 Determinação da Área de Influência e da Área de Interesse..... 6-4
6.5 Avaliação dos Bancos de Dados..... 6-6
6.6 Início da Coleta e Busca de Dados..... 6-6

CAPÍTULO VII – IDENTIFICAÇÃO DOS EFEITOS AMBIENTAIS SOBRE AS OPERAÇÕES

7.1 Considerações Gerais..... 7-1
7.2 Estudo das Considerações Civis - Etapa 1..... 7-3
7.3 Estudo dos Aspectos Gerais do Terreno e das Condições Meteorológicas - Etapa 2..... 7-9
7.4 Identificação dos Corredores de Mobilidade, Acidentes Capitais e das Vias de Acesso - Etapa 3..... 7-26
7.5 Análise do Terreno - Etapa 4..... 7-29
7.6 Efeitos Ambientais sobre as Operações - Etapa 5..... 7-35

CAPÍTULO VIII – AVALIAÇÃO DA AMEAÇA (3ª FASE)

8.1 Considerações Gerais..... 8-1
8.2 Processo de Avaliação da Ameaça..... 8-2
8.3 Considerações Adicionais..... 8-18

CAPÍTULO IX – DETERMINAÇÃO DAS POSSÍVEIS LINHAS DE AÇÃO DA(O) AMEAÇA/INIMIGO

9.1 Considerações Gerais..... 9-1
9.2 Prováveis Objetivos do Inimigo e Estado Final Desejado..... 9-3
9.3 Montagem e Análise das Linhas de Ação do Inimigo..... 9-5
9.4 Prioridade e Detalhamento das Linhas de Ação do Inimigo..... 9-12
9.5 Calcos e Matrizes de Eventos..... 9-19
9.6 Calco e Matriz de Apoio à Decisão..... 9-22

CAPÍTULO X – INTELIGÊNCIA EM OPERAÇÕES DE AMPLO ESPECTRO

10.1 Considerações Gerais..... 10-1
10.2 Operações Ofensivas..... 10-1
10.3 Operações Defensivas..... 10-2
10.4 Operações de Pacificação..... 10-3
10.5 Operações de Apoio aos Órgãos Governamentais..... 10-5
10.6 Operações de Garantia da Lei e da Ordem..... 10-6
10.7 Operações de Informação..... 10-7
10.8 Operações Aeromóveis..... 10-8
10.9 Operações Aeroterrestres..... 10-9
10.10 Operações Contra Forças Irregulares..... 10-10
10.11 Operações de Dissimulação..... 10-10
10.12 Operações de Evacuação de Não Combatentes..... 10-11

10.13 Operações de Interdição..... 10-12
10.14 Operações de Transposição de Curso D'água..... 10-12
10.15 Operações Anfíbias..... 10-13
10.16 Operações Ribeirinhas..... 10-14
10.17 Operações Contra Desembarques Anfíbios..... 10-14

ANEXO A - CADERNO DE TRABALHO DA 2ª SEÇÃO

ANEXO B - DIÁRIO DA 2ª SEÇÃO

ANEXO C - MENSAGEM DE INTELIGÊNCIA

ANEXO D - ESTIMATIVA DE INTELIGÊNCIA

ANEXO E - SUMÁRIO DE INTELIGÊNCIA

ANEXO F - FORÇA TERRESTRE COMPONENTE "XXX"

ANEXO G - EXAME DE SITUAÇÃO DA INTELIGÊNCIA

ANEXO H - ANEXO DE INTELIGÊNCIA À O OP Nr "XXX"

ANEXO I - EXAME DE SITUAÇÃO DE CONTRAINTELIGÊNCIA

ANEXO J - PLANO DE CONTRAINTELIGÊNCIA

GLOSSÁRIO

PREFÁCIO

O Conceito Operativo do Exército de condução de operações militares no Amplo Espectro, caracterizado pela combinação simultânea ou sucessiva de operações de diversas naturezas, estabelece como premissas a necessidade de enfrentamento de novas ameaças e a aquisição das capacidades requeridas pelos conflitos modernos. A operacionalização desse conceito, por sua vez, exigiu uma transformação da doutrina de planejamento e emprego da Inteligência Militar.

Este manual de campanha implementou essas modificações. Algumas decorreram da necessidade de atualização terminológica e conceitual de atividades e processos de trabalho, alinhando-os aos recentemente adotados pelo Exército e presentes nos manuais de campanha de nível mais elevado.

Outras alterações foram decorrentes da evolução do pensamento de emprego da Inteligência em operações, destacando-se inovações no ciclo de planejamento e no método de Exame de Situação de Inteligência e Contrainteligência.

As mudanças mais sensíveis, entretanto, foram implementadas no Processo de Integração Terreno, Condições Meteorológicas, Inimigo e Considerações Civis (PITCIC) devido à constatação de que esse método gráfico de estudo necessitava de aperfeiçoamentos e atualizações, o que foi observado durante o uso das IP 30-1, 2ª Parte, 1999 (A Inteligência nas Operações Militares), além do acréscimo da análise das Considerações Civis.

Dessa forma, este manual de campanha visa a fornecer uma ferramenta de trabalho atualizada e comprovadamente eficiente para uso dos estados-maiores de todos os escalões táticos, particularmente para as suas Seções de Inteligência.

CAPÍTULO I
INTRODUÇÃO

1.1 FINALIDADE

1.1.1 Este manual de campanha tem por finalidade orientar os estados-maiores dos diversos escalões da Força Terrestre na realização de seus Exames de Situação de Inteligência, desenvolvidos em operações no amplo espectro dos conflitos.

1.2 CONSIDERAÇÕES GERAIS

1.2.1 Inicialmente, esta publicação discorre sobre o processo de produção do conhecimento, denominado Ciclo de Inteligência, apresentando suas fases e detalhando as atividades desenvolvidas em cada uma delas.

1.2.2 Na sequência, é apresentada a metodologia de planejamento conceitual da Função de Combate Inteligência, nos capítulos que abordam os Exames de Situação de Inteligência e de Contrainteligência, onde são tratadas as suas especificidades.

1.2.3 Este manual aborda a seguir, de forma ampla e minuciosa, o método de estudo gráfico, cíclico e sistemático, que orienta a organização estrutural e as atividades das Seções de Inteligência dos estados-maiores dos comandos táticos. O Processo de Integração Terreno, Condições Meteorológicas, Inimigo e Considerações Civis (PITCIC), adotado experimentalmente como ferramenta de trabalho pela Força Terrestre em 1999, por meio das IP 30-1, 2ª Parte, passou por considerável aperfeiçoamento e atualização, sendo agora definitivamente incorporado à doutrina do Exército.

1.2.4 O último capítulo trata de particularidades de planejamento da Função de Combate Inteligência em operações militares de diversas naturezas.

1.2.5 O termo inimigo é utilizado nesta publicação de forma genérica, devendo ser interpretado como ameaça ou força adversa quando a operação abordada for classificada como de não guerra.

CAPÍTULO II

O CICLO DA INTELIGÊNCIA MILITAR

2.1 CONSIDERAÇÕES GERAIS

2.1.1 Em função das características das diversas situações em que uma Unidade é empregada e daquelas inerentes à Inteligência, é essencial que todos os escalões de comando desenvolvam atividades que visem a satisfazer as necessidades de conhecimentos a serem produzidos pela Inteligência, que auxiliarão os trabalhos intelectuais relacionados com a tomada de decisão.

2.1.2 Como o planejamento e a condução de uma operação caracterizam-se pela existência de sucessivas decisões, sem solução de continuidade, o estabelecimento dos conhecimentos necessários e a sua produção, também, constituir-se-ão em um processo contínuo e permanente no tempo.

2.1.3 Todas as Necessidades de Inteligência (NI), definidas pelo Cmt, assim como aquelas recebidas do escalão superior devem fazer parte do Exame de Situação de Inteligência.

2.1.4 O Exame de Situação de Inteligência (Exm Sit Intlg) é parte fundamental em qualquer processo decisório. Em operações militares, a sua condução é caracterizada pela execução de tarefas relativas à integração do Terreno – Condições Meteorológicas – Inimigo – Considerações Civis, conhecida pela sigla PITCIC.

2.1.5 A Célula de Inteligência (Seç Intlg organizada para uma operação militar), baseando-se nos dados, informações e conhecimentos reunidos, realizará o Exame de Situação de Inteligência, formulando análises de Inteligência ligadas à situação existente, expressando as possíveis L Aç das ameaças, atuais e potenciais, e as suas vulnerabilidades.

2.1.6 Simultaneamente, a Cel Intlg realiza o Exame de Situação de Contrainteligência (Exm Sit C Intlg), que determinam e priorizam as possibilidades da Intlg da ameaça e suas repercussões sobre nossas L Aç. Este trabalho deve ser utilizado pelas demais Seç EM para estimarem os efeitos das ameaças sobre suas áreas de responsabilidade, em particular pela Seção de Operações (Seç Op) devido à existência de um constante fluxo de comunicação entre a Intlg e as operações.

2.1.7 Em consequência dos conhecimentos produzidos pelos ramos de

Inteligência e Contrainteligência e da decisão do Cmt, a Seç Op elaborará uma série de documentos (planos, estudos, cartas, esquemas) materializando as Necessidades de Inteligência, com o objetivo de confirmar ou não as hipóteses estabelecidas sobre as ameaças.

2.1.8 A evolução tecnológica aliada à necessidade de processamento instantâneo de grande volume de dados, obtidos em extensas áreas de interesse, e oriundos de múltiplas fontes, deu origem a um conceito que reúne as capacidades de Inteligência, Reconhecimento, Vigilância e Aquisição de Alvos (IRVA).

2.1.9 O Conceito IRVA aborda o processo de integração das atividades e tarefas de reconhecimento, vigilância e aquisição de alvos com a Inteligência Militar, com o fim de melhorar o entendimento da situação pelos comandantes em todos os níveis (consciência situacional) e, consequentemente, os seus processos decisórios.

2.1.10 O Ciclo de Inteligência Militar é definido como uma sequência ordenada de atividades, segundo a qual dados são obtidos e conhecimentos são produzidos e colocados à disposição dos usuários de forma racional. Ele permite eficazmente a produção do conhecimento a ser empregado pelos diversos usuários.

2.1.10.1 O faseamento do Ciclo Intlg compreende a orientação, a obtenção, a produção e a difusão para o comandante e seu Estado-Maior e para outros decisores.

2.1.10.2 Para que o produto da Inteligência Militar seja efetivo, é necessário que haja uma constante realimentação no ciclo, envolvendo direta e indiretamente todos os integrantes da Força, de modo que ele se mantenha atualizado e capaz de responder às necessidades do usuário. Ele é o "motor" da Função de Combate Inteligência.

Fig 2-1 – O Ciclo de Inteligência Militar

2.2 FASE DE ORIENTAÇÃO

2.2.1 A orientação é a primeira fase do ciclo de Inteligência, e nela são definidas as ameaças e estabelecidas as diretrizes para o planejamento e a execução das atividades e tarefas relacionadas à Inteligência.

2.2.2 A fase de orientação se materializa por meio da determinação das NI; do planejamento do esforço de obtenção; da emissão de Ordens de Busca (OB), Pedidos de Inteligência (PI) e Planos de Obtenção de Conhecimentos (POC) aos órgãos de obtenção; e do contínuo controle da atividade de Inteligência.

2.2.3 Pedido de Inteligência, também denominado Pedido de Busca (PB), é o documento utilizado por uma Agência de Inteligência para solicitar a outra Agência de Inteligência as respostas para as suas NI.

2.2.4 A orientação é de responsabilidade do Comandante, devendo este, em função da missão a cumprir, definir as ações a serem executadas.

2.2.5 Uma vez iniciado o ciclo, a fase da orientação passa a acompanhar e supervisionar as execuções do trabalho de Intlg desenvolvido e analisar os resultados alcançados, logrando ter a capacidade, se necessário, de reorientar a Atv Intlg em andamento.

2.2.6 Durante a fase da orientação, desenvolvem-se as seguintes atividades:
a) planejamento e execução da Atv Intlg relacionada especificamente com a missão recebida;
b) determinação das Necessidades de Inteligência inerentes às decisões do Cmt e aos estudos e planos de EM;
c) atribuição de prioridades às Necessidades de Inteligência;
d) elaboração do Plano de Obtenção de Conhecimentos, que integrará o Anexo de Inteligência (An Intlg) da Ordem de Operações (O Op) ou Plano de Operações (Pl Op);
e) controle e fiscalização das atividades ligadas ao ciclo de Inteligência, particularmente a Obtenção e Produção;
f) execução do Exame de Situação de Inteligência;
g) execução do Exame de Situação de Contrainteligência;
h) elaboração do Anexo de Inteligência à O Op ou ao Pl Op;
i) acompanhamento e análise da evolução da situação;
j) delimitação dos campos de atuação da Inteligência em cada escalão;
k) atualizações do POC para orientar o esforço de obtenção;
l) emissão de ordens de busca e pedidos de Inteligência; e
m) orientação das instruções de Inteligência e de Contrainteligência.

2.2.7 Em muitas ocasiões, à medida que os dados e os conhecimentos estão sendo reunidos, o planejamento inicial poderá ser modificado para atender às novas necessidades de Inteligência oriundas da evolução da situação. Assim, a

fase da orientação deve ser dinâmica, flexível e contínua. As NI variam ao longo da operação e estão associadas ao princípio da oportunidade.

2.2.8 COORDENAÇÃO DA CÉLULA DE INTELIGÊNCIA

2.2.8.1 Nenhuma proposta da Seç Intlg que afete a decisão do comandante pode ser apresentada sem a coordenação com uma ou mais seções do EM.

2.2.8.2 Todas as Células Funcionais (seções do EM organizadas para uma operação) do comando considerado devem participar do planejamento de Inteligência, apresentando suas Necessidades de Inteligência, possibilitando a consolidação de todas elas no POC.

2.2.8.3 A relação a seguir exemplifica algumas das atividades cuja coordenação pela Cel Intlg é necessária ao planejamento:
a) emprego de tropas de combate para missões de Inteligência;
b) instruções de Inteligência;
c) necessidade de cartas, imagens e estudos;
d) reconhecimento aéreo, fotográfico e visual;
e) reconhecimento aerotático ou por aeronaves remotamente pilotadas;
f) processo de Seleção e Priorização de Alvos;
g) evacuação de civis não combatentes;
h) influência das instituições civis, das atitudes e atividades das lideranças civis, da população, da opinião pública, do meio ambiente e das agências civis no Espaço de Batalha;
i) estruturas de especialistas de Inteligência empregadas;
j) meios de obtenção de dados existentes no Teatro de Operações/ Área de Operações (TO/ A Op).

2.2.9 NECESSIDADES DE INTELIGÊNCIA

2.2.9.1 As Necessidades de Inteligência do Cmt são satisfeitas pelos conhecimentos que ele precisa ter à sua disposição, relativos ao terreno, inimigo, condições meteorológicas e considerações civis, a fim de poder cumprir sua missão com êxito. Porém, é rara a ocasião em que a reunião de dados, informações e conhecimentos é suficiente para satisfazer de imediato todas as Necessidades de Inteligência. Por isso, os recursos empregados na atividade de obtenção são orientados para as NI de prioridades mais elevadas.

2.2.9.2 O estabelecimento das prioridades baseia-se na importância e na urgência da utilização de determinado dado e/ou conhecimento para a tomada de decisão do Cmt.

2.2.9.3 Do Exm Sit Intlg, que engloba o(a) inimigo/ameaça, o terreno, as condições meteorológicas e as considerações civis, a Cel Intlg (Seç Intlg organizada para uma operação militar) levanta conclusões que possam melhor fundamentar as decisões do Cmt.

2.2.9.4 A Cel Intlg deve estar apta a bem avaliar as possibilidades da ameaça, bem como levantar suas intenções ou reações à manobra de nossa força.

2.2.9.5 De acordo com o escalão e a missão, as Necessidades de Inteligência devem abranger os fatores operacionais (aspectos militares e não militares): político, militar, econômico, social, informação, infraestrutura, ambiente físico e tempo.

2.2.9.6 O estudo do TO/ A Op quanto aos oito fatores operacionais é contínuo, com vista a refinar e atualizar o planejamento no decorrer da operação.

2.2.9.7 Para os escalões menores, é relevante conhecer a organização e os efetivos da ameaça (deduzidos de sua Ordem de Batalha), assim como os seus procedimentos táticos, articulação e possíveis linhas de ação.

2.2.9.8 Desta maneira, os dados, informações e conhecimentos sobre objetivos são de vital importância em qualquer tipo de conflito. Por exemplo, para o emprego eficaz dos elementos de manobra, os elementos de apoio de fogo devem conhecer a natureza, a estrutura e localização dos objetivos a serem atingidos, com elevado grau de precisão.

2.2.9.9 Durante o desenrolar das Operações, novas NI são solicitadas, devendo ser expedidas por meio de atualizações do POC, realizadas na Cel Intlg.

2.2.9.10 Na execução das operações é importante obter dados e informações da ameaça ou do ambiente operacional que podem determinar “indícios e alertas”.

2.2.9.11 Indício é toda e qualquer evidência, positiva ou negativa, da atividade, da ameaça, das considerações civis ou qualquer característica da área de operações que revele as vulnerabilidades ou a adoção ou rejeição, de determinada possibilidade do oponente ou que possa influir na seleção de uma linha de ação pelo comandante.

2.2.9.12 Os indícios compreendem, também, condições e circunstâncias resultantes de ações anteriores ou de falhas do oponente em realizar determinadas ações. Por exemplo: o dispositivo atual da ameaça pode indicar a adoção de uma linha de ação particular ou a existência de uma vulnerabilidade. Da mesma forma, sua situação logística pode condicioná-lo a adotar uma das possibilidades levantadas ou pode influenciar na seleção de uma linha de ação, que explore uma vulnerabilidade.

2.2.9.13 O monitoramento do conjunto de indícios por meio de análise e interpretação das possíveis linhas de ação, passíveis de adoção pela ameaça, o que permitirá a composição de alertas sobre a adoção da linha de ação mais provável da ameaça, que impõe elevados riscos ao êxito da nossa missão ou da tropa amiga.

2.2.9.14 Baseada em uma prioridade estabelecida - variável de acordo com a situação, a natureza do escalão considerado e os conhecimentos disponíveis -

as Necessidades de Inteligência se dividem em duas grandes categorias:
a) Elementos Essenciais de Inteligência (EEI); e
b) Outras Necessidades de Inteligência (ONI).

2.2.10 ELEMENTOS ESSENCIAIS DE INTELIGÊNCIA (EEI)

2.2.10.1 Os EEI são dados, informações ou conhecimentos imprescindíveis à produção de conhecimentos sobre as dimensões do Ambiente Operacional e sobre as possibilidades da ameaça, que o Cmt julga necessitar, em um determinado momento, para correlacioná-los com outros conhecimentos disponíveis, a fim de contribuir com o processo decisório que permita o cumprimento da missão.

2.2.10.2 Qualquer possibilidade da ameaça ou característica da área de operações que impactam elevados riscos à missão, ou que impeçam o cumprimento da missão de uma L Aç, será um EEI.

2.2.10.3 Os EEI traduzem, portanto, as Necessidades de Inteligência da mais elevada prioridade, relativas à ameaça e às características da área de operações.

2.2.10.4 Sendo a fixação dos EEI uma decisão do Cmt, qualquer providência que implique em sua modificação ou cancelamento, depende, também, de decisão do Cmt.

2.2.10.5 Embora os EEI expressem as Necessidades de Inteligência prioritárias do Cmt, eles podem ter origem no EM, sob a forma de propostas. Estas propostas são coordenadas e apresentadas pelo Ch Seç Intlg ao Cmt, para aprovação.

2.2.10.6 A natureza e a quantidade de EEI variarão de acordo com o tipo, a fase da operação em vigor e a disponibilidade de conhecimentos de Inteligência. Entretanto, não é desejável um número excessivo de EEI, a fim de atender os princípios básicos da Inteligência militar da objetividade, oportunidade, precisão e relevância.

2.2.11 OUTRAS NECESSIDADES DE INTELIGÊNCIA (ONI)

2.2.11.1 As possibilidades da ameaça e as características do ambiente operacional que afetam, mas não impedem o cumprimento da missão independentemente da L Aç escolhida, serão classificadas como Outras Necessidades de Inteligência.

2.2.11.2 As ONI decorrem tanto das necessidades de Inteligência não classificadas pelo Cmt como EEI, quanto daquelas apresentadas pelas Seções do EM.

2.2.12 PLANEJAMENTO DA OBTENÇÃO DE DADOS

2.2.12.1 O início do planejamento tático tem por base os conhecimentos de Inteligência existentes nas bases de dados dos Sistemas de Inteligência do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA) e do Exército.

2.2.12.2 Com o avanço do planejamento, as diversas Seções ou Células

Funcionais/Integração do Estado-Maior, identificam conhecimentos importantes para suas análises que não constam dos bancos de dados da Inteligência. Essas lacunas cognitivas irão compor as Necessidades de Inteligência (NI) das diversas Seções.

2.2.12.3 A fim de contribuir com a elaboração dessas relações de NI, a Seção/Célula de Inteligência distribui para cada Seção/Célula do EM um oficial de ligação de Inteligência, a fim de assessorá-las quanto às capacidades e limitações de resposta a essas questões (NI) pela Função de Combate Inteligência, com a oportunidade necessária, considerando a disponibilidade de meios IRVA disponíveis na operação.

2.2.12.4 Todas as Seções/Células do EM elaborarão, desta forma, suas NI, que serão encaminhadas para a Seção/Célula de Inteligência, que as consolidará e acrescentará às suas próprias NI.

2.2.12.5 Seguindo diretrizes do Comandante tático e após avaliar a capacidade de obtenção e análise da Função de Combate Inteligência, a Seção/Célula de Inteligência estabelece uma ordem de prioridade para as NI, chegando aos EEI cujos planejamentos de obtenção serão realizados no Plano de Obtenção de Conhecimento (POC).

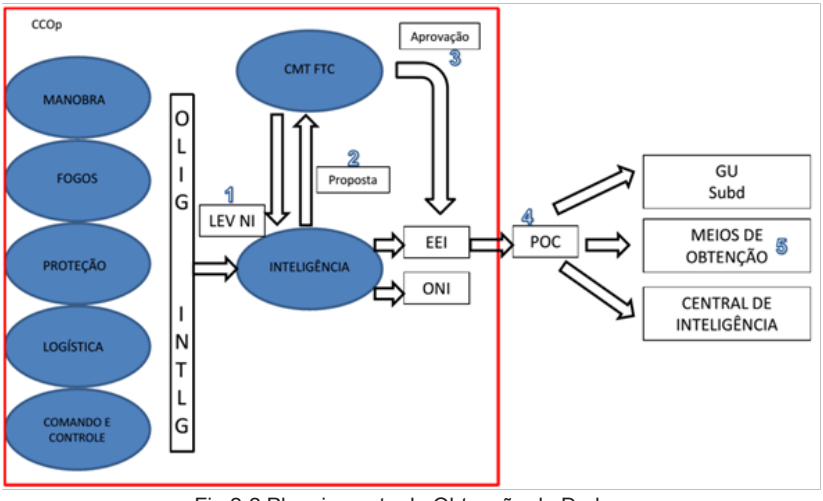

Fig 2-2 Planejamento da Obtenção de Dados

2.2.12 ENUNCIADO DAS NECESSIDADES DE INTELIGÊNCIA

2.2.12.1 Os EEI e as ONI devem constituir-se em uma verdadeira orientação aos elementos de Inteligência e outros empregados na atividade de busca e/ou produção do conhecimento. Devem ser enunciadas clara e concisamente e, de preferência, sob a forma de perguntas.

2.2.12.2 Os EEI devem estar contidos no POC, facilitando para este escalão e

para os comandos superiores e subordinados a preparação de planejamentos que se fizerem necessários.

2.2.12.3 Normalmente as Necessidades de Inteligência são relativas:
a) às possibilidades da ameaça, incluindo hora, local e valor;
b) às vulnerabilidades da ameaça, incluindo a natureza, a amplitude e a duração;
c) à ordem de batalha da ameaça;
d) ao terreno;
e) às condições meteorológicas; e
f) às considerações civis.

2.2.12.4 Como exemplo de um EEI, podem ser citados os seguintes:
a) a ameaça atuará sobre a posição alfa?
b) de onde e com que efetivo a ameaça poderá atuar?
c) qual é o objetivo da unidade DELTA? e
d) em que regiões a ameaça poderá atuar no corte do Rio Piranhas?

2.2.12.5 Os EEI e ONI devem ser formulados de modo a permitir a sua subsequente transformação em Plano de Obtenção de Conhecimento.

2.2.12.6 Assim, devem ser de uso frequente, quando da sua definição, as perguntas ONDE? O QUE? COMO? QUANDO? COM QUE MEIOS? Além disto, sempre que possível, devem orientar a atenção para unidades específicas e determinadas regiões e atividades. Por exemplo: “A ameaça reforçará a unidade B, localizada na R do Corte do Rio Verde antes de 070600 Fev 14? Em caso afirmativo: Quando?, Onde?, Com que meios?.

2.2.12.7 Quando um EEI tiver que ser distribuído para alguma U subordinada, o mesmo deverá estar adaptado ao escalão de destino. Por exemplo, um EEI de uma Divisão de Exército (DE) poderá ser: “Quais os locais de travessia do Rio Tomé na Z Aç divisionária?”. As Bda subordinadas repetem o mesmo EEI, modificando no que se refere a Z Aç da Divisão para a Brigada e assim sucessivamente.

2.2.13 NECESSIDADES DE INTELIGÊNCIA ORIENTADORAS

2.2.13.1 Não existem regras para a determinação dos EEI e das ONI exigidos para uma missão ou situação específica. O Cmt, ao defini-los, deve basear-se no seu bom senso, na sua experiência e no assessoramento do Of Intlg. Apesar disto, sugerem-se os seguintes elementos orientadores de um raciocínio prático e eficaz:
a) quais as manobras com que a ameaça pode afetar, mais seriamente, o cumprimento de nossa missão ou a execução da manobra planejada?
b) quais os conhecimentos de Inteligência necessários para as L Aç possíveis de serem adotadas, como conduta, em face da atuação da ameaça?
c) que dados e/ou conhecimentos devo possuir para evitar a surpresa por parte da ameaça?

d) que conhecimentos sobre a ameaça e as características do ambiente operacional são necessários para o planejamento das manobras atuais e futuras?
e) que conhecimentos de Inteligência, compatíveis com a missão a cumprir, foram solicitados pelo escalão superior e unidades vizinhas?

2.2.13.2 Na determinação dos EEI e ONI, relativos à ameaça, não se deve procurar adivinhar as suas intenções. Deve-se, pelo contrário, orientar a produção de conhecimento de Inteligência em direção aos conhecimentos que progressivamente conduzam à confirmação ou eliminação das possibilidades da ameaça a que se referem os questionamentos anteriormente citados.

2.2.13.3 As Necessidades de Inteligência relativas à Ordem de Batalha revestem-se de alta prioridade, em especial, nos planejamentos em longo prazo ou quando o conhecimento que se possui da situação da ameaça é extremamente vago.

2.2.14 NECESSIDADES DE INTELIGÊNCIA RELATIVAS ÀS POSSIBILIDADES DA AMEAÇA

2.2.14.1 Das Necessidades de Inteligência, os conhecimentos que permitam o levantamento das possibilidades da ameaça são os mais importantes para o comandante. A estes devem ser atribuídos a mais alta prioridade, porquanto seu conhecimento lhe dará condições para confirmar, alterar ou rejeitar os exames de situação existentes. Nem todas as possibilidades da ameaça constituirão objetivo da Atv Intlg.

2.2.14.2 Cada possibilidade da ameaça levantada no Exame de Situação de Inteligência em curso é usualmente objeto de EEI ou de algumas ONI. Se o comandante não conhecer a probabilidade de concretização de uma determinada possibilidade da ameaça ou de uma de suas linhas de ação, e esse conhecimento lhe for necessário para tomar uma decisão, aquela possibilidade ou linha de ação da ameaça constituirá um EEI de alta prioridade.

2.2.14.3 Respostas parciais aos EEI são obtidas continuamente e alteram, progressivamente, o Exame de Situação de Inteligência. Por exemplo, esforços para determinar com que valor a ameaça pode reforçar suas tropas em contato, em geral, produzem alteração na estimativa do valor dos reforços da ameaça disponíveis. Do mesmo modo, a evidência de que a ameaça reforçou certas unidades altera a avaliação do número de forças empenhadas.

2.2.14.4 Possibilidade de Atacar - a Necessidade de Inteligência relativa a um ataque da ameaça dirige a nossa atenção para regiões definidas e, em geral, prazos específicos. As regiões para as quais a atenção se dirige, geralmente, são vias de acesso levantadas no estudo do terreno e do dispositivo da ameaça. Dentre as diferentes vias de acesso que a ameaça pode utilizar no ataque, interessa-nos saber qual será a escolhida. Por isso, voltamos nossa atenção para os indícios que caracterizam a utilização de uma delas, determinando que os

meios de obtenção dediquem particular atenção a esse aspecto. A possibilidade da ameaça atacar se condiciona a determinados prazos para a montagem do ataque. Esses prazos podem ser estimados e deverão constituir preocupação na expedição dos Planos de Obtenção de Conhecimentos. A possibilidade da ameaça atacar será então expressa em termos dos prazos estimados levando em conta que tal ação pode, inclusive, preceder o nosso ataque.

2.2.14.5 Possibilidade de Defender - as possibilidades da ameaça se defender mencionam, especificamente, a linha ou a área onde ele pretende realizar tal ação. Consequentemente, as Necessidades de Inteligência se voltam para este aspecto.

2.2.14.6 Possibilidade de Retrair - a possibilidade da ameaça retrair, geralmente, indica a linha ou região a partir da qual a ameaça pretende realizar tal ação. Consequentemente, as Necessidades de Inteligência dedicam particular atenção a tais linhas do terreno e aos itinerários que possibilitam este retraimento.

2.2.14.7 Possibilidade de Retardar - as Necessidades de Inteligência relativas a ações retardadoras da ameaça também especificam as linhas ou regiões que se prestam a estas ações.

2.2.14.8 Possibilidade de Reforço - as Necessidades de Inteligência relativas ao reforço, em geral, não distinguem entre reforçar um ataque ou uma defesa. Elas, simplesmente, indagam quando e onde as reservas disponíveis podem ser empregadas. Outras necessidades indagam, especificamente, se a ameaça atacará ou defenderá. As necessidades relativas a reforçar dirigem especial atenção às reservas já conhecidas.

2.2.14.9 Possibilidades Química, Biológica, Radiológica e Nuclear - quando a ameaça tiver possibilidades QBRN, o enunciado poderá ser: “Empregará armas nucleares contra nossas forças? Caso positivo, quando, onde, quanto, de que potência e com quais meios de lançamento? A ameaça empregará agentes químicos ou biológicos? Em caso positivo, quais agentes? Onde, quando e empregando quais meios de lançamento? Especial atenção para as unidades de artilharia, morteiros, mísseis e de foguetes”.

2.2.14.10 Possibilidades Aéreas - as Necessidades de Inteligência quanto às possibilidades da ameaça aérea, raramente, são levantadas na brigada e na divisão e escalões de mesmo nível na Zona de Administração (ZA). Em geral, os conhecimentos relativos às possibilidades da ameaça aérea são difundidos pela Força Terrestre Componente ou Comando Conjunto, pois as unidades subordinadas a estes comandos não dispõem de todos os meios de obtenção dos dados desejados. Nas operações aeroterrestres e anfíbias, onde a atividade da ameaça aérea é um fator importante, um comandante de Bda/Btl pode levantar, especificamente, um EEI aéreo durante as fases de planejamento da operação. Contudo, existirá uma dependência quase total dos escalões superiores para a obtenção das respostas a este EEI.

2.2.14.11 Possibilidades em Guerra Eletrônica e da fonte Cibernética - é indispensável o levantamento das possibilidades da ameaça nessas atividades.

2.2.14.12 Outras Possibilidades – poderão ser levantadas de acordo com a situação.

2.2.14.13 As Necessidades de Inteligência relativas às possibilidades da ameaça poderão ser expressas conforme os exemplos abaixo:
a) "a ameaça empregará forças de guerrilha juntamente com seu ataque? Caso positivo, quando, onde e com que valor? Especial atenção para a área densamente coberta ao norte de Aimoré";
b) "a ameaça se infiltrará em nossas linhas? Caso positivo, quando, onde e com que valor? Especial atenção para a região pantanosa à leste de Varginha";
c) "a ameaça empregará forças aeroterrestres no nosso setor? Caso positivo, quando, onde e com que valor? Quais as direções e altitudes de aproximação? Quais as zonas de lançamento ou pistas de aterragem que serão utilizadas? Especial atenção para a área ao sul de Santa Maria";
d) "a ameaça empregará forças anfíbias no flanco sul? Caso positivo, quando, onde e com que valor? Quantas viaturas de desembarque e qual o tipo? Especial atenção para as praias de Capão Novo e Capão da Canoa"; e
e)"a ameaça utilizará agentes químicos e biológicos? Em caso positivo, de que tipo? Quando? Onde e quais os meios de lançamento? Especial atenção às unidades de Art, morteiros, mísseis e de foguetes na R de Gurupá."

2.2.15 NECESSIDADES DE INTELIGÊNCIA RELATIVAS ÀS VULNERABILIDADES E LIMITAÇÕES DA AMEAÇA

2.2.15.1 As Necessidades de Inteligência podem ser levantadas para desenvolver o conhecimento das vulnerabilidades da ameaça e de outras condições ou circunstâncias que o torne passível de danos. Tais necessidades visam completar os conhecimentos quanto à natureza, extensão, duração ou outros detalhes de condições ou circunstâncias que possam afetar ou condicionar a sua capacidade de combate.

2.2.15.2 Deste modo, podem ser formuladas as Necessidades de Inteligência relativas às deficiências do dispositivo da ameaça, resultantes de uma inadequada adaptação dos meios ao terreno, da carência de meios, presença de unidades não adestradas, dificuldades logísticas e personalidade do Cmt.

2.2.15.3 O Plano de Obtenção de Conhecimentos deverá destacar a permanência dessas características, os pontos vulneráveis e as possibilidades da ameaça de minimizá-las ou eliminá-las.

2.2.16 NECESSIDADES DE INTELIGÊNCIA SOBRE O TERRENO E AS CONDIÇÕES METEOROLÓGICAS

2.2.16.1 O comandante deve considerar os efeitos do terreno e das condições meteorológicas em sua missão quando planeja e executa uma operação. Em

consequência, procura conhecer profunda e precisamente esses fatores. Este conhecimento, associado com as possibilidades da ameaça, é essencial para assegurar o cumprimento da missão recebida.

2.2.16.2 Uma análise dos efeitos do terreno e das condições meteorológicas sobre as nossas forças e as da ameaça constituem a base para os exames de situação que podem ser feitos pelo comandante e seu EM. O que se procura é a melhor utilização das condições meteorológicas e do terreno para contrapor-se às possibilidades mais prováveis da ameaça.

2.2.16.3 O terreno e as condições meteorológicas influem na aplicação de princípios de guerra, tais como massa e manobra. Apropriadamente explorados, o terreno, as condições meteorológicas podem permitir a uma força numericamente inferior alcançar uma relativa superioridade de poder de combate. Por exemplo, uma força mecanizada, bem equipada e pesadamente blindada, conduzida para um terreno pantanoso ou acidentado, pode muito bem ser destruída por uma força menor e menos equipada, pois esta é capaz de, mediante a aplicação dos princípios de massa e manobra, surpreender o adversário, aplicando um poder de combate superior no ponto decisivo.

2.2.16.4 O terreno e as condições meteorológicas se inter-relacionam com os fatores operacionais da Infraestrutura e do Ambiente Físico. Os fatores operacionais orientam o estudo do terreno e das condições meteorológicas por sua maior amplitude. A infraestrutura analisa e relaciona estruturas, serviços e instalações necessárias ao funcionamento da comunidade ou sociedade local. No ambiente físico são analisados os aspectos fisiográficos e a meteorologia no TO/ A Op.

2.2.16.5 Terreno

2.2.16.5.1 Em geral, quanto menor o escalão da unidade, maior o interesse nos detalhes do terreno. Os escalões mais elevados podem pensar em termos de cadeias de montanhas, enquanto os escalões menores raciocinam em termos de colinas ou pequenas elevações.

2.2.16.5.2 O terreno, normalmente, é estudado para determinar seus efeitos nas operações. O Comandante analisa o terreno considerando os cinco aspectos militares do terreno expressos na sigla OCOAV:
a) observação e campos de tiro;
b) cobertas e abrigos;
c) obstáculos;
d) acidentes capitais; e
e) vias de acesso

2.2.16.5.3 Durante os planejamentos se realiza a alocação de áreas de responsabilidade, zonas de reunião e medidas afins para evitar conflitos

entre elementos subordinados, nas situações em que possa haver qualquer interferência. Os comandantes, em todos os escalões, são os responsáveis pelo gerenciamento do terreno em suas respectivas zonas de ação.

2.2.16.5.4 Em todos os escalões, os conhecimentos sobre o terreno são considerados no Exm Sit Intlg. As principais fontes de dados sobre o terreno são o oficial de engenharia do EM, unidades e equipes de reconhecimento, unidades de engenharia, fontes de imagens e de observação aérea. Nos escalões menores os conhecimentos podem ser fornecidos pelos escalões superiores, unidades vizinhas, população local, patrulhas e reconhecimentos do terreno.

2.2.16.6 Condições Meteorológicas

2.2.16.6.1 As Necessidades de Inteligência referem-se às alterações meteorológicas que poderão ocorrer em determinados locais e períodos de tempo, alterando as características do terreno e influenciando a atuação das forças em presença.

2.2.16.6.2 No nível tático, a Cel Intlg coordena as NI de suas unidades relativas aos dados meteorológicos. Depois de recebidos, adaptando-os à situação e ao tempo.

2.2.16.6.3 As NI quanto às condições meteorológicas incluem visibilidade, vento, precipitação, nebulosidade, temperatura e umidade.

2.2.16.6.4 As previsões meteorológicas, normalmente, são de três tipos:
a) curto período, cobrindo períodos de até 2 (dois) dias;
b) períodos médios, cobrindo períodos entre 3 (três) e 5 (cinco) dias; e
c) períodos extensos, cobrindo períodos maiores que 5 (cinco) dias.

2.2.17 NECESSIDADES DE INTELIGÊNCIA SOBRE AS CONSIDERAÇÕES CIVIS

2.2.17.1 As NI se referem a um conjunto de aspectos com capacidade de influenciar o Espaço de Batalha. Incluem atitudes e atividades da população, instituições e lideranças civis, opinião pública, meio ambiente, infraestrutura construída pelo homem, agências nacionais e internacionais, governamentais ou não.

2.2.17.2 A FTC é a força que interage de forma mais aproximada com o elemento humano. Por isso, a Cel Intlg da FTC coordena as NI do terreno humano em sua área de responsabilidade.

2.2.17.3 Todas as Seções de EM do comando considerado devem participar do planejamento de Inteligência relativo às Considerações Civis, apresentando suas NI, possibilitando a consolidação de todas elas no POC.

2.2.17.4 As NI quanto às Considerações Civis incluem:
a) área de responsabilidade sobre o ponto de vista humano;

b) estruturas;
c) capacidades;
d) organizações;
e) população;
f) refugiados e deslocados;
g) eventos;
h) considerações complementares, tais como, idioma e dialetos, refugiados e deslocados, e relevância de meios de comunicação para a população.

2.2.18 ANÁLISE E DESDOBRAMENTO DOS EEI E DAS ONI

2.2.18.1 Embora o enunciado dos EEI e das ONI determinem de uma forma genérica e ampla, as necessidades de Inteligência, as Unidades recebem, normalmente, missões específicas relativas à obtenção de dados sobre as atividades da ameaça ou sobre as características da área de operações.

2.2.18.2 Os EEI e as ONI são analisados para determinar os seus desdobramentos que, existindo ou não, proporcionam uma resposta às NI. Normalmente, a existência desses dados e/ou conhecimentos indicará que a ameaça se prepara para adotar ou já adota, uma de suas possibilidades. Assim, uma NI cujo enunciado parcial é “A ameaça atacará?” é analisada para determinar os procedimentos, que venham a existir durante a preparação do ataque ou durante a execução desta ação. Neste caso, frequentemente serão considerados os deslocamentos das unidades da ameaça à frente da posição, o desdobramento de sua artilharia e a intensificação das medidas de contrarreconhecimento, intensificação das comunicações e das atividades de guerra eletrônica, entre outros aspectos.

2.2.18.3 Esta análise exige um conhecimento amplo da ameaça e das características da área de operações que possam afetar as operações militares. É de grande importância o conhecimento detalhado da organização, do equipamento, da doutrina, da tática e dos processos logísticos da ameaça. Interessa-nos, também, o provável conhecimento que a ameaça possui relativo à área sobre nosso controle, as personalidades dos comandantes oponentes e as atividades e feitos das unidades da ameaça.

2.2.18.4 Determinadas atividades da ameaça e certas características particulares da área de operações indicam as várias linhas de ação que a ameaça pode executar. Deve, portanto, ser feita a determinação de quais destas atividades da ameaça e quais as características da área de operações que constituirão parte das missões de Inteligência das OM. Esta determinação é baseada na teoria de que as linhas de ação prováveis da ameaça podem ser deduzidas pelo conhecimento de suas atividades, tais como deslocamento de unidades, construção de pontes ou armazenamento de suprimentos. Estes dados e/ou conhecimentos formam a base para a dedução da probabilidade relativa das diferentes linhas de ação da ameaça. Além da dedução das prováveis linhas

de ação da ameaça, pode-se também estimar suas vulnerabilidades, ordem de batalha e outros assuntos pertinentes.

2.2.18.5 O desdobramento dos EEI e das ONI que poderá ser obtido é toda e qualquer evidência positiva ou negativa, da atividade da ameaça ou qualquer característica da área de operações que revele as vulnerabilidades, a adoção ou rejeição, de determinada possibilidade da ameaça que possa influir na seleção de uma linha de ação pelo comandante.

2.2.18.6 Compreendem, também, condições e circunstâncias resultantes de ações anteriores ou de falhas da ameaça em realizar determinadas ações. Por exemplo: o dispositivo atual da ameaça pode indicar a adoção de uma linha de ação particular ou a existência de uma vulnerabilidade. Da mesma forma, sua situação logística pode condicioná-lo a adotar uma das possibilidades levantadas ou pode influenciar-nos na seleção de uma linha de ação, que explore uma vulnerabilidade existente. A destruição, por força amiga, de meios de transposição de curso de água poderá conduzir a ameaça a realizar uma travessia em outro lugar. A presença de obstáculos em uma determinada região pode influir na adoção ou rejeição de uma linha de ação por qualquer uma das forças oponentes.

2.2.18.7 Identificados os desdobramentos dos EEI e das ONI que respondem às necessidades de inteligência. Esses itens constituir-se-ão nos aspectos solicitados, a serem difundidos, nas ordens e nos Planos e Matrizes de Obtenção de Conhecimentos.

2.2.19 ANEXO DE INTELIGÊNCIA

2.2.19.1 O Anexo de Inteligência (An Intlg) a uma O Op ou Pl Op é o instrumento que difunde os aspectos conclusivos do Exm Sit Intlg e do Exm Sit C Intlg.

2.2.19.2 Em geral é preparado para cada operação em curso.

2.2.19.3 O An Intlg materializa para os escalões superior e subordinado, o trabalho executado no Exm Sit Intlg e no Exm Sit C Intlg, no assessoramento ao Cmt, quando da tomada de sua decisão. Assim, o An Intlg é a expressão escrita dos principais conhecimentos utilizados no referido estudo que servirão de base e/ou apoio para o Exm Sit Intlg/ Exm Sit C Intlg a ser executado pelo escalão subordinado.

2.2.19.4 O Exm Sit C Intlg é materializado, principalmente, pela confecção do Apêndice de Contrainteligência ao An Intlg e pelas propostas de EEI e ONI.

2.2.19.5 O An Intlg não pode ser considerado como documento difusor das Necessidades de Inteligência e dos seus desdobramentos. Estes, inicialmente, são consubstanciados no POC e, posteriormente, difundidos por meio de suas Matrizes para as unidades subordinadas.

2.2.19.6 Qualquer modificação ocorrida nas áreas de influência ou de interesse

que determine a mudança de atitude do comando considerado, ou uma alteração sensível na maneira de atuar da ameaça, mesmo que não determine mudança de atitude por parte das forças legais, poderá aconselhar alterações no documento.

2.2.20 PLANO DE OBTENÇÃO DE CONHECIMENTOS (POC)

2.2.20.1 O Plano de Obtenção de Conhecimentos é um documento da Cel Intlg, de acesso restrito, que registra as NI e seus desdobramentos não atendidos pelo seu próprio banco de dados e que, por consequência, devem ser solicitados às Organizações Militares (OM) disponíveis.

2.2.20.2 O POC auxilia a Cel Intlg na coordenação e integração do esforço de obtenção das diferentes OM e autoriza os Órgãos de Inteligência a realizar ações especializadas voltadas para a busca de dados protegidos.

2.2.20.3 Deve abranger um determinado espaço de tempo, relacionado com a missão que se encontra em execução ou de acordo com as previsões da Cel Intlg. É continuamente atualizado de acordo com as novas Necessidades de Inteligência que venham a surgir.

2.2.20.4 Normalmente, cobre toda uma operação. Uma vez que o trabalho de obtenção exige uma continuidade de ação.

2.2.20.5 O preenchimento do POC deve conter as seguintes observações de caráter geral:
a) transcrição das EEI e ONI, enunciadas na forma de perguntas;
b) relação dos desdobramentos dos EEI e das ONI, como resultado do trabalho de análise efetuado pela Cel Intlg;
c) registro dos aspectos solicitados às OM, que venham atender aos desdobramentos dos EEI e das ONI e, consequentemente, das Necessidades de Inteligência estabelecidas pelo Cmt;
d) relação de todas as OM disponíveis a serem acionadas, incluindo-se o escalão superior e as unidades vizinhas;
e) registro do prazo estipulado para a resposta, visando o atendimento ao princípio da oportunidade. Expressa uma determinada hora ou a periodicidade de atendimento aos aspectos solicitados. Quando omitido, significa que as respostas obtidas aos aspectos solicitados devem ser imediatamente difundidas ao escalão solicitante; e
f) registro livre a cargo do Of Intlg. São lançados dados relativos à execução do trabalho de obtenção, bem como notas para ações futuras.

2.2.20.6 Após a elaboração do POC inicial, Matrizes de Obtenção do POC, elaboradas individualmente para cada organização militar, são difundidas para os meios de obtenção. As novas tarefas de obtenção são expedidas por meio de atualizações do POC, realizadas pela Cel Intlg.

2.2.20.7 No planejamento da obtenção de conhecimentos, devem ser considerados os seguintes aspectos para a seleção das OM de obtenção:

a) a missão da unidade;
b) a dimensão da área de operações;
c) a natureza dos meios de obtenção disponíveis;
d) as possibilidades e as limitações das OM subordinadas; e
e) a doutrina, possibilidades, limitações e vulnerabilidades da ameaça.

2.2.20.8 Além disso, esta seleção deverá considerar os seguintes princípios:
a) capacidade - a OM deve ser, fisicamente, capaz de fornecer o dado, informação e/ou conhecimento desejado. Por exemplo, uma unidade blindada em reserva não deve ser solicitada a identificar as unidades em contato;
b) adequabilidade - a tarefa de obtenção de uma unidade deve ser compatível com sua missão principal. Para o fornecimento de determinado dado, informação e/ou conhecimento são empregados somente os órgãos mais adequados a fornecê-los. Por exemplo: patrulhas a pé de unidades de infantaria são mais adequadas para obter certos dados do que os elementos de unidades blindadas. Outro fator a considerar é a economia tanto em pessoal como em material. As patrulhas a pé não devem ser empregadas para obtenção de dados que podem ser realizados por reconhecimento aéreo;
c) multiplicidade - a avaliação dos dados obtidos requer que eles sejam comparados com outros dados provenientes de outras fontes, agências e órgãos. Consequentemente, mais de uma OM deve ser empregada na obtenção dos desdobramentos das NI permitindo uma melhor análise do resultado; e
d) equilíbrio - dentro dos limites impostos por outras considerações, o trabalho de obtenção é distribuído igualmente entre os órgãos. O fator equilíbrio possui menor importância entre os demais fatores de seleção.

2.2.20.9 O oficial de Inteligência deve assessorar o Cmt e os demais integrantes do EM, quanto às capacidades, limitações, vulnerabilidades e tempo de resposta dos meios de obtenção, permitindo que todos esses fatores sejam observados na condução do planejamento, de modo que esteja ajustada à realidade.

2.2.20.10 Os meios de Inteligência de que dispõe um Cmdo estão relacionados com as fontes humana, de sinais, de imagens e cibernética.

2.2.20.11 As OM a serem acionadas e/ou empregadas serão aquelas que possuem responsabilidades na área de operações em questão e que exploram as diversas fontes para a obtenção de dados, informações e/ou conhecimentos. Assim, poderão ser empenhadas as unidades abaixo:
a) Unidades de Inteligência Militar;
b) OM subordinadas;
c) OM dos escalões superiores e vizinhos;
d) Unidades de reconhecimentos aéreos e terrestres;
e) Unidades de GE;
f) Unidades de Logística;
g) Unidades de combate e apoio ao combate;
h) Unidades em contato;

i) demais unidades (Forças Especiais, Aviação do Exército, Unidades paraquedistas, Comunicação Social, Polícia do Exército, Assuntos Civis e Operações de Apoio à Informação);
j) os Pel Rec (FT BIB, FT RCC, RCB, BIL) e as Seç ou Tu Rec das demais U;
k) Serviços de Inteligência dos Órgãos Governamentais;
l) Órgãos de Inteligência pertencentes aos órgãos responsáveis pela Segurança Pública; e
m) Entidades civis.

2.2.20.12 Nas unidades de obtenção que possuem fontes de Inteligência de diversas naturezas, o POC deverá orientar a fonte a ser explorada, devendo considerar os seguintes aspectos:
a) que tipos de dados, informações e/ou conhecimentos são desejados?
b) das fontes disponíveis, quais são as confiáveis?
c) as OM acionadas atenderão o princípio da oportunidade?

2.2.20.13 Os dados obtidos pelos meios de obtenção serão respondidos, por meio de informes, relatórios ou outros documentos, para o Comando que expediu o documento, que irá analisá-los e integrá-los em novos conhecimentos.

2.2.21 ESTIMATIVAS DE INTELIGÊNCIA E CORRENTES

2.2.21.1 Ao final do "Jogo da Guerra", a Seção de Inteligência confecciona a "Estimativa de Inteligência" (anexo), documento que detalha as análises e as conclusões obtidas durante a realização do PITCIC, na fase inicial do planejamento.

2.2.21.2 Com o início da operação militar, diversas condicionantes levadas em consideração no planejamento inicial certamente serão modificadas. O prosseguimento das análises realizadas pela Seção de Inteligência, durante a execução continuada do PITCIC, possibilitará a chegada de novas conclusões, que serão formalizadas em documentos denominados "Estimativas Correntes" (anexo).

2.2.21.3 As "Estimativas Correntes" atualizam as análises iniciais registradas na "Estimativa de Inteligência", contribuindo com a elaboração de Ordens Fragmentárias pelo Estado-Maior.

2.2.22 DIÁRIO DA 2ª SEÇÃO

2.2.22.1 É um documento interno da Cel Intlg onde são registrados cronologicamente todos os dados, informações e conhecimentos recebidos ou difundidos.

2.2.22.2 É confeccionado, normalmente, por períodos de 24 horas. Pode, a critério do Ch Cel Intlg, abranger um período maior.

2.2.22.3 Os registros efetuados no Diário devem refletir a expressão fiel do dado, informação ou conhecimento recebido ou do evento de interesse da

Inteligência. Devem conter uma indicação de sua origem, consignar os horários de recebimentos e indicar a providência tomada.

2.2.23 CADERNO DE TRABALHO DA 2ª SEÇÃO

2.2.23.1 O Caderno de Trabalho da 2ª Seção é um importante meio auxiliar do Of Intlg nas tarefas da Célula de Inteligência, bem como na produção de conhecimentos de Inteligência.

2.2.23.2 É um arquivo temporário, relativo a uma Operação Militar, nos quais são registrados assuntos de interesse, reunidos de forma sistemática.

2.2.23.3 O Caderno de Trabalho, documento de uso interno da Cel Intlg, não possui modelo específico ou permanente. Qualquer que seja o modelo adotado, os dados, informações e conhecimentos ou as frações significativas extraídas dos documentos recebidos são registradas em folha específica para uso posterior ou imediato.

2.2.23.4 O dado, informação ou conhecimento recebido é decomposto em frações significativas que são lançadas em uma ou mais folhas de trabalho correspondentes aos assuntos a que se referem.

2.2.23.5 As frações significativas e os dados, informações ou conhecimentos extraídos dos documentos de Inteligência que dão entrada na Cel Intlg são registrados na folha de trabalho sob o título conveniente. Por exemplo, uma informação que fornece frações significativas sobre vários assuntos será lançada com vários títulos, porém, em nenhum deles é, obrigatoriamente, lançada completamente. Outro exemplo, um documento indicando a localização de uma unidade blindada em reserva e de uma unidade de artilharia, deve dar origem a dois registros: um sob o título blindados e outro sob o título artilharia.

2.2.23.6 Um exemplo de Índice do Caderno de Trabalho da 2 ª Seção:
a) Ordem de Batalha;
b) Dispositivo (articulação, localização, reservas);
c) Composição (identificação, organização, efetivos);
d) Reforços;
e) Doutrina de emprego;
f) Capacidade de combate (experiência de combate, moral e outros);
g) Instrução e adestramento;
h) Comandante e Of EM (identificação e personalidade);
i) Blindados;
j) Artilharia;
k) Engenharia;
l) Logística (meios, processos e instalações);
m) Comunicações e GE;
n) Tropa paraquedista;
o) Defesa anticarro;

p) Radares;
q) Lançadores múltiplos;
r) Busca de Alvos;
s) Inteligência; e
t) Forças Especiais e Comandos.

2.2.23.6.1 Novas identificações:
a) Unidades (organização, valor, dados históricos e características);
b) Cmt e Of EM;
c) Equipamentos; e
d) Armamento.

2.2.23.6.2 Atividades Importantes Recentes e Atuais:
a) Movimentação de tropas;
b) Reconhecimentos e Patrulhas;
c) Inteligência;
d) Comunicação Social;
e) Assuntos Civis;
f) Comunicações e GE;
g) Logística;
h) Aérea;
i) Atividade Química e Bacteriológica;
j) Atividade Nuclear;
k) Organização do Terreno;
l) Atividades guerrilheiras; e
m) Recompletamento.

2.2.23.6.3 Ambiente Operacional:
a) Terreno: aspectos gerais e militares;
b) Condições Climáticas e Meteorológicas; e
c) Outras características (expressões política, psicossocial, econômica, científico-tecnológica).

2.2.23.6.4 Contrainteligência:
a) Espionagem;
b) Sabotagem;
c) Terrorismo;
d) Propaganda; e
e) Desinformação.

2.2.23.6.5 Outros assuntos:
a) Moral;
b) Recompletamento;
c) Perdas;
d) Atividades Políticas;
e) Atividades irregulares;

f) Segurança da Área de Retaguarda (SEGAR) / Defesa da Área de Retaguarda (DEFAR) / Controle de Danos; e
g) Prisioneiros de Guerra e Desertores.

2.3 FASE DE OBTENÇÃO

2.3.1 A Obtenção é a segunda fase do Ciclo de Inteligência e consiste na exploração de todas as fontes de dados e informações pelos órgãos de obtenção e na entrega do material obtido aos órgãos de análise, encarregados de sua transformação em conhecimentos de inteligência.

2.3.2 As Unidades de todas as naturezas que, por sua localização ou missão, possam obter dados e informações que atendam às NI, poderão ser acionadas, participando, assim da fase de obtenção, caracterizando o emprego do conceito IRVA.

2.3.3 A obtenção não inclui apenas o pessoal e os meios especializados. Dela também fazem parte todos àqueles que realizam atividades próprias a ela. Todo militar é, assim, um meio de obtenção de dados.

2.3.4 O processo de obtenção possui as seguintes etapas:

2.3.4.1 Exploração - exploração de fontes pelos órgãos de obtenção, para a aquisição de dados e de informações;

2.3.4.2 Processamento - transformação de dados brutos não processados, em dados e informações inteligíveis por intermédio de análises técnicas;

2.3.4.3 Distribuição - entrega oportuna dos dados e das informações processadas aos órgãos encarregados de sua análise.

2.3.5 FONTES DE INTELIGÊNCIA

2.3.5.1 Fonte é tudo aquilo que contém, produz ou apreende um dado. As fontes podem ser pessoas, grupos, organizações, documentos, fotos, vídeos, instalações, equipamentos e qualquer outro elemento do qual se pode extrair dados de interesse para a Inteligência Militar.

2.3.5.2 As fontes de Inteligência, independentemente de sua natureza humana, de sinais, de imagens e de cibernética, são numerosas e variadas.

2.3.5.3 À medida que se configura a passagem do estado de normalidade para as demais faixas no espectro dos conflitos, intensificam-se as atividades de obtenção das fontes disponíveis.

2.3.5.4 As principais fontes de dados são:
a) documentos e material da ameaça capturados;
b) projetis, estilhaços e bombardeios das ameaças;
c) áreas contaminadas por agentes QBRN;

d) comunicações e emissões eletromagnéticas;
e) atividades da ameaça;
f) imagens;
g) população;
h) militares libertados;
i) vetores civis (órgãos, instituições e cidadãos civis não combatentes);
j) pessoal capturado;
k) prisioneiros de guerra;
l) desertores;
m) feridos e mortos;
n) controle de danos da ameaça;
o) colaboradores;
p) mídia; e
q) própria tropa.

2.3.6 INTELIGÊNCIA, RECONHECIMENTO, VIGILÂNCIA E AQUISIÇÃO DE ALVOS.

2.3.6.1 No contexto das ações de IRVA, a Inteligência trata da gestão das NI, do acionamento e exploração dos seus diversos sensores (fontes tecnológicas, banco de dados, operações de Inteligência, reconhecimento e vigilância) e colaboradores (de outras agências e órgãos com objetivos convergentes); da obtenção dos dados; e da elaboração e difusão dos conhecimentos, tarefas fundamentais do sistema.

2.3.6.2 O conceito IRVA remete ao processo de integração das atividades e tarefas de reconhecimento, vigilância e aquisição de alvos com a Inteligência Militar, com o fim de melhorar o entendimento da situação pelos comandantes em todos os níveis (consciência situacional) e, consequentemente, os seus processos decisórios.

2.3.6.3 A obtenção de dados/informação é a principal tarefa do IRVA. O esforço de obtenção deve estar orientado para atender às NI.

2.3.6.4 O reconhecimento é a missão empreendida para se obter informações sobre as atividades, instalações ou meios de forças oponentes, atuais ou potenciais, mediante a observação visual e o emprego de outros métodos ou para confirmar dados relativos à meteorologia, à hidrografia ou a características geográficas de uma área definida. É uma atividade limitada no tempo e no espaço.

2.3.6.5 A vigilância é a observação sistemática do Ambiente Operacional, tendo por objetivo áreas, pessoas, instalações, materiais e equipamento, utilizando o auxílio de meios eletrônicos, cibernéticos, fotográficos, óticos ou acústicos, entre outros. São exemplos de missões de vigilância o monitoramento de eixos de progressão e/ou corredores de mobilidade, de possíveis posições das ameaças e de regiões de interesse para a Inteligência (RIPI).

2.3.6.6 A vigilância pode ser passiva ou ativa. A primeira utiliza-se de meios eletrônicos, fotográficos ou acústicos (sensores), operados remotamente, para monitorar as atividades da ameaça em amplos espaços ou em áreas passivas. A vigilância ativa se diferencia da anterior por necessitar da participação do elemento humano na execução da observação visual ou na operação de determinado meio de obtenção.

2.3.6.7 A vigilância aérea é caracterizada por maior possibilidade de observação direta. Esta não depende do terreno para os deslocamentos e nem para a instalação dos sensores, bem como, adapta-se, rapidamente, às novas exigências. A mobilidade das aeronaves de asas fixas e rotativas, bem como, das aeronaves remotamente pilotadas conferem capacidade de operação a grandes altitudes e de cobrir grandes distâncias, permitindo, assim, a execução da vigilância sobre áreas extensas.

2.3.6.8 As restrições de visibilidade (fumaça e poeira) e o mau tempo reduzem a eficiência da vigilância aérea, porém, a utilização de sensores termais e radares reduzem, ou até mesmo eliminam essa restrição. Por outro lado, os problemas de coordenação e controle quanto ao uso do espaço aéreo podem impor limitações ao seu emprego.

2.3.6.9 A vigilância na superfície terrestre é caracterizada por limitações quanto ao desenfiamento (exige linha de visada direta) e pela dependência do terreno (tanto para os deslocamentos dos meios de vigilância em tempo oportuno como na instalação dos sensores, a fim de atender às necessidades do Cmt em novas áreas de emprego).

2.3.6.10 A Aquisição de Alvos trata da detecção, localização e identificação de um objetivo com o detalhamento e a precisão suficientes para permitir o emprego eficaz de armas. A busca de alvos vai além de possibilitar o apoio de fogo, apoiando o emprego de outros vetores, inclusive os não cinéticos, como a guerra eletrônica, guerra cibernética e as operações de apoio à informação.

2.3.6.11 A detecção determina a existência ou presença de um alvo. A identificação determina a natureza, a composição e as dimensões do mesmo. A localização consiste na determinação das coordenadas tridimensionais referidas a pontos conhecidos ou a posição das peças, dentro de uma trama topográfica comum. A localização requer maior precisão quando se trata da aquisição de alvos do que para os demais empregos gerais dos conhecimentos.

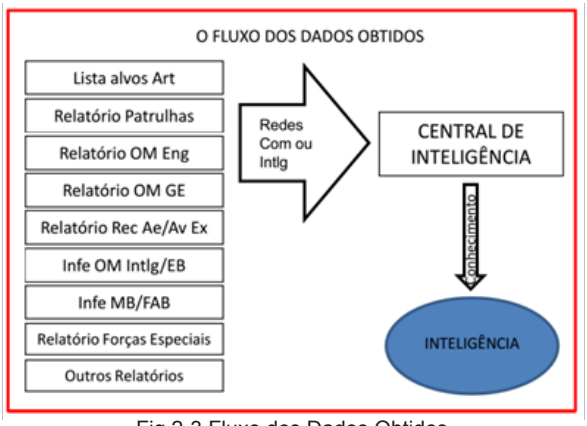

Fig 2-3 Fluxo dos Dados Obtidos

2.3.7 OPERAÇÕES DE INTELIGÊNCIA

2.3.7.1 As operações de Inteligência são ações voltadas para a busca de dados protegidos, no contexto da obtenção de dados e integradas ao conceito IRVA.

2.3.7.2 As fontes protegidas são aquelas cujos dados não estão disponíveis a qualquer pessoa, normalmente necessitando de técnicas apropriadas para que se tenha acesso a eles. O fato de um dado não estar protegido não significa que ele esteja disponível.

2.4 FASE DE PRODUÇÃO

2.4.1 Nesta fase são produzidos os conhecimentos que irão atender os EEI definidos pelo Cmt, quando do recebimento da missão e durante a execução das ações decorrentes.

2.4.2 Assim, mediante a aplicação de uma metodologia específica, dados e informações são convertidos em conhecimentos de Inteligência.

2.4.3 Este conjunto de atividades indica que a fase de produção envolve de uma forma quase simultânea, a realização de atividades intelectuais contínuas de análise e dedução.

2.4.4 A produção compreende três etapas:
a) análise e síntese;
b) interpretação; e
c) formalização

2.4.5 No nível FTC, a produção dos conhecimentos é realizada pela Central de Inteligência (Cent Intlg).

2.4.6 A Central de Inteligência deve ser dotada de estrutura e meios diretamente relacionados com a OM enquadrante, com a complexidade dos conhecimentos

necessários e com o volume de meios de obtenção de dados das diversas fontes empregadas. Os meios de análise disponíveis de uma Cent Intlg contam com a participação de especialistas de todas as fontes de dados utilizadas na operação.

2.4.7 Visualiza-se o funcionamento da Cent Intlg antes, durante e após o desencadeamento de uma operação militar.

2.4.8 A Cent Intlg possui as seguintes capacidades:
a) permite a integração de dados, informações e conhecimentos oriundos das diversas fontes;
b) permite a obtenção de dados em tempo real, utilizando-se plenamente da tecnologia da informação disponível; e
c) oferece flexibilidade para atender ao nível tático, operacional e estratégico, em cenários variados.

2.5 FASE DE DIFUSÃO

2.5.1 Na fase de difusão são divulgados os conhecimentos resultantes para o Comandante e o seu Estado-Maior, órgãos ou escalões que os solicitou e, ainda, mediante ordem, para quem tais conhecimentos possam interessar ou ser útil.

2.5.2 A difusão dos conhecimentos de Inteligência é feita por intermédio de vários tipos de canais de transmissão, observando o princípio da oportunidade e segurança, podendo ser verbal ou escrito (digital ou não), de acordo com a situação.

2.5.3 A estrutura de difusão é composta de equipamentos, terminais e outros meios de Tecnologia da Informação e Comunicações (TIC), estabelecida com a finalidade de proporcionar o recebimento e a transmissão de conhecimentos com segurança e oportunidade, interligando os elementos envolvidos com as ações de Inteligência.

2.5.4 A estrutura de difusão possui recursos tecnológicos eficazes e seguros que possibilitam a sua expansão e/ou atualização, sem que haja solução de continuidade.

2.5.5 A difusão do conhecimento de Inteligência produzido deve atentar para os seguintes critérios:
a) conciliar os princípios da segurança e da oportunidade, mediante o emprego dos meios de difusão mais apropriados; e
b) chegar às mãos dos usuários em tempo oportuno, permitindo a elaboração de planos e o desencadeamento de ações coerentes com a situação.

CAPÍTULO III

EXAME DE SITUAÇÃO DE INTELIGÊNCIA

3.1 GENERALIDADES

3.1.1 O Exame de Situação "é o processo sistemático de planejamento detalhado de emprego dos elementos da F Ter que visa a dar uma sequência lógica e ordenada aos diversos fatores que envolvem o processo decisório nas Operações no Amplo Espectro".

3.1.2 A correta execução do Exame de situação faz com que o planejamento dos diversos integrantes do estado-maior seja sincronizado e conduza a uma solução exequível (Ordem de Operações) para o problema tático apresentado.

3.1.3 A profundidade com que o Exame de situação vai ser executado será em função do tempo disponível, pois, do mesmo modo como poderá haver um prazo de semanas para o desencadeamento de uma operação, somente algumas horas poderão estar disponíveis. Para minorar o problema do tempo disponível, o oficial de Inteligência do Estado-Maior deve realizar seu Exame de Situação de forma contínua, em condições de apresentar suas conclusões no mais curto prazo.

3.1.4 O Exame de Situação do comandante tático é composto por etapas que são desenvolvidas simultaneamente ou não. A Célula de Inteligência (Seç Intlg organizada para uma operação militar) geralmente executa essas etapas em sequência. No entanto, pode revê-las, quando julgar necessário, à medida que novas informações forem disponibilizadas, melhorando a consciência situacional, antes de produzir os Anexos de Inteligência da Ordem de Operações.

3.1.5 O Exame de Situação é um processo dinâmico e multidimensional, que deve propiciar decisões sobre as operações correntes e, quando necessário, o planejamento de operações futuras. Este conceito não é novo, mas os avanços tecnológicos do campo de batalha têm reduzido o tempo disponível e ampliado as possibilidades que devem ser consideradas no processo de tomada de decisão operacional. Assim, o EM assessora o comandante nessa tomada de decisão e o perfeito conhecimento desse processo é essencial.

3.1.6 No Exame de Situação, a informação representa um fator importante no conceito evolutivo de conflito baseado no conhecimento. O comandante tático necessita da informação no lugar e na hora certos e com o detalhamento adequado ao seu escalão operacional. Assim, o Of Intlg provê análises detalhadas da área de operações e da ameaça, que influenciam e condicionam o desenvolvimento das operações.

3.2 MISSÃO

3.2.1 Após analisar a missão, o Cmt deve expedir sua Diretriz de Planejamento para orientar o EM no seu Exame de Situação. Não há forma estabelecida ou rígida para essa diretriz, mas o volume de detalhes é variável com a situação, a missão e a personalidade do comandante. A Diretriz do Comandante deve incluir o novo enunciado, a Intenção do Comandante do escalão considerado.

3.2.2 O novo enunciado consiste nas ações a serem realizadas pela Unidades, discriminadas no corpo da ordem de operações (parágrafos 2º e 3º), calco de operações, ordens fragmentárias, ordens de alerta e ordens particulares. Deve conter todas as ações impostas.

3.3 SITUAÇÃO E SUA COMPREENSÃO

3.3.1 Devem ser analisadas as influências do Ambiente Operacional. A caracterização do Ambiente Operacional é baseada em fatos ou em conclusões de uma análise da área de operações. Cada aspecto do Ambiente Operacional será analisado separadamente e concluído parcialmente, sendo finalmente resumido com as conclusões finais relativas a todos os aspectos.

3.3.2 CONDIÇÕES METEOROLÓGICAS

3.3.2.1 Situação existente: Analisar os dados de luminosidade e levantar a previsão meteorológica, fornecida por órgãos e/ou agências governamentais especializadas.

3.3.2.2 Efeitos sobre as operações do inimigo: Levantar os efeitos das condições climáticas e meteorológicas sobre as possíveis ações do inimigo. As conclusões devem ser apresentadas, enunciando resumidamente se as condições climáticas e meteorológicas facilitam ou não determinada L Aç, considerando o possível emprego de armamento QBN; métodos e processos particulares de combate; emprego de equipamentos ou forças com características particulares (forças aeroterrestres, equipamentos de vigilância, de comunicações e de guerra eletrônica); dissimulação; e efeitos sobre as atividades de apoio logístico.

3.3.2.3 Efeitos sobre as nossas operações: Da mesma forma que o item anterior, porém considerando as linhas de ação gerais levantadas para o cumprimento da missão imposta pelo Escalão Superior.

3.3.3 CARACTERÍSTICAS DA ÁREA DE OPERAÇÕES

3.3.3.1 Terreno

3.3.3.1.1 Na análise do terreno, devem-se utilizar amplamente as representações gráficas e imagens georreferenciadas, permanentemente atualizadas pela Inteligência.

3.3.3.1.2 Situação existente:

a) observação e campos de tiro - considerar as elevações e a vegetação quanto às possibilidades de observação e campos de tiro para ambos os contendores;
b) cobertas e abrigos - incluir, para ambos os lados, as condições de desenfiamento e disfarce proporcionadas pela existência de vegetação, edificações e elevações; e
c) obstáculos - verificar a existência de obstáculos naturais e artificiais, tais como pântanos, matas, rios e localidades.

3.3.3.1.3 Acidentes capitais:
a) com base na análise das condições de observação e campos de tiro, das cobertas e abrigos, dos obstáculos e da missão, selecionar os acidentes capitais. Considerar qualquer acidente ou área, cuja conquista, manutenção da posse ou controle propicie acentuada vantagem a qualquer das forças oponentes;
b) levantar sucintamente a influência de cada acidente capital em função da provável evolução das nossas operações e das operações do inimigo; e
c) caso o inimigo não tenha possibilidade de conquistar ou controlar determinado acidente capital, a discussão é omitida nos aspectos conclusivos.

3.3.3.1.4 Vias de acesso (VA):
a) relacionar as VA para o interior das nossas posições e para o interior das posições inimigas;
b) as VA do inimigo são relacionadas em primeiro lugar;
c) quando alguma Força oponente dispõe de um adequado número de aeronaves que possam ser usadas para o desdobramento das tropas e equipamentos à frente de suas posições, de forma a afetar substancialmente o cumprimento da missão, os corredores aéreos e possíveis rotas de aproximação de aeronaves também são levantados pela Inteligência;
d) caso nem o terreno e nem as condições climáticas e meteorológicas exerçam influência sobre a escolha de rotas aéreas, essas vias de acesso para aeronaves não são relacionadas. Para as unidades de apoio logístico o Exame das VA é baseado nas necessidades de segurança da área de retaguarda; e
e) analisar e comparar as vias de acesso relacionadas.

3.3.3.1.5 Efeitos sobre as operações do inimigo ou ameaça:
a) apresentar da mesma forma que os efeitos das condições climáticas e meteorológicas;
b) para a linha de ação de defender, levantar a melhor região de defesa e a melhor via de acesso que a ela conduz; e
c) para a linha de ação de atacar, levantar a melhor via de acesso.

3.3.3.1.6 Efeitos sobre as nossas operações - deve ser realizado da mesma forma que foi realizado para o exame dos efeitos do terreno sobre as operações do inimigo.

3.3.3.2 Outras Características

3.3.3.2.1 Quando for o caso, considerar separadamente as seguintes

características: políticas, econômicas (transporte, hidrografia, entre outros) psicossociais e outros fatores tais como, ciência e tecnologia, transporte, hidrografia e população.

3.3.3.2.2 A análise é feita seguindo a mesma norma utilizada para a análise das condições meteorológicas e do terreno.

3.3.4 SITUAÇÃO DO INIMIGO OU DA AMEAÇA

3.3.4.1 No exame sobre o inimigo ou a ameaça, devem ser levantadas informações que permitam o posterior levantamento de suas possibilidades e vulnerabilidades, bem como a probabilidade relativa de adoção dessas possibilidades. Na elaboração deste Exame é necessário selecionar os conhecimentos de Inteligência que, realmente, sejam pertinentes.

3.3.4.2 Dispositivo

3.3.4.2.1 Após a análise das características do dispositivo do Inimigo, a consolidação deverá ser de forma gráfica na forma de um calco de situação (digital ou analógico) do Inimigo.

3.3.4.3 Composição

3.3.4.3.1 Levantar todas as unidades, inclusive forças irregulares, de apoio, aéreas e navais, com suas respectivas identificações, que podem influir no cumprimento da missão da Força Ter.

3.3.4.3.2 Para a determinação das unidades inimigas que podem afetar o cumprimento da missão devem ser levados em consideração os fatores espaço e tempo.

3.3.4.4 Valor

3.3.4.4.1 Tropa empenhada:
a) identificar as Unidades terrestres inimigas e suas reservas imediatas, bem como suas unidades de apoio de fogo terrestres empregadas contra as nossas tropas, cuja área de emprego não se espera que seja mudada, e que podem se opor a qualquer linha de ação selecionada pelo comandante do escalão considerado; e
b) incluir as unidades de artilharia, inclusive as que estejam em posição para apoiar as tropas empenhadas.

3.3.4.4.2 Tropa em condições de reforçar - identificar as unidades inimigas que podem ser empregadas contra o nosso escalão, incluindo a identificação e a localização, levando em consideração os fatores de análise, espaço e tempo.

3.3.4.4.3 Apoio Aéreo - identificar o número e tipo de aeronave dentro do raio operacional, incluindo o número de surtidas diárias possíveis, por tipo de aeronave, se conhecidas. O armamento em uso pelos vetores aéreos e os efeitos de seu emprego sobre nossa tropa.

3.3.4.4.4 Operações Químicas, Biológicas e Nucleares (quando for o caso) - realizar a estimativa, conforme o caso, do número, tipo, potência e sistema de lançamento de armas nucleares e de agentes químicos e biológicos disponíveis do inimigo.

3.3.4.4.5 Outras considerações - levantar as forças inimigas conhecidas, capazes de realizar a guerra eletrônica, a guerra irregular ou a observação do campo de batalha por meios eletrônicos, acústicos e outros.

3.3.4.5 Atividades importantes, recentes e atuais

3.3.4.5.1 Levantar as informações que propiciem uma base para determinar a probabilidade relativa de adoção de linhas de ação específicas do inimigo e suas vulnerabilidades.

3.3.4.5.2 Deverão também ser relacionadas:
a) Ausência de execução, por parte do inimigo, de ações previstas ou esperadas; e
b) Qualquer indício de que o inimigo tenha conhecimento da nossa situação ou intenções.

3.3.4.6 Peculiaridades e Deficiências

3.3.4.6.1 Com base no conhecimento da doutrina, das práticas anteriores, dos princípios de guerra do inimigo, da área de operações e da situação inimiga descrita e estudada anteriormente, relacionar os assuntos que permitam o levantamento de vulnerabilidades e a determinação da possibilidade relativa de adoção das L Aç do inimigo.

3.3.4.6.2 Os assuntos analisados deverão ser grupados em itens, de acordo com a necessidade: pessoal, Inteligência, operações, logística, comunicação social, assuntos civis e personalidade.

3.3.4.7 Análise e Discussão: A fim de proporcionar uma base para conclusões sobre a adoção das possibilidades do inimigo e da probabilidade dessa adoção, cada possibilidade ou combinações adequadas são analisadas em itens independentes. Todas as informações anteriores relacionadas são consideradas, seja para apoiar ou rejeitar a viabilidade de adoção da possibilidade. Após relacionar todos os indícios, cada possibilidade é analisada tendo em vista determinar se ela é vantajosa ou não para o inimigo. Essa análise torna-se desnecessária quando a conclusão for óbvia ou quando não houver indício de adoção dessa possibilidade, exceto quando essa adoção feita pelo inimigo venha tornar altamente comprometedor o desempenho da nossa missão. Esta exceção é feita a fim de chamar a atenção para a principal ameaça.

3.3.5 CONSIDERAÇÕES CIVIS

3.3.5.1 Por Considerações Civis se entende o conjunto de atividades referentes ao relacionamento do comandante e dos demais componentes de uma organização

ou força militar com as autoridades civis e a população da área ou território, sob a responsabilidade ou jurisdição do comandante desta organização ou força. Compreendem comunicação social, ação comunitária e assuntos de governo.

3.3.5.2 As Considerações Civis devem ser voltadas para analisar a influência da cultura e das atividades da população local sobre o (a) TO/A Op e a condução das operações sobre essas populações. Nessas considerações incluem-se os efeitos da infraestrutura, das instituições e organizações civis e da liderança política/civil local. As considerações civis compreendem seis vetores: áreas, estruturas, capacidades, organizações, pessoas e eventos.

3.3.5.3 A análise realizada deve avaliar como as Considerações Civis podem afetar as operações e que apoio pode ser obtido por parte das autoridades civis.

3.3.5.4 Podem-se levantar considerações civis complementares ou outros aspectos que possam enriquecer a análise: línguas e dialetos falados pela população; comunicação não verbal (gestos e sinais); níveis de educação, incluídas as taxas de alfabetização e disponibilidade de educação; meios de comunicação e sua importância para a população; importância da comunicação interpessoal, face a face, por telefone e email; importância da mídia de massa, tais como publicações impressas, rádio, televisão ou internet; história política nacional; eventos que conduziram à insurreição e a disponibilidade de armas para a população em geral.

3.3.5.5 O Conhecimento Cultural nas Considerações Civis

3.3.5.5.1 A construção da consciência situacional considera a cultura (a própria e a dos outros atores existentes no TO/A Op) e seus possíveis reflexos sobre as operações. As crenças, valores, normas de conduta social, costumes e tradições de uma sociedade formam um conjunto que exerce influência sobre a forma como os integrantes de uma sociedade entendem e definem parâmetros sobre o que é permitido ou não e como avaliam o que é ou não relevante.

3.3.5.5.2 A cultura constitui a base da estrutura mental que baliza o pensamento e as decisões dos indivíduos. O que uma cultura considera ético e racional, outra pode considerar irracional ou antiético. Compreender a cultura de determinada sociedade ou grupo social produz reflexos diretos no modo como a força cumprirá a missão.

3.3.5.5.3 Essa compreensão está relacionada à cultura de diferentes regiões do país (regionalismo). Os fatores culturais são analisados respondendo a quatro questões:
a) como nossa própria cultura afeta a percepção sobre a situação?
b) quais os principais aspectos culturais na região, onde são realizadas as operações?
c) que aspectos históricos são relevantes para entender a cultura da região onde

são realizadas as operações?
d) quais as diferenças de cultura organizacional e “modus operandi” das demais agências (civis e militares) envolvidas nas operações?

3.3.5.5.4 Nossas tropas tendem a interpretar os acontecimentos de acordo com os princípios e valores intrínsecos à nossa cultura. É fundamental que comandantes em todos os níveis reconheçam que suas percepções individuais influenciam muito como entender as situações e como tomar decisões. Refletir sobre as diferenças entre a sua cultura e as culturas presentes no (a) TO/A Op permite que o comandante questione constantemente a validade das hipóteses que formulou sobre a situação.

3.3.5.5.5 É igualmente importante a compreensão da cultura organizacional de órgãos governamentais e não governamentais nas operações em ambiente interagências. Com o objetivo de obter unidade de esforços entre todos os vetores participantes da operação, é crucial conhecer essas culturas para a construção da confiança mútua, entendimento da situação e tomada de decisões. Autoridades civis da área e policiais, também, podem constituir-se em valiosas fontes de dados. Todavia, tais dados precisam ser rigorosamente avaliados, pois é possível que esses elementos sejam simpatizantes ou, até mesmo integrantes de um dos grupos em litígio.

3.3.6 POSSIBILIDADES DO INIMIGO, LINHAS DE AÇÃO E CONFRONTO

3.3.6.1 Com base nas informações e análises anteriores, deve-se levantar e enumerar as possibilidades do inimigo. A enumeração dessas possibilidades proporciona uma base para a análise das informações disponíveis, a fim de poder concluir quais as possibilidades que o inimigo pode adotar como linhas de ação específicas, bem como a probabilidade relativa de adoção dessas linhas de ação.

3.3.6.2 Enumeração

3.3.6.2.1 O novo enunciado deve responder as seguintes perguntas: “O QUE”, “QUEM”, “QUANDO”, “ONDE”, “COMO” e “COM QUE VALOR” para cada possibilidade levantada do inimigo.

3.3.6.3 Possibilidades do Inimigo e confronto com as Linhas de Ação (Jogo da Guerra)

3.3.6.3.1 Após analisar a situação, tendo a compreensão do inimigo e de nossas forças, inicia-se a fase de estudo das possibilidades do inimigo (Psb I) com o objetivo de chegar às suas possíveis linhas de ação e, na sequência, levantar as nossas próprias linhas de ação.

3.3.6.3.2 No levantamento das possibilidades do inimigo, busca-se definir a atitude da força oponente e levantar todas as suas possibilidades de atuação, mesmo aquelas com baixa probabilidade de adoção, sempre observando os

meios que o inimigo dispõe e a capacidade de interferir na missão do escalão considerado.

3.3.6.3.3 O levantamento das possibilidades do inimigo por parte do Chefe da Seção de Inteligência irá possibilitar ao Chefe da Seção de Operações iniciar o processo de formulação das linhas de ação (L Aç), que são conjuntos de ações, ou operações, que possibilitam o cumprimento da Missão.

3.3.6.3.4 Por ocasião do confronto das linhas de ação com as possibilidades do inimigo (jogo da guerra), a condução do confronto é de responsabilidade do Ch EM ou subcomandante, com a participação de elementos de todas as seções do EME.

3.3.6.3.5 O confronto é arbitrado de maneira que, ao final da fase possa ser utilizado como fundamento para serem introduzidos os aperfeiçoamentos e definição da L Aç a ser proposta ao comandante na fase seguinte do planejamento operacional.

3.3.6.4 Estimativas de Inteligência e Corrente - ao final do Jogo da Guerra, a Seção de Inteligência confecciona a "Estimativa de Inteligência" (anexo) e as subsequentes "Estimativas Correntes" (anexo).

3.3.7 CONCLUSÕES

3.3.7.1 O Exame de Situação conclui sobre os efeitos da área de operações sobre as nossas linhas de ação gerais, de linhas de ação mais prováveis de adoção pelo inimigo, inclusive a probabilidade relativa de adoção, bem como a identificação das vulnerabilidades do inimigo que podem ser aproveitadas, de modo a servir de base para a seleção da nossa linha de ação.

3.3.7.2 Efeitos da área de operações sobre as nossas operações - considerar todas as L Aç gerais que permitam cumprir ou facilitar o cumprimento da nossa missão, tais como: atacar, defender, retrair, empregar apoio aéreo, empregar blindados, ou mesmo, forças irregulares.

3.3.7.3 Linhas de Ação Prováveis do Inimigo - as L Aç mais prováveis do inimigo são levantadas em ordem de probabilidade relativa de adoção. Uma L Aç provável pode incluir várias L Aç possíveis de serem executadas concomitantemente.

3.3.7.4 Vulnerabilidades - levantar os efeitos das peculiaridades e deficiências que resultam em vulnerabilidades, que possam ser aproveitadas pelo escalão considerado ou pelos escalões superiores ou subordinados.

CAPÍTULO IV

EXAME DE SITUAÇÃO DE CONTRAINTELIGÊNCIA

4.1 GENERALIDADES

4.1.1 A CONTRAINTELIGÊNCIA TEM POR FINALIDADE:

4.1.1.1 Impedir que uma força inimiga, real ou potencial, adquira conhecimentos sobre nossa ordem de batalha, situação em material, pessoal, planos, vulnerabilidades e possibilidades;

4.1.1.2 Impedir ou reduzir os efeitos das atividades de espionagem, sabotagem, desinformação, propaganda adversa e terrorismo contra as nossas forças;

4.1.1.3 Proporcionar liberdade de ação para o Comando;

4.1.1.4 Contribuir para a obtenção da surpresa;

4.1.1.5 Impedir ou limitar as ações que possibilitem a força inimiga de obter a surpresa;

4.1.1.6 Impedir ou neutralizar as ações hostis que possam afetar o potencial de nossas forças; e

4.1.1.7 Induzir o centro de decisão adversário à tomada de decisões equivocadas.

4.1.2 Assim, a C Intlg deve detectar, identificar e analisar a ameaça inimiga oriunda das fontes humanas, de sinais, de imagens, cibernética e outras, planejando ações e medidas para neutralizar ou eliminar essas ameaças.

4.1.3 Para uma melhor execução da C Intlg, deve-se admitir que a Atv Intlg Ini seja tão eficiente quanto a da nossa Força.

4.1.4 Normalmente, em relação às nossas forças, os dados e/ou conhecimentos que mais interessam ao inimigo são os seguintes:
a) possibilidades, vulnerabilidades e limitações;
b) ordem de batalha;
c) intenções e planos de emprego;
d) sistemas de apoio logístico e administração;
e) doutrina;
f) perda de homens e material;
g) dados biográficos e personalidade do Cmt;
h) estrutura e funcionamento da Inteligência;
i) medidas de segurança em execução;

j) relacionamento com a população em geral; e
k) normas e medidas de segurança em vigor.

4.1.5 Entre as mais importantes origens, os processos pelos quais o inimigo pode obter dados e/ou conhecimentos são:
a) observação e reconhecimento;
b) prisioneiros de guerra e refugiados;
c) transmissões eletromagnéticas;
d) atividades cibernéticas;
e) imagens;
f) documentação e material;
g) noticiário dos órgãos de mídia;
h) indiscrições acidentais ou não;
i) agentes de Inteligência e colaboradores; e
j) população em geral.

4.2 PLANEJAMENTO DE CONTRAINTELIGÊNCIA

4.2.1 O planejamento de C Intlg está baseado nas atividades relacionadas às possibilidades das forças inimigas em obter dados e/ou conhecimentos sensíveis e em executar ações de sabotagem, propaganda adversa, espionagem, terrorismo e desinformação.

4.2.2 Para tal, o planejamento visa a estabelecer planos para eliminar ou neutralizar aquelas possibilidades, fornecer diretrizes para a execução dos segmentos de C Intlg e supervisionar o seu cumprimento.

4.2.3 Muitas das atividades de C Intlg possuem caráter permanente e são executadas, desde a situação de normalidade. Em operações, estas atividades alcançam seu nível mais elevado de desenvolvimento e para cada situação real surge a necessidade da aplicação de medidas específicas, que podem completar ou substituir as existentes.

4.2.4 O planejamento de C Intlg realiza-se simultaneamente com o planejamento e execução dos demais planos/ordens de operações.

4.2.5 O Oficial de Inteligência proporá as medidas a serem adotadas para alcançar o grau de segurança necessário, em todo seu espectro de execução. Para isto, a realização do Exm Sit de C Intlg obterá o necessário embasamento para a confecção do Plano de Contrainteligência.

4.3 EXAME DE SITUAÇÃO DE CONTRAINTELIGÊNCIA

4.3.1 Este exame é uma avaliação das possibilidades da Inteligência inimiga, a fim de determinar a probabilidade relativa e a potencialidade dessas possibilidades e os consequentes efeitos sobre nossas linhas de ação. Para tanto, avalia a

eficiência de nossas medidas de C Intlg na contenção dessas possibilidades e a necessidade de medidas adicionais ou o incremento de outras.

4.3.2 O estudo é baseado no conhecimento da Ordem de Batalha das Unidades, Organizações e Órgãos Inimigos que executam a Atividade de Inteligência, Comunicação Social e de Operações Psicológicas. O estudo também aborda as Forças Inimigas que sejam capazes de realizar atos de sabotagem, terrorismo, espionagem, propaganda adversa e desinformação, também devem ser analisadas. São de especial interesse a organização, a instrução, o material, a doutrina, as técnicas e o desdobramento existente.

4.3.3 A realização do Exame de Situação de C Intlg é fundamental para que a Célula de Inteligência possa elaborar o Plano de Contrainteligência (quando não confeccionado o apêndice de C Intlg, constante do An Intlg). Além disso, subsidiará o Oficial de Segurança Orgânica (OSO) na elaboração do Programa de Desenvolvimento da Contrainteligência (PDCI) do Cmdo FTC e permitirá uma melhor definição das medidas de C Intlg a serem estabelecidas.

4.3.4 As medidas operativas levantadas como necessárias para neutralizar ou obstruir as ameaças constantes do Plano de C Intlg subsidiarão a Célula de Proteção do Cmdo FTC, na confecção de seus Planos e Ordens.

4.3.5 O Exame de Situação de C Intlg é aplicável a todos os escalões, sendo preparado pela Célula de Intlg, na FTC e nas Grandes Unidades e pelo chefe da 2ª seção, no escalão OM.

4.3.6 O Subchefe da Cel Intlg da FTC é o responsável por supervisionar a execução do Exame de Situação de C Intlg e a implementação das medidas de C Intlg decorrentes. Para tanto, será apoiado pela Turma de Coordenação de Contrainteligência.

4.4 ETAPAS DO EXAME DE SITUAÇÃO DE CONTRAINTELIGÊNCIA

4.4.1 MISSÃO - a finalidade da análise da missão é fazer com que o comandante adquira uma ideia clara e completa das principais ameaças e vulnerabilidades envolvidas na operação. Com isso, poderá identificar os principais ativos a serem protegidos, de acordo com os grupos de medidas da segurança orgânica e ativa. Isso incluirá o entendimento da relação da missão de seu escalão com a de seu escalão superior, bem como de outras forças que participarão da operação, na área de C Intlg.

4.4.2 CARACTERÍSTICAS DA ÁREA DE OPERAÇÕES

4.4.2.1 A AOp abrange a Z Aç e a área de interesse. A Z Aç é imposta pelo Esc Sp, exceto em missões descentralizadas (alcance efetivo das armas de apoio). A área de interesse é definida pelo comandante, com base em proposta apresentada pelo seu EM.

4.4.2.2 Os seguintes aspectos devem ser explorados neste tópico:

4.4.2.2.1 Forças Amigas:
a) as forças amigas presentes na área operacional com ênfase em nossas vulnerabilidades (logísticas, comunicações, manobrae cibernéticas) ante a capacidade inimiga de busca de conhecimento e/ou realizar ações de sabotagem, terrorismo, desinformação, operações psicológicas e propaganda adversa;
b) levantamento dos principais meios críticos e ativos a serem protegidos; e
c) levantamento das principais vulnerabilidades existentes na segurança orgânica de nossas Forças, conforme os grupos de medidas.

4.4.2.2.2 Inimigo - deverão ser considerados os dados gerais disponíveis sobre o inimigo, particularmente os relativos à sua doutrina de emprego, informações recebidas do escalão superior, ordem de operações, valor, dispositivo e composição.

4.4.2.2.3 Terreno - aspectos do terreno que podem ser explorados pelas ameaças:
a) disponibilidade de cobertas e abrigos;
b) vias de acesso;
c) condições gerais para o deslocamento de Tr a pé e embarcadas;
d) presença de obstáculos significativos que possam dificultar o deslocamento; e
e) condições de aproveitamento dos recursos locais por parte das ameaças.

4.4.2.2.4 Condições meteorológicas:
a) temperatura;
b) precipitações;e
c) luminosidade.

4.4.2.2.5 Considerações Civis:
a) neste momento do Exame de Situação, é realizada uma rápida análise sobre as informações passadas pelo Esc Sp ou que já estavam de posse da Unidade; e
b) o analista busca verificar se ocorrerá impacto sobre a missão a ser realizada pela Unidade. Caso as considerações civis tornem-se um fator de decisão relevante, as mesmas deverão ser estudadas com maior profundidade durante a próxima fase do Exm Sit.

4.4.3 SITUAÇÃO DAS FORÇAS INIMIGAS

4.4.3.1 Neste parágrafo são estudadas as atividades inimigas, recentes e atuais, particularmente os Órgãos de Inteligência inimigos, bem como as Unidades com capacidade de realizar ações de sabotagem, terrorismo, espionagem, operações psicológicas, propaganda adversa e desinformação.

4.4.3.2 São considerados, quando possível, dados e/ou conhecimentos relativos à doutrina, organização, instrução, desdobramento, material, composição, efetivos, características, técnicas, possibilidades e vulnerabilidades dos meios executantes daquelas atividades e ações.

4.4.3.3 Se necessário, deve-se incluir neste exame, o conhecimento que as forças inimigas possuem de nossas atividades de Inteligência e Contrainteligência.

4.4.3.4 Identificar, no caso de operações de defesa interna e manutenção da paz, as forças adversas, os grupos hostis, organizações terroristas, organizações criminosas e outras organizações atuantes na área de operações.

4.4.4 CAPACIDADES DAS FORÇAS INIMIGAS

4.4.4.1 É uma avaliação das possibilidades das diversas fontes de Inteligência e Contrainteligência inimiga (humanas, imagens, sinais e cibernética), bem como de suas Unidades e Órgãos com capacidade de realizar sabotagem, terrorismo, espionagem, operações psicológicas, propaganda e desinformação, a fim de determinar a probabilidade relativa e a potencialidade dessas possibilidades e os consequentes efeitos sobre nossas linhas de ação.

4.4.4.2 Tais capacidades devem contemplar as diversas fases do planejamento, particularmente quanto à probabilidade de interferência nos sistemas de comando e controle, apoio logístico, instalações críticas, manobra, ambiente cibernético e outros que devam ser protegidos, sob pena de comprometer o cumprimento da missão.

CAPÍTULO V

PROCESSO DE INTEGRAÇÃO TERRENO, CONDIÇÕES METEOROLÓGICAS, INIMIGO E CONSIDERAÇÕES CIVIS (PITCIC)

5.1 CONSIDERAÇÕES GERAIS

5.1.1 O Processo de Integração Terreno, Condições Meteorológicas, Inimigo e Considerações Civis (PITCIC) é um processo cíclico de caráter gráfico que permite, mediante análise integrada, a visualização de como o terreno, as condições meteorológicas e as considerações civis condicionam as próprias operações e as do inimigo, fornecendo dados reais e efetivos para auxiliar a tomada de decisões adequadas. É um processo de apoio ao Exame de Situação, particularmente durante a montagem das linhas de ação.

5.1.2 O oficial de Inteligência é o responsável pela condução do PITCIC, que é uma atividade de planejamento contínuo realizado pela Célula de Inteligência. O PITCIC permite ao decisor visualizar como o terreno e as condições meteorológicas condicionam ou poderiam condicionar as nossas operações ou as do inimigo e, em consequência, a partir dessa imagem gráfica, tomar decisões mais adequadas, maximizando o poder de combate em pontos críticos de tempo e espaço.

5.1.3 O PITCIC integra todo o Processo de Condução das Operações Terrestres, desde a identificação dos conhecimentos necessários até o apoio ao processo decisório, sendo revisado e atualizado durante a execução pela análise das Estimativas Correntes. Os conhecimentos que não estão disponíveis são identificados durante o PITCIC, o que serve para orientar os esforços dos meios de obtenção e de Inteligência.

5.1.4 Os princípios doutrinários do PITCIC são comprovados e aplicáveis a todas as situações e em todos os escalões. Sua execução pode ser facilitada pelo planejamento paralelo e colaborativo:

5.1.4.1 Planejamento paralelo ocorre quando dois ou mais escalões trabalham simultaneamente na mesma operação, compartilhando informação sequencialmente, através de ordens de alerta do escalão superior, antes que este emita o seu plano ou ordem de operação. Alertadas sobre as operações futuras, as unidades subordinadas não aguardam o escalão superior expedir planos para começar a desenvolver os seus próprios planejamentos ou ordens. Esta técnica requer cerrada interação entre os escalões.

5.1.4.2 Planejamento colaborativo é a interação entre comandantes e estados-maiores dos vários escalões envolvidos, que compartilham informações e conhecimentos

ao longo do processo de planejamento, independente de sua localização física, e participam do desenvolvimento das linhas de ação do escalão superior.

5.1.5 Em nossos dias, considera-se que a velocidade, o movimento e o dinamismo do combate envolvem a área de operações como um todo, e que o comandante e seus assessores devem analisá-lo em conjunto, ainda que tenham responsabilidades distintas, já que o problema é único.

5.1.6 É importante que as Células de Inteligência nos diversos escalões contem, de acordo com o respectivo nível, com especialistas em Inteligência do terreno, meteorologia e considerações civis e que, além disso, possam empregar equipes técnicas de engenharia e meteorologistas na obtenção de dados relacionados com suas funções. Tal aspecto, como será visto nos capítulos específicos do terreno, condições meteorológicas e considerações civis, é vital para o bom resultado do Processo.

5.1.7 Todos os comandantes e membros dos EM devem compreender e aplicar o PITCIC durante o processo decisório. Por meio deste Processo, o EM pode identificar fatos e suposições sobre o inimigo, terreno, condições meteorológicas e considerações civis que permitem a realização de um planejamento eficaz.

5.2 FASES DO PITCIC

5.2.1 O PITCIC, da mesma forma que o ciclo de Inteligência, é um processo contínuo e cíclico, onde todas as suas fases se realizam de forma simultânea, já que o produto do seu trabalho pode estar sendo utilizado em uma operação ou ação e, além disso, existirem outros planejamentos em andamento.

5.2.2 Por ser um processo sistemático e contínuo de análise, o PITCIC integra a doutrina inimiga com as condições meteorológicas, o terreno, as considerações civis, a missão e o ambiente específico da área onde serão realizadas as operações, permitindo determinar e avaliar as vulnerabilidades, limitações e capacidades da ameaça e, assim, determinar as suas linhas de ação.

5.2.3 O PITCIC fundamenta-se na montagem de um banco de dados, desde o tempo de paz, para cada área onde uma força pode ser empregada. Quando associado aos aspectos abordados anteriormente, será utilizado em proveito da manobra e dos seus apoios.

5.2.4 O PITCIC consiste em quatro fases: definição do ambiente operacional, identificação dos efeitos ambientais sobre as operações, avaliação da ameaça e a determinação das possíveis linhas de ação da ameaça. A figura 5-1 mostra esquematicamente as diferentes fases que formam o processo, que serão detalhadas com maior profundidade em cada um dos capítulos correspondentes.

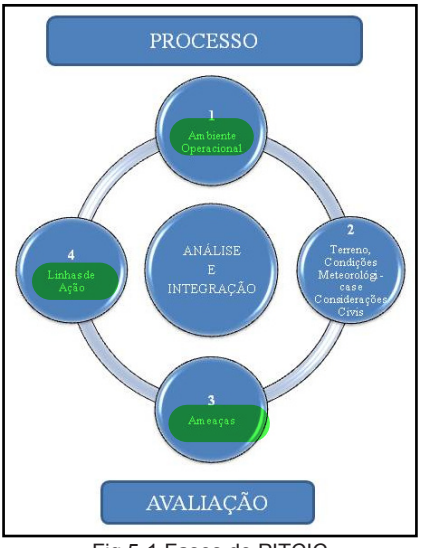

Fig 5-1 Fases do PITCIC

5.2.5 DEFINIÇÃO DO AMBIENTE OPERACIONAL - 1ª FASE

5.2.5.1 A definição do ambiente operacional é a base para a análise dos demais fatores que constituem o Processo. Nesta fase, o Of Intlg buscará identificar as características significativas do ambiente que influenciarão as operações, com destaque para as ameaças que poderiam opor-se ou dificultar o cumprimento da missão. Além disso, serão estabelecidos os limites do espaço geográfico onde a força cumprirá a missão, terá capacidade de influenciar os combates e obterá os conhecimentos de Inteligência.

5.2.5.2 Desde a 1ª Fase do PITCIC, o Of Intlg deve desencadear o esforço de obtenção de dados. Para isso, poderá utilizar os próprios meios de busca e, se for o caso, solicitar o apoio do escalão superior e dos elementos vizinhos. Tudo isso é desenvolvido com o objetivo de fornecer ao Cmt um quadro elucidativo da área de operações.

5.2.6 IDENTIFICAÇÃO DOS EFEITOS AMBIENTAIS SOBRE AS OPERAÇÕES - 2ª FASE

5.2.6.1 Os efeitos ambientais sobre as operações são aqueles exercidos pelo terreno, pelas condições meteorológicas e pelas considerações civis. Ao longo do processo, jamais se deve perder de vista que esses fatores são interdependentes, devendo a sua análise ser realizada de forma integrada.

5.2.6.2 Análise do Terreno

5.2.6.2.1 Em geral, o detalhamento da análise do terreno dependerá do escalão considerado. O importante, nesta fase, é a determinação dos aspectos

gerais e militares do terreno que interessam às operações e a sua representação gráfica.

5.2.6.2.2 Nesta fase, deverão ser complementados os conhecimentos já disponíveis. Para isso, cresce de importância a coordenação com os especialistas em terreno e o apoio de engenharia.

5.2.6.2.3 A análise do terreno será, então, integrada à análise das condições meteorológicas.

5.2.6.2.4 Da análise do fator terreno (já integrado às condições meteorológicas), busca-se determinar os efeitos sobre as capacidades, vulnerabilidades e limitações das próprias forças e do inimigo.

5.2.6.3 Análise das Condições Meteorológicas

5.2.6.3.1 Para a obtenção de dados relativos a este fator, será de suma importância contar com o apoio de equipes meteorológicas.

5.2.6.3.2 Cabe ressaltar que a análise do terreno é realizada levando-se em conta os fatores meteorológicos. Não é comum a produção de calcos específicos dos fenômenos meteorológicos, pois seus efeitos podem ser lançados diretamente nos produtos gráficos do terreno, complementando-os.

5.2.6.3.3 Da análise deste fator, busca-se determinar os seus efeitos sobre o terreno e o espaço aéreo, e, dessa maneira, determinar como os nossos meios e os do inimigo serão afetados.

5.2.6.4 Análise das Considerações Civis

5.2.6.4.1 Entende-se como considerações civis a influência das instituições civis, das atitudes e atividades das lideranças civis, da população, da opinião pública, do meio ambiente, da infraestrutura construída pelo homem, das agências nacionais e internacionais, governamentais ou não governamentais, com capacidade de influir e formar opiniões entre os nacionais ou internacionais, no espaço de batalha.

5.2.6.4.2 Para a obtenção de dados relativos a este fator, devem-se analisar atitudes e atividades da população, instituições e lideranças civis, opinião pública, meio ambiente, infraestrutura construída pelo homem, agências nacionais e internacionais, governamentais ou não.

5.2.7 AVALIAÇÃO DA AMEAÇA - 3ª FASE

5.2.7.1 De acordo com a Metodologia para a Produção do Conhecimento – Defesa Externa, Defesa Interna ou Manutenção da Paz - o termo inimigo deverá ser considerado, respectivamente, como Força Oponente, Forças Adversas ou Forças Beligerantes.

5.2.7.2 Durante esta fase, deve-se examinar a doutrina da ameaça, suas táticas,

capacidades, vulnerabilidades, limitações, armamento e equipamento e outros dados disponíveis.

5.2.7.3 Na análise desse fator, inicialmente, busca-se determinar a forma como a ameaça combateria se não estivesse condicionada pelo terreno e condições meteorológicas, ou seja, de forma doutrinária (matrizes doutrinárias). Esse possível desdobramento, associado às informações atualizadas das forças inimigas, é reproduzido em um calco (analógico ou digital) que permite a superposição em uma carta (analógica ou digital), confeccionando-se, desta forma, os chamados Calcos de Situação.

5.2.8 DETERMINAÇÃO DAS POSSÍVEIS LINHAS DE AÇÃO DA AMEAÇA - 4ª FASE

5.2.8.1 Nesta última fase do processo, que é a mais importante, realiza-se a integração do conjunto das fases anteriores, reunindo, sob a forma gráfica, todos os dados e conhecimentos sobre a ameaça, o terreno, as condições meteorológicas e as considerações civis dentro da área considerada.

5.2.8.2 Ao integrar nesta fase as condicionantes que o terreno, as condições meteorológicas e as considerações civis impõem ao movimento da ameaça, determinam-se suas reais possibilidades.

5.2.8.3 Nesta fase serão levantadas, como hipóteses, as linhas de ação da ameaça em forma de prioridades, bem como, serão elaborados calcos e matrizes que permitirão ao Oficial de Inteligência acompanhar as atividades da ameaça e auxiliar o Cmt em suas decisões. Com o término desta fase e a difusão dos produtos do PITCIC, deve-se prosseguir no levantamento e atualização de dados, realimentando o processo.

5.3 RESPONSABILIDADES E FUNÇÕES NO PITCIC

5.3.1 O PITCIC é um processo que exige a participação de todo o EM, embora o principal responsável pela sua execução seja o Oficial de Inteligência.

5.3.2 O EM necessita do apoio de todos os elementos que possam proporcionar dados referentes a seu trabalho, podendo, inclusive, que esse apoio seja materializado por outros organismos e unidades, tais como os engenheiros especialistas em terreno, equipes meteorológicas, escalão superior, vizinhos, etc.

5.3.3 O Of Intlg, além de ser o responsável pelo PITCIC, é o seu coordenador. Ele dirige o processo e assegura que os Elementos Essenciais de Inteligência (EEI) do comandante sejam atendidos. O Of Intlg e sua equipe de trabalho obtêm os dados necessários do inimigo, do terreno, das condições meteorológicas e das considerações civis, que serão integrados e analisados. O resultado será utilizado em proveito da manobra e seus apoios.

5.3.4 ATRIBUIÇÕES DO OFICIAL DE INTELIGÊNCIA

5.3.4.1 Como principal responsável pela execução do PITCIC, cabe ao Of Intlg:

5.3.4.1.1 Estabelecer um banco de dados que compreenda todas as informações relevantes sobre o ambiente operacional e as ameaças;

5.3.4.1.2 Identificar as características da área de operações, incluindo as considerações civis, que irão influenciar as nossas operações e as do inimigo;

5.3.4.1.3 Estabelecer a Área de Interesse, de acordo com as diretrizes do comandante;

5.3.4.1.4 Levantar e consolidar as Necessidades de Inteligência;

5.3.4.1.5 Monitorar e difundir previsões contínuas sobre as condições meteorológicas, determinando as suas influências nas operações correntes e planejadas;

5.3.4.1.6 Identificar os riscos existentes na área de operações, incluindo riscos de doenças e materiais industriais tóxicos;

5.3.4.1.7 Identificar as características do ambiente informacional que poderão ser influenciadas pelas operações do inimigo;

5.3.4.1.8 Determinar a doutrina, técnicas, táticas e procedimentos empregados pelo inimigo;

5.3.4.1.9 Identificar as possibilidades do inimigo, as matrizes doutrinárias e apoiar a identificação dos Alvos de Alto Valor;

5.3.4.1.10 Determinar as diversas linhas de ação possíveis do inimigo, antecipando suas ações futuras, capacidades ou situações.

5.3.4.1.11 Integrar as informações do PITCIC no exame de situação.

5.3.4.1.12 Contribuir com a avaliação da efetividade das nossas operações.

5.3.4.1.13 Planejar, em conjunto com todos os Oficiais do Estado-Maior, as atividades de Inteligência, Reconhecimento, Vigilância e Aquisição de Alvos (IRVA).

5.4 O PITCIC E O EXAME DE SITUAÇÃO

5.4.1 Os Comandantes e os EM empregam o Exame de Situação para desenvolver linhas de ação para a decisão e produção de planos ou ordens. Os produtos do PITCIC são essenciais para apoiar esse processo decisório. A Figura 5.2 abaixo mostra as seis fases do Exame de Situação e seu relacionamento com as quatro fases do PITCIC. Outras informações sobre o Exame de Situação podem ser encontradas no manual EB20-MC.10-211 – “Processo de Planejamento e Condução das Operações Terrestres”.

EXAME DE SITUAÇÃO DO COMANDANTE	PITCIC
FASES	FASES
01 Análise da Missão e Considerações Preliminares	01 Definição do Ambiente Operacional
02 A situação e sua compreensão	02 Identificação dos Efeitos Ambientais sobre as Operações 03 Avaliação da Ameaça
03 Possibilidades do Inimigo, Linhas de Ação e Confronto (Jogo da Guerra)	03 Avaliação da Ameaça 04 Determinação das Possíveis Linhas de Ação da Ameaça
04 Comparação das Linhas de Ação	X
05 Decisão	X
06 Plano/Ordem de Operações	X

Tab 5-1 Relacionamento das fases do Exame de Situação com as do PITCIC

5.4.1.1 A finalidade da análise da missão e considerações preliminares é fazer com que o Cmt adquira uma ideia clara e completa do problema militar antes de tentar solucioná-lo. Ao término da análise da missão, o Cmt emite a sua diretriz de planejamento e uma ordem de alerta ou ordem preparatória aos comandantes subordinados.

5.4.1.2 Já durante o recebimento da missão, a célula de Inteligência realiza uma avaliação dos dados disponíveis para identificar lacunas no conhecimento. Da mesma forma, o EM busca atualizar os bancos de dados, em suas áreas funcionais, com dados de diversas fontes. A célula de Inteligência deve inteirar-se da ordem de operações do escalão superior e do seu anexo de Inteligência. Além disso, deve iniciar a confecção dos calcos das forças inimigas, com base nos bancos de dados, estimativas da situação atual do inimigo e nos dados do terreno e condições meteorológicas. A confecção ou atualização, de forma antecipada, dos calcos das forças inimigas irá facilitar os trabalhos da célula de Inteligência no prosseguimento do exame de situação.

5.4.1.3 Durante a primeira fase do exame de situação, o EM realiza a primeira fase do PITCIC, a definição do ambiente operacional, com a identificação da zona de ação e determinação da área de interesse. Além disso, a célula de

Inteligência verifica as condições de execução da operação, especialmente em relação a:
a) plano de dissimulação tática do escalão superior;
b) considerações iniciais sobre a área de operações;
c) condicionantes e riscos relacionados à Inteligência;
d) facilidades e restrições ao planejamento da operação e de Inteligência;
e) meios de Inteligência e reconhecimento recebidos;
f) influência dos fatores operativos (políticos, econômicos, social, infraestrutura, informações, ambiente físico e tempo);
g) considerações iniciais sobre o inimigo presente;
h) considerações civis preliminares;
i) atualização das estimativas correntes; e
j) proposta inicial das Necessidades de Inteligência.

5.4.1.4 Durante a análise da missão, todas as seções do EM devem iniciar a definição dos EEI que serão necessários para o planejamento da operação em suas áreas funcionais.

5.4.1.5 Antes e durante o Exame de Situação, deve ser realizado um esforço de Inteligência para que o comandante e o EM disponham do maior número possível de informações para reduzir a incerteza no momento da execução das operações. Mesmo durante o planejamento, podem surgir EEI não observados anteriormente, que contribuam para o desenvolvimento das nossas linhas de ação, bem como as do inimigo.

5.4.2 A SITUAÇÃO E SUA COMPREENSÃO

5.4.2.1 Nessa fase do exame de situação, todos os dados relativos ao problema serão analisados detalhadamente. O trabalho deve ser iniciado pelas características da área de operações ou da zona de ação, considerando os fatores operacionais que se aplicam ao escalão, e abrange dados das forças inimigas, das próprias forças, das forças amigas e do Poder Relativo de Combate.

5.4.2.2 Durante a segunda fase do exame de situação, a Seção de Inteligência realiza, também, a segunda fase do PITCIC (Identificação dos Efeitos Ambientais sobre as Operações) e inicia a terceira fase (Avaliação da Ameaça). Nessa oportunidade, a célula de Inteligência deve realizar as seguintes atividades:
a) retificar ou ratificar a determinação da Área de Operações, em coordenação com os demais integrantes do EM;
b) levantar os dados disponíveis acerca da Área de Operações;
c) confeccionar o Calco de Restrição ao Movimento;
d) confeccionar o Calco de Vias de Acesso;
e) realizar a análise do terreno e das condições meteorológicas;
f) analisar as considerações civis;
g) atualizar os Calcos Doutrinários do Inimigo;
h) analisar a situação do Inimigo e produzir os calcos respectivos;

i) apoiar o EM na determinação dos Alvos de Alto Valor e Alvos Altamente Compensadores;
j) identificar as vulnerabilidades críticas do inimigo;
k) levantar os fatores de força e fraqueza do inimigo;
l) analisar o Poder Relativo de Combate juntamente com o Oficial de Operações;
m) atualizar as estimativas correntes;
n) consolidar as necessidades de Inteligência; e
o) expedir matrizes do Plano de Obtenção de Conhecimento (POC) para as OM da Força, direcionando o esforço de obtenção.

5.4.2.3 Durante o Exame de Situação, os produtos do PITCIC permitem ao Cmt considerar a situação do ambiente operacional e estabelecer hipóteses sobre como as forças amigas e o inimigo irão interagir nesse ambiente. A descrição dos efeitos do ambiente operacional identifica restrições às possíveis linhas de ação das nossas forças e aspectos essenciais do ambiente operacional, como vias de acesso, áreas de engajamento e zonas de aterragem, as quais são integradas às possíveis linhas de ação e estimativas correntes.

5.4.2.4 A avaliação do inimigo fornece informações detalhadas sobre seu dispositivo, composição, valor, atividades recentes e atuais, peculiaridades e deficiências, dados que o EM necessita para as estimativas correntes e o planejamento. O PITCIC deve proporcionar uma clara compreensão do centro de gravidade do inimigo, para que possa ser explorado pelas nossas forças.

5.4.2.5 As capacidades e vulnerabilidades do inimigo, identificadas durante a 3ª fase do PITCIC (Avaliação da Ameaça), permitem ao Cmt e ao EM estabelecer hipóteses sobre o poder relativo de combate entre as nossas forças e o inimigo.

5.4.2.6 A célula de Inteligência não pode realizar o PITCIC de forma isolada. Integrantes de todas as seções do EM podem contribuir em suas áreas de atuação. Essa análise colaborativa irá facilitar bastante a compreensão da situação pelo Cmt. Como exemplo, o oficial de Inteligência pode fornecer dados ao oficial de Pessoal sobre como o inimigo poderá afetar nosso recompletamento, evacuação de feridos e hospitalização. O oficial de Inteligência pode fornecer dados ao oficial de Logística sobre como o inimigo poderá afetar nossos esforços logísticos. O oficial de Assuntos Civis, ao possuir uma clara compreensão da situação do inimigo, poderá concluir como as ações desse inimigo poderão afetar as operações civis-militares. Da mesma forma, o oficial de Inteligência necessita contar com o assessoramento dos demais membros do EM. Os especialistas de engenharia podem fornecer dados valiosos sobre o inimigo, tais como: sua mobilidade, locais onde deverá empregar obstáculos e forma de emprego de seus meios de engenharia.

5.4.2.7 A avaliação do inimigo e a determinação das suas linhas de ação são facilitadas quando cada integrante do EM utiliza os conhecimentos de sua função

de combate nestas atividades. Um esforço combinado de todo o EM reduz o prazo inicial para executar o PITCIC e permite ao Cmt decidir em menos tempo. Os tópicos a seguir são exemplos de contribuições do EM ao PITCIC.

5.4.2.7.1 Oficial de Operações:
a) assegurar-se de que o oficial de Inteligência identificou corretamente a Zona de Ação, Área de Interesse, Área de Influência e outras limitações impostas pelos escalões superiores;
b) auxiliar o oficial de Inteligência no estudo dos aspectos militares do terreno;
c) verificar a identificação das posições, instalações e possíveis áreas de engajamento do inimigo, realizada pelo oficial de Inteligência;
d) verificar as linhas de ação do inimigo determinadas pelo oficial de Inteligência;
e) assegurar-se de que o oficial de Inteligência identificou corretamente as nossas forças disponíveis;
f) apoiar o oficial de Inteligência no planejamento IRVA;
g) identificar os Alvos Altamente Compensadores, Áreas com Objetivos de Interesse (AOI) e Pontos de Decisão (PD), conjuntamente com o oficial de Inteligência e o oficial de Apoio de Fogo;e
h) preparar o Calco de Apoio à Decisão, em coordenação com o EM.

5.4.2.7.2 Oficial de Logística:
a) apoiar o oficial de Inteligência na identificação e avaliação das capacidades logísticas do inimigo, assim como seu nível de suprimentos atual e futuro, disponibilidade e localização de seus meios de transporte;e
b) apoiar o oficial de Inteligência na identificação e avaliação dos eixos de suprimento do inimigo e suas instalações logísticas.

5.4.2.7.3 Oficial de Apoio de Fogo:
a) auxiliar a célula de Inteligência na identificação do apoio de fogo do inimigo, as suas necessidades de apoio logístico e avaliar as possíveis posições de artilharia e foguetes/mísseis.
b) auxiliar o oficial de Inteligência a desenvolver os aspectos de apoio de fogo do inimigo nos calcos de situação e de eventos;
c) auxiliar o EM, identificando e avaliando as possíveis áreas de engajamento e alvos do inimigo;
d) auxiliar, em coordenação com o oficial de Inteligência e o encarregado de análise das condições meteorológicas, na determinação dos impactos das condições meteorológicas e do terreno sobre os sistemas de apoio de fogo do inimigo;e
e) participar na seleção dos Alvos de Alto Valor, Alvos Altamente Compensadores, Áreas com Objetivos de Interesse e Pontos de Decisão.

5.4.2.7.4 Oficial de Engenharia:
a) auxiliar o EM na identificação e avaliação dos obstáculos e dispositivos explosivos improvisados ao longo das vias de acesso;
b) fornecer ao EM dados relativos à mobilidade, contramobilidade e proteção do

inimigo, bem como sua doutrina, táticas e capacidade dos equipamentos;
c) auxiliar o oficial de Inteligência a desenvolver os aspectos de apoio de engenharia do inimigo dos calcos de situação e de eventos; e
d) apoiar o oficial de Inteligência, por meio de equipes especializadas em análise do terreno, na análise do terreno e na confecção dos produtos do PITCIC, especialmente o Calco de Restrições ao Movimento.

5.4.2.7.5 Assessor Jurídico - prestar assessoramento ao oficial de Inteligência relativo ao arcabouço legal vigente e aos tipos de operações de obtenção possíveis de serem implementados na operação em curso.

5.4.3 POSSIBILIDADES DO INIMIGO, LINHAS DE AÇÃO E JOGO DA GUERRA

5.4.3.1 Possibilidades do Inimigo e Linhas de Ação.

5.4.3.1.1 Após analisar a situação, tendo a compreensão do inimigo e de nossas forças, inicia-se a fase de estudo das possibilidades do inimigo com o objetivo de chegar às suas possíveis linhas de ação e, na sequência, levantar as nossas próprias linhas de ação.

5.4.3.1.2 O EM formula linhas de ação para cumprir a missão baseado nas análises realizadas no PITCIC e fases anteriores do Exame de Situação. O emprego dos resultados do PITCIC na formulação das nossas linhas de ação assegura que cada uma delas tire proveito das vantagens que o ambiente operacional e a situação do inimigo oferecem.

5.4.3.1.3 Uma vez que o PITCIC é um processo cíclico e contínuo, as linhas de ação do inimigo são estabelecidas inicialmente, mas devem ser revisadas e atualizadas continuamente. A realização de uma análise detalhada do inimigo permite que o EM determine de forma antecipada suas ações.

5.4.3.1.4 A célula de Inteligência deve determinar a maior quantidade possível de linhas de ação do inimigo, de acordo com o tempo disponível, iniciando pela MAIS PROVÁVEL e pela MAIS PERIGOSA. Ao considerar todas as opções disponíveis para o inimigo, o EM assegura-se de que o planejamento possui flexibilidade. Não se deve perder de vista que o inimigo possui diversas opções e capacidades, sendo que este aspecto deve ser ressaltado durante o Exame de Situação.

5.4.3.2 Jogo da Guerra (confronto das Linhas de Ação)

5.4.3.2.1 As conclusões obtidas no jogo da guerra permitem o aperfeiçoamento das linhas de ação da Força e proporcionam a base para que, na fase seguinte, tenham suas vantagens e desvantagens devidamente relacionadas. Durante o jogo da guerra, o EM confronta cada uma das linhas de ação da F Ter com todas as linhas de ação do inimigo. Nessa oportunidade, o oficial de Inteligência desempenha o papel de comandante inimigo.

5.4.3.2.2 O oficial de Inteligência estabelece os prováveis pontos de decisão do inimigo em resposta às nossas linhas de ação, estima as reações do inimigo e suas possíveis perdas. Registra o resultado de cada ação e reação do inimigo, seus pontos fortes e vulnerabilidades decorrentes das ações. Durante o jogo da guerra, o oficial de Inteligência deve tentar conduzir o inimigo à vitória, forçando o EM a buscar respostas adequadas às suas possíveis ações.

5.4.3.2.3 Baseado nos resultados do confronto de cada uma das linhas de ação com as linhas de ação do inimigo, o EM será capaz de:
a) preparar o Calco de Apoio à Decisão e sua matriz;
b) aperfeiçoar as Necessidades de Inteligência;
c) selecionar os Alvos Altamente Compensadores a partir dos Alvos de Alto Valor identificados;
d) aperfeiçoar os calcos de situação, Calco de Eventos e suas matrizes, incluindo Regiões de Interesse para a Inteligência (RIPI) em apoio aos Pontos de Decisão;
e) priorizar as linhas de ação do inimigo de acordo com a sua probabilidade de adoção; e
f) considerar todas as capacidades relevantes das funções de combate do inimigo, seus pontos de decisão, estado final desejado e vulnerabilidades.

5.4.4 COMPARAÇÃO DAS LINHAS DE AÇÃO

5.4.4.1 Após o jogo da guerra, o oficial de Inteligência irá finalizar a estimativa de Inteligência. O EM compara as nossas linhas de ação para identificar a que tem maior probabilidade de sucesso contra o conjunto das linhas de ação do inimigo. O oficial de Inteligência compara as nossas linhas de ação baseado na capacidade de apoiar a operação com os meios de Inteligência disponíveis.

5.4.5 DECISÃO

5.4.5.1 Após a avaliação das vantagens de cada linha de ação, com base nas análises apresentadas pelo seu EM, o Cmt selecionará aquela que, a seu ver, melhor atenda ao cumprimento da missão. Nesta oportunidade, o oficial de Inteligência deve reavaliar as hipóteses relativas ao ambiente operacional e às linhas de ação do inimigo, formuladas durante o planejamento. Uma vez que o PITCIC é um processo contínuo, após a decisão do Cmt, as Necessidades de Inteligência podem ser atualizadas ou podem surgir outras novas.

5.4.5.2 O oficial de Inteligência deve priorizar a lista das Necessidades de Inteligência apresentando-a ao Cmt para aprovação, definindo-se os EEI iniciais. O Calco de Eventos e sua matriz, o Calco de Apoio à Decisão e a Matriz de Sincronização de Inteligência são concluídos após a decisão do Cmt. Além disso, o planejamento de IRVA também é finalizado, sendo materializado no POC.

5.4.6 EMISSÃO DE PLANOS OU ORDENS

5.4.6.1 Em uma situação com restrição de tempo, toda oportunidade deve ser aproveitada, e uma ordem fragmentária verbal pode ser emitida imediatamente após a decisão do Cmt. Caso uma ordem verbal não seja emitida, o EM, imediatamente, envia uma Ordem de Alerta, seguida, o mais rápido possível, da ordem escrita. Em todos os casos, o EM consolida e remete por escrito todas as ordens verbais transmitidas. Da mesma forma, os produtos do PITCIC devem ser disseminados o mais rápido possível, para permitir o planejamento dos escalões subordinados nas melhores condições.

5.5 O PITCIC EM SITUAÇÃO DE TEMPO RESTRITO

5.5.1 A execução do PITCIC requer considerável tempo para a confecção dos diversos produtos, especialmente nos escalões que não possuem ferramentas automatizadas para a análise do terreno. Infelizmente, esses escalões são os que normalmente dispõem de menos tempo para a realização do PITCIC. A seguir, serão apresentadas algumas técnicas para minorar essa dificuldade.

5.5.2 ANTECIPAR AS ATIVIDADES

5.5.2.1 A melhor solução é antecipar a maior quantidade de trabalho possível. Devem ser confeccionados produtos básicos, especialmente aqueles que se relacionam com a área de operações. Tais produtos devem ser mantidos permanentemente atualizados, por meio de revisões periódicas, evitando-se esperar o recebimento de uma nova missão para o início dos trabalhos.

5.5.2.2 Os bancos de dados devem ser mantidos atualizados. Caso as ações indiquem mudanças ou evoluções na doutrina do inimigo, os calcos doutrinários também devem ser atualizados.

5.5.2.3 Nas situações em que podem surgir missões inopinadas, os produtos do PITCIC devem ser revisados periodicamente, assegurando-se de que aqueles referentes ao terreno ou ao inimigo estejam sempre atualizados.

5.5.2.4 O EM deve manter-se informado acerca dos recursos que podem ser disponibilizados pelos escalões superiores para facilitar o trabalho do PITCIC. Diversos aspectos importantes podem já ter sido analisados de forma detalhada em outros escalões.

5.5.3 FOCO NO ESSENCIAL

5.5.3.1 No início do PITCIC, deve-se planejar o tempo para execução de cada uma das suas fases, de acordo com o tempo disponível. Não deve ser esquecido que o PITCIC é parte integrante do Exame de Situação, e que suas atividades estão relacionadas.

5.5.3.2 Outro aspecto a ser definido, logo no início dos trabalhos do PITCIC, é a definição de quais produtos serão confeccionados e em que grau de detalhamento. Devem ser priorizados os que forem mais importantes para a missão. A melhor solução não é desenvolver somente uma linha de ação do inimigo plena de detalhes, mas sim, identificar as diversas linhas de ação que o inimigo pode adotar e, após isso, detalhar todas as linhas de ação em um mesmo nível, de acordo com o tempo disponível.

5.5.3.3 O EM deve trabalhar na ordem de prioridades estabelecida pelo Cmt em suas diretrizes e de acordo com as suas Necessidades de Inteligência. Caso o tempo disponível seja muito restrito, o Cmt pode determinar quais linhas de ação ele considera como a mais provável e a mais perigosa. Neste caso, caberá ao Of Intlg detalhar estas linhas de ação do inimigo já determinadas pelo comandante.

5.5.4 ORIENTAÇÃO PARA O OBJETIVO

5.5.4.1 O objetivo do PITCIC é auxiliar o Cmt e seu EM na elaboração do melhor planejamento dentro do tempo disponível. Isso exige a determinação das diversas linhas de ação do inimigo e a antecipação de suas ações ao longo do combate. Para que isso seja possível, o Calco de Eventos e a sua matriz devem permitir o acompanhamento eficaz das atividades do inimigo. Todos os demais produtos do PITCIC são apenas um meio para se chegar a esse calco.

5.5.5 O MÍNIMO ESSENCIAL

5.5.5.1 Em pouco tempo, pode-se formular várias linhas de ação e um calco e matriz de eventos. Para economizar tempo e material, todas as linhas de ação do inimigo podem ser explanadas em um único calco.

5.5.5.2 O Of Intlg deve iniciar a formulação das diversas linhas de ação do inimigo e realizar uma rápida análise para determinar a mais provável e a mais perigosa, considerando a situação atual e a missão. As demais linhas de ação devem ser classificadas em ordem de sua provável adoção.

5.5.5.3 Para o detalhamento das linhas de ação, deve-se iniciar pela mais provável e pela mais perigosa. Na ausência de diretrizes específicas do Cmt, o Of Intlg deve determiná-las.

5.5.5.4 A próxima atividade é a formulação de um calco de eventos que seja eficiente em identificar qual das duas linhas de ação o inimigo adotou. Após isso, deve ser realizado o detalhamento das demais linhas de ação, na ordem de provável adoção, e o calco de eventos deve ser atualizado com as RIPI correspondentes.

5.5.5.5 Para o jogo da guerra, a principal missão do Of Intlg consiste em determinar as linhas de ação mais prováveis e a mais perigosa do inimigo. Até

mesmo o detalhamento do esforço de busca pode aguardar a conclusão do jogo da guerra.

5.5.5.6 Nos casos em que a linha de ação mais perigosa passe a ser a linha de ação mais provável, deve-se selecionar outra linha de ação mais perigosa. Não é aconselhável empregar somente uma linha de ação do inimigo para o jogo da guerra, pois esta não é uma boa solução para economizar tempo.

5.5.5.7 Os produtos simples resultantes do trabalho em condições de tempo restrito diferem um pouco da série de calcos preconizados no PITCIC, porém, quando confeccionados corretamente, tem provado ser um instrumento eficiente em combate.

5.6 A EXECUÇÃO DO PITCIC NOS PEQUENOS ESCALÕES

5.6.1 O PITCIC é aplicável a qualquer escalão, até mesmo nos níveis subunidade e pelotão. Durante o exame de situação, o escalão superior deve emitir ordens de alerta para proporcionar maior tempo de planejamento para os subordinados. Nas ordens de alerta, devem ser fornecidos dados sobre os fatores da decisão. Com relação ao inimigo, os principais dados a repassar são seu dispositivo, composição, valor e as linhas de ação mais prováveis e mais perigosas.

5.6.2 Com os dados fornecidos nas ordens de alerta, os Cmt subordinados poderão iniciar seu planejamento. Nos escalões subunidade e pelotão, as quatro fases do PITCIC são empregadas de forma mais simplificada. O foco será direcionado para informações detalhadas dos aspectos militares do terreno e sobre o inimigo que será encontrado na zona de ação, chegando ao nível de detalhamento dos combatentes individuais, veículos e suas capacidades e limitações. A célula de inteligência da Unidade deve fornecer aos Cmt de subunidade e de pelotão informações que possibilitem seu planejamento.

5.6.3 No tocante à análise do terreno, quanto menor o escalão da OM, maior o interesse nos detalhes do terreno. Enquanto os escalões mais elevados consideram cadeias de montanhas, os escalões menores raciocinam em termos de pequenas elevações.

5.6.4 O PITCIC é um processo contínuo utilizado para apoiar o planejamento e focalizar o esforço de obtenção. Entretanto, a fim de manter a atualização desse processo, a informação deve fluir entre os diversos escalões: dos superiores para os subordinados, dos subordinados para os superiores e, também, entre OM de mesmo nível. Normalmente, as informações mais precisas e detalhadas são aquelas obtidas no terreno pelas tropas mais avançadas.

5.6.5 O fluxo de informações e os relatórios dos subordinados são vitais para

a obtenção da consciência situacional. Todo militar, desde os integrantes dos menores escalões, pode fornecer informações úteis, o que caracteriza o conceito IRVA. O fluxo constante das informações é imprescindível para que os produtos do PITCIC possam ser mantidos atualizados.

CAPÍTULO VI
DEFINIÇÃO DO AMBIENTE OPERACIONAL

6.1 CONSIDERAÇÕES GERAIS

6.1.1 Esta fase do PITCIC tem como objetivos: identificar as características significativas do ambiente, identificar a Zona de Ação (Z Aç), estabelecer os limites da Área de Influência e da Área de Interesse (AI), avaliar os bancos de dados e iniciar a obtenção de dados.

6.1.2 A identificação das características significativas do ambiente, da Zona de Ação, da Área de Influência e da Área de Interesse permitirá focar os esforços de coleta e de busca nas áreas e características que influenciarão no cumprimento da missão, economizando tempo e recursos.

6.1.3 As cinco etapas da primeira fase do PITCIC são listadas a seguir:

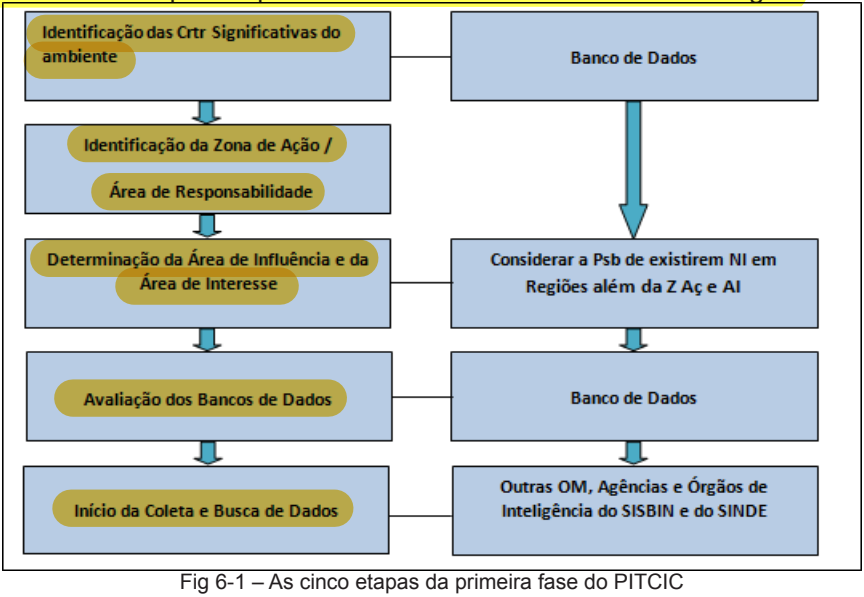

Fig 6-1 – As cinco etapas da primeira fase do PITCIC

6.2 IDENTIFICAÇÃO DAS CARACTERÍSTICAS SIGNIFICATIVAS DO AMBIENTE

6.2.1 Nesta fase do PITCIC, devem ser identificadas as características significativas do ambiente em relação ao terreno, condições meteorológicas, inimigo e considerações civis que serão objeto de análise nas fases posteriores do processo. Caso o EM falhe em identificar alguma dessas características,

poderá desconsiderar suas influências nas operações e conduzir o comandante a uma decisão equivocada.

6.2.2 Em relação ao terreno, devem ser verificadas as características que impactarão no cumprimento da missão, tais como dados hidrográficos, dados altimétricos, composição do solo e vegetação. Uma vez que sejam definidas essas características, o oficial de Inteligência poderá empregar de forma mais eficaz os recursos de Inteligência Geográfica disponíveis.

6.2.3 Uma vez que a missão seja recebida e compreendida, o próximo aspecto mais importante a identificar é o inimigo. A análise detalhada do inimigo não é feita nesta fase do PITCIC, mas sim, na 3ª fase. Na 1ª fase do PITCIC, o Of Intlg deve simplesmente identificar quais as forças inimigas que deverão estar presentes na Zona de Ação e na Área de Interesse.

6.2.4 O clima e as condições meteorológicas podem impactar de forma significativa as operações militares. Clima é a prevalência de padrões de temperatura, velocidade do vento e precipitações, em uma área específica, em um longo período, sendo, por isso, mais previsível do que as condições meteorológicas. Este é um fator a ser analisado em longo prazo e que é mais adequado à análise no nível operacional. Já as condições meteorológicas descrevem as condições de temperatura, velocidade do vento, precipitações e visibilidade e um local e momento específicos. Para aplicações militares, o termo condições meteorológicas implica em previsões para apoiar as operações futuras. Os elementos meteorológicos a serem analisados são: crepúsculos, fases da lua, temperatura, umidade, nebulosidade, precipitações, ventos e pressão atmosférica (se for o caso).

6.2.5 Em relação às considerações civis, devem ser verificados os principais aspectos já conhecidos em relação ao “terreno humano” no qual a tropa irá operar: áreas de responsabilidade sob o ponto de vista humano, estruturas, capacidades, organizações, população e eventos.

6.3 IDENTIFICAÇÃO DA ZONA DE AÇÃO/ÁREA DE RESPONSABILIDADE

6.3.1 As áreas a serem analisadas na 1ª Fase do PITCIC são a Zona de Ação, a Área de Interesse e a Área de Influência. Os conceitos de Ambiente Operacional, Espaço de Batalha e Campo de Batalha serão apresentados para uma melhor compreensão dos mesmos.

6.3.2 VISUALIZAÇÃO DO AMBIENTE OPERACIONAL E ESPAÇO DE BATALHA

6.3.2.1 O Ambiente Operacional é caracterizado pela existência de três dimensões – física, humana e informacional – cujos fatores a serem analisados interagem entre si, formando o seu caráter único e indivisível. Sua compreensão constitui uma condição fundamental para o êxito nas operações militares.

6.3.2.2 Espaço de Batalha é a dimensão física e virtual onde ocorrem e repercutem os combates, abrangendo as expressões política, econômica, militar, científico-tecnológica e psicossocial do poder, que interagem entre si e entre os beligerantes. Compreende todas as dimensões, tangíveis e intangíveis, nas quais o comandante deve aplicar o seu Poder de Combate. O Campo de Batalha está incluído no Espaço de Batalha.

6.3.2.3 O Campo de Batalha é parte do Teatro de Operações (TO)/Área de Operações (A Op) em que as ações ocorrem concomitantemente, mediante a realização de operações militares, visando a imprimir a derrota da força oponente e a rápida conquista dos objetivos pretendidos. O Campo de Batalha é designado pelo próprio comandante do encarregado de conduzir a batalha.

6.3.2.4 As dimensões físicas e tangíveis do Campo de Batalha são definidas pela Área de Responsabilidade, Zona de Ação, Área de Influência e Área de Interesse. Tais dimensões interagem, condicionam e conformam a área geográfica de um Comandante para desenvolver operações militares no Amplo Espectro dos Conflitos. Encontram-se intimamente relacionadas com os Fatores da Decisão e com a capacidade, qualidades e percepção do Comandante, manifestadas por meio do Comando e Controle.

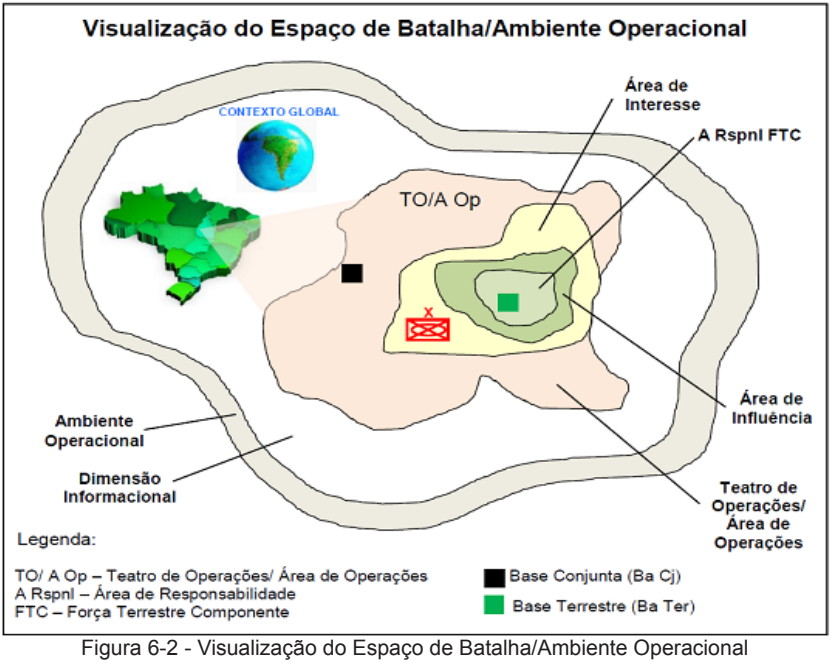

Figura 6-2 - Visualização do Espaço de Batalha/Ambiente Operacional

6.3.3 ZONA DE AÇÃO E ÁREA DE RESPONSABILIDADE

6.3.3.1 Zona de Ação é a delimitação de área e espaço aéreo correspondente, com a finalidade de atribuir responsabilidades operativas à determinada força ou

unidade, em um espaço de manobra adequado e compatível com suas possibilidades. Medida de controle estabelecida pelo escalão superior que proporciona, no interior de seus limites, autoridade para conduzir sua operação e controlar as ações que apoiem sua missão. Esta zona, que poderá ser contígua ou não a outras, deve permitir o emprego de seus meios ao máximo de suas possibilidades e a proteção dos mesmos.

6.3.3.2 A força não tem obrigação de atuar em toda Z Aç, mas é de sua responsabilidade exercer o comando, o controle e assegurar o apoio logístico em toda a área. Nenhuma outra força poderá penetrar ou exercer alguma ação sobre a mesma sem autorização e coordenação prévias.

6.3.3.3 Na sua Z Aç, o comandante deverá ser capaz de influir diretamente no desenvolvimento das ações ou operações, mediante o emprego dos meios postos a sua disposição.

6.3.3.4 Sob o ponto de vista de Inteligência, o comandante é o responsável por sua produção com seus próprios meios dentro desta área.

6.3.3.5 Uma Força pode receber uma Área de Responsabilidade ao invés de uma Zona de Ação. A Área de Responsabilidade é definida como o espaço sobre o qual um comando tem total responsabilidade para conduzir e coordenar as ações necessárias ao cumprimento de sua missão.

6.4 DETERMINAÇÃO DA ÁREA DE INFLUÊNCIA E DA ÁREA DE INTERESSE

6.4.1 ÁREA DE INFLUÊNCIA

6.4.1.1 Generalidades - Área de Influência é aquela na qual o comandante é capaz de influenciar diretamente no curso do combate, mediante o emprego de seus próprios meios. Corresponde a um espaço físico que se expande, reduz-se e transfere-se em função da capacidade da Força para detectar e atuar sobre o oponente.

6.4.1.2 Determinação da Área de Influência - a Área de Influência é determinada pelo alcance dos sistemas orgânicos e dos outros meios sob o controle do comandante em um dado momento. Sua definição sofre influência do terreno e das condições meteorológicas.

6.4.2 ÁREA DE INTERESSE (AI)

6.4.2.1 Generalidades

6.4.2.1.1 É a área geográfica que se estende além da Área de Responsabilidade/ Zona de Ação. É constituída por áreas adjacentes ou não à zona de ação, tanto à frente como nos flancos e retaguarda, onde os fatores e acontecimentos que nela se produzam possam repercutir no resultado ou afetar as ações, as operações atuais e as futuras. Também pode ser definida como o espaço, incluindo a Área

de Responsabilidade e a Área de Influência, onde, embora o comandante não possa atuar, os acontecimentos poderão influenciar o cumprimento de sua missão. É assinalada pelo próprio Comando da Força.

6.4.2.1.2 Embora a AI não represente uma área específica, com limites definidos, esta deve evoluir continuamente e, para que isto ocorra, deverá ser proposta pelo Of Intlg, em coordenação com o Oficial de Operações, e definida pelo Cmt, para cada situação em particular.

6.4.2.1.3 Como esta área excede a Z Aç de uma força, os dados necessários dos flancos e da retaguarda destas áreas serão obtidos mediante solicitação ao escalão superior e aos vizinhos, podendo coordenar-se com estes mesmos escalões o emprego de meios de busca próprios. Os dados referentes às áreas à frente poderão ser obtidos mediante busca própria ou solicitação, sem necessidade de uma maior coordenação.

6.4.2.1.4 Esta área, normalmente, é analisada com menor profundidade que a Z Aç, porque os fatores e acontecimentos nela produzidos repercutirão com menor intensidade nas ações da Força. Caso esses fatores ou acontecimentos possam afetar com maior efetividade as ações, seu estudo será tão minucioso quanto o realizado para a Z Aç.

6.4.2.2 Determinação da Área de Interesse

6.4.2.2.1 A responsabilidade pela determinação da AI é do Of Intlg, em coordenação com o oficial de operações, que a proporá ao Comandante para aprovação. Para a determinação da Área de Interesse, deverá ser tomada como base a Zona de Ação já conhecida.

6.4.2.2.2 Os fatores que deverão ser levados em conta pelo Of Intlg e o oficial de Operações serão, principalmente, a diretriz do comandante, a missão, as características do espaço geográfico, as condições meteorológicas, as nossas forças, a mobilidade do inimigo e a situação atual.

6.4.2.2.3 A definição da Área de Interesse não deverá exigir uma análise pormenorizada dos aspectos apresentados anteriormente. Este estudo minucioso será realizado no decorrer do processo. Nesta etapa, todavia, o importante é estabelecer os fatores ou ações do inimigo que poderiam influir ou afetar a nossa missão.

6.4.2.2.4 Ainda que não se possa afirmar que certos fatores preponderam sobre os demais, pode-se dizer que a diretriz do comandante e a mobilidade do inimigo se sobressaem. A importância do primeiro fator se evidencia porque o Comandante poderá ressaltar alguns EEI fora da Zona de Ação, mas determinantes para o sucesso da missão, enquanto o segundo, pelo caráter dinâmico dos conflitos modernos que valorizam a importância da rapidez dos movimentos na decisão dos combates.

6.4.2.2.5 A dimensão da área de interesse está relacionada com a mobilidade do inimigo, com a missão da força e com o terreno e as condições meteorológicas, pois a velocidade de deslocamento e a distância de uma força inimiga até nossa Zona de Ação irão definir quando ele poderá interferir nas nossas atividades.

6.4.3 Os conceitos de Área de Responsabilidade de Inteligência (ARI) e Área de Influência de Inteligência (AII) são utilizados no planejamento do emprego dos meios de obtenção e possuem peculiaridades que os diferenciam da Área de Responsabilidade e da Área de Interesse.

6.5 AVALIAÇÃO DOS BANCOS DE DADOS

6.5.1 A Célula de Inteligência deve buscar junto aos escalões superiores, agências de Inteligência e outras fontes, os dados, informações e conhecimentos já disponíveis para o planejamento da operação. Nem todos os dados necessários para avaliar os efeitos de cada um dos fatores ambientais sobre as operações estarão disponíveis. A identificação prévia dessas lacunas baliza o planejamento inicial do esforço de obtenção. Para isso, a célula de Inteligência deve:
a) identificar os conhecimentos necessários não existentes nos bancos de dados disponíveis;
b) apoiar todos os membros do EM na identificação de suas NI;
c) consolidar as NI do EM;
d) planejar o emprego dos meios IRVA; e
e) orientar o esforço de obtenção da Força.

6.6 INÍCIO DA COLETA E BUSCA DE DADOS

6.6.1 O oficial de Inteligência deve planejar e orientar a obtenção de dados para preencher as lacunas no conhecimento existente, em um nível de detalhamento adequado para a condução do PITCIC. Devem ser obtidos dados relativos a todas as características significativas do ambiente operacional, incluindo os elementos meteorológicos e de Inteligência geográfica (GEOINT), e não somente em relação às forças inimigas. Este esforço de obtenção deve ser feito de acordo com as prioridades estabelecidas. Conforme forem sendo obtidos dados adicionais, os produtos do PITCIC devem ser atualizados.

6.6.2 No decorrer do exame de situação, o Of Intlg deve informar ao Comandante se as suposições feitas durante a análise da missão e o PITCIC foram confirmadas ou não. Caso alguma das suposições não seja confirmada, as avaliações e decisões baseadas nela deverão ser reavaliadas. Em uma situação ideal, o planejamento do esforço de obtenção deve permitir ao Of Intlg a compreensão do ambiente operacional de acordo com a situação existente no terreno.

6.6.3 À medida que as lacunas do conhecimento forem sendo preenchidas, o Of Intlg deve atualizar os bancos de dados, para que as informações relativas

ao terreno, inimigo, condições meteorológicas e considerações civis estejam facilmente disponíveis. Com isso, reduz-se a quantidade de pedidos por parte do EM e dos escalões superiores e vizinhos.

6.6.4 SUPOSIÇÕES

6.6.4.1 Suposição é uma premissa da situação atual ou futura que é considerada mais provável na ausência de dados que a confirmem. As suposições são estabelecidas para permitir o exame de situação e a decisão do Comandante na ausência de dados confirmados (fatos).

6.6.4.2 Ao longo do exame de situação, o Comandante e os integrantes do EM trabalham baseados em conhecimentos de Intlg, estabelecem suposições e consideram a opinião de especialistas. As suposições podem ser relacionadas a qualquer fator da decisão, como os nossos meios, inimigo, terreno, ou as condições pós-conflito. Os fatos acerca das variáveis operacionais e dos fatores da decisão servem como base para o desenvolvimento da consciência situacional.

6.6.4.3 Na ausência de conhecimentos de Intlg, o Comandante e o EM consideram as suposições dos escalões superiores e estabelecem outras durante o planejamento. O Comandante e o EM precisam assegurar-se de que as suposições não são baseadas em ideias pré-concebidas, enganos, falsas analogias com o passado ou simplesmente vontade do planejador.

6.6.4.4 O Comandante e o EM devem verificar continuamente se as suposições estabelecidas permanecem válidas ao longo do exame de situação. Aspectos fundamentais para o emprego das suposições:
a) devem ser lógicas, realistas e provavelmente verdadeiras;
b) alta probabilidade de que o planejamento seja inexequível sem o seu estabelecimento;e
c) planejamento de alternativas para o caso de alguma delas não ser confirmada.

6.6.4.5 Exemplos de suposições:

6.6.4.5.1 Em relação ao terreno: o rio em que o LAADA está apoiado não possui locais de passagem para tropa a pé.

6.6.4.5.2 Em relação às condições meteorológicas: o tempo vai permanecer firme, permitindo que as viaturas se desloquem através do campo.

6.6.4.5.3 Em relação ao inimigo: o inimigo não tem condições de reforçar suas tropas em nossa Z Aç antes de D+2.

CAPÍTULO VII

IDENTIFICAÇÃO DOS EFEITOS AMBIENTAIS SOBRE AS OPERAÇÕES

7.1 CONSIDERAÇÕES GERAIS

7.1.1 A análise do terreno, das condições meteorológicas e das considerações civis tem por finalidade determinar os efeitos que produzem sobre as operações. Ela é feita com base nos aspectos gerais e militares do terreno, nas condições meteorológicas e nas considerações civis, gerando gráficos que permitem uma visualização da área de operações. Este processo requer a integração de aspectos do terreno com dados relativos aos elementos meteorológicos. Portanto, terreno e as condições meteorológicas devem ser analisados sempre de forma simultânea e integrada.

7.1.2 Os aspectos gerais – naturais e artificiais – e os aspectos militares do terreno, a serem considerados, são selecionados de acordo com o escalão e natureza da tropa, tipo de operação, ações a realizar e extensão da área de operações.

7.1.3 Uma base de dados completa e constantemente atualizada é essencial em todas as fases do estudo. O emprego de um Sistema de Informações Geográficas (SIG) será muito útil na confecção dos diversos calcos, bem como para as atualizações necessárias e outras necessidades, como impressão em vários tamanhos, difusão de imagens em vários formatos e visualização nos mais diversos equipamentos (monitores, televisores, videoconferência, *videowall*, etc).

7.1.4 A análise do terreno e condições meteorológicas inicia-se a partir da base de dados existente. Conforme descrito na 1ª fase do PITCIC, deve-se comparar as necessidades de dados e/ou de conhecimentos com os disponíveis nos arquivos da 2ª Seção, para identificar aqueles parcialmente conhecidos ou desconhecidos. Além das cartas topográficas normais, que cobrem a zona de ação e a área de interesse, podem ser úteis os seguintes documentos e/ou atividades:

a) exames de situação de Inteligência, anexos de Inteligência e outros do escalão superior pertinentes ao ambiente operacional;

b) estudos técnicos do terreno e cartas geodésicas;

c) fotografias aéreas recentes e interpretações de foto-informação;

d) reconhecimentos do terreno;

e) imagens de satélites e interpretação de imagens de satélites; e

f) mapas temáticos.

7.1.5 Dessa forma, são definidos os aspectos essenciais do terreno, condições

meteorológicas e considerações civis que devem ser objeto de busca e/ou coleta para tornarem-se conhecidos e utilizados na produção do conhecimento.

7.1.6 O estudo dos efeitos ambientais sobre as operações desenvolve-se em cinco etapas. (Fig 7-1)

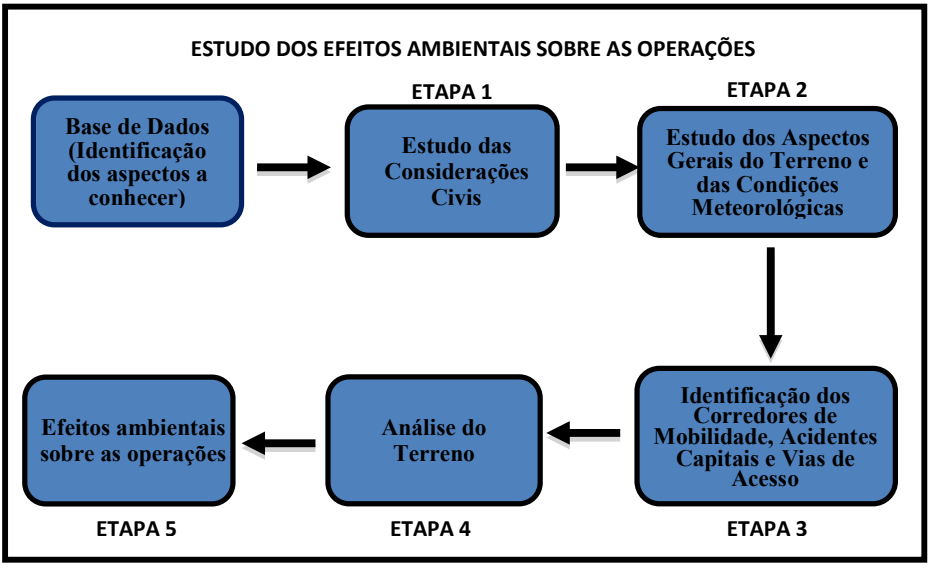

Fig 7-1 - Etapas do estudo dos efeitos ambientais sobre as operações

7.1.7 ETAPAS DO ESTUDO DOS EFEITOS AMBIENTAIS SOBRE AS OPERAÇÕES

7.1.7.1 Estudo das Considerações Civis (Etapa 1) - nesta etapa, faz-se o levantamento da influência da cultura e das atividades da população local sobre o (a) TO/A Op e a condução das operações sobre essas populações. Inclui efeitos da infraestrutura, das instituições e organizações civis e da liderança política/civil local. As considerações civis compreendem seis vetores: áreas, estruturas, capacidades, organizações, pessoas e eventos.

7.1.7.2 Estudo dos Aspectos Gerais do Terreno e das Condições Meteorológicas (Etapa 2) - a seguir, é realizado o estudo gráfico dos diversos aspectos gerais do terreno (relevo, vegetação, natureza do solo, hidrografia, obras de arte, localidades e vias de transporte). Simultaneamente é realizado o estudo dos elementos meteorológicos que podem influenciar nas operações. A integração desses dados permite uma visão clara de todos os fatores que facilitam, dificultam ou impedem a mobilidade. Ao final desta etapa, é produzido o Calco de Restrições ao Movimento, cuja finalidade é identificar as áreas e setores onde uma força terá seu movimento facilitado ou dificultado.

7.1.7.3 Identificação dos Corredores de Mobilidade, Acidentes Capitais e Vias de Acesso (Etapa 3) - após a elaboração do calco de restrições ao

movimento, serão levantados os corredores de mobilidade, acidentes capitais e as vias de acesso que nossas forças poderão utilizar, bem como as do inimigo. Tal identificação deve considerar a natureza de todas as tropas que podem ser empregadas na área.

7.1.7.4 Análise do Terreno (Etapa 4) - a análise do terreno, orientada principalmente para as vias de acesso, consiste em uma avaliação dos aspectos militares do ambiente operacional para determinar seus efeitos nas operações militares. Serão considerados os seguintes fatores: observação e campos de tiro, cobertas e abrigos, obstáculos, acidentes capitais e outros fatores relevantes, dentro da situação específica. A análise do terreno não é o produto final do processo. É o meio para a determinação de "onde" e "por onde" podem ser melhor exploradas as oportunidades que o terreno nos oferece e de "como" ele afeta as possíveis linhas de ação do inimigo.

7.1.7.5 Efeitos Ambientais sobre as Operações (Etapa 5) - finalmente, nesta fase, deverá ser visualizado o movimento em cada via de acesso. A reação do movimento com todos os aspectos militares e gerais, já estudados, permitirá a determinação dos efeitos do terreno, das condições meteorológicas e das considerações civis sobre as operações das nossas forças e as do inimigo.

7.2 ESTUDO DAS CONSIDERAÇÕES CIVIS - ETAPA 1

7.2.1 Entende-se como "Considerações Civis" um conjunto de aspectos com capacidade de influenciar o Espaço de Batalha. Incluem atitudes e atividades da população, instituições e lideranças civis, opinião pública, meio ambiente, infraestrutura construída pelo homem, agências nacionais e internacionais, governamentais ou não. As populações das regiões envolvidas na execução das operações influenciam na forma como são conduzidas as ações militares e no seu resultado, ainda que de forma passiva e não intencional.

7.2.2 A dinâmica humana na área de responsabilidade pode afetar a obtenção do Estado Final Desejado e deve ser analisada cuidadosamente, de forma a apurar: as ações a realizar em relação à população, a forma como suas atividades podem interferir nas operações e o apoio porventura prestado pela mesma aos diversos atores em presença, dentre outros.

7.2.3 Somados, os eventos e características mencionados a seguir constituem a descrição do denominado "terreno humano". A análise desses fatores permite compreender a dinâmica humana na área de operações/área de responsabilidade.

7.2.3.1 Tais eventos e características são os seguintes:
a) a área de responsabilidade sob o ponto de vista humano;
b) estruturas;
c) capacidades;
d) organizações;

e) população;
f) considerações civis complementares;
g) refugiados e deslocados; e
h) eventos.

7.2.3.2 A área de responsabilidade sob o ponto de vista humano

7.2.3.2.1 Na análise da área de responsabilidade sob o ponto de vista humano, deve-se atentar principalmente para as localidades. Este estudo deve ser conduzido para identificar como a área afeta as operações e, também, como as operações afetam tal área. Neste estudo, devem ser observados os seguintes itens:
a) áreas de alto valor econômico;
b) centros políticos de governo (sedes dos governos estaduais e municipais, suas vizinhanças e as sedes dos departamentos/ministérios de mais alto nível);
c) áreas culturalmente importantes (sítios históricos, arqueológicos e com significado religioso);
d) enclaves étnicos, políticos, religiosos, criminosos e outros;
e) rotas comerciais e de contrabando; e
f) sítios possíveis de utilização como áreas temporárias para refugiados e deslocados.

7.2.3.3 Estruturas

7.2.3.3.1 A análise de uma estrutura envolve determinar como sua localização, função e capacidade podem apoiar as operações. Os Cmt devem também considerar as consequências que podem advir do uso dessas estruturas. Muitas vezes, o emprego de uma estrutura para fins militares, pode prejudicar a população civil, que deixará de contar com seus serviços. Desta forma, devem ser cuidadosamente analisados os custos e benefícios de sua utilização. Caso o tempo e os recursos permitam, devem ser consideradas as possibilidades de reembolsar a população local pelo uso compartilhado das estruturas e a ampliação da capacidade das mesmas.

7.2.3.3.2 As seguintes estruturas devem ser consideradas:
a) postos de comando das forças de segurança;
b) segurança pública (delegacias, tribunais de justiça, penitenciárias, pontos de bloqueio e controle de estradas);
c) meios de comunicação em massa (torres de transmissão rádio/TV; estações de rádio/TV; sedes de jornais e) revistas; oficinas de impressão);
d) estradas e pontes;
e) portos e aeroportos;
f) represas;
g) estações e subestações de energia elétrica;
h) refinarias e outras instalações de produção de combustível;
i) reservatórios e usinas de água potável;

j) sistemas de esgoto (subterrâneos);
k) hospitais e clínicas;
l) escolas e universidades;
m) igrejas e locais de culto religioso;
n) bancos e instituições financeiras; e
o) mercados populares e centros comerciais.

7.2.3.4 Capacidades

7.2.3.4.1 Devem ser consideradas as capacidades que asseguram, sustentam e ampliam a qualidade de vida da população, tais como:
a) administração pública (polícia, justiça, instalações governamentais e sistema burocrático);
b) segurança pública (polícias civil e militar e órgãos de Inteligência);
c) serviços emergenciais - corpos de bombeiros e sistema de saúde pública (clínicas, hospitais, serviços de ambulâncias, serviços veterinários);
d) alimentação e abastecimento (incluindo tratamento e rede de água); e
e) sistemas sanitários (recolhimento de lixo e esgotos).

7.2.3.4.2 As capacidades são aspectos nos quais a população pode necessitar de apoio após as operações de combate, como serviços públicos, serviços de saúde, economia e comércio. As capacidades também podem ser analisadas como recursos e serviços que podem ser contratados para apoiar as operações, tais como intérpretes, serviços de lavanderia, aquisição de material de construção e equipamentos.

7.2.3.5 Organizações

7.2.3.5.1 Organizações são grupos civis ou instituições que atuam na área de operações. Essas organizações influenciam e interagem com a população, com as forças militares e também entre si. Normalmente, possuem uma estrutura hierárquica, objetivos e atividades definidas, instalações fixas ou pontos de reunião e apoio logístico ou financeiro. Algumas dessas organizações podem ser nativas da área, como grupos religiosos, sindicatos e organizações criminosas. Outras organizações podem vir do exterior da área de operações, por exemplo: corporações multinacionais, agências de organismos internacionais (como Organização das Nações Unidas e Comitê Internacional da Cruz Vermelha), agências governamentais e organizações não governamentais.

7.2.3.5.2 Frequentemente, as operações exigem coordenações com organismos internacionais, organizações não governamentais e outras organizações civis. Para isso, os Cmt devem manter-se familiarizados com as organizações existentes na área de operações. As informações relevantes sobre tais organizações incluem dados sobre suas atividades, capacidades e limitações.

7.2.3.5.3 A consciência situacional inclui o conhecimento sobre como as

atividades das diversas organizações poderão afetar as operações militares e, também, como as operações militares poderão afetar tais organizações. Desta forma, pode-se determinar como tais organizações e as forças militares podem trabalhar de forma conjunta em busca de objetivos comuns, quando necessário.

7.2.3.5.4 Na maior parte das situações, as forças militares possuem mais recursos do que as organizações civis. Entretanto, elas podem possuir capacidades especializadas de interesse da força. Os comandantes militares não possuem o comando dessas organizações na área de operações, mas algumas operações podem exigir uma unidade de esforços entre as forças militares e essas organizações. Nesses casos, deve-se buscar a colaboração das mesmas.

7.2.3.6 População

7.2.3.6.1 O termo população inclui todos os civis da AO, assim como aqueles localizados fora da AO, mas cujas ações, opiniões ou influência política possam afetar a missão. Individualmente, ou de forma coletiva, a população pode afetar as operações de forma positiva, negativa ou neutra. Nas operações de pacificação e nas operações de apoio a órgãos governamentais, as forças militares trabalharão intensamente com diversos grupos civis.

7.2.3.6.2 Pode haver diferentes grupos populacionais vivendo e operando na AO ou em suas proximidades. Da mesma forma que as organizações, a população pode ser nativa da região ou originária de fora da AO. A identificação dos diferentes grupos que formam a população de determinada região pode facilitar a condução das operações.

7.2.3.6.3 A análise da população deve identificar suas várias capacidades, necessidades e intenções, levando-se em consideração os seguintes itens:
a) estrutura social (grupos, minorias, normas sociais, identidade, cultura, símbolos, instituições, influência exercida/narrativa de cada grupo);
b) participação política;
c) segurança física da população (eficiência e imparcialidade da polícia e do sistema jurídico, grupos além das forças policiais que proporcionem segurança);
d) recursos econômicos (principais atividades econômicas das áreas);
e) acesso da população aos serviços públicos essenciais;
f) aspectos sociais que contribuam para um ambiente de revolta (frustrações e descontentamentos); e
g) impacto das operações na rotina local.

7.2.3.7 Considerações civis complementares

7.2.3.7.1 Diversos outros aspectos relacionados às considerações civis devem ser considerados, tais como:
a) idiomas e dialetos falados pela população;
b) comunicação não verbal (gestos e sinais);
c) níveis de educação (taxas de alfabetização e rede de ensino existente);

d) relevância dos meios de comunicação para a população (publicações impressas, rádio, televisão ou Internet);
e) formas e relevância da comunicação interpessoal (por contato direto, por telefone ou por mensagens eletrônicas);
f) história política nacional;
g) eventos que conduziram à insurreição (se for o caso);
h) crenças religiosas; e
I) disponibilidade de armas para a população em geral.

7.2.3.7.2 Os idiomas empregados na AO podem ter um grande impacto das operações. Devem-se identificar as linguagens empregadas, para que o treinamento de idiomas possa ser iniciado, e os meios, tais como tradutores e cartões com frases prontas, possam ser providenciados. Tradutores e intérpretes são essenciais para o esforço de busca, interação com a população e líderes locais e o preparo de produtos para Operações de Apoio às Informações.

7.2.3.7.3 Outro aspecto da linguagem envolve a transliteração de nomes que não utilizam os caracteres do idioma português. Este aspecto pode gerar impacto em todas as operações de Inteligência, incluindo a coleta, análise, disseminação e busca de alvos. Em regiões que empregam alfabetos diferentes, deve ser estabelecida uma norma para pronúncia de nomes. Sem tal norma, pode ser difícil conduzir as análises de Inteligência. Além disso, pessoas envolvidas em insurgência podem ser liberadas de custódia, caso seus nomes não sejam corretamente identificados.

7.2.3.7.4 Outro aspecto importante em relação à população vem a ser a religião. A religião foi um aspecto fundamental na maioria dos conflitos do passado, e existem indicadores de que sua influência irá aumentar cada vez mais. Devem-se considerar os seguintes aspectos em relação à religião:
a) como as tradições religiosas serão afetadas pela missão, e, como isso irá impactar na missão;
b) como e quando agentes religiosos influenciaram transformações sociais, de forma positiva ou negativa; e
c) as diversas denominações, independentemente de sua conduta violenta ou sectária.

7.2.3.7.5 Deve-se sempre ter em mente que a religião pode definir o ambiente operacional. A religião pode ter papel decisivo nos conflitos, tornando-os mais intensos, brutais ou letais do que a maioria dos outros fatores. Desta forma, a religião pode motivar uma população de forma rápida e fácil.

7.2.3.7.6 Trabalhando de forma coordenada com outros integrantes do estado-maior, incluindo pessoal de assuntos civis e de operações de apoio às informações, os analistas de Inteligência devem ser capazes de produzir e disseminar produtos que forneçam uma compreensão da vida diária da população na AO. Isso deve incluir aspectos tais como, ideologias, religiões,

economia, percepção pública da insurgência, história da área e sua influência na insurgência.

7.2.3.7.7 Empregando as características do terreno humano, o analista deve buscar compreender a cultura dos diversos grupos, sua maneira de pensar e de agir. A compreensão da cultura permite entender os motivos e intenções das pessoas ou grupos do ambiente operacional, sejam elas amigos, inimigos ou indiferentes. Esta compreensão permitirá ao Cmt e EM alocar recursos, tirar adversários do combate, diminuir a fricção e reduzir a incerteza da guerra. Os estudos da cultura da população para as operações militares não são um mero exercício acadêmico, requerendo diretrizes específicas e definições. O analista deve abster-se de julgar os diferentes grupos culturais e buscar examiná-los livre de ideias pré-concebidas.

7.2.3.7.8 A cultura de uma população deve ser estudada para se obter *insights* acerca da maneira como aquela população pensa, as razões para as suas crenças e percepções, e qual tipo de comportamento deve ser esperado em determinadas situações. Uma vez que a cultura é um fator em constante transformação, seu estudo é uma tarefa que requer uma perspectiva histórica, assim como a coleta e análise de informações atualizadas.

7.2.3.8 Refugiados e deslocados

7.2.3.8.1 Deve-se verificar a quantidade de deslocados, localização e fluxos prioritários. Mais uma vez, deve ser analisado como os refugiados e deslocados influenciarão as operações e, também, como serão influenciados por elas.

7.2.3.8.2 Os comandantes possuem obrigações legais e morais em relação aos refugiados, deslocados e não combatentes em sua área de responsabilidade o que pode incluir o fornecimento de assistência humanitária. A obrigação moral de proteger os não combatentes pode influenciar de forma decisiva o planejamento e condução das operações.

7.2.3.8.3 Durante o exame de situação e a condução das operações, os Cmt devem avaliar a possibilidade de suas ações resultarem no deslocamento da população, e quais são as suas obrigações legais de respeito e proteção a essas pessoas.

7.2.3.9 Eventos

7.2.3.9.1 Eventos são atividades rotineiras, cíclicas, planejadas ou espontâneas, que afetam de forma significativa as pessoas, organizações ou operações militares. Exemplos de eventos incluem:
a) feriados e celebrações nacionais e religiosas;
b) estações de colheita agrícola/estoque e ciclos de produção;
c) eleições; e
d) distúrbios civis.

7.2.3.9.2 Outros eventos são os desastres naturais, causados pelo homem ou por meios tecnológicos, os quais criam dificuldades para a população e exigem respostas de emergência. Exemplos de eventos desencadeados por forças militares incluem operações de combate, deslocamentos de tropas e dias de pagamento. Uma vez que os eventos significativos estejam determinados, é importante analisá-los e determinar suas implicações políticas, econômicas, psicológicas, ambientais e legais.

7.2.3.9.3 Inovações tecnológicas, influências sociais externas e desastres naturais ou causados pelo homem (como furacões, danos ao meio ambiente e combates) afetam as atitudes e atividades de governos e da população, podendo causar tensões entre esses atores. O estudo das consequências dessas modificações exige considerável empenho de tempo e recursos. Entretanto, quando tais aspectos impactarem no cumprimento da missão, devem ser criteriosamente analisados.

7.2.3.9.4 A existência da imprensa na área de operações é um fator que jamais pode ser negligenciado. Os comandantes devem sempre considerar os efeitos de suas decisões e das ações de suas forças sobre a opinião pública. As atividades de uma unidade, ou de seus integrantes, podem ter um grande impacto sobre a legitimidade de todos os tipos de operações: ofensivas, defensivas, de pacificação ou de apoio a órgãos governamentais. Os comandantes devem assegurar-se de que seus subordinados compreendam que uma operação taticamente bem sucedida pode ser contraproducente nos níveis operacional e estratégico, dependendo da maneira como foi executada, ou de como as pessoas percebem a sua execução.

7.2.4 Outra consideração acerca do ambiente operacional é o conhecimento acerca das unidades subordinadas, vizinhas e escalões superiores com os quais a força estará operando. Além disso, devem ser determinadas as agências governamentais, intergovernamentais, forças de outras nações, agências internacionais, organizações não governamentais, população local e demais instituições com as quais a força estará trabalhando. O conhecimento dessas unidades e organizações permite ao pessoal de Inteligência estabelecer relações e procedimentos para compartilhar dados e informações. Este relacionamento e procedimentos são fundamentais para o trabalho de Inteligência e o estabelecimento de um Cenário Operativo Comum.

7.3 ESTUDO DOS ASPECTOS GERAIS DO TERRENO E DAS CONDIÇÕES METEOROLÓGICAS - ETAPA 2

7.3.1 CONSIDERAÇÕES GERAIS

7.3.1.1 Como resultado do estudo dos aspectos gerais do terreno e das condições meteorológicas é obtido o Calco de Restrições ao Movimento. Normalmente as

informações sobre os aspectos gerais do terreno (relevo, vegetação, natureza do solo, hidrografia, obras de arte, localidade de vias de transporte) e sobre as condições meteorológicas (precipitações, nevoeiros, ventos, etc) são lançadas e consolidadas diretamente no calco de restrições ao movimento, evitando-se a confecção de inúmeros outros calcos. Entretanto, de acordo com a finalidade e o escalão que realiza este estudo, podem ser produzidos diversos tipos de calcos específicos para cada aspecto considerado.

7.3.1.2 O estudo do terreno como um todo é feito com base nos aspectos gerais e militares do terreno. Estes aspectos gerais, naturais e artificiais, e os aspectos militares do terreno, a serem considerados, são selecionados de acordo com o escalão e a natureza da tropa, tipo de operação, ações a realizar e extensão da área de operações.

7.3.2 ASPECTOS GERAIS DO TERRENO

7.3.2.1 Classificação do terreno quanto à possibilidade de movimento - consideram-se, para fins de confecção dos calcos de aspectos gerais do terreno, três tipos de terreno:
a) terreno impeditivo - é desfavorável ao movimento de tropa de determinada natureza; sua utilização necessitará de forte apoio de engenharia para possibilitar uma mobilidade restrita;
b) terreno restritivo - limita o movimento de uma tropa e a velocidade de progressão será substancialmente reduzida se não houver o apoio necessário de engenharia; e
c) terreno adequado - é favorável (não apresenta limitações) ao movimento de uma tropa e, normalmente, não é necessário desenvolver qualquer atividade para melhorar a mobilidade.

7.3.2.2 A classificação de um terreno não é definida em termos absolutos. Basicamente, essa condição do terreno é influenciada pelas condições meteorológicas e pela natureza da tropa a ser empregada. Um terreno impeditivo ou restritivo não implica, necessariamente, que uma força não possa passar através dele, mas, que terá sua velocidade de movimento substancialmente reduzida, a não ser que se exerça um esforço considerável para melhorar a mobilidade.

7.3.2.3 Esta classificação do terreno é função da natureza da tropa que por ela progredirá. Por exemplo, a infantaria leve pode deslocar-se rapidamente através de um terreno (tipo florestas) que é impeditivo para forças blindadas, por sua vez, o inverso ocorre na transposição de um curso d'água com mais de 1,20m de profundidade.

7.3.2.4 Os aspectos gerais do terreno normalmente estudados são: relevo, vegetação, natureza do solo, hidrografia, obras de arte, localidades e vias de transporte. A análise destes aspectos realiza-se mediante estudos topográficos da carta e de uma série de calcos que atualizam e complementam as informações

existentes. Desta maneira, poderão ser acrescentados outros dados à carta, tais como:

7.3.2.4.1 Separação entre árvores e diâmetro de troncos, para determinar as condições de transitabilidade de veículos por bosques;

7.3.2.4.2 Largura, profundidade, altura das margens e suporte do leito de um rio, para determinar as possibilidades de vau;

7.3.2.4.3 Densidade da vegetação de acordo com a estação do ano;

7.3.2.4.4 Características do terreno que limitam a mobilidade;

7.3.2.4.5 Altura da vegetação e zonas edificadas para determinar seu efeito na observação, campos de tiro, cobertas e abrigos;

7.3.2.4.6 Obras de arte novas e alterações do terreno (rodovias novas, desaparecimento de bosques, etc); e

7.3.2.4.7 Atualizações de áreas urbanas.

7.3.2.5 Relevo

7.3.2.5.1 Aspectos de interesse:
a) a configuração da superfície do terreno - elevações e depressões - do ponto de vista militar, é definida por terrenos planos, ondulados, movimentados e montanhosos. Sua representação nas cartas militares se realiza mediante curvas de nível, de tal forma que a leitura destas permite obter uma ideia da forma do terreno;
b) contudo, nem todas as irregularidades estarão representadas nas cartas, quer seja por seu tamanho (pequenas para serem representadas em uma determinada escala) ou por efeito de fenômenos naturais (precipitações, inundações, etc). Por exemplo, em terrenos argilosos, as chuvas podem produzir valas de 5 (cinco) metros de largura e 2 (dois) metros de profundidade, impedindo a passagem de viaturas motorizadas e de blindados. Daí a importância de completar as informações das cartas com fotografias aéreas, reconhecimentos e tudo que estiver ao alcance do analista;
c) a declividade do terreno, complementada pelas informações obtidas, está diretamente relacionada com a mobilidade das tropas. (Tab 7-1); e
d) o calco do relevo será fundamental para a confecção dos calcos de vegetação, natureza do solo, cursos de água, obras de arte, localidades e vias de transportes, porque, além de servir de base, ao ser analisado com estes outros fatores, permitirá, por exemplo, definir condições de transitabilidade, observação e campos de tiro, velocidade aproximada dos cursos de água, etc.

7.3.2.5.2 Roteiro para a confecção do Calco de Relevo (Fig 7-2):
a) determinar as declividades;
b) agregar de outras fontes (imagens satelitais, fotografias aéreas, informes de reconhecimento, etc) aqueles acidentes de importância militar que não figuravam

na carta; e
c) lançar no calco as declividades de cada área e hachurar, de maneira distinta, as áreas impeditivas e restritivas.

RELEVO SEGUNDO SUA DECLIVIDADE		
Inclinação das Encostas	Grau	Efeitos
0% -10%	0º - 6º	Adequado para qualquer tropa
10% - 30%	6º - 17º	Restritivo para Vtr sobre rodas e adequado para Vtr sobre lagartas.
30% - 45%	17º - 26º	Muito restritivo para Vtr sobre rodas e restritivo para Vtr sobre lagartas.
+ de 45%	+ de 26º	Impeditivo para Vtr sobre rodas e lagartas e restritivo para tropas a pé.

Tab 7-1 - Tipos de Encostas e suas Restrições

Comentários

Deve-se esclarecer que o quadro anterior é um guia, posto que sua incidência na mobilidade, dependerá além da direção do movimento, da vegetação e das características, resistência e umidade do solo. Nesse quadro, considera-se a direção do movimento no sentido perpendicular à inclinação, sem vegetação e solo seco.

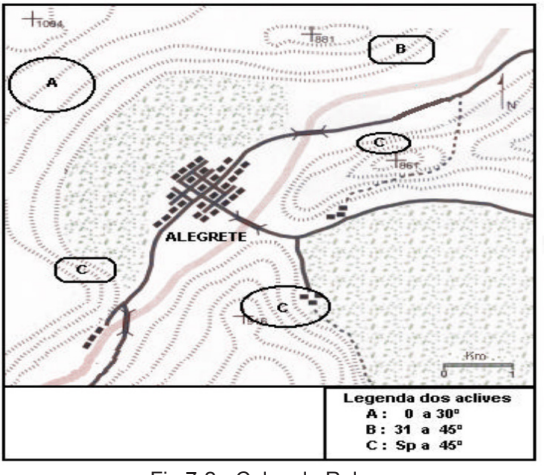

Fig 7-2 - Calco de Relevo

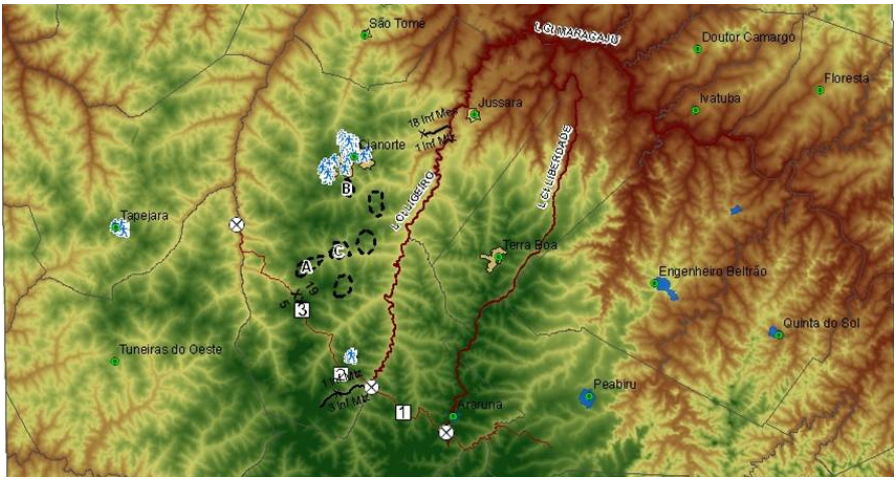

Fig 7-3 - Calco de Relevo (empregando mapa temático de relevo)

7.3.2.6 Vegetação

7.3.2.6.1 Aspectos de interesse:

a) a influência da vegetação sobre as operações encontra-se em razão direta de sua densidade: quanto mais densa, maior será a sua influência (Tab 7-2);

b) a vegetação pode influenciar de diversas maneiras o emprego da força, a tomada de uma decisão ou mesmo a evolução dos acontecimentos. Talvez, o fator mais importante seja o da cobertura, na proteção proporcionada contra observação, tanto terrestre como aérea. Pode, ainda, oferecer proteção dos fogos e transformar-se em obstáculo ao movimento, impedindo ou reduzindo o emprego de viaturas e tropas, bem como dos meios aéreos (helicópteros). Cabe ressaltar que equipamentos instalados em plataformas aéreas e programas de informática podem detectar calor (imagens infravermelhas) e movimento. Desta forma, mesmo com cobertura vegetal, as tropas devem adotar medidas que dificultem ou impeçam essa detecção;

c) a vegetação poderá servir de subsídio para a Seção de Inteligência analisar o solo, a hidrografia, o clima e até mesmo a população localizada em determinada região, pois os mesmos encontram-se inter-relacionados com esse aspecto;

d) a informação que normalmente se quer deste fator é determinar se a vegetação consiste em árvores, arbustos, pastagem ou cultivos. No caso de árvores, sempre que possível, deverá determinar-se a distância entre elas (em relação à transitabilidade), altura e diâmetro (em relação a cobertas e abrigos); também se deve determinar se são sempre verdes ou trocam de tom, se perdem suas folhas em certas estações, se têm raízes profundas ou superficiais, de forma a conhecer se podem ou não ser derrubadas por veículos blindados e, em geral, determinar a influência das estações sobre a vegetação (no inverno será distinta do verão).

7.3.2.6.2 Roteiro para confecção do Calco de Vegetação (Fig 7-4):
a) estudar cartas, fotografias aéreas, imagens de satélites e informes de reconhecimento para determinar os tipos de vegetação existentes;
b) ressaltar cada um deles no calco com diferentes cores; e
c) determinar as restrições que a vegetação apresenta à mobilidade das tropas a pé, motorizadas e blindadas.

RESTRIÇÕES IMPOSTAS PELA VEGETAÇÃO	
Classificação do Terreno	Vegetação
Impeditivo	Grupo de árvores que impeçam o emprego de forças blindadas ou dificultem o movimento de tropas a pé.
Restritivo	Árvores espaçadas com reduzido diâmetro (somente para forças blindadas).
Adequado	Árvores com diâmetros reduzidos e espaçadas, não interferindo no emprego de Vtr ou tropas a pé.

Tab 7-2 - Restrições Impostas pela Vegetação

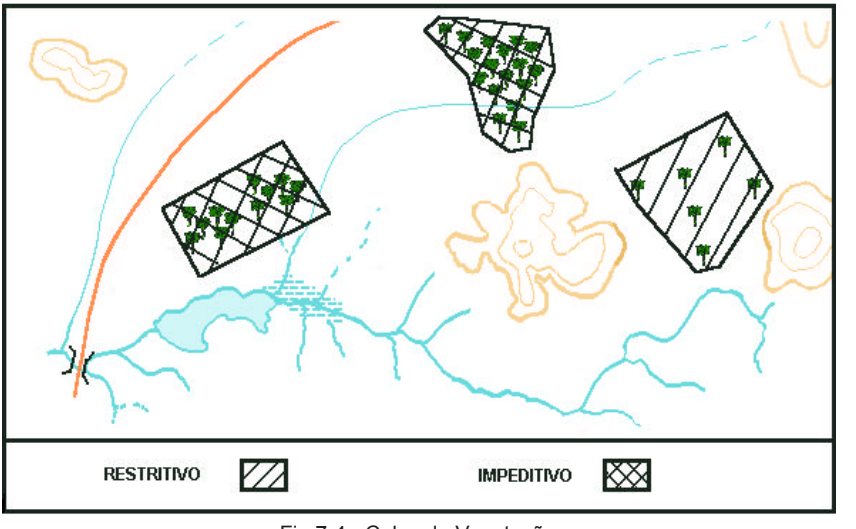

Fig 7-4 - Calco de Vegetação

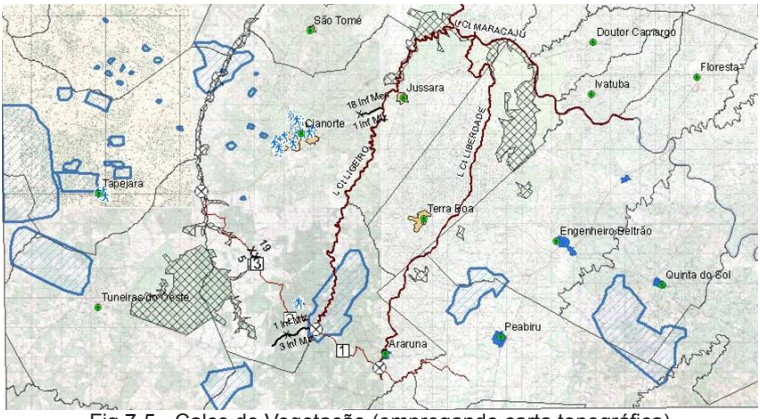

Fig 7-5 - Calco de Vegetação (empregando carta topográfica)

7.3.2.7 **Natureza do Solo** (Tab 7-3 e Tab 7-4)

7.3.2.7.1 Aspectos de interesse:

a) em geral, a análise deste aspecto do ponto de vista militar tem dois objetivos: o relacionado com as construções de engenharia e outro relacionado com a transitabilidade e a organização do terreno;

b) as fontes de dados e conhecimentos para avaliar as condições do solo são muitas e variadas, mas, indubitavelmente, a mais importante é o reconhecimento terrestre, preferencialmente o especializado;

c) a análise da consistência e da composição do solo determinará a transitabilidade, classificando-o em impeditivo, restritivo ou adequado;

d) as tabelas seguintes mostram valores que podem ser utilizados como primeira aproximação nas análises que se realizem. Tendo em vista que são muito raras as ocasiões em que os solos se apresentam puros, em cada caso haverá que aproximá-los à realidade existente. Deve ser considerada a influência da umidade e a profundidade do solo superficial em relação ao material do subsolo.

SOLO SEGUNDO SUA RESISTÊNCIA	
Classificação	Resistência em kg/cm^2
Rochoso	7 – 50
Pedregoso	5 – 7
Arenoso (grosso)	4 - 5
Arenoso (fino)	2 - 3
Argiloso com areia	2 – 3
Argiloso compacto	2 – 3
Argiloso úmido	0,5 – 1
Lamacento	0,5 – 1
Pantanoso	Menos de 0,5

Tab 7-3 - Resistência do Solo

TIPO DE VIATURA	PRESSÃO EM kg/cm²
Viaturas leves	0,3
VBTP (M113)	0,5
VBC, CC (LEOPARD 1 A1)	0,6-0,7
VBC, CC (M60 A3 TTS)	0,7-0,8

Tab 7-4 - Pressão das Viaturas sobre o Solo

7.3.2.7.2 Roteiro para confecção do Calco de Solo (Fig 7-6):
a) 1º Passo: reunir e selecionar todas as fontes de dados e conhecimentos;
b) 2º Passo: analisar os dados e conhecimentos mais relevantes da área em seu conjunto, considerando o relevo e os cursos de água;
c) 3º Passo: ressaltar os diferentes tipos de solo, estabelecendo um sistema de catalogação que permita identificá-los com clareza; e
d) 4º Passo: estabelecer as áreas impeditivas e restritivas, de acordo com as características dos meios que se empregaram na área de operações (nossos e inimigos).

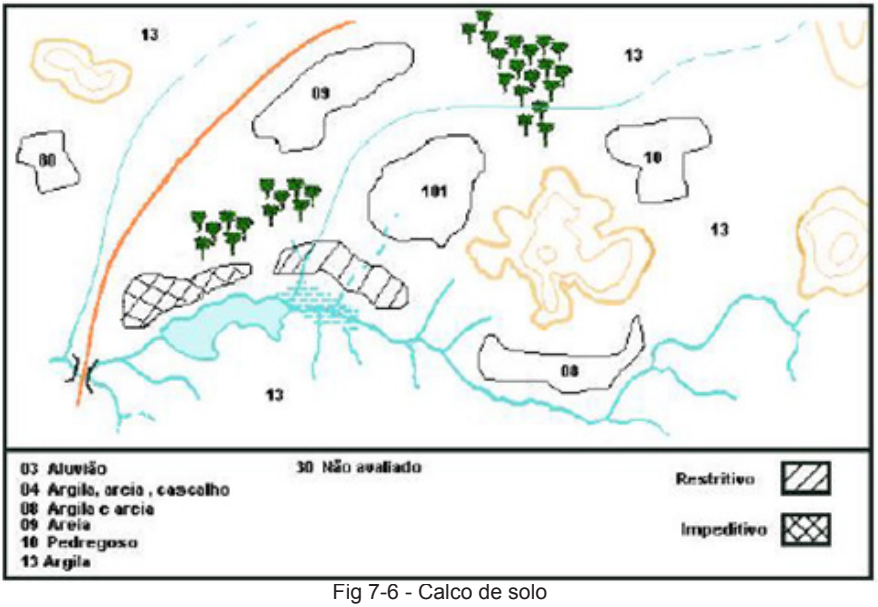

Fig 7-6 - Calco de solo

7.3.2.8 Hidrografia

7.3.2.8.1 Aspectos de interesse (Tab 7-5, Tab 7-6, Fig 7-7):
a) a análise deste aspecto deve abranger todos os cursos de água que, dentro da área de operações, impeçam ou dificultem o movimento. Para isso será necessário completar os dados que figuram nas cartas topográficas. Estes dados devem ser atualizados, conforme a época do ano, com base nos períodos de cheia ou de estiagem;

b) o estudo da hidrografia deverá incluir rios, lagos e lagoas, determinando-se a largura, profundidade, velocidade das correntes, características do leito e das margens, locais de vau, etc; e
c) para fins práticos será conveniente destacar todos os rios obstáculos, determinando a velocidade da corrente sempre que possível. Em relação aos vaus, será necessário destacar localização e profundidade.

ELEMENTOS		VAU (m) (1)	OBSERVAÇÕES
Combatentes a pé		1,00	(1) Corrente moderada, fundo firme e margens favoráveis. (2) Anfíbio: - Flutua em profundidade > 1,6 m - Entre 1,10 e 1,60 m, com a hélice ligada, consegue transpor o curso de água com dificuldade. - Velocidade na água = 2,5 m/s. (3) Anfíbio: - Flutua em profundidade > 2,0 m - Entre 1,60 e 2,0 m consegue transpor o curso de água com dificuldade. - Inclinação máxima da 2ª margem: - 50% (quando na travessia de vau). (4) Sem preparação do CC (5) Com preparação do CC (6) Com "snorkel"
Viaturas 1/4 e 3/4 t sobre rodas e Art autorrebocada		0,60	
Viaturas 2 1/2 t e 5 t		0,75	
VIATURAS BLINDADAS	VBR	1,10	
	VBR (URUTU) (2)	1,10	
	VBTP (M113) (3)	1,60	
	VBC, CC (M41)	1,00	
	VBC, CC (LEOPARD 1-A1)	1,20 (4) 2,25 (5) 5,00 (6)	
	VBC, CC (M 60 A3 TTS)	1,20 (4) 2,40 (5)	
	VBE, L Pnt	1,05	
	VBC, OAP 105 mm	1,05	
	VBC, OAP 155 mm M 109	1,05	

Tab 7-5 - Tabela de Passagem a Vau

7.3.2.8.2 Roteiro para a confecção de Calco de Hidrografia (Fig 7-7):
a) 1º Passo: reunir toda a informação possível relacionada com hidrografia (cartas, fotografias aéreas, dados e conhecimentos de reconhecimento, etc);
b) 2º Passo: representar os cursos de água, diferenciando os rios perenes dos temporários. Para os últimos, deve-se ter presente a época do ano;
c) 3º Passo: destacar os cursos de água, a velocidade da corrente naqueles trechos que interessem e os vaus com suas profundidades;
d) 4º Passo: indicar as inclinações das margens superiores a 15% e a sua constituição (solo – vegetação); e
e) 5º Passo: incluir na representação gráfica, com cor diferente aos já destacados, os cursos de água normalmente secos e as áreas sujeitas a inundações (ambos de acordo com a época do ano).

RESTRIÇÕES IMPOSTAS PELA HIDROGRAFIA	
TERRENO	HIDROGRAFIA
Impeditivo	Cursos de água, lagos, pântanos, zonas alagadiças, que não possam ser vadeados ou atravessados com apoio de Pontes Lançadas de Viaturas Blindadas (PLVB) pela engenharia. Margens verticais, de superfície firme, que possam deter os CC, assim como correnteza com velocidade elevada e profundidade que apresente desvantagens significativas para o emprego de Vtr Bld.
Restritivo	Cursos de água, lagos, áreas alagadiças, que possam ser vadeados ou atravessados com PLVB em vários locais (mas não em toda a extensão considerada). A velocidade da correnteza deve ser reduzida (< 1,5 m/s) e a profundidade inferior a 1,20 m.
Adequado	Cursos de água, lagos, que possam ser vadeados em qualquer lugar ou que sejam de inexpressiva largura (< 1,5 m). A profundidade (< 60 cm) e a velocidade da correnteza não devem impedir a travessia.

Tab 7-6 - Restrições Impostas pela Hidrografia

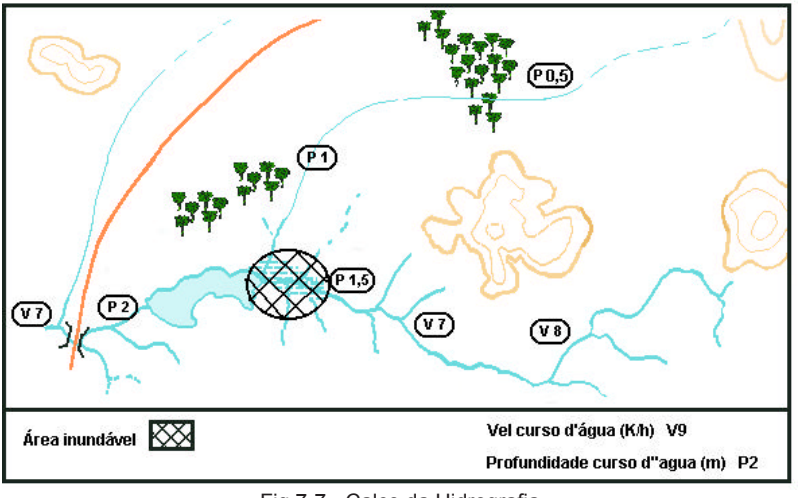

Fig 7-7 - Calco da Hidrografia

7.3.2.9 Obras de arte

7.3.2.9.1 Aspectos de interesse (Fig 7-8) - a importância militar deste aspecto reside principalmente em sua relação com a transitabilidade, já que, de acordo com as características particulares de cada um deles, facilitará ou dificultará o movimento. Assim, uma ponte evitará um obstáculo, dando continuidade

ao movimento; em compensação, os canais, valas, etc, poderão restringir o movimento.

7.3.2.9.2 Roteiro para a confecção do Calco de Obras de Arte
a)1º Passo: complementar os dados da carta (ou de outros meios) com estudos anteriores, fotografias aéreas, dados, reconhecimento e etc; e
b) 2º Passo: ressaltar ou representar graficamente as obras de arte com diferentes cores de acordo com seu tipo, indicando principalmente os seguintes dados:
- pontes - capacidade, largura, comprimento e material de construção;
- túneis - largura e comprimento;
- canais - o considerado para os rios e valas;
- represas - o considerado para os lagos; e
- rodovias, ferrovias, aeroportos, etc.

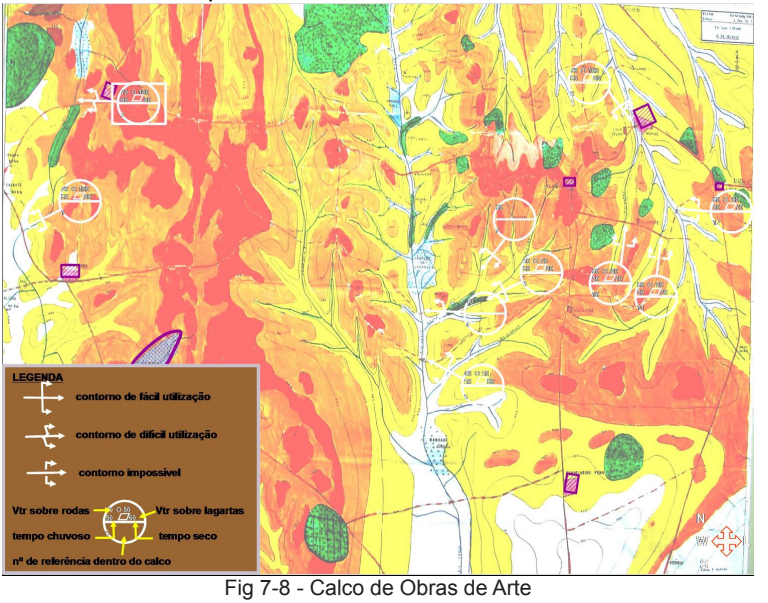

Fig 7-8 - Calco de Obras de Arte

7.3.2.10 Localidades

7.3.2.10.1 Aspectos de interesse - o estudo inicial deste aspecto deverá estar direcionado a determinar se será ou não necessário empenhar forças nas localidades. Para esta análise deverá ser considerado que os casos históricos demonstram que as operações ou ações são sempre difíceis em áreas urbanas. Há necessidade de evitar os ataques sobre as localidades, a menos que a situação imponha. Em contrapartida, as áreas urbanas podem proporcionar vantagens às operações ou ações defensivas. Se for necessário o emprego de forças nas localidades, o estudo deverá ser detalhado, a fim de servir de base para a análise dos aspectos militares do terreno.

7.3.2.10.2 Roteiro para a confecção do Calco de Localidades - no caso de emprego

de forças em áreas urbanas (combate em localidade), será conveniente utilizar mapas, imagens satelitais e fotografias aéreas das localidades, destacando-se os seguintes dados:
a) as zonas adjacentes da área urbana;
b) setores de maior concentração de população;
c) pontos característicos e edifícios mais altos;
d) instalações de rádio, serviços de utilidade pública, edifícios públicos, etc;
e) áreas abertas (praças, parques, estádios, etc);
f) áreas industriais, comerciais, residenciais, etc;
g) terminais ferroviários, rodoviários, aeroportos, portos, aeródromos, etc; e
h) outros dados julgados de interesse.

7.3.2.10.3 No caso de não serem empregadas forças nas áreas urbanas, serão utilizadas cartas topográficas complementadas com mapas das localidades necessárias, destacando-se os seguintes dados:
a) características das zonas adjacentes ao limite urbano (cultivos, obras de arte, vias de transporte, cursos de água, etc);
b) dimensões da área urbana; e
c) outros aspectos de interesse.

7.3.3 CONDIÇÕES METEOROLÓGICAS

7.3.3.1 Generalidades

7.3.3.1.1 As condições meteorológicas exercem influência em todas as atividades executadas pelas forças empregadas em determinada operação. Seus efeitos são percebidos, com maior evidência, sobre a visibilidade, transitabilidade, características dos cursos d'água, condições aéreas e as possibilidades que o terreno oferece para a sua utilização.

7.3.3.1.2 A mobilidade é dos aspectos que mais interessam às operações e é, também, aquele que mais evidencia a profunda influência que as condições meteorológicas podem exercer sobre o terreno e, em consequência, sobre a transitabilidade. Daí, a importância do estudo integrado das condições meteorológicas com as condições existentes no terreno.

7.3.3.2 Processo de Estudo das Condições Meteorológicas

7.3.3.2.1 Inicialmente, há que se dispor de uma completa base de dados que possibilite conhecer as grandes características climáticas e as condições meteorológicas dominantes na área de operações.

7.3.3.2.2 A partir do conhecimento das condições normais do clima da área de operações, é necessário atualizar as informações com base nas previsões meteorológicas a curto, médio e longo prazo, permitindo, com maior precisão, a determinação dos efeitos esperados sobre as condições de visibilidade, temperatura, emprego de fumígenos, movimento por estrada e campo, emprego das armas e equipamentos, etc.

7.3.3.2.3 De posse de todos os dados obtidos, as restrições às operações advindas das condições meteorológicas devem ser representadas graficamente e integradas ao terreno. Essas informações podem ser lançadas diretamente no Calco de Restrição ao Movimento, ou em outro calco do terreno, evitando-se a confecção de calcos específicos, já que, em um período relativamente curto, um elemento meteorológico pode sofrer variações.

7.3.3.2.4 Esquema do processo de estudo das condições meteorológicas. (Fig 7-9)

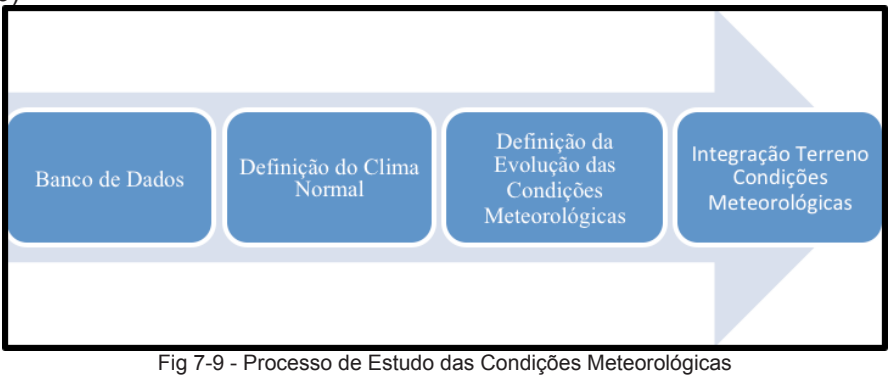

Fig 7-9 - Processo de Estudo das Condições Meteorológicas

7.3.3.3 Elementos Meteorológicos

7.3.3.3.1 As propriedades e as características físicas da atmosfera que carecem serem medidas ou observadas para a descrição do estado das condições meteorológicas são denominadas elementos meteorológicos.

7.3.3.3.2 Os elementos meteorológicos que mais influenciam as operações militares são o crepúsculo, as fases da lua, as condições atmosféricas e outros.

7.3.3.3.3 Crepúsculo (Fig 7-10):
a) a passagem da noite para o dia denomina-se crepúsculo matutino e a passagem do dia para a noite crepúsculo vespertino. Existem três tipos de crepúsculos:
- crepúsculo astronômico: a luminosidade oferecida é tão reduzida que, para fins militares, pode ser considerado como obscuridade;
- crepúsculo náutico: proporciona luminosidade suficiente para a realização dos movimentos terrestres, aplicando-se os dados relativos aos movimentos diurnos; a visibilidade fica limitada a um máximo de 400 metros, permitindo o emprego do armamento até esse alcance e a progressão com relativa coberta da observação inimiga; conforme a situação, permite a observação dos fogos da artilharia e das operações aéreas diurnas.
- crepúsculo civil: proporciona luminosidade suficiente para as atividades diurnas normais, permitindo operações militares de qualquer tipo;
b) a duração dos crepúsculos depende da localização geográfica (latitude e longitude) e varia ao longo do tempo.

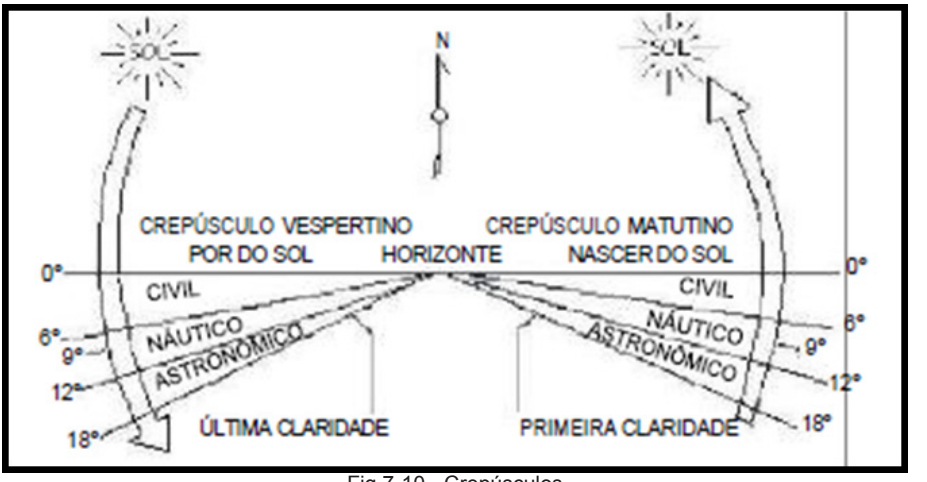

Fig 7-10 - Crepúsculos

c) enquanto na ofensiva a baixa luminosidade favorece a concentração de forças, a manobra e a obtenção da surpresa, na defensiva prejudica a vigilância, impede o reconhecimento, dificulta a coordenação e o controle e reduz a precisão da busca de alvos.

7.3.3.3.4 Fases da Lua:
a) as condições de visibilidade noturna são determinadas, principalmente, pelas fases da lua. A visibilidade é mínima na fase da lua nova, aumenta na fase de quarto crescente, alcança o máximo na lua cheia e decresce na quarto minguante, e assim sucessivamente (Tab 7-7);

Fase da Lua	Período médio de luar	Luminosidade
Cheia	Das 18:00 h às 06:00	Luar na maior parte da noite
Quarto	Das 00:00 h às 12:00	Luar na segunda parte da noite
Nova	Das 06:00 h às 18:00	Noite sem luar
Quarto	Das 12:00 h às 24:00	Luar na primeira parte da noite

Tab 7-7 - Fases da lua

b) assim, a luminosidade deve ser analisada em função do nascer e do pôr do sol e das fases da lua, que exercerão influência nas condições de observação, de sigilo, de emprego de meios aéreos e de coordenação e controle de tropas; e
c) a visibilidade não é somente afetada pela diminuição ou ausência de luz direta, é também por outros elementos meteorológicos, tais como precipitações, nebulosidade, ventos etc.

7.3.3.3.5 Condições Meteorológicas:
a) temperatura e umidade;
- estes dois elementos têm influência nos vetores lançados através da atmosfera,

tais como aeronaves, mísseis, foguetes e granadas de artilharia. Quando estes elementos apresentam valores extremos, afetam o rendimento do pessoal, do material, do equipamento, do armamento, de viaturas, etc; podem causar dificuldades na construção de posições e fortificações; e irão provocar um aumento na dependência do apoio logístico.
- a temperatura deve ser analisada sob dois aspectos distintos:
- quanto ao seu valor absoluto, particularmente quando indicar situações extremas de frio e de calor, influenciando na eficiência combativa das tropas e no funcionamento do material empregado;
- quanto ao seu valor relativo, ou gradiente de temperatura, que é a diferença entre as temperaturas das camadas de ar; assim, três situações podem ocorrer:
- inversão - a temperatura aumenta com a altitude; a velocidade dos ventos é pequena e o ar estável, com poucas correntes; permite a utilização de agentes QBRN e favorece o lançamento de “cortinas” fumígenas;
- neutralidade - a variação da temperatura com a altitude é pequena ou nula; o ar é moderadamente estável, caracterizando-se como uma situação intermediária entre a inversão e a lapse;
- lapse - a temperatura diminui à medida que a altitude aumenta; o ar torna-se instável, não favorecendo o lançamento de agentes QBRN e o emprego de “cortinas” fumígenas, mas a formação de “tetos” de fumaça.
b) nebulosidade;
- a nebulosidade é uma situação decorrente da maior ou menor existência da formação de nuvens ou mesmo de nevoeiro, neblina, névoa, dentre outros.
- o tipo e densidade da camada de nuvens, assim como a altura de seus limites inferior e superior, influem nas operações aéreas. As nuvens também podem afetar as operações terrestres, porquanto limitam a luminosidade natural diurna e noturna, e determinam as precipitações. A neblina poderá interferir na visibilidade.
- normalmente, nas zonas costeiras e em vales interiores, a formação de neblina e nevoeiros é muito frequente pela manhã, limitando a visibilidade e produzindo efeitos sobre as operações.
c) precipitações;
- têm grande influência sobre o estado do terreno, a observação, as tropas e o funcionamento de alguns equipamentos, materiais e armamentos. Conforme o tipo de terreno, a transitabilidade poderá ser afetada. A chuva pode reduzir drasticamente a persistência dos agentes químicos, a eficácia das minas e de outros materiais de emprego militar. A eficácia do pessoal também será reduzida pelas precipitações, ao produzir desconforto, aumentar a fadiga e gerar outros problemas físicos e psicológicos.
- um aspecto importante a considerar é a ocorrência de descargas elétricas, que podem incidir sobre depósitos de munições e de combustíveis, afetar as linhas de transmissão terrestres e alterar ou impedir o uso do espectro eletromagnético, tanto para a realização de transmissões como para o emprego de radares e sensores.

d) Ventos;
- a direção e a velocidade do vento têm influência sobre o emprego de fumígenos e de agentes QBRN. A direção influirá no aspecto tático com relação à favorabilidade ou não do seu lançamento, já a velocidade influirá tecnicamente, definindo as possibilidades de emprego do agente.
- a velocidade dos ventos produzirá efeitos sobre o emprego de meios de combate e de tropas especiais, como por exemplo, operações aeromóveis e aerotransportadas.
- como exemplo da influência da direção no emprego de meios de combate, destaca-se a detecção de sons, onde o fator vento poderá aumentar ou encurtar a percepção da distância do local de ocorrências.
- um aspecto positivo, do ponto de vista militar, é que os ventos podem acelerar a secagem dos solos, antecipando a melhoria das condições de trafegabilidade dos mesmos.
- conforme a necessidade, poder-se-á representar a circulação local dos ventos predominantes, com suas velocidades e direções, em um calco específico, com a finalidade de determinar a melhor utilização de elementos fumígenos e QBRN, bem como seu possível efeito no armamento em geral, equipamento especial de vigilância, busca de alvos e sobre as tropas.

7.3.4 CALCO DE RESTRIÇÃO AO MOVIMENTO

7.3.4.1 Aspectos de interesse

7.3.4.1.1 Os diversos estudos dos aspectos gerais do terreno e as restrições impostas pelos elementos meteorológicos serão integrados ou superpostos, de modo que se chegue a um único calco que contenha os diversos obstáculos, o Calco de Restrições ao Movimento.

7.3.4.1.2 Representação de neblina ou nevoeiro - de acordo com os dados meteorológicos conhecidos ou levantados, representa-se no calco a dimensão e a localização da neblina ou nevoeiro, indicando-se, dentro do possível, as horas de duração e a visibilidade em metros. Assim, pode-se determinar o período e o local onde haverá limitação da visibilidade para as nossas forças e para o inimigo.

7.3.4.1.3 Representação das precipitações - devem ser assinaladas as áreas que dificultem o acesso e a passagem sem meios auxiliares e as áreas inundadas, para que se possam visualizar as alterações ocorridas na área de operações que afetem a transitabilidade, o movimento de tropas, o emprego de equipamentos, os materiais, etc. O efeito das precipitações depende da natureza do solo e de sua capacidade de drenar água.

7.3.4.2 Roteiro para a confecção do Calco de Restrições ao Movimento - para a confecção deste calco, todos os obstáculos serão avaliados e codificados, e o terreno classificado em impeditivo, restritivo e adequado. Normalmente, o terreno impeditivo é representado em vermelho (ou hachurado cruzado) e o restritivo

em amarelo ou laranja (ou hachurado simples). As áreas não assinaladas por nenhuma cor ou símbolo representam o terreno adequado, isto é, regiões onde uma tropa de determinada natureza tem liberdade de movimento. (Fig 7-11 e Fig 7-12)

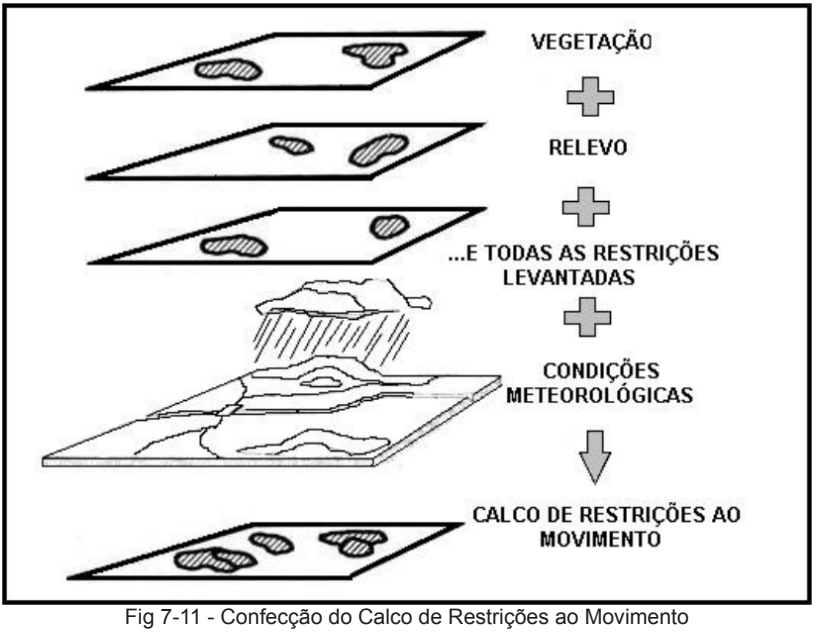

Fig 7-11 - Confecção do Calco de Restrições ao Movimento

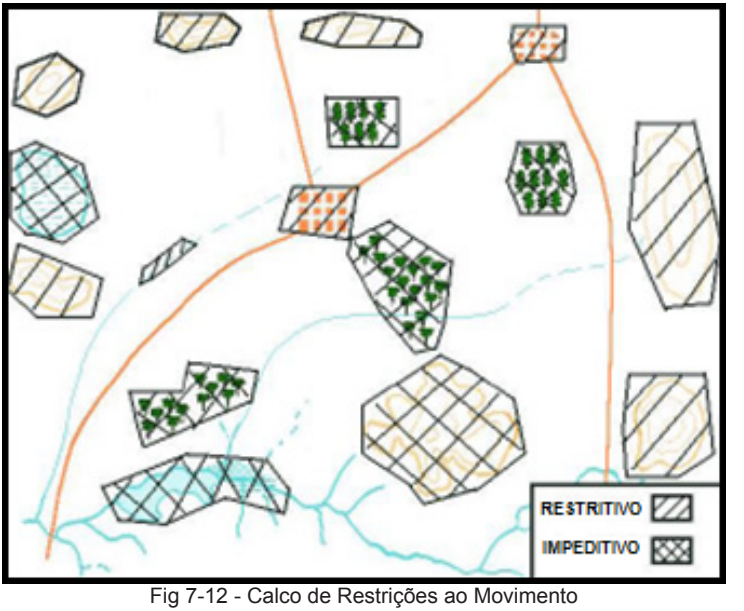

Fig 7-12 - Calco de Restrições ao Movimento

7.4 IDENTIFICAÇÃO DOS CORREDORES DE MOBILIDADE, ACIDENTES CAPITAIS E DAS VIAS DE ACESSO - ETAPA 3

7.4.1 O Calco de Restrições ao Movimento permite que o Of Intlg verifique as faixas do terreno onde as forças terão a mobilidade afetada e onde o movimento será facilitado, definindo os corredores de mobilidade e as vias de acesso.

7.4.2 Ao final desta etapa, será produzido o calco das vias de acesso. Os corredores de mobilidade e os acidentes capitais também poderão ser lançados diretamente neste calco, simplificando o processo.

7.4.3 CORREDORES DE MOBILIDADE

7.4.3.1 Corredor de mobilidade é uma área relativamente livre de obstáculos, porém canalizada por terreno restritivo em ambos os flancos, através da qual um elemento de manobra pode se deslocar explorando os princípios da massa e da velocidade. Nas operações convencionais, o Calco de Restrições ao Movimento é utilizado para identificar corredores de mobilidade largos o suficiente para permitir a manobra.

7.4.3.2 Os corredores de mobilidade somente são locados nos locais em que a força será canalizada pelas restrições do terreno. Em terreno sem obstáculos, não são determinados corredores de mobilidade, bastando determinar diretamente as vias de acesso dos diversos escalões.

7.4.3.3 Os corredores de mobilidade atravessam terrenos adequados, ocasionalmente, passam por terrenos restritivos e evitam os terrenos impeditivos. Os melhores corredores de mobilidade contêm terrenos adequados amplos o suficiente para permitir o movimento nas formações doutrinárias mais adequadas, evitando obstáculos significativos. Normalmente, os corredores de mobilidade são identificados dois escalões abaixo do escalão planejador.

7.4.3.4 Os corredores de mobilidade variam com o tipo, a natureza e a mobilidade de cada força. As tropas blindadas e mecanizadas, normalmente, requerem grandes áreas para se moverem e buscam faixas para atirarem no limite do alcance de suas armas, sem que sejam engajadas pelo fogo direto do inimigo. As tropas a pé sofrem menores restrições pela presença de obstáculos ou terreno difícil, sendo, inclusive, favorecidas por áreas que forneçam cobertas e abrigos.

7.4.3.5 Os corredores de mobilidade podem ser representados por setas (indicadoras da direção) com a abreviatura do respectivo escalão. Os corredores podem ser favoráveis ao movimento em ambas as direções. Para facilitar o entendimento, pode ser usada a cor vermelha para indicar os corredores do inimigo e a azul ou preta para as nossas tropas. (Fig 7-13)

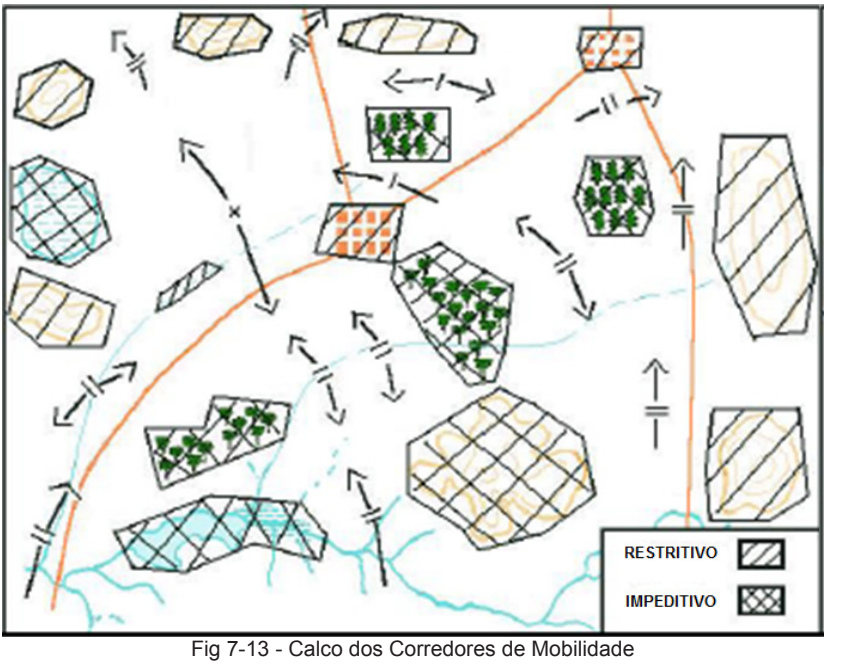

Fig 7-13 - Calco dos Corredores de Mobilidade

7.4.4 ACIDENTES CAPITAIS

7.4.4.1 Acidente capital é qualquer acidente do terreno ou área cuja conquista, manutenção ou controle proporcione acentuada vantagem a qualquer das forças oponentes.

7.4.4.2 Os acidentes capitais são determinados em função da missão e dos aspectos do terreno analisados anteriormente. Para isso, identificam-se os acidentes do terreno que, quando controlados, proporcionem acentuada vantagem a qualquer das forças oponentes. Estes acidentes capitais, conforme o estudo de situação, poderão se transformar em objetivos.

7.4.4.3 Em uma área urbana, os acidentes capitais podem ser estruturas dominantes, pontos de passagem obrigatórios, interseções, pontes, complexos industriais ou outras instalações. Um terreno elevado pode ser acidente capital caso domine determinada área e proporcione boa observação e campos de tiro.

7.4.4.4 Os acidentes capitais podem ser marcados no calco das vias de acesso, sendo designados por letras maiúsculas dentro de um círculo e citados dos mais próximos para os mais afastados, da esquerda para direita (considerar a observação de frente para o inimigo).

7.4.5 VIAS DE ACESSO

7.4.5.1 Via de Acesso é uma faixa do terreno orientada para um acidente capital,

adequada ao valor de determinada força e, em relação à sua natureza, favorável ao movimento desta força.

7.4.5.2 As vias de acesso são identificadas tanto para as nossas forças como para as do inimigo. Inicialmente, são identificadas as vias de acesso da força (amiga ou inimiga) que possui a iniciativa das ações. Esta medida irá, posteriormente, facilitar a elaboração das linhas de ação. Se as nossas forças atacarem antes, as nossas vias de acesso serão identificadas primeiro.

7.4.5.3 As vias de acesso são determinadas para unidades um escalão abaixo daquele que realiza o planejamento. Assim, uma brigada considera vias de acesso valor batalhão ou regimento.

7.4.5.4 No caso de existirem corredores de mobilidade próximos, eles podem ser englobados por uma única via de acesso. A distância máxima entre corredores de mobilidade a serem incluídos numa mesma via de acesso é aquela propiciada pelos meios de apoio mútuo, de comando e controle disponíveis. A separação entre os corredores de mobilidade está, também, condicionada pelo julgamento tático da situação existente. A tabela, apresentada a seguir, pode ser utilizada como base de raciocínio. (Tab 7-8)

CORREDOR DE MOBILIDADE	DISTÂNCIA MÁXIMA
Brigada	10 km
Batalhão/Regimento	6 km
Companhia	2 km

Tab 7-8 - Distância Máxima entre Corredores de Mobilidade

7.4.5.5 As vias de acesso são selecionadas por meio dos acidentes capitais, sem a consideração inicial de limites, objetivos, linha de partida, linha de contato etc.

7.4.5.6 As vias de acesso são definidas em função do terreno e da direção de ataque ou contra ataque. Não deve haver a preocupação de coincidi-las com manobras preconcebidas.

7.4.5.7 Da mesma forma que os corredores de mobilidade, a cor vermelha pode ser usada para indicar as vias de acesso do inimigo e as cores azul ou preta para as de nossas forças. Designa-se cada via de acesso em sequência numérica, da esquerda para a direita, quando nos posicionamos “olhando” para o inimigo. (Fig 7-14)

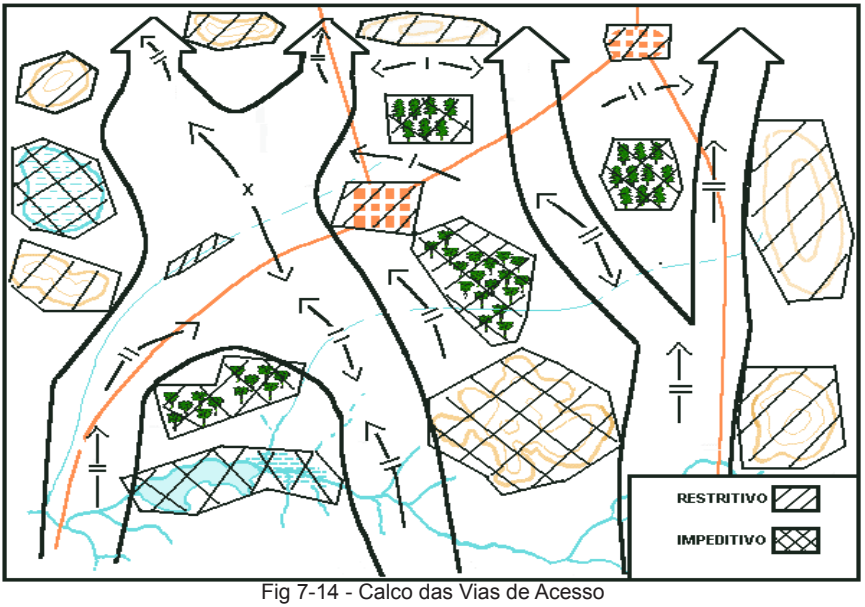

Fig 7-14 - Calco das Vias de Acesso

7.5 ANÁLISE DO TERRENO – ETAPA 4

7.5.1 GENERALIDADES

7.5.1.1 Uma vez realizado o estudo dos aspectos gerais do terreno e das condições meteorológicas e já tendo sido identificados os corredores de mobilidade, acidentes capitais e as vias de acesso, pode-se iniciar a análise do terreno.

7.5.1.2 A análise do terreno é executada com base nas vias de acesso.

7.5.1.3 Nesta etapa, cada via de acesso é analisada detalhadamente, tanto do ponto de vista do inimigo como das nossas forças.

7.5.1.4 Os aspectos a serem considerados na análise do terreno incluem a observação e campos de tiro, cobertas e abrigos, obstáculos, acidentes capitais e outros. Devem-se focalizar os mais relevantes para a situação específica.

7.5.2 OBSERVAÇÃO E CAMPOS DE TIRO

7.5.2.1 Devem ser examinadas as características do terreno ao longo da via de acesso para determinar as condições para a observação e a realização dos fogos. São analisadas, também, as várias posições onde o defensor poderá conduzir e executar seus fogos.

7.5.2.2 Os elementos do terreno que afetam diretamente esse fator são o relevo e a vegetação, como também as obras de arte, as localidades e todos

os obstáculos que se interponham à visão humana ou à linha de visada de um armamento.

7.5.2.3 Para a análise desse fator, deverá ser levada em conta a visão natural, a visão com ajuda de dispositivos óticos, o alcance e a trajetória das armas e as características dos meios de comunicações e de detecção de alvos (rádio, radares, telêmetros, etc).

7.5.2.4 Áreas em que o defensor tem condições de observar podem ser definidas por desenhos que indicam os setores de observação das posições defensivas. (Fig 7-15)

7.5.2.5 A confecção de Modelos Digitais de Elevação (MDE) permitirá, com o auxílio de softwares específicos, identificar a visualização de um determinado ponto, bem como de posições de tiro, permitindo um planejamento mais seguro para as operações e, ainda, o posicionamento mais eficaz para os diversos tipos de armamento e equipamentos de vigilância. (Fig 7-16)

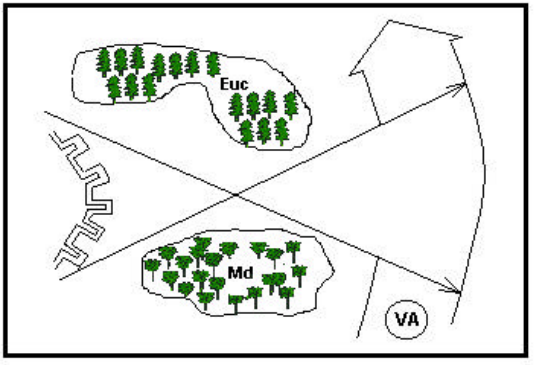

Fig 7-15 - Setor de Observação

Fig 7-16 - Modelo Digital de Elevação (3 dimensões)

7.5.3 COBERTAS E ABRIGOS

7.5.3.1 Devem ser analisadas as áreas que podem proporcionar abrigo e cobertura. Tendo previamente considerado as áreas, a partir das quais o defensor dispõe de observação e campos de tiro, o Of Intlg deve agora determinar as áreas através das quais as forças atacantes podem avançar mantendo a cobertura ou estando abrigadas.

7.5.3.2 As cobertas e os abrigos devem ser considerados em conjunto com a observação e os fogos, tanto terrestres, quanto aéreos.

7.5.3.3 Os elementos do terreno que influem nesse fator são a vegetação, o relevo, a natureza do solo, as obras de arte e as localidades.

7.5.3.4 Após ter estudado os elementos do terreno, a conjugação de todos os parâmetros dará como resultado um calco, onde estarão representadas as regiões favoráveis ou desfavoráveis com relação às cobertas e abrigos. (Fig 7-17)

7.5.3.5 O emprego de radares terrestres, sensores termais, equipamentos de visão noturna e infravermelhos, e outros tipos de sensores, demandam medidas adequadas de segurança, mesmo com a correta utilização de cobertas e abrigos.

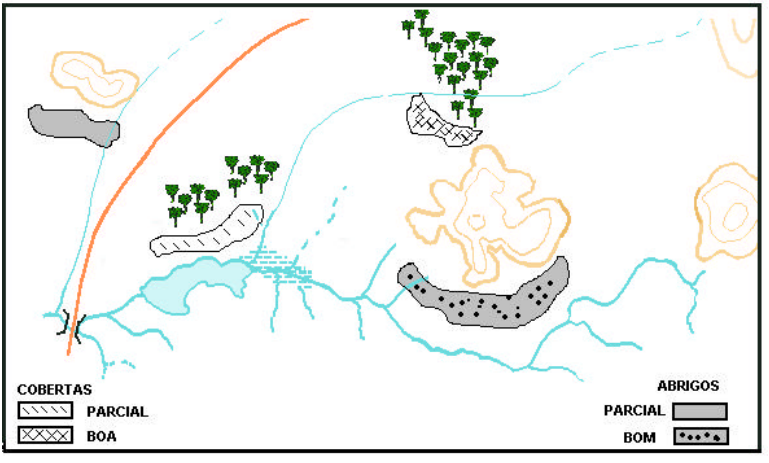

Fig 7-17 - Calco das Cobertas e Abrigos

7.5.4 OBSTÁCULOS

7.5.4.1 A influência deles sobre a mobilidade é um dos fatores de maior importância na análise do terreno.

7.5.4.2 Na análise, deve-se considerar que os obstáculos paralelos às vias de acesso podem proteger os flancos do atacante. Em contrapartida, quando se apresentam perpendicularmente a uma via de acesso proporcionam linhas de resistência que favorecem o defensor.

7.5.4.3 Os elementos do terreno que devem ser analisados para determinar os obstáculos são praticamente todos, pois cada um deles, em maior ou menor proporção, afetará o movimento de uma força.

7.5.4.4 O efeito dos obstáculos varia sobre os diferentes tipos de forças (de acordo com suas naturezas); por exemplo, os bosques de difícil penetração por forças blindadas ou motorizadas podem ser atravessados por tropas a pé.

7.5.4.5 O calco de restrições ao movimento determinará as áreas adequadas (as que restringem e as que impedem o deslocamento), tanto para as nossas forças como para as do inimigo. Essas áreas poderão ser indicadas com números, cores ou qualquer tipo de convenção que permita uma clara compreensão.

7.5.4.6 Assim, pode-se responder aos diversos questionamentos que possam surgir, tais como:
a) que obstáculos naturais, ao longo da via de acesso, restringem ou impedem o movimento?
b) que obstáculos artificiais o defensor já colocou ou irá provavelmente colocar?
c) que obstáculos existentes podem ser facilmente agravados?
d) que obstáculos paralelos às vias de acesso garantem proteção de flanco ou limitam o movimento nessa região?
e) onde e como pode a proteção de flanco ser melhorada pelo planejamento e execução de agravamento de obstáculos?
f) pela análise das vias de acesso pelos flancos, pode-se prever o local de possíveis contra-ataques conduzidos pelo defensor e planejar o lançamento de outros obstáculos?
g) as áreas por onde o inimigo tem que se deslocar devem ser batidas por fogos e/ou sofrer o lançamento de fumígenos, de agentes químicos, de minas e/ou o emprego de forças em posições defensivas?

7.5.5 ACIDENTES CAPITAIS

7.5.5.1 O emprego tático dos acidentes capitais é frequentemente direcionado no sentido de aumentar a nossa capacidade de aplicar poder de combate e, ao mesmo tempo, forçar o inimigo a utilizar áreas que reduzam sua capacidade de aplicar seu poder de combate.

7.5.5.2 Deve-se verificar como os acidentes capitais influenciam as vias de acesso e as vantagens advindas para as nossas forças e para o inimigo

7.5.6 Adequação do Espaço de Manobra (dimensão das vias de acesso) - a identificação dos corredores de mobilidade e das vias de acesso permite a visualização do movimento ao longo das faixas e a dedução sobre o grau de liberdade de manobra possível na via de acesso e, inversamente, as restrições, as canalizações e os pontos de estrangulamento.

7.5.7 Facilidade de Movimento (trafegabilidade, comprimento e direção da via de acesso) - este aspecto da análise é considerado em função do tempo e do

espaço. Deve ser feita uma avaliação do tempo mínimo para percorrer a via de acesso, tomando como base as velocidades constantes nos dados médios de planejamento existentes. A trafegabilidade geral, a extensão e a direção da via de acesso são aspectos que também devem ser considerados.

7.5.8 OUTROS ASPECTOS COMPLEMENTARES

7.5.8.1 Alguns aspectos poderão complementar a análise do terreno, em função das características da operação. Dentre esses, podem ser analisados os efeitos dos fumígenos, dos agentes QBRN, o emprego de dispositivos de vigilância, a GE, as ações irregulares e as rotas de aproximação aérea.

7.5.8.2 Efeitos de agentes químicos, biológicos, radiológicos e nucleares - o lançamento de armas de destruição em massa no terreno pode alterar consideravelmente as características das vias de acesso. Os efeitos de derrubada de árvores, destruição de zonas urbanizadas e a existência de áreas restritas devido à contaminação química, biológica, radiológica ou nuclear afetam naturalmente a facilidade do movimento, o espaço de manobra, o uso de acidentes capitais, a existência de cobertas e abrigos, a observação e os campos de tiro.

7.5.8.3 Emprego de dispositivos de vigilância, GE, ações irregulares e outros meios - deve-se também considerar outros fatores no estudo do terreno, incluindo a vulnerabilidade das vias de acesso para ações de guerra irregular, ações psicológicas e o grau em que os meios de guerra eletrônica, e de vigilância do campo de batalha.

7.5.8.4 Rotas e itinerários de voo

7.5.8.4.1 Uma rota de voo é uma parte do espaço aéreo sob a forma de corredor que permite o deslocamento de certo número de aeronaves entre a Zona de Embarque (Z Emb) e a Linha de Engajamento (L Engj), baseado em dados de navegação preestabelecidos e balizado por pontos de controle identificados. Já o itinerário de voo é a parte do deslocamento utilizado entre a L Engj até as Zonas de Desembarque (Z Dbq) e delas até o acolhimento.

7.5.8.4.2 A identificação das rotas e itinerários de voo do inimigo tem grande importância, pois permite a visualização das principais direções de uma ameaça aérea, que poderá materializar-se por meio de aeronaves de asa fixa e/ou rotativa, e o posicionamento da artilharia antiaérea inimiga. Já a identificação das rotas e itinerários de voo das forças amigas possibilita realizar o levantamento dos prováveis setores de aproximação de helicópteros e a integração do movimento aéreo com as medidas de coordenação de apoio de fogo e do uso do espaço aéreo.

7.5.8.4.3 As rotas e itinerários de voos civis devem ser minuciosamente estudados, caso possam interferir nas operações.
a) independente se o espaço aéreo é considerado proibido, restrito ou permitido

para aeronaves civis, é importantíssimo que todos os vetores com capacidade de abater aeronaves tenham conhecimento daquelas militares e civis que possam em algum momento e por qualquer motivo, sobrevoar a área.
b) além da capacidade de detecção de tais aeronaves, a identificação se as mesmas constituem-se em ameaça, apoio ou são neutras, são essenciais para o planejamento de uma ofensiva ou defensiva. Tal capacidade pode ser obtida satisfatoriamente por meio de equipamentos, softwares e analistas especializados.

7.5.8.4.4 Os seguintes fatores podem ser considerados a partir da seleção das rotas e itinerários de voo:
a) espaço aéreo suficiente;
b) ocultação da observação terrestre;
c) características facilmente reconhecíveis no terreno; e
d) extensão das rotas.

7.5.8.4.5 A navegação aérea a baixa altura é extremamente difícil. A presença de características do terreno, facilmente identificáveis, como linhas de água ou estradas, pode melhorar significativamente a orientação dos pilotos. Os vales são geralmente desejáveis, porque facilitam a navegação e a ocultação do movimento. Os detalhes planimétricos do terreno são os mais úteis no auxílio à navegação.

7.5.8.4.6 A extensão das rotas é importante, pois, as rotas de voo mais curtas, que garantem espaço aéreo suficiente, ocultação da observação terrestre e características do terreno facilmente identificáveis, são geralmente preferíveis para minimizar a exposição das aeronaves em voo até a área do objetivo.

7.5.8.4.7 Para a seleção das rotas de aproximação aérea de nossas forças, devem ser identificadas as possíveis localizações das armas antiaéreas inimigas.

7.5.8.4.8 Devem ser identificadas em calco as possíveis localizações das armas antiaéreas ao longo das rotas e itinerários de voo das nossas forças e do inimigo.

7.5.9 COMPARAÇÃO DAS VA

7.5.9.1 Usando as considerações anteriormente efetuadas, o Of Intlg compara as vias de acesso identificadas, assinalando as vantagens e desvantagens de cada uma e concluindo com a seleção daquelas que mais favoreçam a execução da linha de ação. (Tab 7-9)

FATORES	VIAS DE ACESSO							Obs
	1	2	3	4	5	6	7	
Obs e C Tir								
Cob e abrigos								
Obstáculos								
Acdt Capt								
Espaço de Manobra								
Facilidade de Movimento								
Rede viária (suporte) logístico)								
Outros								
Classificação								

Tab 7-9 Quadro Comparativo das Vias de Acesso

7.5.9.2 Normalmente, utilizam-se os conceitos MB, B, R e I para representar a preponderância das vantagens e das desvantagens de cada via de acesso face aos fatores de comparação. Pode-se também utilizar valores numéricos, atribuindo-se ainda pesos maiores para os fatores julgados mais preponderantes na operação.

7.6 EFEITOS AMBIENTAIS SOBRE AS OPERAÇÕES – ETAPA 5

7.6.1 Após o estudo das considerações civis, terreno e condições meteorológicas, devem-se concluir sobre os efeitos desses fatores sobre as nossas operações e as do inimigo.

7.6.2 EFEITOS DAS CONSIDERAÇÕES CIVIS - devem-se determinar quais são as possíveis consequências das considerações civis sobre as nossas operações e as do inimigo, levando-se em consideração os seus seis vetores: áreas, estruturas, capacidades, organizações, pessoas e eventos.

7.6.3 EFEITOS DO TERRENO

7.6.3.1 Após o estudo do terreno, o processo deve concluir quanto aos seus efeitos sobre as operações, tanto de nossas forças, como também, para as do inimigo. Esses efeitos são obtidos pela visualização do movimento através das vias de acesso e reação da progressão com as particularidades do terreno. Todos os aspectos levantados, como obstáculos, locais favoráveis à observação, flanqueamentos, etc, são integrados ao movimento, permitindo-se avaliar se a tropa que progride em uma via de acesso será dispersa, canalizada, retardada ou sofrerá outros efeitos.

7.6.3.2 Após a obtenção dos efeitos em cada via de acesso, o Of Intlg deverá fazer a dedução dos mesmos, dentro da área de operações. Assim, por exemplo, deverá levantar as faixas mais favoráveis ao ataque ou defesa dos contendores, a quantidade de peças de manobra que podem ser empregadas, os efeitos das convergências de vias de acesso (se são favoráveis) e efeitos de estrangulamentos das vias de acesso na manobra como um todo, efeitos sobre o apoio de fogo e apoio logístico, entre outros aspectos.

7.6.4 EFEITOS DAS CONDIÇÕES METEOROLÓGICAS - da mesma forma, são analisados os efeitos das condições meteorológicas para as nossas forças e para as do inimigo. Dentre os efeitos, deve-se destacar:

7.6.4.1 Transitabilidade - movimento pelas estradas e através campo (dentro de cada via de acesso, caso necessário, e na área como um todo);

7.6.4.2 Visibilidade - a influência da lua, de nevoeiros, etc, sobre as operações militares, determinando o período e a atividade a ser ou não realizada;

7.6.4.3 Emprego de Fumígenos - a velocidade e a direção do vento, aliadas ao gradiente de temperatura, determinarão as condições de emprego de fumígenos;

7.6.4.4 Pessoal e Material - a influência das condições meteorológicas sobre o moral da tropa e as condições de conservação e desempenho dos equipamentos.

CAPÍTULO VIII

AVALIAÇÃO DA AMEAÇA (3ª FASE)

8.1 CONSIDERAÇÕES GERAIS

8.1.1 A Avaliação da Ameaça consiste na determinação das capacidades da força inimiga e os princípios e técnicas, táticas e procedimentos (TTP) que a ameaça prefere empregar.

8.1.2 Esta fase do PITCIC tem como objetivos: atualizar ou criar os modelos da ameaça, realizar a análise dos fatores da ordem de batalha, identificar as vulnerabilidades e as capacidades da ameaça.

8.1.3 Um modelo de ameaça deve incluir: medidas de coordenação e controle gráficos; uma descrição das tarefas típicas das unidades subordinadas; uma avaliação do quão bem a força inimiga está adestrada na tarefa retratada no modelo; considerações quanto ao emprego; uma discussão das contingências típicas, sequências, opções em caso de insucesso e variações de conduta; e uma avaliação das possibilidades, limitações e vulnerabilidades da ameaça, incluindo os alvos de alto valor típicos.

8.1.4 Uma boa avaliação reflete diretamente nas linhas de ação da ameaça a serem montadas na próxima fase do PITCIC, as quais deverão retratar o que a ameaça é ou não é capaz de fazer e como está adestrada para atuar em situações semelhantes.

8.1.5 Uma avaliação precária acarretará uma deficiência nos dados, informações e conhecimentos necessários para o planejamento do estado-maior. O estado-maior poderá perder tempo e esforço no planejamento para fazer face às capacidades inexistentes nas forças inimigas ou, ainda, estar sujeito à surpresa das forças inimigas com capacidades que o oficial de Inteligência falhou em considerar.

8.1.6 Na 3ª Fase do PITCIC, o oficial de Inteligência e o estado-maior analisam os dados, informações e conhecimentos de Inteligência que foram identificados na 1ª Fase, para determinar como a ameaça normalmente conduz suas operações nas mesmas circunstâncias. Quando em operações contra uma ameaça nova ou menos conhecida, o oficial de Inteligência precisa desenvolver ou expandir os bancos de dados de Inteligência e os modelos de ameaça de forma simultânea. Para atingir esse objetivo, o oficial de Inteligência deve conduzir uma análise das características e da ordem de batalha para cada grupo de ameaças identificado.

8.2 PROCESSO DE AVALIAÇÃO DA AMEAÇA

8.2.1 A avaliação da ameaça consiste em três etapas: atualização ou criação de modelos de ameaça, análise dos fatores da Ordem de Batalha e identificação das capacidades da ameaça. A Figura 8-1 mostra esquematicamente as diferentes etapas.

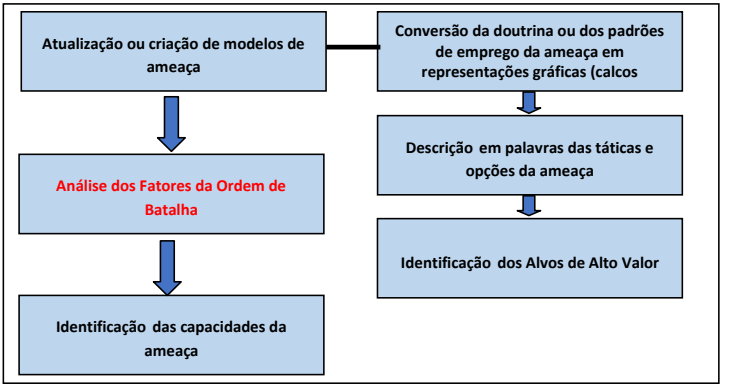

Fig 8-1 - Etapas da Avaliação da Ameaça

8.2.2 ATUALIZAÇÃO OU CRIAÇÃO DE MODELOS DE AMEAÇA - 1ª ETAPA

8.2.2.1 Os modelos de ameaça devem retratar como as forças inimigas costumam conduzir suas operações, em condições ideais. São estruturadas na organização normal ou "doutrinária", com seus equipamentos, doutrina e TTP padrão (Figura 8-2).

8.2.2.2 Os modelos de ameaça resultam de um estudo detalhado da força inimiga. O ideal é que se construam tais modelos anteriormente à fase de execução das operações. De qualquer forma, mesmo durante e após o emprego, deve-se manter uma contínua avaliação da ameaça, com a atualização dos modelos conforme a necessidade.

8.2.2.3 A atualização ou criação de modelos de ameaça consiste de três atividades: conversão da doutrina ou dos padrões de emprego da ameaça em representações gráficas (calcos doutrinários), descrição das táticas preferidas e opções e identificação dos alvos de alto valor típicos.

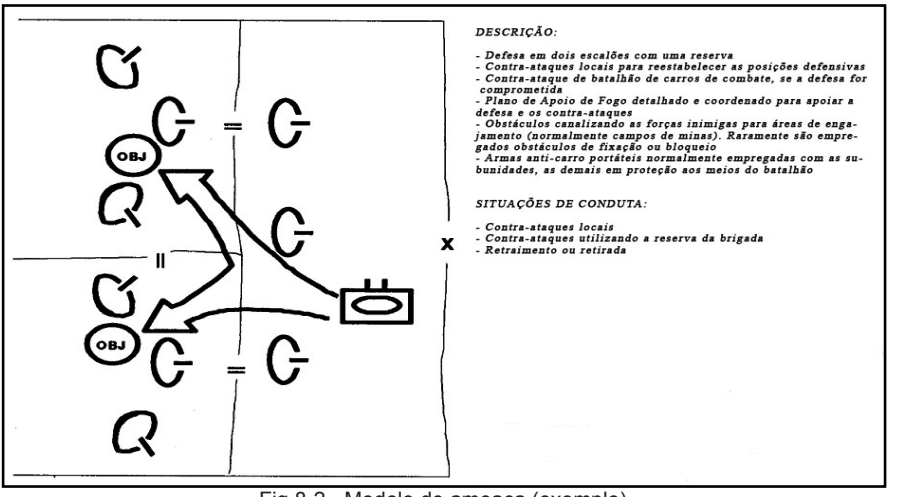

Fig 8-2 - Modelo de ameaça (exemplo)

8.2.2.4 Calcos doutrinários

8.2.2.4.1 Os calcos doutrinários ilustram o padrão de emprego e o dispositivo preferido pela ameaça quando não limitada pelos efeitos do ambiente operacional do campo de batalha. São representações gráficas, normalmente em escala, dos dispositivos da ameaça para um tipo particular de operação, como uma marcha para o combate de um batalhão, uma emboscada de agentes perturbadores da ordem pública ou um sequestro. A Figura 8-3 mostra um exemplo de calco doutrinário.

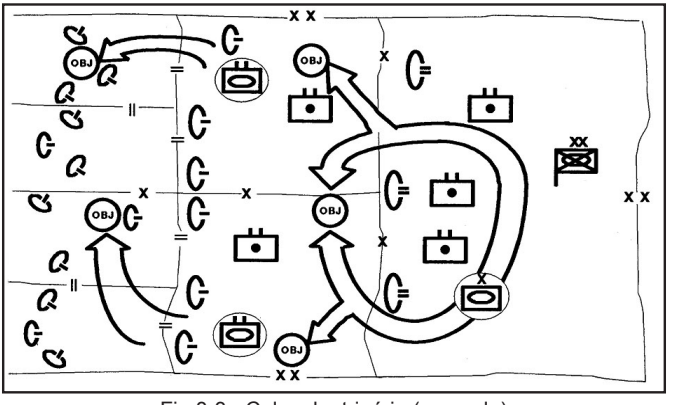

Fig 8-3 - Calco doutrinário (exemplo)

8.2.2.4.2 Os calcos doutrinários devem ser confeccionados por meio de uma análise do banco de dados de Inteligência e de uma avaliação das operações passadas da ameaça. Deve-se determinar como a ameaça normalmente se organiza para o combate e como ela emprega suas unidades e meios disponíveis em cada função de combate.

8.2.2.4.3 Deve-se procurar por padrões na composição dos meios das forças, utilização do tempo, distâncias, localizações relativas, agrupamentos e utilização do terreno ou das condições meteorológicas, focando, inicialmente, nos elementos dos maiores escalões, assim como em AAV individuais.

8.2.2.4.4 Até mesmo as operações não convencionais permitem a representação gráfica em um calco doutrinário. Por exemplo, uma avaliação do banco de dados pode indicar que quando a ameaça realiza assaltos a bancos, ela sempre envia quatro elementos para o interior do estabelecimento, enquanto dois permanecem do lado de fora. Os quatro que adentram no banco normalmente posicionam-se em locais distintos dentro do estabelecimento. Este tipo de informação pode ser facilmente convertido em uma representação gráfica, mesmo que não necessariamente para uma carta em escala.

8.2.2.4.5 Os calcos doutrinários podem também retratar a organização para o combate normalmente utilizada pela ameaça, elementos de apoio do escalão superior disponíveis, frentes, profundidades, limites, áreas de engajamento, profundidade dos objetivos e outras medidas de coordenação e controle. Sempre que possível, deve-se converter esses padrões em representações gráficas como calcos ou croquis.

8.2.2.4.6 Os calcos doutrinários são confeccionados de acordo com as necessidades da unidade ou seção de estado-maior que os utilizará. Por exemplo, um oficial de Inteligência de uma divisão criará um calco doutrinário com abordagem diferente de outro criado por um oficial de Inteligência de um batalhão; o calco confeccionado por uma unidade de guerra eletrônica é drasticamente diferente de um confeccionado por uma unidade de artilharia antiaérea. Por exemplo, um calco doutrinário de defesa antiaérea incluiria a descrição do armamento empregado pelo inimigo nos ataques aéreos, altitudes, tempo entre os grupos de aeronaves, etc.

8.2.2.4.7 Alguns calcos doutrinários consideram a força ou unidade da ameaça como um todo, enquanto outros focam em uma função de combate específica, como fogos ou Inteligência.

8.2.2.5 Descrição das táticas preferidas e opções

8.2.2.5.1 O modelo de ameaça inclui uma descrição das suas táticas preferidas. Essa descrição está direcionada para as operações das grandes unidades ou elementos retratados no calco e para as atividades das diferentes funções de combate. Também contém uma lista ou descrição das opções disponíveis para a ameaça, caso a operação falhe (condutas) ou operações subsequentes se ela for bem sucedida (sequências).

8.2.2.5.2 Mesmo que as táticas preferidas da ameaça possam ser representadas graficamente, o modelo de ameaça deve incluir uma descrição. Isto assegura que o modelo de ameaça se torne mais do que uma fotografia do momento específico

da operação que está sendo retratada. Isto também auxilia na montagem das linhas de ação da ameaça e na execução do "jogo da guerra" da operação.

8.2.2.5.3 A descrição deve ser direcionada para táticas típicas e fases da operação (manobra e apoios), pontos onde as unidades fazem a transição de uma formação a outra, e como cada função de combate contribui para o sucesso da operação. Devem-se descrever as ações das funções de combate de apoio em detalhes suficientes para permitir a posterior identificação de Alvos de Alto Valor (AAV) e Alvos Altamente Compensadores (AAC). O valor atribuído a um alvo, normalmente deve ser examinado separadamente, considerando o seu papel em cada fase da operação.

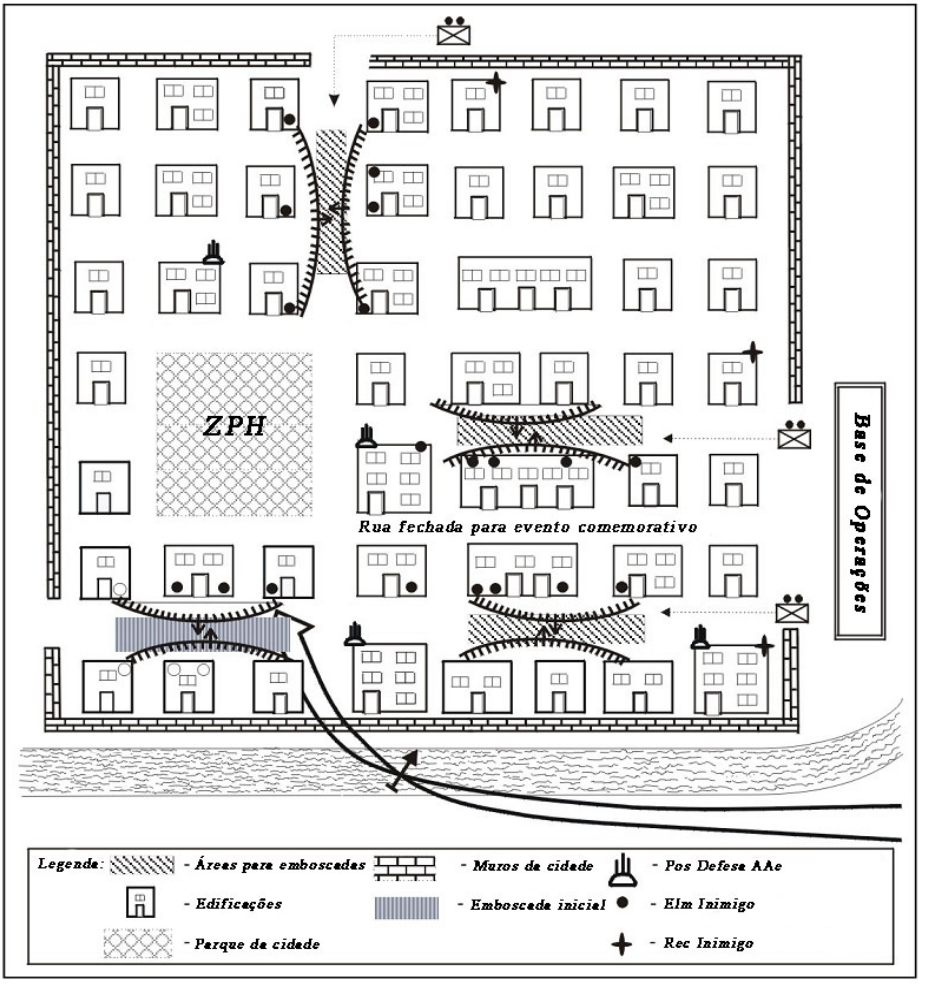

Fig 8-4 - Modelo de ameaça usado em ambiente urbano (exemplo)

8.2.2.5.4 Como o próprio calco, deve-se desenvolver a descrição das táticas e opções da ameaça a partir de uma avaliação de sua doutrina e operações passadas e correntes. Inclui-se uma descrição das condutas e sequências normalmente disponíveis para a ameaça, ou preferidas por ela, que provavelmente utilizará caso a operação retratada falhe, ou seja, bem sucedida. Por exemplo, a ameaça possivelmente preferirá realizar perseguições na sequência de ataques bem sucedidos. No caso de um ataque começar a falhar, as condutas preferidas possivelmente incluirão o comprometimento de reservas, reforço, ou mudança do esforço principal. Caso o ataque falhe, a sequência preferencial da ameaça possivelmente será a passagem à defensiva.

8.2.2.5.5 Se o banco de dados revelar algum critério de decisão que leve a ameaça a preferir uma opção em detrimento da outra, inclui-se isso na descrição. Essa informação irá auxiliar na realização do jogo da guerra entre as linhas de ação da ameaça e as das forças amigas, na aquisição de alvos e no planejamento de dissimulação.

8.2.2.5.6 Deve-se começar a descrição com o esquema de manobra, e então examinar como cada função de combate se encaixa ou fornece apoio àquele esquema.

8.2.2.5.7 Gráficos de tempo/eventos podem descrever como a ameaça normalmente conduz uma operação. Por exemplo, enquanto é difícil representar graficamente uma operação aérea de larga escala, a relação de tempo entre os vários escalões e a composição normal deles pode ser facilmente descritas num gráfico de tempo/eventos, numa narrativa ou no formato de matriz.

8.2.2.5.8 Anotações de margem no calco/gráfico são uma técnica efetiva, especialmente quando as notas estiverem atreladas a eventos-chave ou posições no calco. Por exemplo, anotações de margem podem descrever as reações normais de guerrilheiros a reforços de forças amigas durante sua conduta em uma emboscada.

8.2.2.6 Identificação dos alvos de alto valor típicos

8.2.2.6.1 Alvos de alto valor (AAV) são os meios disponíveis que o comandante da ameaça necessita para o cumprimento bem sucedido da missão retratada e descrita no calco. A perda de AAV degrada importantes funções do inimigo em toda a nossa área de interesse.

8.2.2.6.2 Os AAV são identificados a partir de uma avaliação do banco de dados, do calco doutrinário, de sua narrativa de sustentação e do uso do julgamento tático. Os AAV, normalmente (mas não sempre), abrangem as funções de combate diferentes do movimento e manobra. A lista inicial de AAV é desenvolvida por meio da execução mental do jogo da guerra,

verificando como a ameaça utilizará os meios disponíveis, em cada função de combate, para apoiá-la ao longo da operação considerada. Deve-se identificar se algum desses AAV é crítico para o sucesso da operação.

8.2.2.6.3 Por exemplo, enquanto o jogo da guerra de um ataque aéreo inimigo contra alvos amigos apoiados por um sistema de defesa antiaérea bem preparado estiver sendo mentalmente realizado, é lógico inferir que o inimigo irá necessitar de meios de supressão de defesa antiaérea substanciais como parte da força de ataque. Neste caso, as aeronaves da ameaça, comumente utilizadas neste papel, tornam-se AAV.

8.2.2.6.4 Devem-se identificar os meios-chave para executar a operação primária. A identificação de quaisquer meios-chave é realizada para satisfazer um critério de decisão ou a adoção inicial das condutas e sequências listadas na descrição das táticas preferidas e opções.

8.2.2.6.5 Deve-se determinar como a ameaça pode reagir à perda de cada AAV identificado, considerando sua capacidade de substituir esses meios, assim como a probabilidade de adoção de variantes e condutas para a operação.

8.2.2.6.6 Depois de identificar o rol de AAV, deve-se ranqueá-los com o cuidado de observar seus valores relativos para a operação inimiga e registrá-los como uma parte do modelo de ameaça. O valor de um AAV, normalmente, varia no decorrer de uma operação. Devem-se identificar quaisquer mudanças, por fase da operação, fazendo as observações necessárias.

8.2.2.6.7 Um alvo altamente compensador (AAC) é aquele em que a perda pelo inimigo vai contribuir significativamente para o sucesso da linha de ação das forças amigas. AAC são aqueles alvos de alto valor que devem ser levantados e atacados com sucesso para o cumprimento da missão pelo comandante das forças amigas.

8.2.2.6.8 Para a identificação da ameaça, deve-se agrupá-la em uma das treze categorias usadas para desenvolver o rol de alvos. As treze categorias são:
a) Comando, controle e comunicações (C3);
b) Fogos (incluindo meios de aquisição de alvos, munição, aeronaves, controle e coordenação de fogos e outros);
c) Manobra;
d) Defesa Antiaérea (incluindo radares, centros de processamento e postos de comando);
e) Engenharia;
f) Inteligência, Reconhecimento, Vigilância e Aquisição de Alvos (IRVA);
g) QBRN (incluindo elementos de apoio e armas);
h) Meios de Guerra Eletrônica;
i) Combustíveis (incluindo depósitos e meios de reabastecimento);
j) Locais de estocagem de munição e pontos de distribuição;
k) Unidades de manutenção e reparo (incluindo pontos de coleta e estruturas

móveis de reparo);
l) Transporte; e
m) Vias de ligação (estradas, pontes, ferrovias, instalações de baldeação, campos de pouso, pontos de estrangulamento e outros).

8.2.2.6.9 Podem-se anotar os AAV identificados nas margens do calco doutrinário. Quando completamente desenvolvidas, as avaliações dos AAV tomam a forma de matrizes de valor relativo dos alvos (Figura 8-5).

8.2.2.6.10 As matrizes de valor dos alvos dão a medida do valor relativo de alvos, a racionalidade por trás de um ataque em cada tipo de alvo e os efeitos decorrentes na operação.

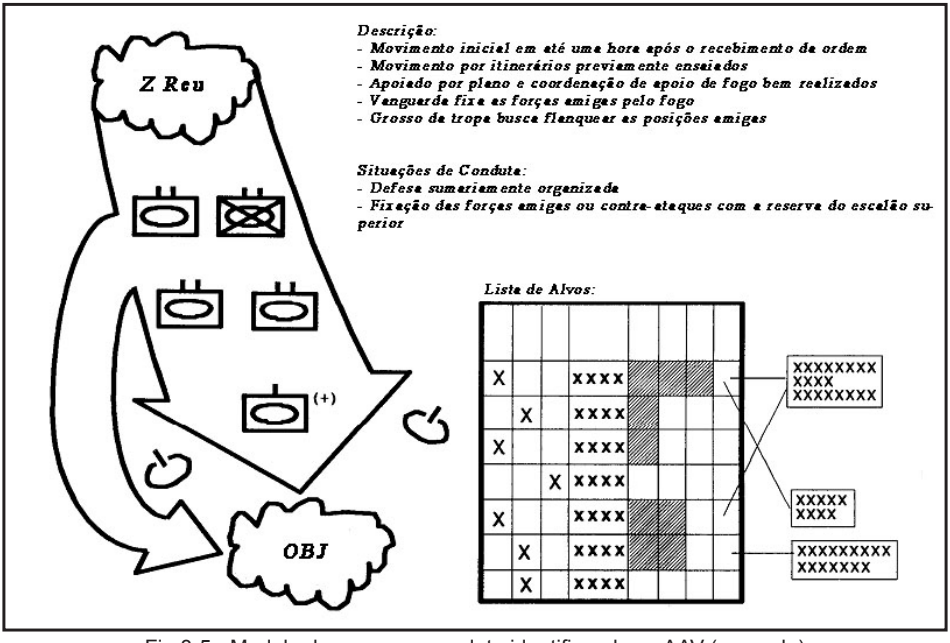

Fig 8-5 - Modelo de ameaça completo identificando os AAV (exemplo)

8.2.2.6.11 Como sempre, deve-se direcionar o PITCIC para as necessidades do escalão que realiza o planejamento, concentrando os potenciais AAV importantes para a área de operações ou da missão. Por exemplo, a avaliação de AAV de uma unidade de artilharia antiaérea pode se concentrar na distinção entre o valor relativo de um AAV de um tipo de aeronave sobre o outro. Uma análise de Contrainteligência pode focar no valor relativo de um AAV de um tipo de sensor de Inteligência sobre o outro.

8.2.3 ANÁLISE DOS FATORES DA ORDEM DE BATALHA - 2ª ETAPA

8.2.3.1 Esta etapa consiste em materializar a situação existente real ou uma situação mais próxima da real.

8.2.3.2 Os conhecimentos e dados disponíveis permitirão determinar as vulnerabilidades do inimigo, suas possibilidades e, na 4ª fase do PITCIC, as prováveis linhas de ação do inimigo. Os fatores de análise do inimigo são os seguintes:
a) dispositivo;
b) composição;
c) valor;
d) atividades importantes, recentes e atuais; e
e) peculiaridades e deficiências.

8.2.3.3 Dispositivo

8.2.3.3.1 O dispositivo significa a localização das unidades inimigas e o seu desdobramento tático. Os movimentos recentes, em curso e previstos dessas unidades, estão intimamente relacionados com o seu dispositivo.

8.2.3.3.2 O desdobramento tático é definido pela posição relativa das unidades entre si ou em relação ao terreno. Se o desenvolvimento tático das forças inimigas for conhecido com antecedência, é possível deduzir com segurança, as prováveis ações do inimigo.

8.2.3.3.3 Um estudo do dispositivo, conjugado com uma análise pormenorizada do terreno, conduz a conclusões lógicas referentes às possibilidades do inimigo, suas vulnerabilidades e prováveis linhas de ação.

8.2.3.3.4 O movimento das unidades inimigas é outro elemento considerado no seu dispositivo. Indícios sobre a movimentação de uma força inimiga têm especial interesse, pois terão influência na evolução da situação. Uma concentração importante de forças em certa área permite ao comandante inferir sobre objetivos inimigos e suas prováveis linhas de ação.

8.2.3.3.5 O estudo do dispositivo inimigo é efetuado, normalmente, sobre 2 (dois) escalões abaixo do escalão que o executa.

8.2.3.3.6 O dispositivo inimigo pode ser representado no Calco do Dispositivo do Inimigo, ou ainda em um Calco de Situação, quando são representadas as nossas forças e as do inimigo.

8.2.3.4 Composição

8.2.3.4.1 A determinação da composição abrange a identificação e a organização das tropas.

8.2.3.4.2 A identificação é frequentemente considerada como a chave do conhecimento da ordem de batalha. Envolve, em geral, a determinação do escalão, tipo e natureza da força, sua designação numérica e o comando ao qual ela é subordinada. Pela identificação, o Of Intlg poderá estabelecer um quadro geral sobre o inimigo na área de operações.

8.2.3.4.3 É indispensável conhecer os sistemas de designação de unidades adotados pelo inimigo, além de facilitar a identificação, permitirá, ainda, deduzir os elementos de importância acerca da estrutura da força inimiga das missões de unidades especiais, planos de mobilização, etc. Na falta do conhecimento dos números específicos e designações-tipo das unidades, pode-se recorrer a outros meios para a sua referência, tais como, nomes de código, nomes dos comandantes, das localidades-sede, etc.

8.2.3.4.4 Entende-se por organização, a estrutura de uma força e a relação dos vários escalões dentro desta estrutura. O conhecimento da organização de uma força militar é indispensável para ampliar a compreensão de aspectos relativos ao valor, táticas, doutrina, instrução, logística e eficiência de combate.

8.2.3.4.5 Combinada com a organização do inimigo, a identificação específica de uma unidade alerta da possível presença de outras unidades ainda não identificadas.

8.2.3.5 Valor

8.2.3.5.1 O valor de uma força está relacionado com o escalão, dotação de armas e equipamentos, e poder de combate. O valor proporciona um forte indício sobre as possibilidades e as prováveis linhas de ação das forças inimigas.

8.2.3.5.2 São consideradas todas as unidades inimigas que, admissivelmente, podem ser empregadas contra as nossas unidades, afetando o cumprimento da missão.

8.2.3.5.3 Na avaliação do valor do inimigo, devem-se levar em consideração as baixas e claros existentes.

8.2.3.5.4 Para outras forças, como as irregulares que não tenham uma organização fixa e conhecida, a avaliação é feita em termos de efetivos.

8.2.3.5.5 O valor do inimigo é apresentado nos seguintes elementos: tropas empenhadas, reforços, artilharia, apoio aéreo, apoio QBRN e outros, incluindo os elementos de guerra eletrônica, defesas antiaérea e anticarro, forças irregulares, vigilância do campo de batalha, etc:

a) tropas empenhadas

- são as unidades inimigas (terrestres) de manobra em contato e outras unidades terrestres em contato iminente, assim como as suas reservas imediatas, seja qual for a linha de ação implementada pelas nossas forças. A consideração de uma força inimiga como empenhada é determinada em função do seu dispositivo, localização, comando superior, doutrina e escalão em que o estudo é realizado;
- as tropas empenhadas são expressas em termos de unidades de dois escalões imediatamente abaixo daquele em que é feito o estudo, isto é, o Of Intlg da divisão avalia as unidades inimigas empenhadas em batalhões, enquanto o Of Intlg da brigada avalia-as em companhias; e

- quando há dúvida se uma força é empenhada ou de reforço, considera-se em reforço. Isto atribui ao inimigo maior flexibilidade para empregar as suas forças, a fim de se opor a determinada linha de ação das nossas forças.

b) tropas em condições de reforçar

- são todas as forças inimigas conhecidas que não estão empenhadas dentro ou fora da nossa zona de ação, mas que podem ser capazes de cerrar contra nossas tropas a tempo de influir no cumprimento da missão;
- sempre que possível, as unidades inimigas consideradas como reforços devem ser identificadas pela sua designação e localização;
- o Of Intlg deve considerar que não é previsível o contato iminente com os reforços adversários e que a sua determinação depende do dispositivo, localização, escalão e outros fatores relacionados; e
- por ocasião da determinação das possibilidades do inimigo, o Of Intlg deverá elaborar o Quadro de Reforço. (Tab 8-1)

QUADRO DE REFORÇO PARA AS AÇÕES DE ATAQUE					
SU/U/GU	**LOCAL**	**HORA**	**PONTO LÓGICO**	**PRAZO**	**Obs**
RI Mtz	**PARDAL**	**1630**	**LENTE**	**A partir de D+2/1725 ou: - 55 minutos após o seu deslocamento diurno. - 1 h 35 min após o seu deslocamento noturno.**	**d = 3 km**
Esqd CC	**N de PARDAL**	**1630**	**LENTE**	**A partir de D+2/1645 ou: - 15 minutos após o seu deslocamento diurno. - 22 minutos após o seu deslocamento noturno.**	**d = 6 km**

Tab 8-1 - Exemplo de um Quadro de Reforço

c) Artilharia - Consiste na listagem das unidades de artilharia, incluindo as orgânicas das unidades de manobra, identificadas como sendo em apoio às tropas empenhadas ou em condições de reforçar. Todas as unidades de artilharia que podem ser identificadas dentro dos alcances de apoio devem ser enumeradas como estando em apoio às forças empenhadas.

d) Apoio aéreo - A possibilidade aérea do inimigo é determinada pelos órgãos de Inteligência da Força Aérea, com base nas aeronaves inimigas disponíveis, nos respectivos raios de ação, no nível da manutenção, no desgaste previsto, na situação tática terrestre e em outros fatores; e

- a Força Aérea fornece informações relativas ao número de surtidas diárias, por tipos de aviões, que o inimigo é capaz de realizar. Esta estimativa é a adotada por todos os comandos localizados em uma única região, pois, raramente, se poderá estimar a proporção do apoio aéreo que pode ser empregado contra cada uma das zonas de ação.

e) Apoio Químico, Biológico, Radiológico e Nuclear (QBRN)
- o estudo das capacidades de emprego de meios QBRN por parte do inimigo é realizado nos escalões mais elevados. Os escalões inferiores utilizam os estudos daqueles escalões, modificando-os eventualmente, de acordo com as informações existentes;
- a determinação das capacidades QBRN do inimigo baseia-se normalmente na estimativa do número e do tipo de armas, das disponibilidades e tipo de agentes, bem como no conhecimento da doutrina inimiga, na experiência adquirida e no estudo das capacidades do inimigo;
- de forma semelhante ao que se passa com o estudo das capacidades de emprego dos meios aéreos, raramente é possível avaliar que parte do apoio QBRN disponível poderá vir a ser empregado contra cada uma das unidades empregadas; e
- também não é normal fazer estimativas do número de armas QBRN que o inimigo poderá empregar durante um período muito curto.
f) outras forças inimigas
- inclui a referência a outras forças não indicadas anteriormente, que dispõem de capacidades especiais como: guerra eletrônica, defesa antiaérea, defesa anticarro, forças irregulares e vigilância do campo de batalha.

8.2.3.6 Atividades importantes, recentes e atuais:

8.2.3.6.1 São levantadas as atividades inimigas, recentes e atuais, que possam revelar quais as suas ações ou atitudes futuras. Conforme a situação, a não execução de certas atividades poderá, também, proporcionar indícios importantes. Devem-se incluir, ainda, quaisquer suposições existentes de que o inimigo tem um conhecimento específico da nossa situação ou intenções. Essa suposição pode basear-se, por exemplo, na captura pelo inimigo de uma ordem de operações ou carta de situação das nossas forças ou no comprometimento de parte das Instruções para Exploração das Comunicações (IECom).

8.2.3.6.2 Os conhecimentos e/ou dados dessa natureza devem ser sempre difundidos e estudados pelas Sec Intlg e de Op.

8.2.3.7 Peculiaridades e deficiências

8.2.3.7.1 Com base no conhecimento da doutrina, de procedimentos rotineiros, dos princípios de guerra do inimigo, da área de operações e da situação inimiga, anteriormente estudada, são identificados e avaliados determinados aspectos característicos e pontos fracos do inimigo. Esta identificação tem por finalidade a dedução de suas deficiências, suscetíveis de serem exploradas, que possam se transformar em vulnerabilidades e influenciar na escolha das linhas de ação amiga e inimiga.

8.2.3.7.2 Normalmente, são levantados dados sobre pessoal, Inteligência, operações e instrução, logística, comunicação social, operações psicológicas, assuntos civis e personalidades de comandantes nos diversos escalões. A seguir,

serão apresentadas algumas considerações sobre cada um desses aspectos:
a) pessoal;
b) moral, se for inferior a excelente;
c) elevada porcentagem de combatentes excessivamente novos ou idosos;
d) fraco nível sanitário;
e) porcentagem dos efetivos orgânicos, se inferior a 80%; e
f) deficiências notórias do serviço de recompletamento, particularmente quanto a especialistas.

8.2.3.7.3 Inteligência:
a) capacidade de executar a desinformação;
b) nível operativo dos órgãos de busca inimigos;
c) excessiva dependência de um ou mais tipos de fontes de dados;
d) ineficiência do serviço de Inteligência inimigo; e
e) eficácia das medidas de Contrainteligência.

8.2.3.7.4 Operações e Instrução:
a) repetição sistemática de certos esquemas de manobra;
b) deficiente organização do terreno;
c) deficiente articulação e emprego das reservas;
d) vulnerabilidade às MEA;
e) deficiente grau de instrução, em especial no que se refere à proteção contra meios QBRN;
f) falta de mobilidade;
g) ineficiente apoio aéreo, de artilharia, engenharia ou nuclear;
h) nível de adestramento e instrução;
i) deficiente emprego da dispersão e mau aproveitamento do terreno; e
j) deficiências táticas no ataque a determinados objetivos.

8.2.3.7.5 Logística:
a) falta de determinadas classes de suprimento ou material;
b) porcentagem estimada do equipamento orgânico, se inferior a 80%;
c) excessiva concentração dos órgãos de reabastecimento;
d) existência de pontos vulneráveis e de “engarrafamento” do sistema logístico ou da rede de transporte;
e) condições de hospitalização e evacuação;
f) incapacidade para proceder ao reabastecimento durante as operações;
g) sistema de manutenção; e
h) falta de meios de proteção contra os efeitos QBRN.

8.2.3.7.6 Comunicação Social, Operações Psicológicas e Assuntos Civis:
a) atitude hostil por parte da população civil ou em relação a esta;
b) deficiências no controle das comunicações e dos deslocamentos de civis;
c) atividades de propaganda e relações públicas; e
d) execução deficiente de Operações de Apoio às Informações.

8.2.3.7.7 Personalidades - peculiaridades dos comandantes, nos diversos escalões, e dos oficiais dos EM das principais unidades inimigas, deduzidas das suas atividades anteriores, educação, tendências políticas, experiências e outros fatores.

8.2.3.8 Visto que a finalidade deste estudo é permitir a dedução das vulnerabilidades do inimigo com vista a sua exploração, deve fazer-se, em cada aspecto, uma apreciação sumária das vantagens que se podem tirar dos aspectos característicos e pontos fracos identificados.

8.2.3.9 Por exemplo, se o inimigo tem um flanco exposto, tal fato é considerado na peculiaridade "Operações". Em seguida o Of Intlg analisa em que medida a exposição desse flanco constitui uma vulnerabilidade que possa ser explorada. Assim, se as reservas inimigas são reduzidas e não estão motorizadas ou se encontram deficientemente localizadas para cobrirem o flanco, existe de fato uma vulnerabilidade que é de grande importância. Caso contrário, aquelas reservas possuem possibilidades de proteger o flanco ou de contra-atacar se executarmos um envolvimento, então não existe propriamente aquilo que do ponto de vista da Inteligência se considera uma vulnerabilidade.

8.2.3.10 Do banco de dados e da análise dos fatores da ordem de batalha serão extraídas as informações que permitirão aos Of Intlg ter uma primeira ideia de como o inimigo, possivelmente, estará disposto no terreno e facilitarão a montagem das suas prováveis linhas de ação.

8.2.3.11 Ao enfrentar uma ameaça assimétrica, como grupos terroristas ou quadrilhas, deve-se atentar para algumas especificidades do estudo da ordem de batalha, tais como:

8.2.3.11.1 Apoio - A ameaça busca suporte de múltiplas fontes e em vários níveis. As formas de apoio estão categorizadas a seguir:
a) apoio local - As redes da ameaça dependem do apoio da população local. De todas as atividades conduzidas pela organização da ameaça, gerar apoio local é uma das mais importantes para assegurar sua sustentabilidade;
b) apoio regional - O apoio regional de uma ameaça pode acontecer de variadas maneiras. As regiões podem ter uma maior habilidade do que a população local para prover certos serviços e apoios, por exemplo: santuários, segurança, sigilo ou transporte;
c) apoio nacional - A geração de apoio nacional tem grande impacto na viabilidade da ameaça a longo prazo. Esse apoio é quase sempre a espinha dorsal de uma ameaça. O apoio nacional pode acontecer de várias formas, como por exemplo: moral, físico ou financeiro;
d) apoio Internacional - As atividades conduzidas por qualquer organização de ameaça que geram apoio internacional, frequentemente, têm os maiores impactos na efetividade da ameaça a longo prazo. O apoio internacional pode

incluir: suporte técnico, financeiro, de transporte e de governo; e
e) apoio popular - O apoio popular pode existir nos vários níveis, podendo ser local, regional, nacional, e internacional. O apoio popular resulta em refúgios, liberdade de movimento, apoio logístico, apoio financeiro, apoio de Inteligência, e apoio de pessoal para a ameaça. Gerar o apoio popular tem um efeito de feedback positivo na organização da ameaça.

8.2.3.11.2 Finanças - O apoio financeiro é o principal fator que permite a manutenção da estrutura organizacional de uma ameaça. Este item engloba não apenas o pagamento por materiais ou serviços, mas também como a ameaça sustenta suas operações e os mecanismos utilizados para receber os recursos financeiros.

8.2.3.11.3 Adestramento - O tipo e nível de adestramento, individual e coletivo, que os integrantes da ameaça receberam são muito importantes. Quando se analisa uma ameaça não convencional, não há um padrão único de adestramento, como há no sentido militar.

8.2.3.11.4 Recrutamento - O recrutamento lida não apenas com a seleção de pessoal para se tornar membro de uma célula, mas também com a montagem de uma rede de apoiadores para a organização, que poderão desejar, ou não, tornarem-se membros daquela organização. Muitas células da ameaça podem ter pessoas suspeitas querendo se voluntariar a tornarem-se membros efetivos da organização. A suspeita reside no medo de ter a organização infiltrada por elementos contrários, como por exemplo, um agente de Inteligência.

8.2.3.11.5 Agências Nacionais - A habilidade da ameaça de influenciar agências nacionais para prestar assistência na luta armada é uma consideração importante na multiplicação do poder de combate. Por exemplo, a ameaça pode ter a capacidade de utilizar suas agências de Inteligência próprias, ou de outra nação, que podem lhe prover vantagens na luta armada.

8.2.3.11.6 Órgãos de Segurança Pública - Os Órgãos de Segurança Pública nacionais, regionais ou locais podem impactar as capacidades militares da ameaça, provendo informações ou qualquer tipo de apoio. Esse apoio pode acontecer por meio de prisões, perfis de personalidades e dados ou pela influenciação dos sistemas judiciais.

8.2.3.11.7 Organizações Não Governamentais, Intergovernamentais e Internacionais - a habilidade da ameaça de influenciar organizações não governamentais, intergovernamentais e internacionais a seu favor deve ser estudada. A ameaça pode usar essas organizações como uma cobertura para a obtenção de dados de Inteligência. A habilidade da ameaça de fazer e manter reféns, ou de infligir baixas nessas organizações, na tentativa de influenciar o campo militar, deve ser considerada.

8.2.3.11.8 Outras Ameaças - Ameaças não militares, como substâncias químicas, material radioativo, material biológico, doenças, desastres naturais e materiais industriais tóxicos, não devem ser esquecidas. Por exemplo, uma ameaça pode sabotar um complexo industrial numa tentativa de infligir baixas em massa. A capacidade de utilizar a seu favor as doenças de ocorrência natural ou desastres naturais, como enchentes, deve ser analisada a fim de se adotar as contramedidas e recomendações pertinentes.

8.2.4 IDENTIFICAÇÃO DAS CAPACIDADES DA AMEAÇA - 3ª ETAPA

8.2.4.1 As capacidades da ameaça são as linhas de ação amplas e operações de apoio que ela pode adotar para influenciar no cumprimento da missão das forças amigas. Elas tomam a forma de assertivas, como:

8.2.4.1.1 "O inimigo tem a capacidade de atacar com até oito divisões apoiadas por 170 surtidas diárias de aeronaves de asa-fixa."

8.2.4.1.2 "A organização criminosa tem a capacidade de suplantar os Órgãos de Segurança Pública locais."

8.2.4.1.3 "A ameaça tem a capacidade de disseminar vírus de computador pela Internet que podem destruir arquivos eletrônicos."

8.2.4.1.4 "O inimigo pode estabelecer uma defesa preparada até 14 de maio."

8.2.4.1.5 "O inimigo tem a habilidade de inserir até dois batalhões de infantaria em uma única operação de transporte."

8.2.4.1.6 "Os contrabandistas de drogas têm a capacidade de detectar os radares utilizados em postos de observação."

8.2.4.1.7 "A ameaça pode conduzir até três operações de contrabando diferentes, simultaneamente."

8.2.4.1.8 "Os manifestantes podem efetivamente bloquear o trânsito em até sete diferentes interseções."

8.2.4.1.9 "A ameaça tem a habilidade de atacar comboios de forças amigas ao longo das rotas principais de suprimento usando explosivos improvisados remotamente detonados."

8.2.4.2 Em geral, existem quatro linhas de ação táticas amplas às forças militares em operações convencionais (também conhecidas como possibilidades):
a) atacar;
b) defender;
c) reforçar; e
d) realizar um movimento retrógrado.

8.2.4.3 Cada tipo de linha de ação ampla pode ser dividido em várias linhas de ação mais específicas. Por exemplo, um ataque pode ser um envolvimento, uma

penetração ou outra das variações de ataque. Um movimento retrógrado pode ser uma ação retardadora, um retraimento ou uma retirada.

8.2.4.4 Outras capacidades incluem o apoio às linhas de ação amplas ou a tipos específicos de operações. Alguns exemplos destes tipos de capacidades são:
a) uso de armas QBRN;
b) uso de vetores aéreos;
c) obtenção de dados e informações de Inteligência;
d) operações de Guerra Eletrônica;
e) operações de Engenharia;
f) operações Aeromóveis ou Aeroterrestres;
g) operações Anfíbias;
h) operações Ribeirinhas;
i) operações Psicológicas (Op Psc);
j) operações de Dissimulação; e
k) operações de Informação.

8.2.4.5 Ao identificar as capacidades e linhas de ação de uma ameaça, deve-se começar com um conjunto de modelos de ameaça e considerar sua habilidade de conduzir cada operação baseada na situação corrente e nos próprios fatores da decisão (MITM-TC).

8.2.4.6 Na maioria das situações, a ameaça não terá as condições ideais visualizadas na sua doutrina e TTP. Ela, normalmente, estará com seu poder de combate reduzido em pessoal ou equipamento. Poderá estar com deficiências no apoio logístico. Poderá não possuir superioridade aérea. Suas tropas poderão ser inexperientes ou pouco adestradas. Como resultado, as reais capacidades da ameaça normalmente não irão espelhar as capacidades ideais constantes do rol de modelos de ameaça. São exemplos dessas situações:

8.2.4.6.1 A doutrina da ameaça pode prever a execução de ataques de penetração sempre que possível. Nossa avaliação do poder de combate corrente, todavia, pode indicar que falta à ameaça o poder relativo de combate que ela normalmente considera adequado para este tipo de operação.

8.2.4.6.2 As táticas normais de um grupo terrorista podem prever o uso de carros-bomba ou dispositivos similares para limitar os serviços de emergência enquanto são conduzidas incursões em outras partes da cidade. Nossa avaliação da situação logística corrente da ameaça, todavia, pode indicar uma deficiência crítica de materiais explosivos.

8.2.4.7 Em determinadas situações, poderá ser clara a possibilidade do inimigo com maior probabilidade de adoção. Neste caso, diminui a quantidade e tipos de linhas de ação do inimigo que deverão ser montadas na última fase do PITCIC. Se não puder ser definida apenas uma possibilidade do inimigo, será necessário considerar cada uma das possíveis atitudes e manobras que ele poderá apresentar.

8.3 CONSIDERAÇÕES ADICIONAIS

8.3.1 Devem-se usar todas as fontes de dados disponíveis para a avaliação da situação corrente da ameaça. Deve-se focar nos efeitos que cada incidente ou fato têm nas capacidades da ameaça, em vez de simplesmente enumerar os detalhes.

8.3.2 Ao realizar a análise dos fatores da ordem de batalha, deve-se atentar que nem sempre a ameaça terá a organização ideal retratada na sua doutrina. Ela poderá estar organizada ou equipada de diferentes formas, treinada para missões especiais, ou possuir experiência de combate em determinados tipos de operações, resultando em diferentes capacidades.

8.3.3 Somando-se à identificação das reais capacidades da ameaça, a avaliação deverá identificar as possibilidades e limitações causadas pela situação corrente. Deve-se assegurar a incorporação destas nos modelos de ameaça, nas estimativas de Inteligência e nas linhas de ação desenvolvidas na próxima etapa do PITCIC.

8.3.4 Considerar a habilidade da ameaça de operar à noite ou em condições meteorológicas adversas. Isto é mais do que a capacidade técnica de itens específicos do equipamento da ameaça. Por exemplo, a frota de carros de combate provavelmente é equipada com os mais modernos equipamentos de visão noturna, mas a infantaria em apoio e outros sistemas provavelmente não.

8.3.5 Também deve se considerar os níveis de adestramento. Uma tropa que frequentemente se adestra em combate noturno, provavelmente terá uma melhor capacidade para tais operações, que uma mais bem equipada que raramente realiza adestramento à noite. Uma força que nunca fez o adestramento do movimento de tropas em larga escala, provavelmente terá uma capacidade limitada de conduzir grandes manobras ofensivas.

8.3.6 Deve-se considerar o fator tempo na avaliação das capacidades. Por exemplo, as forças da ameaça podem estar momentaneamente dispersas, a um ponto em que não sejam capazes de uma ação ofensiva. Entretanto, em um dado momento, ela pode massificar suas forças. Semelhantemente, o nível de suprimentos da ameaça pode permitir operações ofensivas por um período limitado de tempo antes que seus estoques se esgotem.

8.3.7 Quando o tempo ou algum outro fator é um elemento crítico para a capacidade de uma ameaça, deve-se explicitar esta situação. Por exemplo:
a) “o inimigo tem a capacidade de atacar para conquistar objetivos não mais profundos que a linha Resende-Barra Mansa, devido a reservas de combustível insuficientes.”
b) “o inimigo tem a capacidade de atacar depois de reposicionar elementos dos grandes escalões do IV Exército. Os dispositivos atuais inviabilizam um ataque antes de 9 de julho.”

c) “os guerrilheiros terão o poder de fogo necessário para conduzir ações ofensivas uma vez que a colheita esteja concluída.”

8.3.8 Não se deve limitar os modelos de ameaça e a avaliação das capacidades estritamente às forças militares. Manifestações durante uma operação de evacuação de não combatentes, por exemplo, são uma ameaça para a missão das forças amigas. Deve-se avaliá-los usando todas as técnicas descritas nesta fase.

8.3.9 Como em todas as outras fases do PITCIC, deve-se direcionar a avaliação para as necessidades particulares do escalão considerado. Um analista de Contrainteligência, por exemplo, foca nas capacidades de obtenção de dados e informações da ameaça, enquanto que uma unidade de guerra eletrônica foca na habilidade da ameaça interferir nas comunicações das forças amigas.

8.3.10 Devem-se difundir os resultados da avaliação da ameaça o máximo possível. Isto permitirá que as outras seções do estado-maior e outras unidades os incluam em seus próprios PITCIC.

8.3.11 Durante qualquer discussão sobre a ameaça, a consciência cultural é um importante fator a ser considerado. Ao desenvolver uma consciência da cultura, as unidades das forças amigas podem identificar grupos ou indivíduos da população que podem ser amigáveis, uma ameaça, ou simpatizantes de ambos os lados, e quais as capacidades que estas pessoas podem acrescentar nas linhas de ação existentes ou novas.

CAPÍTULO IX

DETERMINAÇÃO DAS POSSÍVEIS LINHAS DE AÇÃO DA(O) AMEAÇA/INIMIGO

9.1 CONSIDERAÇÕES GERAIS

9.1.1 A fase final do PITCIC consiste na determinação das possíveis LA da ameaça/inimigo, podendo também ser denominada fase de integração. Esta fase permitirá ao Estado-Maior:
a) determinar as possíveis linhas de ação que a ameaça poderá adotar;
b) identificar as LA da ameaça que poderão influenciar no cumprimento da nossa missão; e
c) determinar as áreas e atividades que, quando identificadas, indicarão a LA escolhida pela ameaça.

9.1.2 FASES ANTERIORES

9.1.2.1 A fase de integração será iniciada com base nas conclusões, em forma de calcos, elaboradas nas fases do estudo do terreno, das condições meteorológicas, considerações civis e da ameaça. (Fig 9-1)

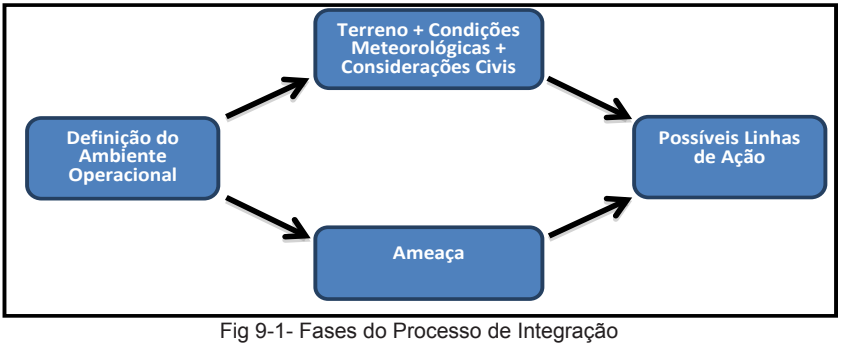

Fig 9-1- Fases do Processo de Integração

9.1.3 RESULTADOS DA INTEGRAÇÃO

9.1.3.1 Ao final do processo de integração, o Of Intlg apresentará ao Cmt as linhas de ação mais prováveis e mais perigosas do inimigo, irá dispor de uma metodologia que permite o acompanhamento da evolução da situação do inimigo para outra linha de ação e facilitar o esforço de busca de dados.

9.1.3.2 A metodologia empregada na fase da integração evitará que o comandante e o seu EM sejam surpreendidos com uma ação inimiga inesperada. O EM será capaz de passar rapidamente de uma linha de ação inimiga, escolhida como prioritária, para outra. (Fig 9-2)

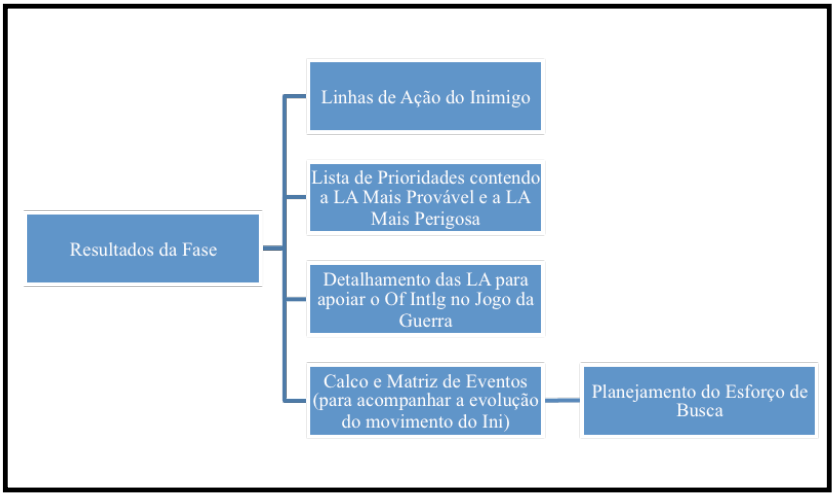

Fig 9-2 - Fase da integração (resultados)

9.1.3.3 De posse do resultado da integração, o Of Op passará a elaborar, em conjunto com o Of Intlg, um calco para apoiar as decisões do comandante, após o início das ações. (Fig 9-3)

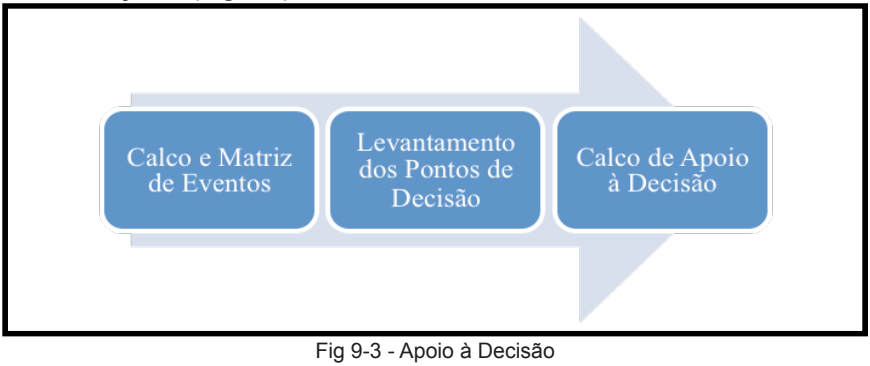

Fig 9-3 - Apoio à Decisão

9.1.3.4 Sequência das ações

9.1.3.4.1 O processo de integração poderá ser realizado na seguinte sequência:
a) identificação dos prováveis objetivos do inimigo e estado final desejado (com base no estudo do terreno, nas condições meteorológicas, nas considerações civis e no inimigo);
b) montagem e análise das prováveis LA do inimigo;
c) priorização e detalhamento das LA do inimigo;
d) montagem do Calco e da Matriz de Eventos do inimigo (que possibilitará o acompanhamento da evolução de suas ações); e
e) montagem do Calco e da Matriz de Apoio à Decisão (realizado pelo Of Op em conjunto com o Of Intlg). (Fig 9-4)

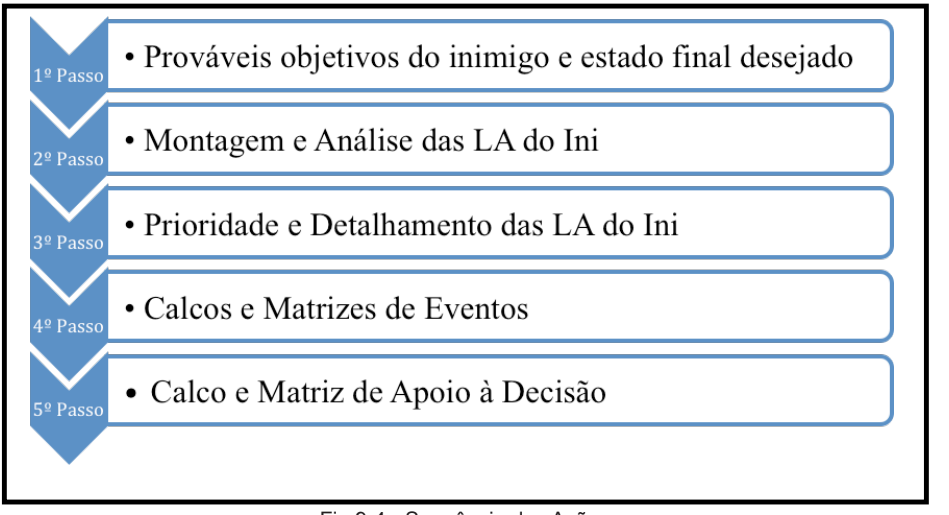

Fig 9-4 - Sequência das Ações

9.2 PROVÁVEIS OBJETIVOS DO INIMIGO E ESTADO FINAL DESEJADO

9.2.1 A possível atitude do inimigo (ataque, defesa, retardamento, etc) foi definida no seu estudo, sendo a base para determinar seus prováveis objetivos. Quanto mais clara for a intenção do adversário, menor será o número de LA do inimigo, elaboradas no próximo passo da integração.

9.2.2 Os objetivos são suposições baseadas no estudo do inimigo e nas conclusões sobre o terreno, condições meteorológicas e considerações civis. Esses objetivos poderão ser lançados no(s) futuro(s) calco(s) de linhas de ação do inimigo ou no calco das vias de acesso. O Of Intlg deverá colocar-se no lugar do Cmt e do EM inimigo no levantamento dos prováveis objetivos, que poderão ser de um escalão acima da tropa inimiga considerada do mesmo escalão, e de um ou de dois escalões abaixo. Da mesma forma, deve determinar qual o estado final desejado pelo inimigo.

9.2.3 Estando o inimigo na defensiva, serão consideradas, normalmente, as regiões favoráveis à defesa (que barram as vias de acesso levantadas), as linhas de defesa e os locais favoráveis aos contra-ataques. (Fig 9-5)

9.2.4 Nas operações ofensivas do inimigo, poderão ser considerados os objetivos favoráveis ao lançamento de forças aeromóveis, os objetivos iniciais, bem como os possíveis objetivos intermediários e finais e o seu relacionamento com a reserva. (Fig 9-6)

9.2.5 O conhecimento de operações anteriores do inimigo pode auxiliar na determinação de seus prováveis objetivos e estado final desejados.

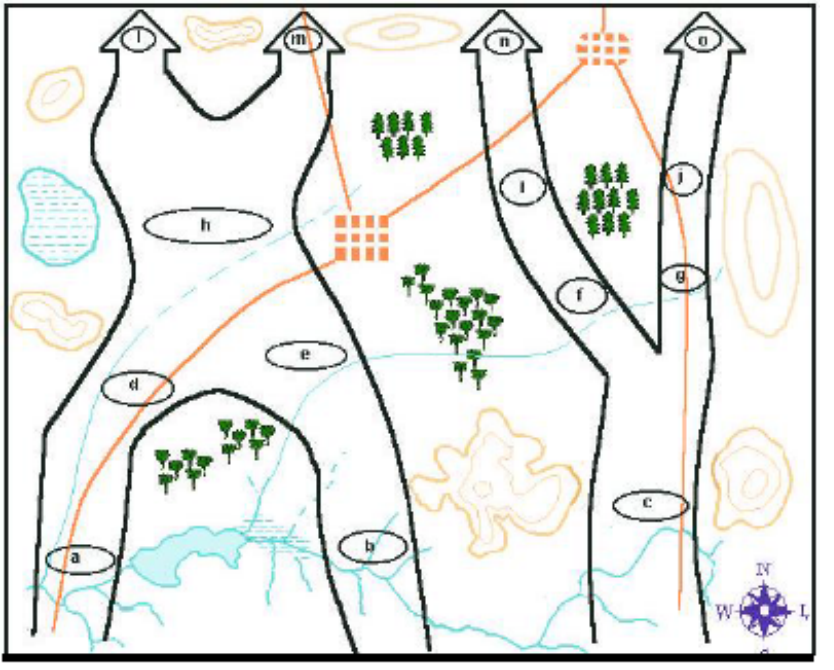

Fig 9-5 - Calco dos locais favoráveis à defesa do inimigo. Essas informações podem ser lançadas diretamente nos futuros calcos de linhas de ação.

Comentários
- Nossas forças atacam de sul para norte.
- Linhas favoráveis à defesa do inimigo:
- a, b, c
- d, e, f, g
- h, i, j
- l, m, n, o

9.2.6 A ameaça/inimigo pode envolver terroristas, organizações criminosas ou outros elementos com intenções desconhecidas. Pessoal especializado em operações psicológicas pode auxiliar a compreender grupos, células e indivíduos isolados. Em muitas operações, especialmente aquelas do tipo assimétrico, esta análise deve levar em consideração os menores escalões possíveis. Pode ser necessário avaliar propagandas, pichações e símbolos de gangues para determinar os objetivos e estado final desejados pela ameaça. Também devem ser considerados mais do que objetivos convencionais, como a conquista do terreno ou a destruição das nossas forças, como prováveis objetivos do inimigo. Objetivos políticos, sociais e econômicos podem ser tão importantes quanto objetivos militares, e podem ter uma influência direta nas linhas de ação do inimigo.

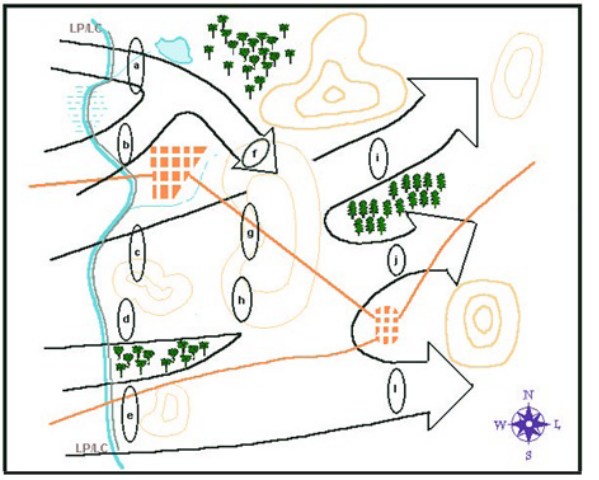

Fig 9-6 - Calco dos prováveis objetivos do inimigo no ataque. Essas informações podem ser lançadas diretamente nos futuros calcos de linhas de ação.

Comentários
- O inimigo ataca de W para L. - Nas vias de acesso estão assinalados os locais favoráveis à nossa defesa ou os prováveis objetivos do inimigo.

9.3 MONTAGEM E ANÁLISE DAS LINHAS DE AÇÃO DO INIMIGO

9.3.1 MONTAGEM DAS LA DO INIMIGO

9.3.1.1 Nesta etapa, os calcos doutrinários, o Calco de Restrições ao Movimento, incluindo os prováveis objetivos do inimigo e suas vias de acesso, serão sobrepostos e integrados com a carta. Deste modo, através de um ajustamento, serão montadas as linhas de ação, tendo-se o cuidado de assinalar as posições já conhecidas e modificar as situações que não ocorreriam, tais como: peças de manobra em áreas alagadas, unidades de artilharia em cristas topográficas, etc.

9.3.1.2 As diversas maneiras de o inimigo se dispor no terreno e executar suas ações são as LA, mas desde que estejam coerentes com a sua doutrina e com os possíveis objetivos anteriormente levantados. (Fig 9-7 e Fig 9-8)

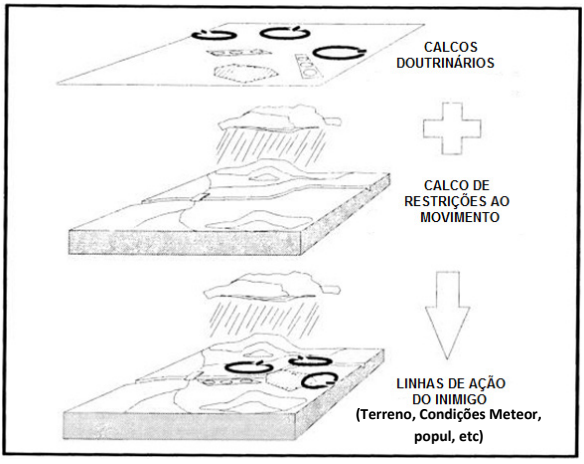

Fig 9-7 - Montagem das linhas de ação do inimigo

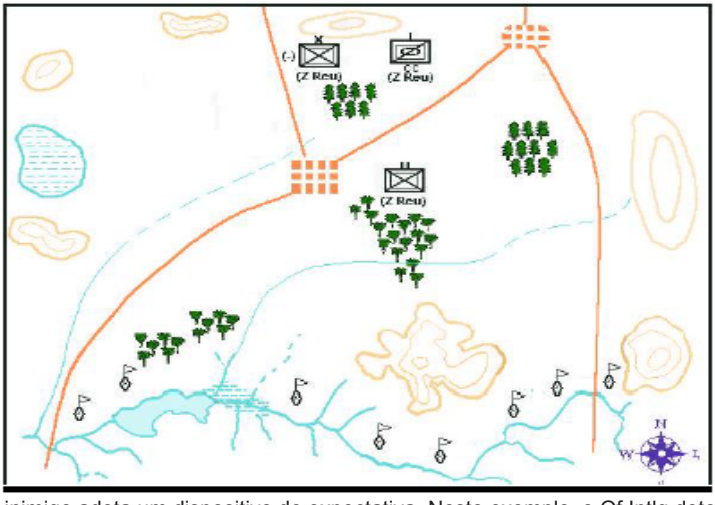

Fig 9-8 - O inimigo adota um dispositivo de expectativa. Neste exemplo, o Of Intlg determinou três LA, conforme as figuras a seguir.

Comentários
- O inimigo não define como irá defender e adota um dispositivo de expectativa. - Nosso ataque se dará do sul para o norte.

9.3.1.2.1 Linha de Ação Nº 1 (Fig 9-9)

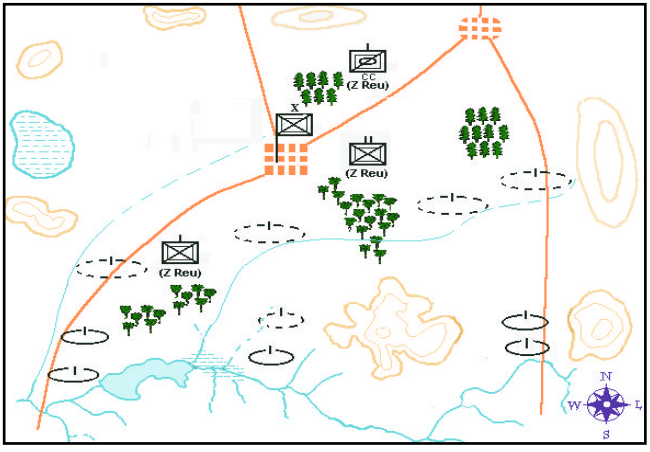

Fig 9-9 - LA Nº 1 - Nesta LA, o inimigo defende mais ao sul da Z Aç.

9.3.1.2.2 Linha de Ação Nº 2 (Fig 9-10)

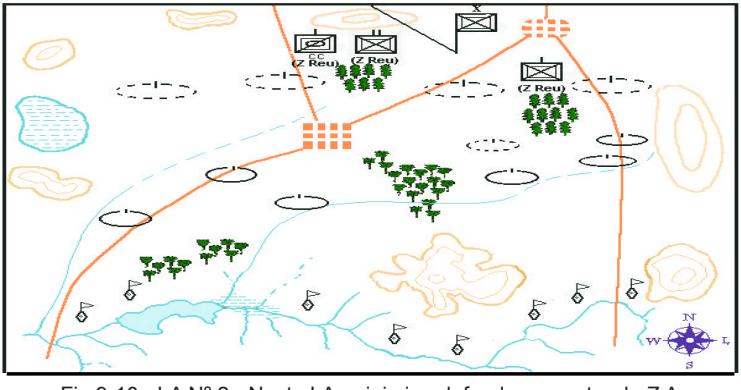

Fig 9-10 - LA Nº 2 - Nesta LA, o inimigo defende ao centro da Z Aç.

9.3.1.2.3 Linha de Ação Nº 3 (Fig 9-11)

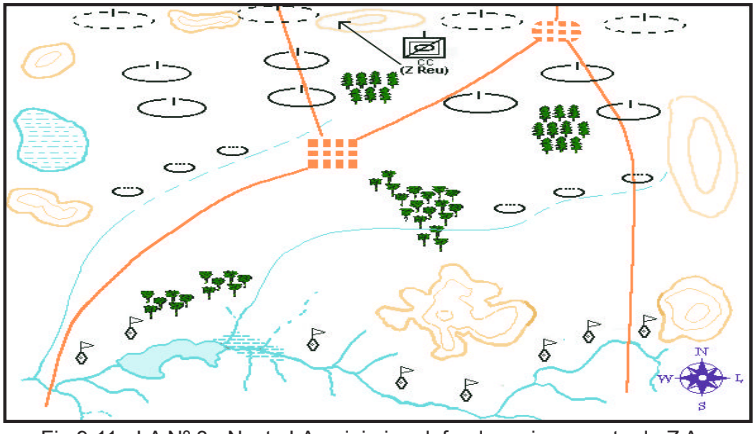

Fig 9-11 - LA Nº 3 - Nesta LA, o inimigo defende mais ao norte da Z Aç.

9.3.1.2.4 Linha de Ação do inimigo no ataque (Fig 9-12)

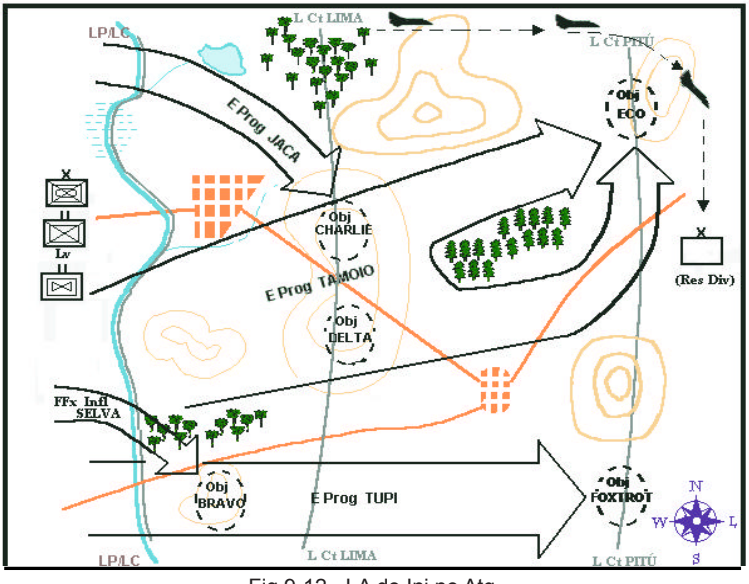

Fig 9-12 - LA do Ini no Atq.

Comentários
- Neste exemplo, o inimigo ataca de oeste para leste. - Várias LA do inimigo estão representadas em um único calco (poderia ser confeccionado um calco para cada LA). - Os calcos das LA do inimigo podem ser apoiados por matrizes, a critério do Of Intlg. (Fig 8-13)

9.3.1.3 No caso de um inimigo convencional, durante a montagem das linhas de ação, deve-se considerar pelo menos um escalão acima e dois escalões abaixo do nosso escalão. No caso de uma ameaça assimétrica, as forças disponíveis podem variar de indivíduos, grupos ou células.

MATRIZ DAS LINHAS DE AÇÃO DE UMA BDA INI EM UM ATAQUE				
LA Nr	Antes de cruzar a LP/LC	Entre a LP/LC e a L Ct LIMA	Entre as L Ct LIMA e PITU	Além da L Ct PITU
1	- Assalto aéreo empregando um BIL para Conq CHARLIE ou DELTA	- Atq Pcp pelo E Prog TAMOIO para Conq ECO; - Atq Scd pelo E Prog TUPI para Conq FOXTROT; - uma Pç Man segue como Res.	- Pç Man continuam o Atq; - BIL é Ultr em CHARLIE; - a Res, Mdt O, assume o Atq Pcp - os Obj ECO e FOXTROT são Conq.	- A aviação Ini fica ECD neutralizar o C Atq de nossa Res divisionária.
2	- Infiltração de um BIL, pela faixa SELVA, para Conq BRAVO	- Atq Scd pelo E Prog TAMOIO para Conq ECO; - Atq Pcp pelo E Prog TUPI para Conq FOXTROT; - uma Pç Man segue como Res; - BIL é Ultr em BRAVO pelo Atq Pcp.	- Pç Man continuam o Atq; - a Res, Mdt O, assume o Atq Pcp - os Obj ECO e FOXTROT são Conq.	- A aviação Ini fica ECD neutralizar o C Atq de nossa Res divisionária.
3	- Assalto aéreo empregando um BIL para Conq CHARLIE ou DELTA.	- Atq Pcp desborda pelo E Prog JACA para Conq CHARLIE; - Atq Scd pelo E Prog TUPI para Conq FOXTROT.	- Mdt O a Res Ultr em CHARLIE para Conq ECO, passando a constituir o Atq Pcp; - a Pç Man que Conq CHARLIE passa para a Res; - Atq Scd continua atacando.	- A aviação Ini fica ECD neutralizar o C Atq de nossa Res divisionária.

Tab - 9-1 - Matriz de apoio das LA do inimigo.

Comentários
- As matrizes são confeccionadas a critério do Of Intlg.
- Facilitam a compreensão das LA
- As LA do inimigo podem ser representadas apenas de forma gráfica.

9.3.1.4 Com base na avaliação das possibilidades do inimigo, devem-se determinar as maneiras como o inimigo poderá atingir os seus prováveis objetivos. Deve-se, também, examinar como os efeitos do ambiente operacional irão influenciar as suas linhas de ação. Normalmente, o terreno, condições meteorológicas e as considerações civis permitem a execução de determinadas linhas de ação ao mesmo tempo que desencorajam a adoção de outras.

9.3.1.5 Para assegurar-se de todas as linhas de ação que o inimigo possa adotar foram identificadas, o EM deve considerar o seguinte:

9.3.1.5.1 As LA que o inimigo acredita serem apropriadas para a situação atual e seus prováveis objetivos. Para isso, é necessária a compreensão de seu processo decisório e, também, de como o inimigo percebe a situação atual.

9.3.1.5.2 As LA do inimigo que podem influenciar de forma significativa no cumprimento da nossa missão. Por exemplo, exigindo o empenho de forças adicionais para missões de segurança.

9.3.1.5.3 As LA do inimigo que podem ir além das técnicas, táticas e procedimentos comumente adotadas por ele, especialmente no caso de indivíduos, células ou grupos terroristas.

9.3.1.5.4 As LA do inimigo indicadas por atividades recentes ou outros eventos. A fim de se evitar surpresas advindas de uma LA que não foi prevista, deve-se considerar todas as atividades do inimigo como parte de uma possível linha de ação.

9.3.1.6 Deve-se começar com linhas de ação genéricas disponíveis para o inimigo, tais como a realização de um ataque coordenado, uso de carros-bomba, sequestros, etc. No prosseguimento, cada linha de ação genérica deve ser desdobrada em outras mais específicas, pela integração dos efeitos do ambiente operacional. Devem-se considerar os seguintes fatores, ao determinar essas linhas de ação específicas:
a) a intenção do inimigo ou o estado final desejado pelo mesmo;
b) prováveis objetivos de ataque ou de contra-ataques;
c) efeitos do ambiente operacional nas operações e nas linhas de ação;
d) vulnerabilidades do inimigo ou deficiências em logística ou pessoal;
e) localização do esforço principal e esforços secundários;
f) disposição atual de forças, grupos ou células;
g) percepção que o inimigo possui das nossas forças; e
h) esforço do inimigo para dissimulação ou conseguir surpresa.

9.3.2 ANÁLISE DAS LINHAS DE AÇÃO DO INIMIGO

9.3.2.1 A seguir, com base no estudo do inimigo, será feita uma rápida análise das linhas de ação levantadas para verificar se o adversário tem capacidade para executá-las, eliminando-se aquelas que não podem ser executadas por falta de meios, tempo, espaço ou outra deficiência qualquer. As LA que apresentam um alto grau de risco devem ser estudadas, verificando se o inimigo dispõe de recursos para perder em caso de insucesso. Não deve ser desprezada a possibilidade de o inimigo executar uma linha de ação com poucos meios, se ele pode economizar forças em algum setor para aplicá-las em outro.

9.3.2.2 Os dados e conhecimentos sobre as atividades recentes e atuais do

inimigo servirão para reforçar a probabilidade de determinadas linhas de ação como, por exemplo a localização atual de sua maioria de meios.

9.3.2.3 Deve levar-se em conta o conhecimento do inimigo sobre nossas forças, bem como o seu esforço para apresentar uma localização ambígua de suas tropas e ocultar a sua intenção para alcançar a surpresa. Para isso, o Of Intlg pode empregar o "PITCIC reverso", ou seja, a realização do PITCIC sob a ótica do inimigo, replicando o processo que ele deverá empregar para determinar as nossas linhas de ação.

9.3.2.4 Serão estudados os efeitos do terreno sobre as linhas de ação, de modo a verificar como estes efeitos favorecem umas e desfavorecem outras.

9.3.2.5 Cada linha de ação do inimigo identificada deve atender aos critérios descritos na Figura 9-14.

9.3.2.6 Ao montar as linhas de ação do inimigo, o EM precisa verificar se as necessidades doutrinárias para cada tipo de operação estão sendo consideradas, incluindo as tarefas a serem atribuídas às unidades subordinadas. Por exemplo, a ultrapassagem de um obstáculo exige uma força de abertura de brechas, uma força de apoio e uma força de assalto. Além disso, a montagem das linhas de ação do inimigo deve atentar para as possibilidades criadas por reforços (por exemplo, o emprego de forças leves em apoio às tropas mecanizadas pode indicar a possibilidade de um assalto aeromóvel).

9.3.2.7 Uma vez que os integrantes do EM tenham explorado todas as possibilidades do inimigo na montagem das linhas de ação, pode-se examinar cada uma delas (alterando, adicionando ou eliminando-as), para determinar se elas satisfazem os critérios de linhas de ação. O EM precisa evitar a situação de apresentar uma única boa linha de ação do inimigo, dentre várias outras ruins. A história demonstra que, frequentemente, o inimigo surpreende aqueles que acreditam em somente uma linha de ação possível.

9.3.2.8 Não se devem descartar as linhas de ação que são pouco prováveis, mas viáveis. Esta é a melhor maneira de se evitar a surpresa. (Fig 9-13)

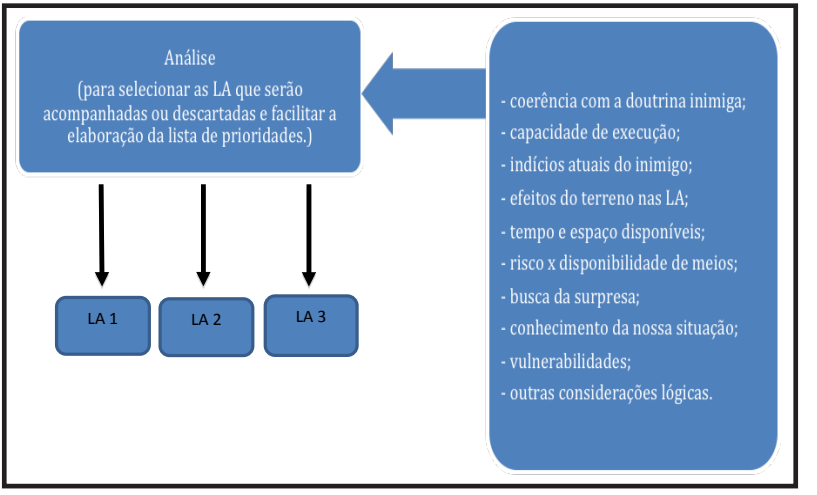

Fig 9-13 - Análise das LA do inimigo.

9.4 PRIORIDADE E DETALHAMENTO DAS LINHAS DE AÇÃO DO INIMIGO

9.4.1 LISTA DE PRIORIDADES DAS L Aç DO INIMIGO

9.4.1.1 Linhas de ação do inimigo são suposições que devem ser acompanhadas pelo Of Intlg e não fatos concretos. Portanto, não há como precisar qual será a ação adotada pelo adversário. Entretanto, o Cmt e o EM precisam realizar o planejamento para o cumprimento da missão baseados na linha de ação mais provável do inimigo, ao mesmo tempo em que planejam as situações de contingência para o caso de o inimigo escolher outra linha de ação. Dessa forma, o EM precisa analisar as linhas de ação do inimigo e priorizá-las de acordo com a sua probabilidade de adoção. O estabelecimento da linha de ação mais provável do inimigo permite o início da montagem das nossas linhas de ação.

9.4.1.2 Após a decisão do Cmt por uma das nossas linhas de ação para cumprir a missão recebida, pode ser necessário reordenar as linhas de ação do inimigo, principalmente se ocorrer uma mudança na percepção que o inimigo possui das nossas forças.

9.4.1.3 Deve ser considerada a possibilidade de o inimigo não escolher a linha de ação considerada por nós como a mais provável. Isso também pode ocorrer caso o inimigo tenha decidido executar uma operação de dissimulação.

9.4.1.4 Para a elaboração da lista de prioridades deve-se considerar a análise feita anteriormente, que contém vários parâmetros que facilitam a tarefa. (Fig 9-14)

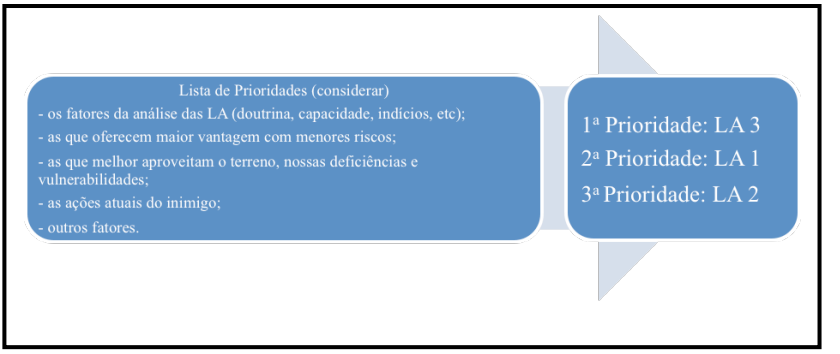

Fig 9-14 - LA do Ini no Atq.

9.4.1.5 As L Aç do inimigo serão comparadas e consideradas quais as que permitem as maiores vantagens com menores riscos. Essa lista com a prioridade das linhas de ação deve ser alterada de acordo com a evolução da situação. Conforme as nossas tropas forem alterando seu dispositivo no terreno, o inimigo também pode modificar seu posicionamento. Essas mudanças podem alterar a probabilidade de adoção de cada uma das linhas de ação do inimigo. Além disso, não se pode esquecer que o inimigo poderá mudar de uma linha de ação para outra, ao longo das operações, em caso de insucesso das suas ações.

9.4.1.6 Ao final da priorização, devem ser escolhidas a linha de ação mais provável e a linha de ação mais perigosa.

9.4.1.7 Linha de Ação Mais Provável é aquela que, após montada e detalhadamente analisada por parte do Of Intlg, tem sua execução considerada como de maior probabilidade de adoção pelo inimigo.

9.4.1.8 Linha de Ação Mais Perigosa é aquela cuja adoção, apesar de não ser a mais provável, pode desequilibrar decisivamente o poder relativo de combate em proveito do inimigo, quer pelos meios empregados, quer pelos princípios de guerra, técnicas, táticas ou procedimentos utilizados.

9.4.1.9 Em função do fator tempo, o Of Intlg estabelecerá o número de L Aç do Ini a serem montadas e analisadas. Quando houver pouco tempo disponível, e forem determinadas somente duas linhas de ação do inimigo, estas deverão ser a linha de ação mais provável e a linha de ação mais perigosa.

9.4.1.10 Quando forem determinadas mais do que duas L Aç do Ini, após a decisão do Cmt ocorrerá a ratificação ou retificação da Linha de Ação Mais Perigosa. Isto se deve ao fato de que para cada uma das nossas linhas de ação poderá haver uma Linha de Ação Mais Perigosa diferente.

9.4.1.11 Uma ameaça assimétrica poderá escolher uma linha de ação mais arriscada, mas que cause maior destruição, ou uma linha de ação com maior impacto político ou psicológico.

9.4.2 DETALHAMENTO DAS L Aç DO INIMIGO

9.4.2.1 Depois de analisadas as L Aç do inimigo, nelas serão incluídos tantos detalhes quanto o tempo permitir. Este trabalho será feito continuamente, na ordem da lista de prioridades das L Aç, e com a finalidade de facilitar o jogo da guerra.

9.4.2.2 O detalhamento de uma L Aç é feito imaginando-se o movimento ou a sequência das ações que o inimigo fará desde o início de suas operações. Poderá ser representado por uma série de calcos, de modo a identificar entre outros:
a) os locais do terreno que obrigue o inimigo a uma mudança de formação;
b) a localização dos apoios, principalmente de artilharia, em cada movimento;
c) o movimento da reserva para os locais de contra-ataque;e
d) as linhas do tempo referente à avaliação da velocidade do inimigo para atingir objetivos (este tempo poderá ser recalculado no jogo da guerra em função da reação com nossas tropas).

9.4.2.3 Para a montagem e seu detalhamento pode ser usada qualquer técnica gráfica, desde que ilustre melhor a L Aç do inimigo. Pode ser feita, também, uma simples descrição narrativa começando com a descrição das táticas preferidas do adversário. Matrizes podem ser usadas para facilitar o entendimento. (Fig 9-15 e Fig 9-16)

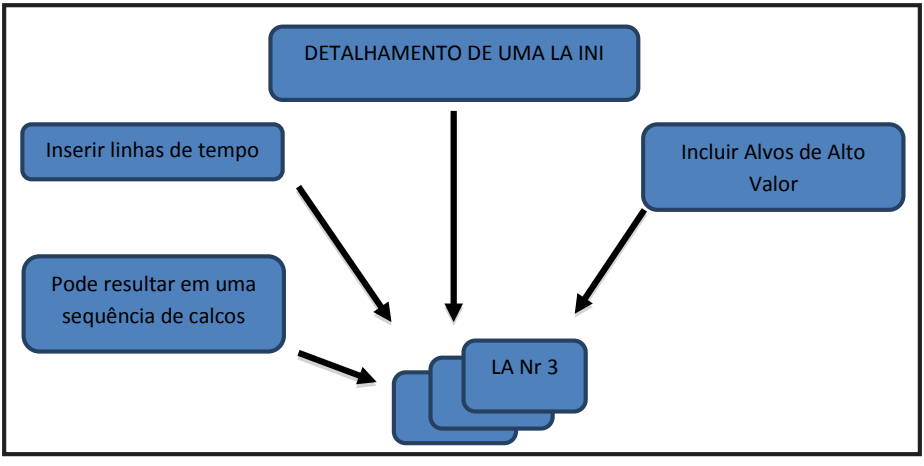

Fig 9-15 - Detalhamento de uma linha de ação do inimigo.

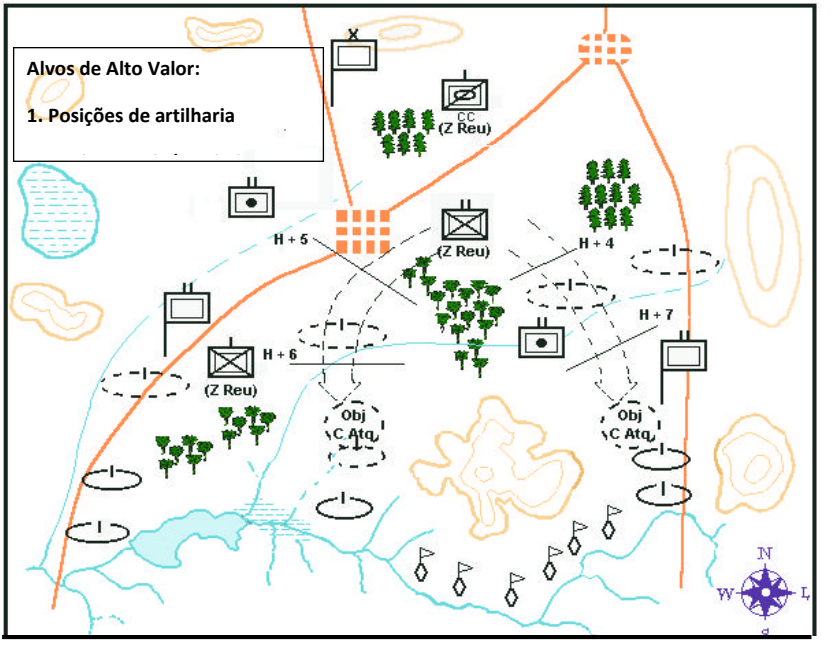

Fig 9-16 - Detalhamento de uma linha de ação do inimigo.

Comentários

- Detalhamento da linha de ação do exemplo de uma Bda Ini na Def (Fig 9-9) LA Nº 1.
- Foram incluídos alvos de alto valor como PC, grupos de artilharia e outros.
- As linhas de tempo dão uma ideia do deslocamento da reserva inimiga nas ações de contra-ataque.
- Poderão ser confeccionadas matrizes de apoio para facilitar a compreensão da LA e as reações do inimigo no caso de destruição ou eliminação dos alvos de alto valor.

9.4.2.4 Quanto mais detalhadas forem as linhas de ação, mais o trabalho será facilitado no jogo da guerra. As L Aç do Ini devem responder aos seis quesitos a seguir:

a) quem – o inimigo/ameaça e sua configuração: uma força convencional, uma organização terrorista (grupo ou célula), guerrilha ou grupos criminosos;

b) o que – o tipo de operação, como ataque, defesa, assalto a bancos, ataques suicidas. Em um ambiente assimétrico, "o que" é um fator de seleção de alvos e objetivos;

c) quando – quando a ação irá começar. Normalmente, expressa a partir de quando o inimigo poderá desencadear a execução da L Aç;

d) onde – localização do objetivo ou objetivos;

e) como – como o inimigo empregará os seus recursos – detalhes como dispositivo, esforço principal, esquema de manobra e os seus apoios. Ou, ainda, data/horário e local de um ataque terrorista;

f) para que – o objetivo ou estado final desejado pelo inimigo.

9.4.2.5 Conforme o tempo disponível, todas as linhas de ação devem ser detalhadas com a maior quantidade de dados possível. Apesar de as L Aç poderem ser representadas somente por um calco, uma linha de ação completa é composta por três partes:
a) calco(s) da linha de ação;
b) descrição da linha de ação; e
c) lista de Alvos de Alto Valor.

9.4.2.6 Calcos da Linha de Ação

9.4.2.6.1 Os calcos de L Aç do Ini são confeccionados baseados na doutrina do inimigo, sua situação atual e no ambiente operacional. Baseado nos fatores da decisão (MITM-TC), o Cmt pode determinar o nível de detalhamento dos calcos (no mínimo, dois escalões abaixo do escalão que realiza o estudo), como parte de suas diretrizes. As seguintes técnicas poderão auxiliar na confecção dos calcos de linhas de ação:
a) comece com o Calco Doutrinário do inimigo que representa a operação em questão (convencional ou assimétrica);
b) utilizando o Calco de Restrições ao Movimento como base (ou outro calco, conforme a situação), acrescente as informações do Calco Doutrinário do Inimigo e suas posições conhecidas;
c) baseado na doutrina do inimigo e suas TTP, as informações do Calco Doutrinário devem ser ajustadas ao terreno, conforme os efeitos do ambiente operacional representados no Calco de Restrições ao Movimento;
d) verifique se o Calco de Linha de Ação representa todos os meios do inimigo e suas funções de combate, e se nenhuma delas foi duplicada por engano;
e) verifique se o esforço principal foi representado, no caso de um inimigo convencional, ou os potenciais alvos, no caso de uma ameaça assimétrica. Compare o resultado com a doutrina inimiga, buscando incoerências. Lembre-se que o inimigo pode querer apresentar uma situação ambígua ou obter surpresa;
f) assegure-se de que o Calco de Linha de Ação representa a localização e atividades dos Alvos de Alto Valor correspondentes;
g) no caso de um inimigo convencional, avalie as condições de tempo e espaço e inclua linhas de tempo no esquema de manobra da linha de ação. Para isso, considere as velocidades de deslocamento doutrinárias do inimigo adaptadas para a situação da área de operações;
h) utilizando a descrição da linha de ação como guia, faça um jogo da guerra mental do esquema de manobra da linha de ação, desde as posições iniciais até seu sucesso ou fracasso. Identifique pontos onde o inimigo irá modificar suas formações, prováveis zonas de reunião, pontos de transição entre uma fase e outra da manobra e estado final desejado. Prossiga identificando como cada função de combate atuará e apoiará a linha de ação;
i) acrescente todos os detalhes possíveis, conforme o tempo disponível e a situação.

9.4.2.6.2 Para empregar linhas de tempo, é importante considerar os tempos de deslocamento, tempo de cerrar os meios e o tempo para o desdobramento nas formações de combate. Desta forma, os prazos para exame de situação, emissão de ordens, reconhecimentos e preparações logísticas podem ocorrer durante os deslocamentos, não devendo ser considerados.

9.4.2.6.3 Durante o jogo da guerra, as linhas de tempo do deslocamento do inimigo deverão ser atualizadas, para refletir quando os movimentos do inimigo serão desencadeados ou como o inimigo será influenciado pelas nossas ações. No jogo da guerra devem ser incluídos, também, os dados resultantes do esforço de busca.

9.4.2.6.4 Podem ser preparados diversos calcos para representar todos os detalhes necessários para o jogo da guerra e o esforço de busca. Os calcos devem ser adaptados para a situação existente, de acordo com as diretrizes do comandante ou a zona de ação. Nos escalões mais elevados, os calcos de linhas de ação do inimigo, normalmente, estarão orientados para Pontos Culminantes ou atividades e instalações relacionadas com Centros de Gravidade.

9.4.2.6.5 No caso de um oponente assimétrico, o estabelecimento de linhas do tempo pode não ser eficaz. Ao invés disso, podem-se avaliar os fatores de tempo e espaço para o desencadeamento das suas ações, tomando-se por base ações anteriores.

9.4.2.7 Descrição da Linha de Ação

9.4.2.7.1 A descrição das linhas de ação do inimigo pode variar desde uma narração descritiva até uma matriz de sincronização detalhada, englobando as atividades das diferentes tropas, funções de combate ou ações assimétricas. Esta descrição deve detalhar a partir de quando a linha de ação pode ser executada, o prazo para execução das ações, as fases de cada linha de ação, as decisões que o Cmt inimigo deverá tomar durante a execução da linha de ação e o seu prosseguimento. Esta descrição auxiliará no jogo da guerra, na confecção do Calco de Eventos e no estabelecimento de indicadores para o combate.

9.4.2.7.2 A descrição das linhas de ação deve ser tão detalhada quanto o tempo permitir e a situação exigir. Este detalhamento será complementado durante o jogo da guerra.

9.4.2.7.3 Os aspectos a seguir auxiliam na descrição das linhas de ação do inimigo:
a) descreva as táticas que normalmente são executadas na situação apresentada;
b) quando estiver realizando o jogo da guerra mentalmente, estabeleça onde e quando o Cmt inimigo deverá tomar determinadas ações ou decisões;
c) registre estas situações na descrição da linha de ação;
d) quando possível, associe cada evento ou atividade com linhas de tempo,

horários ou áreas específicas no calco. Isso auxiliará na confecção do Calco de Eventos; e
e) à medida que forem surgindo Pontos de Decisão do inimigo, registre as prováveis decisões e quando isso ocorrerá. Esta descrição será a base para as condutas que deverão ser planejadas para a nossa operação.

9.4.2.7.4 Todas as funções de combate devem ser consideradas na descrição da L Aç do inimigo. As considerações e discussões sobre as L Aç não devem se limitar às forças inimigas e seu dispositivo, mas abranger como as funções de combate apoiarão as ações.

9.4.2.8 Alvos de Alto Valor

9.4.2.8.1 Também serão determinados e incluídos nas L Aç do inimigo, os possíveis Alvos de Alto Valor para as forças amigas, os quais são definidos como os meios que o Cmt Ini necessita para o cumprimento da sua missão. A perda de alvos de alto valor degradará seriamente importantes funções inimigas na nossa área de responsabilidade. Por exemplo, podem ser designados como alvos de alto valor:
a) instalações de comando e controle;
b) unidades em reserva;
c) unidades de apoio de fogo;
d) meios de defesa antiaérea; e
e) meios de transposição de cursos de água.

9.4.2.8.2 As seguintes técnicas podem auxiliar na elaboração e utilização de uma lista de Alvos de Alto Valor:
a) após a montagem da L Aç do Ini, deverá ser feito um jogo da guerra mental da mesma. Como resultado desse jogo da guerra, será verificado como e onde cada função de combate apoia de forma decisiva a L Aç. Isso permitirá a identificação dos Alvos de Alto Valor;
b) deverá ser determinado o efeito sobre a L Aç do Ini caso esses Alvos de Alto Valor sejam destruídos ou eliminados, bem como suas possíveis reações. O valor relativo de cada um desses alvos irá variar de acordo com a situação e a L Aç considerada;
c) a lista de Alvos de Alto Valor para cada L Aç do Ini deverá ser registrada no respectivo calco da linha de ação. Isso será de grande utilidade durante o jogo da guerra e o processo de busca de alvos. Também devem ser destacadas no calco da L Aç do Ini, as áreas onde os alvos de alto valor poderão ser empregados pelo Ini para garantir a execução da L Aç com sucesso. Essas localizações são alvos em potencial, podendo ser designadas como Áreas com Objetivos de Interesse (AOI) ou áreas de engajamento. Esses alvos também podem constar da descrição da linha de ação;
d) a importância de cada alvo de alto valor poderá variar de acordo com a fase da manobra do inimigo. É importante registrar este dado na lista de alvos;

e) para o levantamento dos alvos de alto valor, o Of Intlg deve contar com o auxílio de outros integrantes do EM nas funções de combate em que são especialistas.

9.4.2.9 Após o detalhamento das L Aç do Ini, pode ser necessário alterar a lista de prioridades das mesmas. Por exemplo, durante o detalhamento, o Of Intlg pode chegar à conclusão que o terreno não permite a adoção de determinada L Aç nas melhores condições, alterando a sua probabilidade de adoção.

9.5 CALCOS E MATRIZES DE EVENTOS

9.5.1 O Calco de Eventos e sua matriz de apoio são ferramentas valiosas que o Of Intlg dispõe para acompanhar o inimigo. Consiste em levantar áreas específicas e atividades do inimigo que, quando observadas, revelarão qual a linha de ação que o inimigo adotou. A área específica onde se espera que aconteça uma atividade inimiga denomina-se: "Região de Interesse para a Inteligência" (RIPI). Uma RIPI pode ser uma área, uma rota ou um ponto específico.

9.5.2 Inicialmente, em cada linha de ação já detalhada, imagina-se novamente a sequência do movimento ou as ações que serão adotadas pelo inimigo para concretizar determinada linha de ação. Marcam-se no calco as áreas onde se espera que aconteçam determinadas atividades do inimigo (RIPI). Por exemplo:
a) em uma ação ofensiva do adversário (ataque coordenado), imagina-se que inicialmente será ocupada uma zona de reunião. A partir desta área, deslocará suas tropas para as posições de ataque. A via de acesso (RIPI) em que se deslocarão os blindados, ou a sua maior parte, poderá indicar o esforço principal que materializa uma determinada L Aç; e
b) na defesa de área conduzida pelo inimigo, o deslocamento da reserva a partir de determinada bifurcação (RIPI), poderá indicar onde o adversário planeja contra-atacar, ação indicativa de uma L Aç específica.

9.5.3 Após o lançamento das RIPI, em cada L Aç, os calcos poderão ser sobrepostos ou comparados de modo que se monte um único calco com todas as RIPI, indicando a que L Aç se refere e os respectivos alvos de alto valor. O resultado será o calco de eventos, que deverá ser usado pelo Of Intlg também para definir seus EEI e orientar o esforço de busca de sua equipe e de outros órgãos.

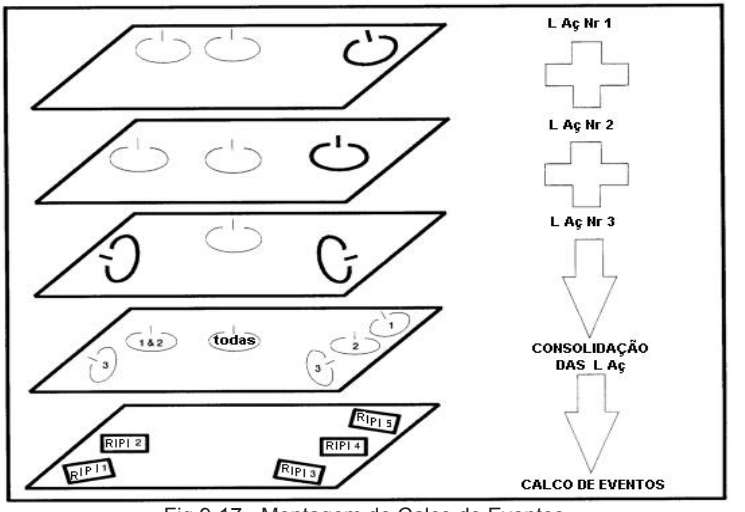

Fig 9-17 - Montagem do Calco de Eventos

Comentários

- Calcos contendo as "Regiões de Interesse para a Inteligência" (RIPI), de cada LA, são sobrepostos para a montagem do Calco de Eventos.

9.5.4 Em algumas situações, a não ocorrência de uma atividade do inimigo em uma RIPI poderá indicar a linha de ação adotada. Como exemplo, a não ocupação de uma posição defensiva poderá indicar a execução de determinada linha de ação.

9.5.5 A matriz de eventos complementa o calco de eventos, acrescentando detalhes sobre o tipo de atividade que pode ocorrer em cada RIPI, o período de tempo que a RIPI deve permanecer ativa e o seu relacionamento com outros eventos. O calco de eventos e a sua matriz poderão ser aperfeiçoados durante o jogo da guerra do EM. (Fig 9-17 e Fig 9-18)

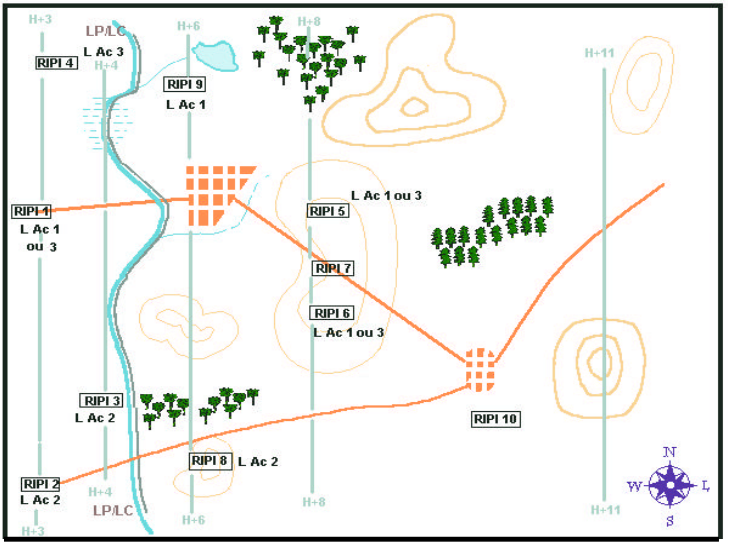

Fig 9-18 - Calco de Eventos

Comentários

O calco de eventos se refere a uma brigada de infantaria blindada inimiga atacando de W para L (ver exemplo apresentado nas figuras 9-12 e 9-13). Acontecimentos importantes que venham a ocorrer nas RIPI indicarão a LA adotada pelo inimigo. Por exemplo:

• a passagem de grande número de blindados pela rodovia do norte na altura da RIPI 1 poderá indicar que o inimigo adotará a LA 1 ou 3;

• o aparecimento de infantes na orla da mata na RIPI 3, assim como o assalto na RIPI 8, indicará que o inimigo adotará a LA 2;

• a passagem de helicópteros pela RIPI 9 na direção da RIPI 5 poderá indicar que o inimigo irá adotar a LA 1 ou 3;

• a concentração da maioria de meios na RIPI 4 indicará que o inimigo irá adotar a LA 3;

• a ultrapassagem da reserva inimiga na RIPI 7 indicará que o inimigo mudou o seu ataque principal para outra peça de manobra.

Esta é a ferramenta que permite ao Of Intlg determinar qual a LA que o inimigo irá adotar. O Calco de Eventos poderá ser complementado com matrizes descritivas (Fig 9-20) ou desdobrado em dois ou mais calcos. Linhas de tempo poderão ser incluídas.

As ações do inimigo em única RIPI podem indicar mais de uma linha de ação, dependendo da atividade observada e do horário da mesma.

Outro aspecto que sempre deve ser considerado é a possibilidade de o Ini procurar simular ações nas RIPI como parte de uma operação de dissimulação.

RIPI	EVENTO	TEMPO		INDICADOR	LA
		MAIS CEDO	**MAIS TARDE**		
.....	.....	.....	.....	.....	.....
3	Infiltração na mata S.	H + 4	H + 6	Tropa valor SU infiltrando-se.	LA 2
				Ausência de Tropa valor SU infiltrando-se	LA 1 LA 3
4	Concentração de blindados a NW do Banhado Espora.	H + 2	- H + 3	Concentração de Tr Bld valor U	LA 3
				Ausência de Tr Bld valor U	LA 1 LA 2
.....	.....	.....	.....	.....	.....
9	Passagem de helicópteros de transporte de tropas na direção da RIPI 5.	H + 6	H + 8	Passagem de helicópteros	LA 1 LA 3
				Ausência de helicópteros	LA 2
	.....	.....	.....	.....	.....

Tab 9-2 - Matriz de Eventos

9.6 CALCO E MATRIZ DE APOIO À DECISÃO

9.6.1 CONFECÇÃO DO CALCO DE APOIO À DECISÃO

9.6.1.1 O Calco de Apoio à Decisão será confeccionado pelo Of Op com a colaboração do Of Intlg e outros integrantes do EM. Sua finalidade é relacionar o movimento e a localização do inimigo com a adoção de alguma medida tática que tenha que ser tomada. Não dita decisões ao comandante, mas reduz as incertezas do combate.

9.6.1.2 O Calco de Apoio à Decisão pode ser confeccionado na seguinte sequência:

a) através do Calco de Eventos, identificam-se as áreas de nossa Z Aç, onde irão provavelmente ocorrer acontecimentos significativos (RIPI) e onde os objetivos ou alvos de alto valor surgirão;

b) a seguir, faz-se o lançamento no Calco de Apoio à Decisão das “Áreas com Objetivos de Interesse” (AOI) que são áreas favoráveis onde o inimigo ou os objetivos no terreno podem ser atacados. Assim, seria o caso de uma reserva inimiga que se deslocasse por um eixo e sua direção de emprego fosse identificada ao passar por uma bifurcação (RIPI). O Of Op já teria selecionado uma AOI, mais adiante, para a sua destruição pela manobra ou interdição pelo fogo;

c) as AOI podem ser coincidentes com as RIPI e são regiões onde se pode

retardar, desorganizar ou destruir a força inimiga. São também áreas adequadas para atacar alvos de alto valor como reservas, postos de comando, dentre outros. São exemplos de “Áreas com Objetivos de Interesse”:
- pontes;
- cruzamentos;
- desfiladeiros;
- zonas de lançamento;
- passagens a vau;
- zonas de reunião; e

d) após a identificação das AOI, selecionam-se os “Pontos de Decisão” (P Dcs), que são definidos como pontos no espaço e no tempo nos quais o comandante ou o EM antecipam a tomada de uma decisão relativa a uma linha de ação específica. Os P Dcs, também, serão lançados no Calco de Apoio à Decisão. Para a locação dos P Dcs, deve-se levar em consideração o tempo necessário para implementar determinada decisão. Por exemplo, se a decisão for empregar a reserva, e for necessária 1 (uma) hora para que a mesma se desloque e ocupe uma posição, esta decisão tem que ser tomada com pelo menos 1 (uma) hora de antecedência. Neste caso, o P Dcs será locado em um ponto no terreno que, ao ser atingido pelo inimigo, ainda nos garanta 1 (uma) hora de prazo.

9.6.1.3 Para economizar tempo, o Calco de Apoio à Decisão poderá ser combinado com o Calco de Eventos.

9.6.1.4 Um calco de apoio à decisão salienta as opções do Cmt para garantir decisões oportunas e adequadas, sendo uma forma de influenciar as ações inimigas e não apenas reagir a elas. (Fig 9-19)

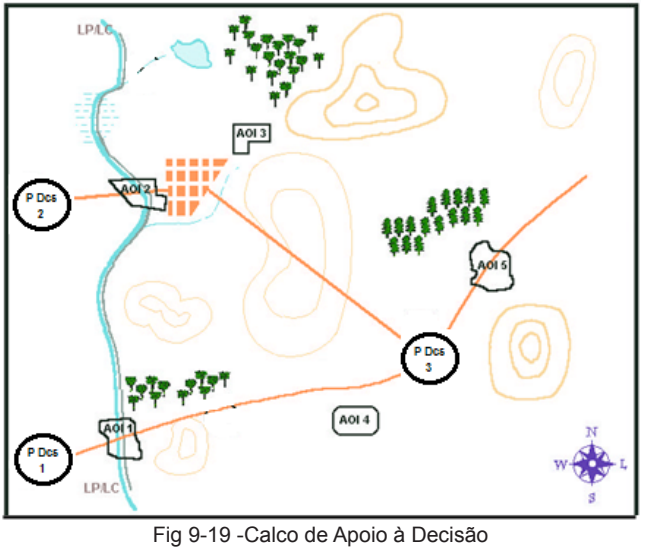

Fig 9-19 -Calco de Apoio à Decisão

Comentários
- Referente ao exemplo da Fig 5-1. - O inimigo ataca de W para L. - Os P Dcs não são necessariamente relacionados com ações nas AOI, podendo ser relacionados até mesmo às forças amigas. Eles simplesmente indicam a necessidade de uma decisão, que pode ser o desencadeamento de fogos em uma AOI, o deslocamento de tropas ou a adoção de outra conduta. Normalmente, os P Dcs são locados junto às RIPI.

9.6.1.5 O detalhamento das ações decorrentes do calco de apoio à decisão pode ser feito em uma matriz de apoio à decisão, ou até mesmo na matriz de sincronização, bastando acrescentar as ações decorrentes nesta última matriz. A matriz de apoio à decisão pode conter os seguintes itens: o ponto de decisão, sua localização, o indicador a ser observado, a ação que será desencadeada (quem e o quê) e o elemento ou unidade que tem a responsabilidade de observar e transmitir a informação.

9.6.2 OUTRAS CONSIDERAÇÕES

9.6.2.1 Deve-se considerar que as linhas de ação do inimigo representam hipóteses, o que pode nos tornar sujeitos às ações de dissimulação e fintas do inimigo. Os calcos das linhas de ação do inimigo não materializam a zona de ação e não apresentam a localização de todas as tropas inimigas, mas sim a melhor previsão do Of Intlg.

9.6.2.2 Se esse oficial dispuser de dados objetivos sobre o ambiente operacional e compreender a doutrina tática do inimigo, a linha de ação mais provável representará de forma fiel a operação do inimigo.

9.6.2.3 As linhas de ação do inimigo devem ser largamente difundidas, especialmente a linha de ação mais provável e a linha de ação mais perigosa. Elas são essenciais para que outros Cmt e EM desenvolvam suas próprias linhas de ação do inimigo, com outros detalhes ou enfoques. Essas linhas de ação serão empregadas no jogo da guerra e auxiliarão na confecção do calco de eventos, sua matriz e outras ferramentas de sincronização.

CAPÍTULO X

INTELIGÊNCIA EM OPERAÇÕES DE AMPLO ESPECTRO

10.1 CONSIDERAÇÕES GERAIS

10.1.1 Operações de Amplo Espectro são operações que combinam Operações Ofensivas, Defensivas, de Pacificação e de Apoio aos Órgãos Governamentais, simultânea ou sucessivamente, prevenindo ameaças, gerenciando crises e solucionando conflitos armados, em situações de Guerra e de Não Guerra, de forma sincronizada.

10.1.2 As Operações no Amplo Espectro podem ser desenvolvidas em áreas geográficas lineares ou não, de forma contígua ou não, buscando contemplar as diversas missões e tarefas que envolvem o emprego de meios terrestres. Um acurado Exame de Situação orienta a melhor forma de dispor as forças, que podem combinar atitudes e tipos distintos de operações.

10.1.3 Neste contexto, a Inteligência irá apoiar o comandante, em todos os níveis, fornecendo as informações necessárias para diminuir as incertezas e auxiliar a tomada de decisão, possibilitando a identificação do momento e do ponto (dimensão física, lógica e/ou humana) onde concentrar poder de combate suficiente e adequado para derrotar a ameaça. Assim, a aplicação do conceito Inteligência, Reconhecimento, Vigilância e Aquisição de Alvos (IRVA) torna-se essencial para o comandante obter a surpresa contra a ameaça, ao mesmo tempo em que contribui para opor-se à surpresa da ameaça, manter a iniciativa no campo de batalha e alcançar o Estado Final Desejado (EFD).

10.1.4 O campo de batalha multidimensional exige que cada soldado constitua-se em um sensor responsável pela detecção e comunicação de atividades de ameaças, disposições e capacidades. Esta tarefa é crítica, exigindo capacitação e meios tecnológicos que habilitem a agir em um ambiente assimétrico, caracterizado pela violência difusa, elevado grau de incerteza, emprego massivo de meios de TI e complexidade de métodos. Neste sentido, observa-se a crescente importância do emprego da fonte humana, em integração com as demais fontes (sinais, imagens e cibernética), como sensor capaz de ampliar a consciência situacional por meio da observação e comunicação direta e simultânea de eventos no campo de batalha.

10.2 OPERAÇÕES OFENSIVAS

10.2.1 As Operações Ofensivas (Op Ofs) são operações terrestres agressivas nas quais predominam o movimento, a manobra e a iniciativa, com a finalidade

de cerrar sobre o inimigo, concentrar um poder de combate superior, no local e momento decisivo, e aplicá-lo para destruir suas forças por meio do fogo, do movimento e da ação de choque e, obtido sucesso, passar ao aproveitamento do êxito ou à perseguição.

10.2.2 Para que isto seja possível, a Inteligência deve fornecer aos comandantes, com oportunidade, informações e conhecimentos atualizados sobre a situação da área de operações (incluindo aí a Área de Responsabilidade, Área de Interesse e Área de Influência), a fim de que ele possa conduzir suas ações com eficácia.

10.2.3 Em uma operação ofensiva é fundamental a obtenção de informações que proporcionem segurança à força atacante e que permita identificar o local e o momento adequado para concentrar o poder de combate suficiente para surpreender a força oponente. Para tanto, torna-se fundamental a rapidez no processamento do ciclo de Inteligência.

10.2.4 A Inteligência deve proporcionar ao comando uma adequada consciência situacional, fruto do PITCIC, além da avaliação continuada da situação com oportunidade necessária para obter o êxito na realização do ataque.

10.2.5 As Áreas de Interesse de Inteligência de cada unidade operativa irá se modificando em razão da evolução da situação.

10.2.6 Nas Operações Ofensivas, os Elementos Essenciais de Inteligência podem incluir:
a) localização, dispositivo, composição, valor, equipamentos, pontos fortes e fracos da força inimiga defensora, bem como de suas reservas;
b) sistemas de armas de fogo;
c) flancos suscetíveis a ataques;
d) áreas para ataques aéreos amigos e inimigos;
e) localização de unidades de armas de defesa aérea do inimigo e de mísseis;
f) guerra eletrônica inimiga;
g) sistema de comando e controle inimigo;
h) efeitos do terreno e condições meteorológicas sobre as operações;
i) considerações civis atuais e futuras;
j) quantidade, eixos de deslocamento/suprimento e a direção do movimento de civis deslocados;e
k) eixos de retirada das forças inimigas.

10.3 OPERAÇÕES DEFENSIVAS

10.3.1 As operações defensivas são operações terrestres realizadas normalmente, sob condições adversas, como inferioridade de meios ou limitada liberdade de ação, em que se procura utilizar integralmente o terreno e as capacidades

disponíveis para impedir, resistir ou destruir um ataque inimigo, infringindo-lhe o máximo de desgaste e desorganização, buscando criar condições favoráveis para a retomada da ofensiva.

10.3.2 Da sua definição e de suas finalidades, deduz-se que a força que executa uma Operação Defensiva pode oferecer diferentes graus de resistência que se traduzem em diferentes missões: defender, retardar ou vigiar.

10.3.3 A Inteligência deve oferecer suporte às Operações Defensivas para identificar objetivos inimigos e possíveis abordagens, vulnerabilidades e capacidades do inimigo para realizar contra-ataques.

10.3.4 Os sistemas de Inteligência utilizam ao máximo o tempo de preparação das operações para antecipar-se no emprego dos meios de obtenção.

10.3.5 Na defesa móvel, as necessidades de Inteligência estarão relacionadas a obter a localização precisa da força oponente, sua identificação, a direção do esforço principal e a localização de suas reservas de segundo escalão.

10.3.6 Na defesa de área, as necessidades de Inteligência devem orientar-se para identificar as possibilidades de contra-ataque da força oponente.

10.3.7 Nas Operações Defensivas, os Elementos Essenciais de Inteligência podem incluir:
a) localização, dispositivo, composição, valor, equipamentos, pontos fortes e fracos da força inimiga defensora, bem como de suas reservas;
b) objetivos do inimigo;
c) localização de possíveis áreas de desdobramento das forças inimigas;
d) localização dos sistemas de armas de fogo inimiga, unidades de artilharia e armas de defesa antiaérea e de mísseis;
e) flancos expostos a possíveis contra-ataques e outros pontos fracos do inimigo;
f) disponibilidade de armas químicas, biológicas, radiológicas e nucleares;
g) guerra eletrônica inimiga;
h) sistema de comando e controle inimigo;
i) efeitos do terreno e condições meteorológicas sobre as operações;
j) considerações civis atuais e futuras;
k) quantidade, eixos de deslocamento/suprimento e a direção do movimento de civis deslocados; e
l) lixos de retirada das forças inimigas.

10.4 OPERAÇÕES DE PACIFICAÇÃO

10.4.1 As Operações de Pacificação (Op Pac) compreendem o emprego do Poder Militar na defesa dos interesses nacionais, em locais restritos e determinados, por meio de uma combinação de atitudes coercitivas limitadas para restaurar ou manter a ordem pública ou a paz social, ameaçadas por grave e iminente instabilidade institucional ou atingidas por calamidades de grandes proporções,

provocadas pela natureza ou não, e de ações construtivas, para apoiar esforços de estabilização, de reconstrução, de restauração e/ou de consolidação da paz.

10.4.2 Os elementos da Força Terrestre realizam as tarefas de pacificação tanto por meio da manobra de armas combinadas, como da segurança de áreas. Na realização dessas tarefas, deve-se buscar e manter a iniciativa das ações na consecução dos objetivos relacionados às causas da instabilidade.

10.4.3 As Op Pac ocorrem, normalmente, em um quadro caracterizado pela ruptura da lei e da ordem, em operações contra forças irregulares (nacionais e/ou estrangeiras), em calamidades de grandes proporções na natureza, dentre outras.

10.4.4 Cabe ressaltar que nas Op Pac, sob a égide da ONU ou em outro contexto, não há definição formal da força oponente. No entanto, a necessidade de produção do conhecimento sobre o terreno físico e humano é necessário.

10.4.5 As operações de pacificação caracterizam-se por alto grau de complexidade, demandando planejamento detalhado de obtenção de dados e informações dadas às possíveis restrições legais no emprego de técnicas operacionais.

10.4.6 A identificação da ameaça, aliada a um detalhado conhecimento do terreno, conjugado com as condições meteorológicas e do terreno humano (hábitos e costumes, cultura, lideranças locais) constituem-se em tarefas fundamentais para a função Inteligência.

10.4.7 Neste tipo de operação, o comando operativo necessita de produtos e conhecimento decorrentes da realização do PITCIC, com maior grau de detalhamento, de forma que seja capaz de identificar modos de influir no comportamento da população local.

10.4.8 No que tange à Inteligência, a produção e a difusão do conhecimento devem ser tão completas e abrangentes quanto possível, bem como a salvaguarda de informações são essenciais para moldar o ambiente operacional. Especial atenção deve ser dada à Inteligência etnográfica – que significa compreender a cultura de ambientes extremamente complexos em termos socioculturais, etnológicos e religiosos, cujas características e dinâmicas internas sofrem os efeitos da interação de fatores endógenos e exógenos do TO/A Op - a partir da interação com a população local e, de forma sistemática, analisando-a e obtendo dados para o processo de tomada de decisão. Além disso, a necessidade de conhecimento é permanente. As atividades e tarefas relacionadas à Inteligência são executadas constante e ininterruptamente, sempre se adequando a cada situação particular.

10.4.9 A contribuição da atividade de Inteligência para as Op Pac ocorre com base em trabalhos preexistentes, elaborados desde o nível estratégico e de

forma permanente, de acordo com o levantamento prévio de ameaças e possíveis regiões de ativação de TO/A Op.

10.4.10 A continuidade da atividade de Inteligência é assegurada por meio da contribuição de diversas agências: civis, militares, nacionais e internacionais. O efetivo compartilhamento de informações e conhecimentos é fator crítico para o êxito das Op Pac, desencadeadas normalmente no ambiente interagências. O planejamento deve incluir a previsão de soluções que visem a estimular e facilitar a troca de dados entre os vetores (civis e militares), considerando a comunicação entre os participantes e a necessidade de conhecer.

10.4.11 Durante o planejamento das Op Pac, a atividade de Inteligência enfatiza a identificação de ameaças (concretas e potenciais). Em seguida, realiza o estudo das dimensões (física, humana e informacional) do ambiente operacional e, por fim analisa as forças oponentes, incluindo a avaliação de suas capacidades e vulnerabilidades (identificação de lideranças, anseios e aspirações da sociedade), aliada às considerações civis da área de operações.

10.5 OPERAÇÕES DE APOIO AOS ÓRGÃOS GOVERNAMENTAIS

10.5.1 As Operações de Apoio aos Órgãos Governamentais são operações que visam apoiar as autoridades civis em situações de catástrofes naturais ou provocadas pelo homem, acidentes, ataques terroristas e incidentes dentro do território nacional.

10.5.2 Essas operações são realizadas sempre que o tamanho e o escopo de um incidente exceder as capacidades de agências civis nacionais.

10.5.3 O papel da Inteligência nas Operações de Apoio aos Órgãos Governamentais é tão importante quanto em outras operações. A análise de Inteligência também pode ajudar as autoridades civis na identificação de áreas, onde o componente militar pode fornecer suporte para restauração dos serviços essenciais. Sensores de reconhecimento e vigilância podem ajudar na busca e salvamento, avaliação de danos, riscos potenciais e localização de pessoas deslocadas.

10.5.4 A troca de informações entre todos os atores é importante para que ocorra uma efetiva coordenação das operações, principalmente em um ambiente interagências, característico deste tipo de operação. Nesse ambiente, a troca dos conhecimentos obtidos pela Inteligência é de execução mais complexa, pois há uma dificuldade natural na obtenção de laços de confiança entre os atores.

10.5.5 Neste contexto, a “necessidade de conhecer” deve ser amplamente observada, de maneira que somente as informações necessárias ao desempenho das atividades de cada ator sejam compartilhadas,

preservando-se os outros dados que não lhes sejam afetos, reforçando-se, assim, a atividade de Contrainteligência.

10.5.6 A Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) é o órgão responsável pela gestão dos conhecimentos produzidos pelo Sistema Brasileiro de Inteligência (SISBIN), utilizados no planejamento e na execução de políticas implementadas pelo Governo Federal.

10.5.7 No nível operacional ou tático, cabe à Seção de Inteligência da Célula de Operações (COp) do Centro de Coordenação de Operações (C COp) reunir e integrar a Inteligência oriunda dos diversos atores, os quais poderão compor o COp.

10.5.8 O planejamento de Inteligência compreende o levantamento de necessidades de Inteligência, reconhecimentos na A Op/TO, ligações com autoridades locais para o levantamento de vulnerabilidades e análise de risco pormenorizada.

10.6 OPERAÇÕES DE GARANTIA DA LEI E DA ORDEM

10.6.1 As Operações de Garantia da Lei e da Ordem (Op GLO), enquadradas no escopo das Operações de Apoio a Órgãos Governamentais, caracterizam-se como operações de não guerra.

10.6.2 A Inteligência, nas Op GLO, deverá disponibilizar conhecimentos acerca das características das Forças Oponentes, da área de operações e das características da população da região envolvida.

10.6.3 O minucioso conhecimento das características das Forças Oponentes e da área de operações, com particular atenção para a população que nela reside, proporcionará condições para a neutralização ou para a supressão da capacidade de atuação das Forças Oponentes, com o mínimo de danos à população e de desgaste para a força empregada nas Op.

10.6.4 A atividade de Inteligência deverá anteceder ao início da Op, sendo desenvolvida, com ênfase na fase preventiva, com acompanhamento das potenciais ações das Forças Oponentes. A produção do conhecimento apoiará as ações das forças empregadas e fornecerá dados para o desenvolvimento das atividades de Comunicação Social e de Operações de Apoio à Informação.

10.6.5 Os Elementos Essenciais de Inteligência devem ser detalhados, permitindo determinar a melhor forma de conduzir as operações e influenciar a população para aumentar a estabilidade local. A identificação e análise das ameaças, bem como do terreno, do clima, e das considerações civis são essenciais para o correto emprego da tropa.

10.6.6 A falta de conhecimento sobre a Força Oponente, sobre a política local,

os costumes e a cultura, bem como a forma de diferenciar entre a população dos Agentes Perturbadores da Ordem Pública (APOP), muitas vezes leva a ações que podem resultar em situações não intencionais e consequências desvantajosas, tais como atacar alvos inadequados ou ofender ou causar desconfiança entre a população local. Esta falta de conhecimento pode potencialmente ameaçar o cumprimento da missão.

10.6.7 Nas Op GLO, os Elementos Essenciais de Inteligência devem ter vistas a preparar-se contra as seguintes ameaças:
a) ações contra realização de pleitos eleitorais afetando a votação e a apuração de uma votação;
b) ações de organizações criminosas contra pessoas ou patrimônio incluindo os navios de bandeira brasileira
c) plataformas de petróleo e gás na plataforma continental brasileiras;
d) bloqueio de vias públicas de circulação;
e) depredação do patrimônio público e privado;
f) distúrbios urbanos;
g) invasão de propriedades e instalações rurais ou urbanas, públicas ou privadas;
h) paralisação de atividades produtivas;
i) paralisação de serviços críticos ou essenciais à população ou a setores produtivos do País;
j) sabotagem nos locais de grandes eventos; e
k) saques de estabelecimentos comerciais.

10.7 OPERAÇÕES DE INFORMAÇÃO

10.7.1 As Operações de Informação (Op Info) consistem na atuação metodologicamente integrada de capacidades relacionadas à informação, em conjunto com outros vetores, para informar e influenciar grupos e indivíduos, bem como afetar o ciclo decisório de oponentes, ao mesmo tempo protegendo o nosso. Além disso, visam a evitar, impedir ou neutralizar os efeitos das ações adversas na Dimensão Informacional.

10.7.2 As Op Info contribuem para a obtenção da Superioridade de Informações e integram capacidades relacionadas à informação, destacando-se: a Comunicação Social (Com Soc); as Operações de Apoio à Informação (OAI); a Guerra Eletrônica (GE); a Guerra Cibernética (G Ciber); e a Inteligência (Intlg).

10.7.3 A Inteligência é uma capacidade vital para as Op Info. A utilização de conhecimentos de Inteligência integrados facilita sobremaneira a compreensão da inter-relação entre as perspectivas física, lógica e cognitiva da dimensão informacional.

10.7.4 A produção do conhecimento de Inteligência envolve um processo integrado de fusão de dados, cuja técnica permeia as fases do ciclo do conhecimento (orientação, obtenção, produção e difusão).

10.7.5 A capacidade de gestão de grande quantidade de dados se torna fundamental nas operações de informação. A gestão de dados torna-se um desafio na medida em que demandará uma maior capacidade do Sistema de Inteligência em termos de análise, difusão e segurança da informação. Isso envolve o emprego de tecnologias relacionadas a sensores, à integração e exploração de bases de dados e fontes de informação não estruturada, às técnicas de busca de dados (*data mining*), às análises em tempo real de fluxos de informação de áudio e vídeo, e especialmente às técnicas de inteligência artificial.

10.7.6 A fusão de dados é uma capacidade essencial para o Sistema de Inteligência, uma vez que permite o processamento e a combinação de dados e informações heterogêneas (vídeos e imagens, dados geoespaciais, linguagens escrita e verbal, dentre outros) de múltiplas origens.

10.7.7 Chefe da Seção de Inteligência coordena os requisitos para a obtenção, produção, difusão e orientação. O Chefe da Seção, na análise de Inteligência, avalia os oponentes e/ou potenciais adversários relacionados às Op Info, devendo incluir:
a) os decisores e a descrição do processo de tomada de decisão;
b) os sistemas de informação e comunicações; e
c) as considerações civis, incluindo os fatores humanos/culturais e as capacidades/recursos que podem afetar a dimensão informacional.

10.8 OPERAÇÕES AEROMÓVEIS

10.8.1 As Operações Aeromóveis (Op Amv) são aquelas realizadas por força de helicópteros ou forças aeromóveis (F Amv), visando ao cumprimento de missões de combate, de apoio ao combate e de apoio logístico, em benefício de determinado elemento da F Ter. São, normalmente, utilizadas em áreas profundas e fracamente defendidas ou não ocupadas pelo oponente.

10.8.2 Apresentam as seguintes características: surpresa; flexibilidade, oportunidade, modularidade, seletividade, sustentabilidade, agressividade e velocidade para vencer rapidamente grandes distâncias e ultrapassar obstáculos do terreno.

10.8.3 Normalmente, asseguram uma vantagem tática importante para as forças terrestres, contribuem para flanquear posições inimigas e apoiam missões de reconhecimento, vigilância e segurança.

10.8.4 O planejamento das operações aeromóveis desenvolve-se na ordem inversa de sua execução, incluindo os planos: tático terrestre; de desembarque; de movimento aéreo; e de aprestamento.

10.8.5 Pelas características e vulnerabilidades deste tipo de operação, a

Inteligência deve assegurar informações precisas aos decisores sobre a situação da área de operações (normalmente à retaguarda das forças adversas), superioridade aérea local e das condições meteorológicas, a fim de que eles possam conduzir suas ações com eficácia.

10.8.6 Nas Operações Aeromóveis, os Elementos Essenciais de Inteligência podem incluir:
a) localização, dispositivo, composição, valor, equipamentos, pontos fortes e fracos da força inimiga, bem como de suas reservas;
b) sistemas de armas de fogo;
c) flancos suscetíveis a ataques;
d) áreas para ataques aéreos amigos e inimigos;
e) localização de unidades de armas de defesa aérea do inimigo e de mísseis;
f) guerra eletrônica inimiga;
g) sistema de comando e controle inimigo;
h) efeitos do terreno e condições meteorológicas sobre as operações;
i) considerações civis atuais e futuras; e
j) quantidade, eixos de deslocamento/suprimento e a direção do movimento de civis deslocados.

10.9 OPERAÇÕES AEROTERRESTRES

10.9.1 As Operações Aeroterrestres (Op Aet) são aquelas relacionadas com o movimento aéreo e a introdução de forças de combate, com seus respectivos apoios, por meio de aterragem das aeronaves ou por meio do lançamento aéreo de paraquedistas em uma determinada área, visando ao cumprimento de missões, de natureza estratégica, operacional ou tática, para emprego imediato após chegada ao destino.

10.9.2 São utilizadas para a conquista de objetivos críticos (geralmente localizados em grande profundidade) e executadas em áreas fracamente defendidas ou não ocupadas pelo adversário. Podem, também, ser conduzidas em áreas ocupadas por forças inimigas melhor organizadas, desde que precedidas por bombardeios aéreos de neutralização ou intensos fogos de artilharia.

10.9.3 Essas operações possuem como características principais: ação conjunta; velocidade para vencer rapidamente distâncias de grande amplitude; surpresa; flexibilidade; modularidade; complexidade; seletividade; oportunidade; planejamento integrado a forças de junção; agressividade; e sustentabilidade.

10.9.4 O planejamento, a preparação e a execução de uma operação aeroterrestre desenvolvem-se em quatro fases: o aprestamento, o movimento aéreo, o assalto e as operações subsequentes. O planejamento inicia-se com a visualização das operações terrestres na área do objetivo, em uma sequência inversa da ordem de execução. Nas Operações Aeroterrestres, os Elementos

Essenciais de Inteligência podem incluir:
a) localização, dispositivo, composição, valor, equipamentos, pontos fortes e fracos da força inimiga, bem como de suas reservas;
b) sistemas de armas de fogo;
c) localização de unidades de armas de defesa aérea do inimigo e de mísseis;
d) sistema de comando e controle inimigo;
e) efeitos do terreno e condições meteorológicas sobre as operações;
f) quantidade, eixos de deslocamento/suprimento e a direção do movimento de civis deslocados;e
g) superioridade aérea local.

10.10 OPERAÇÕES CONTRA FORÇAS IRREGULARES

10.10.1 As Operações contra Forças Irregulares são um conjunto abrangente de esforços integrados (civis e militares) desencadeados para derrotar Forças Irregulares (F Irreg), nacionais ou estrangeiras, dentro ou fora do território nacional. Normalmente, nessas operações, os elementos da F Ter devem empenhar suas ações com a dupla finalidade:
a) contribuir com as forças conjuntas para derrotar ou neutralizar militarmente as F Irreg, permitindo iniciar ou retomar o funcionamento do Estado em áreas outrora contestadas ou controladas por tais forças; e
b) proporcionar assistência ao governo local no TO/A Op, em território nacional ou da nação hospedeira, para torná-lo autossustentável, por meio de ações que possibilitem a construção de ambiente favorável à conquista e manutenção da confiança e apoio da população local.

10.10.2 Nas ações terrestres desencadeadas no amplo espectro dos conflitos, as operações contra forças irregulares podem ser fundamentais para ampliar ou complementar as operações básicas.

10.10.3 As Operações Contra Forças Irregulares bem sucedidas devem ter como Centro de Gravidade (CG) o apoio da população local do TO/A Op, que também representa o foco para as F Irreg. Para isso, os Elementos Essenciais de Inteligência devem incluir:
a) as razões político-ideológicas, étnicas, religiosas e/ou econômicas que sustentam as reivindicações da causa oponente;
b) existência ou não de apoio externo oriundo de atores estatais e/ou não estatais (alinhamento ideológico e disseminação do proselitismo insurgente, apoio político e assistência financeira, dentre outros);
c) campanhas conduzidas contra o poder estatal e as forças legais;
d) identificação de lideranças e vínculos; e
e) prováveis áreas de homizio e treinamento.

10.11 OPERAÇÕES DE DISSIMULAÇÃO

10.11.1 As Operações de Dissimulação são ações executadas deliberadamente para enganar os tomadores de decisão oponentes, criando condições que contribuam para o cumprimento da missão de nossas forças.

10.11.2 A Dsml Mil normalmente requer substancial investimento, em meios (pessoal e material) e esforços, que podem ser empregados diretamente contra o oponente. Em consequência, é importante que o comandante visualize, de forma antecipada, a finalidade da dissimulação, avaliando a relação custo-benefício.

10.11.3 No levantamento dos Elementos Essenciais de Inteligência, é importante que os seguintes aspectos sejam destacados:
a) capacidades da Inteligência inimiga, cujo resultado possibilita a disseminação de indícios e informações sobre as nossas forças;
b) identificação de unidades inimigas, bem como suas localizações, dispositivos, pontos fortes, vulnerabilidades, capacidades e poder de combate;
c) flancos suscetíveis a ataques;
d) localização de unidades de armas de defesa aérea do inimigo e de mísseis;
e) guerra eletrônica inimiga;
f) sistema de comando e controle inimigo;
g) efeitos do terreno e condições meteorológicas sobre as operações;e
h) eixos de retirada das forças inimigas.

10.12 OPERAÇÕES DE EVACUAÇÃO DE NÃO COMBATENTES

10.12.1 As Operações de Evacuação de Não Combatentes (ENC) são operações conduzidas pelo MD, por solicitação do Ministério das Relações Exteriores (MRE), para Evacuação de Não Combatentes, preferencialmente, brasileiros, fora do território nacional, cujas vidas estejam em perigo, de seus locais no país anfitrião para um Local de Destino Seguro (LDS).

10.12.2 São decorrentes de situações de crise no país anfitrião, as quais podem ter consequências nas áreas humanitárias, militares ou políticas, como nos casos de conflitos regionais, instabilidade interna, catástrofes causadas por fenômenos naturais ou acidentes de grandes proporções ambientais.

10.12.3 As operações de ENC são caracterizadas pela incerteza e podem ser determinadas sem aviso prévio.

10.12.4 Dessa forma, a realização de uma Op ENC deve buscar os seguintes propósitos:
a) prover segurança na evacuação de não combatentes para um LDS; e
b) minimizar o número de cidadãos em risco nas atuais e prováveis regiões de conflito.

10.12.5 Para isso, os Elementos Essenciais de Inteligência devem incluir:
a) identificação das causas que estão ocasionando a repatriação (político-ideológicas, étnicas, religiosas e/ou econômicas);
b) meios disponíveis para a evacuação;
c) identificação e reconhecimento de eixos humanitários e pontos de reunião;
d) identificar a infiltração de elementos hostis dentro da população evacuada;
e) Planos de Evacuação de Embaixadas e Consulados; e
f) identificação de lideranças dentro da população a ser evacuada;

10.13 OPERAÇÕES DE INTERDIÇÃO

10.13.1 As Operações de Interdição são ações executadas para evitar ou impedir que o inimigo se beneficie de determinadas regiões, de pessoal, de instalações ou de material. O Cmt TO/A Op estabelece as diretrizes para as Operações de Interdição e delega o planejamento aos comandos das Forças Componentes (F Cte) subordinadas, determinando áreas, prioridades, prazos e graus de interdição a serem alcançados.

10.13.2 A interdição bem sucedida restringe (impede ou dificulta) o movimento e a manobra do inimigo e interfere, significativamente, no sistema de comando e controle do oponente. Contribui, ainda, para a segurança de nossas forças, evitando mudanças súbitas e desfavoráveis do poder relativo de combate.

10.13.3 Neste tipo de operação, os Elementos Essenciais de Inteligência devem incluir:
a) eixos que incidem no TO/A Op;
b) Centros de Gravidade (CG) das forças oponentes e indiretas, destinadas a estruturar, prover, instruir, desenvolver e dirigir forças irregulares nativas para executarem ações de combate e sabotagem;
c) reservas inimigas;
d) sistemas de comando e controle inimigos;
e) sistemas logísticos e eixos de suprimento e evacuação inimigos;
f) existência de barreiras com a finalidade de canalizar, dirigir, restringir, retardar ou deter o movimento e/ou a manobra do oponente e impor-lhe perdas adicionais em meios (pessoal e material) e tempo;
g) obstáculos naturais e artificiais, no interior das barreiras, modificando as características militares do terreno, aumentando as oportunidades do comandante da operação ganhar relativa superioridade ou mobilidade, lograr maior segurança e economizar forças, possibilitando, também, maior concentração de poder de combate em uma ação decisiva;e
h) tempo, mão de obra e meios em quantidade suficiente para construir as barreiras desejadas.

10.14 OPERAÇÕES DE TRANSPOSIÇÃO DE CURSO D'ÁGUA

10.14.1 Os cursos de água obstáculo impõem restrições ao movimento e à manobra nas operações ofensivas e constituem-se em linhas naturais de resistência para o defensor nas operações defensivas.

10.14.2 A transposição de um curso de água obstáculo, que não dispõe de passagens utilizáveis e cuja segunda margem encontra-se defendida pelo inimigo, comporta, normalmente, a conquista e a manutenção de uma cabeça de ponte. Nesse caso, a travessia em si do curso de água é apenas um meio para o prosseguimento das operações na segunda margem.

10.14.3 As transposições de cursos de água obstáculo, em Operações Ofensivas, podem ser imediatas ou preparadas e exigem preparativos (técnicos e táticos) proporcionais ao vulto do rio, relacionados às forças oponentes e necessidades adicionais.

10.14.4 Os seguintes Elementos Essenciais de Inteligência são necessários para o sucesso deste tipo de operação:
a) informações detalhadas sobre o terreno, o inimigo (dispositivo, composição e valor) e as condições meteorológicas na área de travessia;
b) superioridade aérea local;
c) meios adequados para a travessia;
d) sistema de apoio de fogo inimigo;e
e) sistema de comando e controle e guerra eletrônica inimigos.

10.15 OPERAÇÕES ANFÍBIAS

10.15.1 As Operações Anfíbias (Op Anf) consistem em operações de desembarque de forças terrestres em litoral defendido por forças oponentes, ou de sua retirada de um litoral, por meios navais, em virtude da ação do inimigo. Inclui o planejamento, o embarque de meios (pessoal e material), ensaios, a travessia para a área do objetivo, o desembarque de tropas de assalto, de suprimentos e equipamentos de acompanhamento e, o apoio à força de desembarque até o término da operação.

10.15.2 A fim de obter êxito, uma operação anfíbia deve ter assegurado, dentre outros, os seguintes aspectos:
a) controle da área marítima contra as forças inimigas de superfície e de submarinos;
b) superioridade aérea local na área de desembarque ou embarque; e
c) poder de combate superior sobre as forças terrestres oponentes na área do objetivo.

10.15.3 Para o êxito de uma Operação Anfíbia, os seguintes Elementos Essenciais de Inteligência são necessários:

a) informações detalhadas sobre o terreno, o inimigo (dispositivo, composição e valor) e as condições meteorológicas na área de travessia;
b) localização das reservas inimigas;
c) sistema de apoio de fogo inimigo;e
d) sistema de comando e controle e guerra eletrônica inimigos.

10.16 OPERAÇÕES RIBEIRINHAS

10.16.1 As Operações Ribeirinhas (Op Rib) são operações levadas a efeito em águas interiores e em áreas terrestres a elas adjacentes (as regiões ribeirinhas) por forças militares que empregam, de maneira combinada, meios da Força Naval, da F Ter e da Força Aérea.

10.16.2 Essas operações são conduzidas com a finalidade de destruir forças inimigas e controlar áreas ribeirinhas. Sua execução requer maior mobilidade do que a do inimigo, a qual pode ser obtida mediante o emprego de forças aeromóveis ou explorando ao máximo a mobilidade fluvial.

10.16.3 O controle de áreas ribeirinhas pressupõe as seguintes medidas:
a) conquista, posse ou manutenção dos acidentes capitais que permitem controlar a circulação na área;
b) controle da população;
c) domínio dos cursos de água; e
d) superioridade aérea local.

10.16.4 Sendo assim, torna-se imprescindível a identificação dos seguintes Elementos Essenciais de Inteligência:
a) informações detalhadas sobre o terreno, o inimigo (dispositivo, composição e valor) e as condições meteorológicas;
b) sistema de apoio de fogo inimigo;
c) sistema de comando e controle e guerra eletrônica inimigos;e
d) identificação de lideranças dentro da população ribeirinha.

10.17 OPERAÇÕES CONTRA DESEMBARQUE ANFÍBIO

10.17.1 Em um ambiente permeável como é o mar, é sempre possível a ocorrência de desembarques anfíbios, de incursões ou de bombardeios navais inimigos sobre a área terrestre adjacente ao litoral. Essas ações podem exigir a intervenção de forças destinadas à defesa do litoral, tais como esquadrões de reconhecimento e ataque, esquadras armadas e forças terrestres para se contrapor às ações de desembarque.

10.17.2 As operações de defesa contra desembarques anfíbios são eminentemente conjuntas, em que estarão presentes forças de todas as F Cte de um Comando Conjunto. Desse modo, envolve o emprego de meios heterogêneos, o que exige uma coordenação detalhada para cumprir a missão,

evitando a dispersão de recursos e meios, a duplicidade de ações e a divergência de soluções, com o máximo de efetividade.

10.17.3 A exemplo das demais operações, merecem destaques os seguintes Elementos Essenciais de Inteligência:
a) informações detalhadas sobre o terreno, o inimigo (dispositivo, composição e valor) e as condições meteorológicas;
b) acidentes capitais favoráveis ao estabelecimento de uma cabeça de ponte por parte de um inimigo; e
c) sistema de comando e controle e guerra eletrônica inimigos.

ANEXO A

CADERNO DE TRABALHO DA 2ª SEÇÃO

Assunto: Atividade Aérea Ini (1)			Nr indicativo do assunto: 3h (2)	
Nr (3)	Data-Hora do Fato (4)	Origem (5)	Registro (6)	Obs (7)
03	121330 JUL 15	38º BIB	Ponte na Reg de Rio Verde Q (44-28) foi destruída pela F Ae Ini.	-

LEGENDA:

(1) Assunto referente ao modelo de Caderno de Trabalho da 2ª Seção adotado pela Cel Intlg.
(2) Indicativo do índice do assunto.
(3) Número de Ordem referente à mensagem recebida no Diário da 2ª Seção.
(4) Grupo Data-Hora referente ao momento em que o fato ocorreu (e não ao de entrada).
(5) Unidade que produziu o Doc de Intlg.
(6) Descrição do evento em si.
(7) Observações que complementem o registro.

ANEXO B

DIÁRIO DA 2ª SEÇÃO

<table>
<tr><td colspan="4">Diário da 2ª Seção (1)</td><td colspan="2">Página Nr:(2)</td><td>Nr de Páginas:(3)</td></tr>
<tr><td colspan="4" rowspan="2">Unidade: (3)

Local:</td><td colspan="3">Período:</td></tr>
<tr><td colspan="3">De: (4)

Para:</td></tr>
<tr><td>Nr Ordem</td><td>Data/Hora</td><td>Origem</td><td>Destino</td><td>Assunto</td><td>Procedimento</td><td>Rubrica</td></tr>
<tr><td>(5)</td><td>(6)</td><td>(7)</td><td>(8)</td><td>(9)</td><td>(10)</td><td>(11)</td></tr>
<tr><td colspan="4">Of Intlg (12)</td><td colspan="3">Assinatura: (13)</td></tr>
</table>

LEGENDA:

(1) Número da Página.
(2) Número total de páginas do diário.
(3) Identificação da unidade e sua atual localização.
(4) Gp data-hora do período compreendido pelo Diário (Ex: de 220200 JUL 15 a 232200 JUL 15).
(5) Nr de ordem do Doc / dado / Info / recebido ou expedido.
(6) Gp data-hora relacionado ao item anterior.
(7) Origem do relacionado no item 5 (Ex: PB recebido do 51º RCMec, a origem é o 51º RCMec).
(8) Destino do relacionado no item 5 (Ex:Infe expedido pela 34º Bda Inf Sl).
(9) Transcrever o assunto (do Doc Intlg recebido) ou registrar o extrato de dado recebido.
(10) Executados através do responsável pelo registro.
(11) Rubrica do responsável pelo registro.
(12) Posto e nome do Of Intlg da U.
(13) Assinatura do Of Intlg.

ANEXO C

MENSAGEM DE INTELIGÊNCIA

(Classificação Sigilosa)

Fl Nr 01/01
IMBETIBA/MC, 14 JUL 15

CMNO
10ª DE
21ª Bda Bld

MENSAGEM DE INTELIGÊNCIA Nr 38/2015 - 21° GAC AP

DATA: 14 JUL 15

ASSUNTO: PRISÃO DE DESERTORES DO EXÉRCITO INIMIGO

ORIGEM: 21º GAC AP

DIFUSÃO: 21ª Bda Bld

ANEXO(S): x-x-x-x

1. Em 14 JUL 15 foram presos 01 (um) Capitão e 01 (um) 2º Sgt oriundos do 234º RIMec, na Região de MONTE AROEIRA Q (34-15).

2. Os militares foram encaminhados para o 2º Batalhão de Inteligência Militar.

ASSINATURA DO EXPEDIDOR:

(Classificação Sigilosa)

ANEXO D

ESTIMATIVA DE INTELIGÊNCIA

(Classificação Sigilosa)

Exemplar Nr
Unidade expedidora
Local
Data-Hora
Indicativo

Apêndice "X" (ESTIMATIVA DE INTELIGÊNCIA) ao An Intlg à O Op "XXX"

(Rfr: Cartas, calcos e outros documentos necessários a compreensão do estudo)

1. MISSÃO

- Citar o enunciado em vigor, que foi resultado da análise da missão.

2. AMBIENTE OPERACIONAL (derivado da 2ª Fase do PITCIC)

a) Terreno – Relatar a situação do terreno e os seus efeitos sobre nossas operações e as operações do inimigo.

(Pode ser apoiado por Adendo – "TERRENO")

b) Condições Meteorológicas – Relatar a situação das Condições meteorológicas e os seus efeitos sobre nossas operações e as operações do inimigo.

(Pode ser apoiado por Adendo – "CONDIÇÕES METEOROLÓGICAS")

c) Considerações Civis – Relatar a situação das Considerações Civis e os seus efeitos sobre nossas operações e as operações do inimigo.

(Pode ser apoiado por Adendo – "CONSIDERAÇÕES CIVIS")

(Classificação Sigilosa)

(Classificação Sigilosa)

3. SITUAÇÃO DAS AMEAÇAS (derivado da 3ª Fase do PITCIC)

a) Dispositivo.
- Relatar a localização das unidades inimigas e o seu desdobramento tático, movimentos recentes, em curso e previstos dessas unidades. O dispositivo inimigo pode ser representado por Calcos e mapas.

b) Composição.
- Relatar a identificação e a organização das ameaças presentes.

c) Valor.
- Relatar o valor da ameaça nos seguintes elementos: tropas empenhadas, reforços, artilharia, apoio aéreo, apoio QBRN e outros, incluindo os elementos de guerra eletrônica, guerra cibernética, defesas antiaérea e anticarro, forças irregulares e vigilância do campo de batalha.

d) Atividades Importantes, Recentes e atuais.
- Relatar as atividades da ameaça, recentes e atuais, que possam revelar quais as suas ações ou atitudes futuras. Conforme a situação, a não execução de certas atividades poderá, também, proporcionar indícios importantes. Deve-se incluir, ainda, quaisquer suposições existentes de que a ameaça tem um conhecimento específico da nossa situação ou intenções.

e) Peculiaridades e Deficiências.
- Relatar as peculiaridades e deficiências da ameaça sobre pessoal, inteligência, operações e instrução, logística, comunicação social, operações de apoio à informação, assuntos civis e personalidades de comandantes nos diversos escalões.
- Relatar as causas e efeitos das limitações da ameaça.

4. POSSIBILIDADES DAS AMEAÇAS (derivado da 4ª Fase do PITCIC)

a) Enumeração
(a) Atacar ....
(b) Defender....
(c) Realizar ações hostis...
(d) .....

(Classificação Sigilosa)

(Classificação Sigilosa)

b) Outras (apoio à ação principal)

(a) Inteligência.
(b) Comunicação Social.
(c) Guerra Eletrônica.
(d) Guerra Cibernética.
(e) Operações de apoio à informação.
(f) Sabotagem.
(g) Terrorrismo.
(h) .....

- Para cada possibilidade responder aos itens “O QUE?”, “QUEM?”, “QUANDO?”, “COMO?”, “ONDE?” e “COM QUE VALOR?”

5. CONCLUSÕES

a) Considerações da Função de Combate Inteligência sobre as Operações
- Relatar os aspectos mais importantes das atividades e tarefas da Função de Combate Inteligência que possam afetar as Operações. Por exemplo, existência de meios de obtenção de imagens, sinais, cibernética e da Fonte humana no Ambiente Operacional, tanto das nossas Forças quanto da Ameaça.

b) Efeitos do Ambiente Operacional sobre as Operações
- Relatar os efeitos do Terreno, Condições Meteorológicas e as Considerações Civis sobre as nossas Linhas de Ação e as Linhas de Ação da Ameaça.

c) Linhas de Ação da ameaça
- Relatar as prováveis L Aç da ameaça e os graus de probabilidade de execução, priorizando-as, e as vulnerabilidades da ameaça nas L Aç que possam ser exploradas.

Acuse estar ciente

_____
Cmt

Adendos: 1 – Terreno
2 – Condições Meteorológicas
3 – Considerações Civis
4 – .....

Distribuição:
Confere: _____
Oficial de Inteligência

(Classificação Sigilosa)

(Classificação Sigilosa)

ESTIMATIVA CORRENTE DE INTELIGÊNCIA Nr "XXX" à O Op"XXX"

(Rfr: Cartas, calcos e outros documentos necessários à compreensão do documento)

1.SITUAÇÃO E CONSIDERAÇÕES

1.1 ÁREAS DE INTERESSE

Identificar e descrever os fatores da(s) área(s) de interesse que afetam o cumprimento das atividades e tarefas atinentes a Função de Combate de Inteligência.

1.2 CARACTERÍSTICAS DAS ÁREAS DE OPERAÇÕES

a) Terreno – Como o terreno afeta as atividades e tarefas da Função de Combate Inteligência?
b) Condições Meteorológicas – Como as Condições Meteorológicas afetam as atividades e tarefas da Função de Combate Inteligência?
c) Forças Inimigas – Qual é o dispositivo inimigo, sua composição, valor e suas capacidades? Quais as possíveis linhas de ação do Ini? Como as atividades recentes e as possibilidades do Ini afetam as tarefas da Função de Combate Inteligência?
d) Forças Amigas – Quais os recursos disponíveis (equipamentos, pessoal e sistemas) para o cumprimento das atividades e tarefas atinentes a Função de Combate Inteligência? Considera os recursos disponíveis no escalão superior, nas tropas vizinhas ou outras unidades, para eventual reforço? Quais as capacidades disponíveis de outras Forças Armadas e de Órgãos civis que podem estar disponíveis para prover apoio necessário à Função de Combate Inteligência? Comparar as capacidades disponíveis com as necessidades atuais e sugere soluções para as lacunas identificadas.
e) Considerações Civis – Como as considerações civis podem afetar as atividades e tarefas da Função de Combate Inteligência? Que apoio pode ser obtido por parte das autoridades civis? Quais são as possíveis consequências dos aspectos civis sobre a operação?

(Classificação Sigilosa)

(Classificação Sigilosa)

1.3. SUPOSIÇÕES
- Relatar as premissas que afetam a Função de Combate Inteligência. Deve abranger suposições baseadas na experiência dos analistas de Inteligência.

2. MISSÃO
Citar o enunciado em vigor, que foi resultado da análise da missão.

3. LINHAS DE AÇÃO
a) Listar as L Aç de nossas Forças levantadas no exame de situação do Cmt.
b) Listar as ações da ameaça que impactam na Função de Combate Inteligência.
c) Identificar os critérios de avaliação (indicadores de Eficácia e de Desempenho) adotados pelo EM.

4. ANÁLISE
- Analisar cada L Aç de nossa Força usando os critérios de avaliação adotados pelo EM. Rever as ações inimigas que impactam nas atividades e tarefas da F Cmb Intlg e como se relacionam com as nossas L Aç. Identificar problemas, riscos e deficiências que estas ações da ameaça podem criar com relação à Função de Combate Inteligência. Planejar o gerenciamento de riscos atinentes a Função de Combate Inteligência.

5. COMPARAÇÃO
- Comparar as L Aç e colocá-las em ordem de prioridade àquelas mais favoráveis à Função de Combate Inteligência. Deve-se usar uma matriz de decisão para auxiliar o processo de comparação.

6. RECOMENDAÇÕES E CONCLUSÕES
a) Recomendar a L Aç mais favorável para a Função de Combate Inteligência.
b) Priorizar e listar os problemas, as deficiências, os riscos e fazer recomendações sobre como mitiga-los, em cada L Aç, a começar pela mais favorável.

_____
Oficial de Inteligência

Anexos (quando for o caso)

Distribuição (quando for o caso)

Autenticação

(Classificação Sigilosa)

ANEXO E

SUMÁRIO DE INTELIGÊNCIA

(Classificação Sigilosa)

SUMÁRIO DE INTELIGÊNCIA Nr "XXX" à O Op "XXX"

(Rfr: Cartas, calcos e outros documentos necessários à compreensão do documento)

(Identificar, atualizar e descrever, de forma sumária, as conclusões da Função de Combate de Inteligência decorrentes da AVALIAÇÃO das ações desenvolvidas no ambiente operacional, dos itens do SUMINT)

1. TERRENO
2. CONDIÇÕES METEOROLÓGICAS
3. CONSIDERAÇÕES CIVIS
4. ATIVIDADES IMPORTANTES, RECENTES E ATUAIS DA AMEAÇA
5. FONTE HUMANA
6. FONTE DE SINAIS
7. FONTE DE IMAGENS
8. FONTE CIBERNÉTICA
9. OUTRAS FONTES
10. GERENCIAMENTO DE RISCOS
11. AVALIAÇÃO DA AMEAÇA
12. NECESSIDADES DE INTELIGÊNCIA (EEI – ONI)
13. RECOMENDAÇÕES E CONCLUSÕES
a) Recomendar as ações mais favoráveis para a Função de Combate Inteligência.
b) Priorizar e listar os problemas, as deficiências, os riscos e fazer recomendações sobre como mitiga-los.

_____
Oficial de Inteligência

Anexos (quando for o caso)
Distribuição (quando for o caso)
Autenticação

(Classificação Sigilosa)

ANEXO F

(Classificação Sigilosa)

FORÇA TERRESTRE COMPONENTE "XXX"

PLANO DE OBTENÇÃO DO CONHECIMENTO

1. ELEMENTOS ESSENCIAIS DE INTELIGÊNCIA

NI		OM								Prazo	Obs
EEI	ASPECTOS SOLICITADOS	6º BIM	20º Bda C Mec	51º Bda Inf Mec	AD/11	11º Gpt E	112º B Com	GAC LMF	...		
1. Qual o dispositivo, valor, localização e omposição do Ini?	**a. Levantar**									D-4 / 1800	-
	1) a localização das reservas das Bda em primeiro escalão;	X	X	X	X	X	X				
	2) a Art em presença no compartimento de contato;	X									
	3) o DIVALOCOM dos elementos em contato;	X									
	4) a presença de tropas Bld ou Mec no compartimento de contato.	X									-
	b. Localizar										
	1) Postos de Comando e Controle;	X			X		X				
	2) Centros Nodais;	X			X		X				
	3) Sítios de antena.	X			X		X				

(Classificação Sigilosa)

(Classificação Sigilosa)

NI		OM								Prazo	Obs
EEI	ASPECTOS SOLICITADOS	6º BIM	20º Bda C Mec	51º Bda Inf Mec	AD/11	11º Gpt E	112º B Com	GAC LMF	...		
2. Qual a artilharia Ini em presença na A Op?	a. Levantar									D-2 / 1200	-
	1) o tipo das U Art presentes	X	X	X	X			X			
	2) a localização das U Art em primeiro escalão.	X	X	X	X						

(Classificação Sigilosa)

(Classificação Sigilosa)

2. OUTRAS NECESSIDADES DE INTELIGÊNCIA

ONI	ASPECTOS SOLICITADOS	6º BIM	20º Bda C Mec	51º Bda Inf Mec	AD/11	11º Gpt E	112º B Com	GAC LMF	...	Prazo	Obs
1. Qual a Cpcd da F Cmb Proteção Inimiga ?	**a. Levantar**									D-4 / 1800	-
	1) Meios de observação de fontes humanas;	X									
	2) Meios de observação aéreos (tripulados ou não);	X									
	3) Sensores de vigilância terrestre;	X									
	4) Patrulhas;	X	X	X	X	X	X	X	X		-
	5) Outros sensores (satélites, etc).	X									

(Classificação Sigilosa)

ANEXO G

(Classificação Sigilosa)

EXAME DE SITUAÇÃO DA INTELIGÊNCIA

Exemplar Nr
Unidade
Local
Data-Hora
Indicativo

EXAME DE SITUAÇÃO DE INTELIGÊNCIA Nr "XXX"

(Rfr: Cartas, calcos e outros documentos necessários à compreensão do estudo)

1. MISSÃO
O novo enunciado da missão emitido pelo comandante.

2. CARACTERÍSTICAS DO AMBIENTE OPERACIONAL
Neste parágrafo são discutidas as influências do ambiente operacional, utilizadas para se chegar a uma conclusão. O parágrafo é baseado em fatos ou em conclusões de uma análise do ambiente, caso tenha sido elaborada. Pode resumir-se a uma referência esta análise do ambiente, caso ela apresente todas as análises parciais e discussões necessárias.
a. Condições Meteorológicas
1) Situação existente
a) Incluir os dados de luminosidade e uma previsão meteorológica ou informações do clima, conforme o caso.
b) Usar um anexo para as informações minuciosas.
2) Efeitos sobre as operações do inimigo
a) Discutir os efeitos das condições meteorológicas sobre cada uma das linhas de ação gerais do inimigo.
b) Apresentar conclusões, enunciando resumidamente se condições meteorológicas facilitam ou não determinada L Aç. Entre as L Aç incluir, conforme o caso: emprego de armamento QBN; métodos e processos particulares de combate; emprego de equipamentos ou forças com características particulares (forças aeroterrestres, equipamentos de vigilância, de comunicações, cibernética e de guerra eletrônica); dissimulação e efeitos sobre as atividades de apoio logístico.

(Classificação Sigilosa)

3) Efeitos sobre as nossas operações - Da mesma forma que o item anterior, considerando as linhas de ação gerais para o cumprimento da missão.

b. Terreno
- Utilizar as representações gráficas sempre que possível. Utilizar anexos para as informações minuciosas. Incluir tantas informações quantas forem necessárias para uma compreensão perfeita dos aspectos militares do terreno.

1) Situação existente
a) Observação e campos de tiro - Considerar as elevações e a vegetação quanto às possibilidades de observação e campos de tiro para ambos os contendores.
b) Cobertas e abrigos - Incluir, para ambos os lados, as condições de desenfiamento e disfarce proporcionadas pela existência de vegetação, edificações e elevações.
c) Obstáculos - Verificar a existência de obstáculos naturais e artificiais, tais como pântanos, matas, rios e localidades.
d) Acidentes capitais.
d.1) Com base na análise das condições de observação e campos de tiros, das cobertas e abrigos, dos obstáculos e da missão, selecionar os acidentes capitais. Considerar qualquer acidente ou área, cuja conquista, manutenção da posse ou controle propicie acentuada vantagem a qualquer das forças oponentes.
d.2) Discutir sucintamente a influência de cada acidente capital em função da provável evolução das nossas operações e das operações do inimigo.
d.3) Caso o inimigo não tenha possibilidade de conquistar ou controlar determinado acidente capital, a discussão é omitida.
e) Vias de acesso
e.1) Relacionar as VA para o interior das nossas posições e para o interior das posições inimigas.
e.2) As VA do inimigo são relacionadas em primeiro lugar.
e.3) Quando qualquer uma das forças oponentes dispõe de um adequado número de aeronaves que possam ser usadas para o desdobramento das tropas e equipamentos à frente de suas posições, de forma a afetar substancialmente o cumprimento da missão, as VA aéreas são também relacionadas. Entretanto, caso nem o terreno e nem as condições climáticas e meteorológicas exerçam influência sobre a escolha de rotas aéreas, essas vias de acesso não são relacionadas. Para as unidades de apoio logístico o estudo das VA é baseado nas necessidades de segurança da área de retaguarda.
e.4) Analisar e comparar as vias de acesso relacionadas.

(Classificação Sigilosa)

(Classificação Sigilosa)

2) Efeitos sobre as operações do inimigo

a) Apresentar da mesma forma que os efeitos das condições meteorológicas.

b) Para a linha de ação de defender, citar a melhor região de defesa e a melhor via de acesso que a ela conduz.

c) Para a linha de ação de atacar, citar a melhor via de acesso.

3) Efeitos sobre as nossas operações

- Da mesma forma seguida para o estudo dos efeitos do terreno sobre as operações do inimigo.

c. Considerações civis

1) Situação existente

2) Efeitos sobre as operações do inimigo

3) Efeitos sobre as nossas operações

- Da mesma forma seguida para o estudo dos efeitos do terreno sobre as operações do inimigo.

d. Outras Características

1) Quando for o caso, considerar em itens separados as seguintes características: políticas, econômicas, psicossociais e outros fatores tais como, ciência, material, transporte, hidrografia e população.

2) A análise é feita seguindo a mesma norma utilizada para a análise das condições meteorológicas, do terreno e considerações civis.

3. SITUAÇÃO DA AMEAÇA

Neste parágrafo estão relacionadas as informações sobre a ameaça que permitam o posterior levantamento de suas possibilidades e vulnerabilidades, bem como a probabilidade relativa de adoção dessas possibilidades. Na elaboração deste parágrafo é necessário selecionar os tópicos dos conhecimentos de inteligência que, realmente, sejam pertinentes.

a. Dispositivo - Pode ser feita referência a um calco de situação do inimigo, a cartas ou a documentos já expedidos.

(Classificação Sigilosa)

b. Composição

1) Relacionar todas as unidades, inclusive as forças irregulares, com suas respectivas identificações, que podem influir no cumprimento de nossa missão. São também incluídas as unidades de apoio, tais como, as de artilharia, as de GE, as aéreas e as navais.
2) Para a determinação das unidades inimigas que podem afetar o cumprimento da missão, levar em consideração os fatores espaço e tempo.
3) Pode ser feita uma referência a documentos anteriores.

c. Valor

1) Tropa empenhada
a) Relacionar as unidades terrestres inimigas e suas reservas imediatas, bem como suas unidades de apoio de fogo terrestres empregadas contra as nossas tropas, cuja área de emprego não se espera que seja mudada, que podem se opor a qualquer linha de ação selecionada pelo comandante do escalão considerado.
b) Incluir as unidades de artilharia, inclusive as que estejam em posição para apoiar as tropas empenhadas.
c) Omitir o item caso não haja tropa empenhada.
2) Em condições de reforçar
a) Relacionar as unidades inimigas que podem ser empregadas contra o nosso escalão, incluindo a identificação e a localização.
b) Omitir o item caso não haja reforços disponíveis.
3) Aéreo - Número e tipo de aeronaves dentro do raio operacional. Incluir o número de surtidas diárias possíveis, por tipo de aeronaves, se conhecidas.
4) Operações Químicas, Biológicas e Nucleares (quando for o caso) - Enunciar a estimativa, conforme o caso, do número, tipo, potência e sistema de lançamento de armas nucleares e de agentes químicos e biológicos disponíveis do inimigo.
5) Outras considerações - Forças oponentes conhecidas, capazes de realizar a guerra eletrônica, a guerra irregular ou a observação do campo de batalha por meios eletrônicos, acústicos e outros.

d. Atividades Importantes, Recentes e Atuais

1) Relacionar as informações que propiciem uma base para determinar a probabilidade relativa de adoção de linhas de ação específicas do inimigo e suas vulnerabilidades.

(Classificação Sigilosa)

(Classificação Sigilosa)

a) São também relacionadas:

a.1) ausência de execução, por parte do inimigo, de ações previstas ou esperadas;e

a.2) qualquer indício de que o inimigo tenha conhecimento da nossa situação ou intenções.
e. Peculiaridades e Deficiências

1) Com base no conhecimento da doutrina, das práticas anteriores, dos princípios de guerra do inimigo, do ambiente operacional e da situação inimiga descrita e estudada anteriormente, relacionar os assuntos que permitam o levantamento de vulnerabilidades e a determinação da possibilidade relativa de adoção das L Aç do inimigo.

2) Os assuntos são grupados em itens, cujos títulos só constam quando houver necessidade:
a) pessoal;
b) inteligência;
c) operações;
d) logística;
e) comunicação social e assuntos civis; e
f) personalidade.

4. POSSIBILIDADES DA AMEAÇA
- Com base nas informações e análises anteriores, levantar e enumerar as possibilidades da ameaça. A enumeração dessas possibilidades proporciona uma base para a análise das informações disponíveis, a fim de poder concluir quais as possibilidades que a força oponente pode adotar como linhas de ação específicas, bem como a probabilidade relativa de adoção dessas linhas de ação.
- Enumeração - Enunciar “O QUE”, “QUEM”, “QUANDO”, “ONDE”, “COMO” e “COM QUE VALOR” para cada possibilidade.
a. Análise e Discussão
- A fim de proporcionar uma base para conclusões sobre a adoção das possibilidades da ameaça e da probabilidade dessa adoção, cada possibilidade ou combinações adequadas são analisadas em itens independentes. Todas as informações anteriores relacionadas são consideradas, seja para apoiar ou rejeitar a viabilidade de adoção da possibilidade. Após relacionar todos os indícios, cada possibilidade é analisada tendo em vista determinar se ela é vantajosa ou não para a força oponente.

(Classificação Sigilosa)

(Classificação Sigilosa)

Essa análise torna-se desnecessária quando a conclusão for óbvia ou quando não houver indício de adoção dessa possibilidade, exceto quando essa adoção feita pelo inimigo venha tornar altamente comprometedor o desempenho nossa missão. Esta exceção é feita a fim de chamar a atenção para a principal ameaça.

5. CONCLUSÕES

As conclusões são enunciadas em termos de efeitos totais do ambiente operacional sobre as nossas linhas de ação gerais, de linhas de ação mais prováveis de adoção pela ameaça, inclusive a probabilidade relativa de adoção, bem como os efeitos das vulnerabilidades da ameaça que podem ser aproveitadas, de modo a servir de base para a seleção da nossa linha de ação.

a. Efeitos do Ambiente Operacional Sobre as Nossas Operações

- Considerar todas as L Aç gerais que permitam cumprir ou facilitar o cumprimento da nossa missão, tais como: atacar, defender, retrair, empregar apoio aéreo, empregar blindados, ou, mesmo, forças guerrilheiras.

b. Linhas de Ação Prováveis da Ameaça

- As L Aç mais prováveis da ameaça são enunciadas em ordem de probabilidade relativa de adoção. Uma L Aç provável pode incluir várias L Aç possíveis de serem executadas concomitantemente.

c. Vulnerabilidades

- Enunciar os efeitos das peculiaridades e deficiências que resultam em vulnerabilidades, que possam ser aproveitadas pelo escalão considerado ou pelos escalões superiores ou subordinados. A ordem de apresentação das vulnerabilidades não constitui prioridade, não tendo, portanto, importância.

(a)_____
Oficial de Inteligência
Anexos (quando for o caso)

(Classificação Sigilosa)

ANEXO H

(Classificação Sigilosa)

ANEXO DE INTELIGÊNCIA À O OP Nr "XXX"

(Rfr: Crt...Esc...Fl...)

Exemplar Nr
Unidade expedidora
Local
Data-Hora
Indicativo

1. CARACTERÍSTICAS DO AMBIENTE OPERACIONAL

a. Apresentação e apreciação das principais características (terreno, condições meteorológicas e considerações civis) da área de operações que tenham maior influência nas ações a serem executadas pela FTC e pela ameaça.

b. Conclusões sobre o ambiente operacional.

2. SITUAÇÃO DA AMEAÇA
a. Dispositivo, Valor, Composição e Localização
1) Relatar aquilo que é essencial à operação.
2) Em função do volume dos conhecimentos a serem transcritos, estes poderão constar como apêndice a este anexo, na forma de outros documentos de inteligência e/ou calcos.
b. Atividades Importantes, Recentes e Atuais
1) Operacionais - Reconhecimentos, vigilância, patrulhas, organização do terreno, comunicações, guerra eletrônica e movimentação de tropas.
2) Logísticas - Listar as atividades identificadas.
3) Inteligência - Listar aquelas que se destacam, especial atenção à espionagem e à desinformação.
4) Sabotagem e Terrorismo - Listar as ações realizadas e o "modus-operandi".
5) Comunicação Social - Listar as executadas e as que estão em execução, particularmente as relacionadas com operações psicológicas e relações públicas. Indicar o público-alvo e os resultados alcançados.
6) Guerra Irregular - Listar as principais ações executadas. Identificar as organizações envolvidas.
c. Peculiaridades e Deficiências

(Classificação Sigilosa)

(Classificação Sigilosa)

1) Operacionais;
2) Guerra Eletrônica;
3) Logísticas;
4) Doutrinárias;
5) Pessoal;
6) Inteligência;
7) Comunicação Social;e
8) Personalidade (Cmt, líderes, Of de EM outras de interesse).
d. Possibilidades das Forças Inimigas (oponentes, adversas ou beligerantes)
1) Enumeração;
2) Atacar;
3) Defender;
4) Realizar invasões;
5) Ocupar instalações;
6) Outras (apoio à ação principal);
7) Inteligência;
8) Comunicação Social;
9) Guerra Eletrônica;
10) Guerra Irregular;
11) Sabotagem;e
12) Terrorismo.

OBSERVAÇÃO: Para cada possibilidade responder aos itens “O QUE?”, “QUEM?”, “QUANDO?”, “COMO?”, “ONDE?”, e “COM QUE VALOR?”.

3. CONCLUSÃO
- Relatar aquelas obtidas quando da realização do Estudo de Situação de Inteligência, destacando as relacionadas com os efeitos do ambiente operacional (terreno - condições climáticas, meteorológicas e considerações civis) sobre as operações em curso (nossas Forças e Forças inimigas); as prováveis L Aç do inimigo e os graus de probabilidade de execução, e as vulnerabilidades do inimigo que possam ser exploradas.

(Classificação Sigilosa)

(Classificação Sigilosa)

4. INSTRUÇÕES DE INTELIGÊNCIA

- Relata as instruções específicas relativas à operação em curso, não incluídas nas NGA ou que as modifiquem.

a. Pessoal - Instruções relativas a prisioneiros de guerra, desertores, refugiados, inimigos feridos e elementos detidos ou presos quanto aos procedimentos a serem adotados nas atividades de recepção, registros, entrevistas, interrogatórios e outros.

b. Documentos Capturados - Instruções relativas à manipulação e análise desses documentos, desde a sua obtenção até a recepção na 2ª Seção, quando necessário.

c. Armamentos e Materiais Capturados - Definição daquelas que possam interessar quanto à obtenção, manipulação e análise.

d. Expedição de Documento de Inteligência - Complementa as NGA, estipulando as condições (datas, horários e número de cópias) que regulam a expedição e transmissão de conhecimentos e/ou documentos de inteligência pelo escalão subordinado.

e. Reuniões e Ligações de Inteligência - Complementa as NGA, estipulando as condições de execução das mesmas.

5. DOCUMENTOS E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS

a. Documentos (cartas, fotografia e outros)

- .....

b. Equipamentos

- .....

OBSERVAÇÃO: Relacionar aqueles necessários à operação em curso e condições de distribuição.

6. PRESCRIÇÕES DIVERSAS

- Observações ou ordens específicas de Inteligência não relatadas anteriormente.

Acuse estar ciente

_____ Cmt

Apêndices:
1 - Carta de Situação
2- Plano de Contrainteligência (quando for o caso)
3 - Distribuição:

Confere: _____
Oficial de Inteligência

(Classificação Sigilosa)

ANEXO I

(Classificação Sigilosa)

EXAME DE SITUAÇÃO DE CONTRAINTELIGÊNCIA

(Rfr: Crt...Esc...Fl...)

Exemplar Nr
Unidade
Local
Data-Hora
Indicativo

1. MISSÃO
Enunciado da missão imposta ou hipótese da mesma.

2. CARACTERÍSTICAS DO AMBIENTE OPERACIONAL
a. Principais meios críticos e ativos presentes no ambiente operacional.
b. Vulnerabilidades das Forças Amigas referentes à Segurança Ativa.
c. Vulnerabilidades das Forças Amigas referentes à Segurança Orgânica, conforme os grupos de medidas:
1) Segurança dos Recursos Humanos;
2) Segurança da Informação (no Pessoal, na Documentação, no Material, nos Meios de Tecnologia da Informação e nas Áreas e Instalações);
3) Segurança do Material; e
4) Segurança das Áreas e Instalações.
d. Aspectos do terreno, condições climáticas, meteorológicas, características (políticas, econômicas, psicossociais, guerra eletrônica e sensoriamento remoto) e outros aspectos que podem ser explorados pelas ameaças para causar dano às nossas Forças.
e. Considerações Civis
- Devem ser levantadas as considerações civis que poderão afetar a segurança das operações.

3. SITUAÇÃO DAS AMEAÇAS
- Inteligência;
- Unidades de Operações Especiais (Op sabotagem);
- Unidades de Operações Psicológicas, desinformação e propaganda adversa;

(Classificação Sigilosa)

(Classificação Sigilosa)

- Comunicação Social;
- Guerra Irregular;
- Grupos terroristas;
- Organizações Criminosas;e
- Grupos Hostis.

4. CAPACIDADES DAS AMEAÇAS
- Linhas de ação da Inteligência;
- Linhas de ação das Unidades de Operações Especiais (Op sabotagem);
- Linhas de ação das Unidades de Operações Psicológicas, desinformação e propaganda adversa;
- Linhas de ação dos Órgãos de Comunicação Social;
- Linhas de ação das Forças de Guerra Irregular;
- Linhas de ação dos Grupos Terroristas;
- Linhas de ação das Organizações Criminosas;e
- Linhas de ação dos Grupos Hostis.

5. GERENCIAMENTO DO RISCO:
a. Inteligência adversa
- vulnerabilidade que pode explorar;
- probabilidade de ocorrer;
- gravidade do dano (impacto); e
- grau de risco.

b. Unidades de Operações Especiais adversa (Op sabotagem)
- vulnerabilidade que pode explorar;
- probabilidade de ocorrer;
- gravidade do dano (impacto); e
- grau de risco.

c. Unidades de Operações Psicológicas, desinformação e propaganda adversa
- vulnerabilidade que pode explorar;
- probabilidade de ocorrer;
- gravidade do dano (impacto); e
- grau de risco.

d. Comunicação Social adversa

(Classificação Sigilosa)

(Classificação Sigilosa)

- vulnerabilidade que pode explorar;
- probabilidade de ocorrer;
- gravidade do dano (impacto); e
- grau de risco.

e. Guerra Irregular adversa
- vulnerabilidade que pode explorar;
- probabilidade de ocorrer;
- gravidade do dano (impacto); e
- grau de risco.

f. Grupos terroristas
- vulnerabilidade que pode explorar;
- probabilidade de ocorrer;
- gravidade do dano (impacto); e
- grau de risco.

g. Organizações Criminosas
- vulnerabilidade que pode explorar;
- probabilidade de ocorrer;
- gravidade do dano (impacto); e
- grau de risco.

h. Grupos Hostis
- vulnerabilidade que pode explorar;
- probabilidade de ocorrer;
- gravidade do dano (impacto); e
- grau de risco.

6. CONCLUSÕES
- Apresentar as possibilidades inimigas possíveis de serem executadas, indicando o grau de risco e impacto das mesmas em nossas L Aç.
- Apresentar as L Aç necessárias para gerenciar os riscos existentes.

Anexos (quando for o caso)
Distribuição (quando for o caso)
Autenticação

(Classificação Sigilosa)

ANEXO J
(Classificação Sigilosa)
PLANO DE CONTRAINTELIGÊNCIA

(Rfr: Crt...Esc...Fl...) Exemplar Nr
Unidade
Local
Data-Hora
Indicativo

1. SITUAÇÃO

a. Forças Inimigas

1) Principais características das condições climáticas e meteorológicas que podem ser exploradas pelas ameaças para causar danos às nossas Forças.

2) Principais características das condições do terreno que podem ser exploradas pelas ameaças para causar danos às nossas Forças.

3) Características (políticas, econômicas, psicossociais, guerra eletrônica e sensoriamento remoto) e outros aspectos que podem ser explorados pelas ameaças para causar danos às nossas Forças.

4) Caracterização da ameaça:

a) Inteligência
- organização, doutrina, formas de atuação e principais ações realizadas.

b) Unidades de Operações Especiais (Op sabotagem)
- organização, doutrina, formas de atuação e principais ações realizadas.

c) Unidades de Operações Psicológicas, desinformação e propaganda adversa
- organização, doutrina, formas de atuação e principais ações realizadas.

d) Comunicação Social
- organização, doutrina, formas de atuação e principais ações realizadas.

e) Guerra Irregular
- organização, doutrina, formas de atuação e principais ações realizadas.

f) Grupos Terroristas
- organização, doutrina, formas de atuação e principais ações realizadas.

(Classificação Sigilosa)

(Classificação Sigilosa)

g) Organizações Criminosas
- organização, doutrina, formas de atuação e principais ações realizadas.
h) Grupos Hostis
- organização, doutrina, formas de atuação e principais ações realizadas.

b. Forças Amigas
1) Vulnerabilidades das Forças Amigas referentes à Segurança Ativa.
2) Vulnerabilidades das Forças Amigas referentes à Segurança Orgânica, conforme os grupos de medidas:
a) Segurança dos Recursos Humanos;
b) Segurança da Informação (no Pessoal, na Documentação, no Material, nos Meios de Tecnologia da Informação e nas Áreas e Instalações);
c) Segurança do Material; e
d) Segurança das Áreas e Instalações.

c. Gerenciamento do risco para as seguintes ameaças:
1) Inteligência
- vulnerabilidade que pode explorar;
- probabilidade de ocorrer;
- gravidade do dano (impacto); e
- grau de risco.
2) Unidades de Operações Especiais (Op sabotagem)
- vulnerabilidade que pode explorar;
- probabilidade de ocorrer;
- gravidade do dano (impacto); e
- grau de risco.
3) Unidades de Operações Psicológicas, desinformação e propaganda adversa
- vulnerabilidade que pode explorar;
- probabilidade de ocorrer;
- gravidade do dano (impacto);e
- grau de risco.
4) Comunicação Social
- vulnerabilidade que pode explorar;

(Classificação Sigilosa)

(Classificação Sigilosa)

- probabilidade de ocorrer;
- gravidade do dano (impacto); e
- grau de risco.

5) Guerra Irregular
- vulnerabilidade que pode explorar;
- probabilidade de ocorrer;
- gravidade do dano (impacto); e
- grau de risco.

6) Grupos terroristas
- vulnerabilidade que pode explorar;
- probabilidade de ocorrer;
- gravidade do dano (impacto); e
- grau de risco.

7) Organizações Criminosas
- vulnerabilidade que pode explorar;
- probabilidade de ocorrer;
- gravidade do dano (impacto); e
- grau de risco.

8) Grupos Hostis
- vulnerabilidade que pode explorar;
- probabilidade de ocorrer;
- gravidade do dano (impacto); e
- grau de risco.

d. Meios recebidos e retirados - Listar os meios.

2. MISSÃO
Da Contrainteligência em apoio às operações.

3. EXECUÇÃO
- Expor, sinteticamente, para cada segmento da C Intlg e Grupos de medidas, as ações, com seus respectivos responsáveis, que serão implementadas para prevenir, obstruir, detectar, avaliar, explorar e neutralizar as ameaças com capacidade de colocar em risco os nossos principais ativos.

(Classificação Sigilosa)

(Classificação Sigilosa)

a. Segurança Orgânica
1) Segurança dos Recursos Humanos;
2) Segurança da Informação (no Pessoal, na Documentação, no Material, nos Meios de Tecnologia da Informação e nas Áreas e Instalações);
3) Segurança do Material; e
4) Segurança das Áreas e Instalações.

b. Segurança Ativa
1) Contraespionagem;
2) Contrassabotagem;
3) Contraterrorismo;
4) Desinformação; e
5) Contra-Ações Psicológicas.

4. PRESCRIÇÕES DIVERSAS

a. Para riscos quantificados como inaceitável ou alto, poderá ser confeccionada uma matriz de gerenciamento do risco, conforme preconizado no Manual de Contrainteligência.
b. Outros aspectos de C Intlg julgados necessários.

_____
Cmt da FTC

Anexos (quando for o caso)
Distribuição (quando for o caso)
Autenticação

Confere:_____
Ch da Célula de Intlg da FTC

(Classificação Sigilosa)

GLOSSÁRIO

PARTE I – ABREVIATURAS E SIGLAS

A

Abreviaturas/Siglas	Significado
AAC	Alvo Altamente Compensador
AAV	Alvo de Alto Valor
Acdt Capt	Acidente Capital
AOI	Área com Objetivos de Interesse
A Op	Área de Operações
Atq Pcp	Ataque Principal
Atq Scd	Ataque Secundário
A Rspnl	Área de Responsabilidade

C

Abreviaturas/Siglas	Significado
Cmt	Comandante
Cob	Cobertas
C Tir	Campos de Tiro

E

Abreviaturas/Siglas	Significado
EEI	Elemento Essencial de Inteligência
EM	Estado-Maior
E Prog	Eixo de Progressão

G

Abreviaturas/Siglas	Significado
GEOINT	Inteligência Geográfica

I

Abreviaturas/Siglas	Significado
Ini	Inimigo
IRVA	Inteligência, Reconhecimento, Vigilância e Aquisição de Alvos

L

Abreviaturas/Siglas	Significado
LA ou L Aç	Linha de Ação
L Engj	Linha de Engajamento
LP/LC	Linha de Partida/Linha de Contato

M

Abreviaturas/Siglas	Significado
Mdt O	Mediante Ordem
MITM-TC	Missão, Inimigo, Terreno e Condições Meteorológicas, Meios e Apoios Disponíveis, Tempo e Considerações Civis

N

Abreviaturas/Siglas	Significado
NI	Necessidade de Inteligência

O

Abreviaturas/Siglas	Significado
Obs	Observação
Of Intlg	Oficial de Inteligência
Of Op	Oficial de Operações

P

Abreviaturas/Siglas	Significado
Pç Man	Peça de Manobra
PD	Ponto Decisivo
P Dcs	Ponto de Decisão
PITCIC	Processo de Integração Terreno, Condições Meteorológicas, Inimigo e Considerações Civis

Q

Abreviaturas/Siglas	Significado
QBRN	Química, Biológica, Radiológica e Nuclear

R

Abreviaturas/Siglas	Significado
Res	Reserva
RIPI	Região de Interesse Para a Inteligência

T

Abreviaturas/Siglas	Significado
TO	Teatro de Operações
TTP	Técnica(s), Tática(s) e Procedimento(s)

U

Abreviaturas/Siglas	Significado
Ultr	Ultrapassar

Z

Abreviaturas/Siglas	Significado
Z Aç	Zona de Ação
Z Dbq	Zona de Desembarque
Z Emb	Zona de Embarque

PARTE II – TERMOS E DEFINIÇÕES

Acidente Capital - qualquer acidente do terreno ou área cuja conquista; manutenção ou controle proporcione acentuada vantagem a qualquer das forças oponentes.

Alvo Altamente Compensador (AAC) – alvo cuja perda para o inimigo irá contribuir de forma significante para o sucesso da linha de ação amiga. São os alvos de alto valor que devem ser engajados para o sucesso da missão.

Alvo de Alto Valor – meio que o comandante inimigo necessita para o cumprimento da sua missão. A perda de alvos de alto valor degradará seriamente importantes funções inimigas na nossa área de responsabilidade.

Ameaça – qualquer conjunção de atores, entidades ou forças com intenção e capacidade de realizar ação hostil contra o país e seus interesses nacionais, com possibilidades de por intermédio da exploração de deficiências, causar danos ou comprometer a sociedade nacional (a população e seus valores materiais e culturais) e seu patrimônio (território, instalações, áreas sob jurisdição nacional e o conjunto das informações de seu interesse). Também pode ocorrer sob a forma de eventos não intencionais (naturais ou provocados pelo ser humano).

Área com Objetivos de Interesse (AOI) - área(s) favorável(is) onde o inimigo ou os objetivos no terreno podem ser atacados.

Área de Influência - parte da A Op, incluindo a A Rspnl, na qual o comandante é capaz de influenciar diretamente no curso do combate, mediante o emprego de seus próprios meios. Corresponde a um espaço físico que se expande, reduz-se e transfere-se em função da capacidade da Força para detectar e atuar sobre o oponente. É determinada pelo alcance dos sistemas orgânicos e dos outros meios sob seu controle em um dado momento. Sua definição sofre influência do terreno e das condições meteorológicas.

Área de Interesse - área geográfica que se estende além da A Rspnl / Z Aç. É constituída por áreas adjacentes ou não à zona de ação, tanto à frente como nos flancos e retaguarda, onde os fatores e acontecimentos que nela se produzam possam repercutir no resultado ou afetar as ações, as operações atuais e as futuras.

Área de Operações – espaço geográfico necessário à condução de operações militares, cuja magnitude dos meios e complexidade das ações não justifique a criação de um TO.

Área de Responsabilidade – espaço sobre o qual um comando tem total responsabilidade para conduzir e coordenar as ações necessárias ao cumprimento de sua missão.

Calco de Apoio à Decisão - calco confeccionado pelo oficial de operações com

a colaboração do oficial de Inteligência. Sua finalidade é relacionar o movimento e a localização do inimigo com a adoção de alguma medida tática que tenha que ser tomada. Não dita decisões ao comandante, mas reduz as incertezas do combate. É constituído pelas Áreas com Objetivos de Interesse e Pontos de Decisão. Pode ser combinado com o calco de eventos.

Calco de Eventos – calco utilizado em conjunto com uma matriz de apoio ou de eventos. Consiste na marcação de áreas específicas e atividades do inimigo que, quando observadas, revelarão qual a linha de ação que o inimigo adotou. As áreas específicas onde se espera que aconteça uma atividade inimiga denominam-se Região de Interesse Para a Inteligência (RIPI).

Capacidade – aptidão requerida de uma força ou organização militar, para que possa cumprir determinada missão ou tarefa.

Cenário Operativo Comum – cenário ou quadro unificado de exibição de informação compartilhada por mais de um serviço ou agência. Um cenário operativo comum facilita o planejamento colaborativo e ajuda todos os atores participantes a obterem consciência situacional.

Centro de Gravidade - ponto essencial de um Estado (ou causa que sustenta uma vontade política), de forças militares ou de sistemas diversos, cujo funcionamento é imprescindível à sobrevivência do conjunto. Os CG não se limitam a forças militares e servem como fonte de energia que fornece força moral ou física, liberdade de ação ou vontade de agir.

Consciência Situacional – percepção precisa e atualizada do ambiente operacional no qual se atuará e no reconhecimento da importância de cada elemento percebido em relação à missão atribuída.

Considerações Civis – influência das instituições civis, das atitudes e atividades das lideranças civis, da população, da opinião pública, do meio ambiente, da infraestrutura construída pelo homem, das agências nacionais e internacionais, governamentais ou não governamentais, com capacidade de influir e formar opiniões entre os nacionais ou internacionais, no espaço de batalha.

Corredor de Mobilidade – área relativamente livre de obstáculos, porém canalizada por terreno restritivo em ambos os flancos, através da qual um elemento de manobra pode se deslocar explorando os princípios da massa e da velocidade.

Elementos Essenciais de Inteligência (EEI) – tópico de informação ou de informe sobre as características físicas e humanas no TO/A Op ou sobre as possibilidades do inimigo que o comandante julga necessitar, em um determinado momento, para correlacioná-los com outros conhecimentos disponíveis, a fim de contribuir no processo decisório que lhe permita o cumprimento da missão.

Estado Final Desejado – conjunto de condições que definem o atingimento dos objetivos do comandante.

Estimativas Correntes – avaliação contínua da situação atual utilizada para determinar se a operação em curso está transcorrendo conforme a intenção do comandante e se as operações subsequentes planejadas são apoiáveis. O comandante e cada seção do EM constantemente consideram os efeitos das novas informações e atualizam os fatos, suas suposições, a situação das forças amigas, as atividades e capacidades inimigas, as considerações civis e as conclusões e recomendações.

Forças Convencionais – aquelas destinadas à execução das operações militares convencionais (singulares ou conjuntas). Compreendem de um modo geral, as frações, Subunidades (SU) e Unidades (U) das Armas, Quadro e Serviço, assim como as Grandes Unidades (GU) e os Grandes Comandos Operativos (G Cmdo Op) da Força Terrestre.

Força Oponente – pessoas, grupos de pessoas ou organizações cuja atuação compromete o pleno funcionamento do estado democrático de direito e a paz social.

Função de Combate – conjunto relativamente homogêneo de atividades e tarefas afins, que atendem a uma finalidade comum, além dos sistemas empregados na sua execução (pessoas, organizações, informações e processos), que orientam o preparo e o emprego dos meios no cumprimento de suas missões.

Informação – representação inteligível de objetos, estados e acontecimentos nos domínios real, virtual e subjetivo. Elas integram processos para a construção do conhecimento, o que promove a compreensão precisa e atualizada do Espaço de Batalha. As informações disponíveis não só determinam a amplitude e a exatidão da Consciência Situacional subjacente ao processo decisório, como também interferem no rendimento das forças empregadas e de seus respectivos sistemas de armas – progressivamente mais dependentes das Tecnologias da Informação e Comunicações (TIC).

Monitoramento – processo sistemático de coleta, análise, interpretação e divulgação de informações sobre áreas geográficas reduzidas ou extensas, por intermédio de sistemas sensores imageadores com diferentes resoluções espaciais, que podem ser geoestacionários ou não.

Necessidades de Inteligência (NI) – conhecimentos específicos estabelecidos pelo comandante em função da missão a ser cumprida. As NI do comandante são satisfeitas pelos conhecimentos que ele precisa dispor, relativos ao terreno, inimigo, condições climáticas e meteorológicas e considerações civis, para cumprir a missão com êxito. Normalmente, a reunião de dados, informações e conhecimentos não é suficiente para satisfazer de imediato todas as NI. Por isso, os recursos empregados na atividade de obtenção são orientados

para NI prioritárias. Dividem-se em duas categorias: Elementos Essenciais de Inteligência (EEI) e Outras Necessidades de Inteligência (ONI).

Operações de Dissimulação – conjunto de atividades destinadas a, deliberadamente, induzir os decisores adversários ao erro, causando a adoção pelo oponente de ações (ou inações) que irão contribuir para o cumprimento da missão amiga.

Ordem de Alerta – notificação prévia acerca de uma ordem de operações que será emitida. Constitui, ainda, uma diretriz de planejamento que descreve a situação, aloca forças e recursos, estabelece relações de comando, apresenta outras orientações para planejamento e possibilita o início do planejamento por parte dos elementos subordinados.

Plano de Obtenção de Conhecimentos (POC) - documento conduzido pela Seção de Inteligência onde são registrados os EEI e seus desdobramentos, necessários para apoiar o processo decisório dos comandantes operativos.

Ponto Culminante – ponto no tempo e no espaço no qual a força perde a capacidade de continuar na operação com sucesso.

Ponto de Decisão – ponto no espaço e no tempo no qual o comandante ou o EM antecipam a tomada de uma decisão relativa a uma Linha de Ação específica.

Ponto Decisivo – local,evento-chave específico, sistema crítico ou função que permite aos comandantes obter uma vantagem relevante sobre o inimigo e influenciar decisivamente o resultado de um ataque.

Processo de Integração Terreno, Condições Meteorológicas, Inimigo e Considerações Civis (PITCIC) – processo cíclico de caráter gráfico que permite, mediante análise integrada, a visualização de como o terreno, as condições meteorológicas e as considerações civis condicionam as próprias operações e as do inimigo, fornecendo dados reais e efetivos para auxiliar a tomada de decisões adequadas. É um processo de apoio ao Exame de Situação, particularmente durante a montagem das linhas de ação.

Região de Interesse para a Inteligência (RIPI) - ponto ou área onde a ocorrência ou não de uma atividade inimiga confirmará ou negará uma linha de ação do oponente.

Risco – fator inerente às operações militares, normalmente, está associado à criação de oportunidades para a conquista, retenção e exploração da iniciativa, bem como à obtenção de resultados decisivos.

Suposição – premissa da situação atual ou futura que é considerada verdadeira na ausência de dados que a confirmem. As suposições são estabelecidas para permitir o exame de situação e a decisão do Comandante na ausência de dados confirmados (fatos).

Via de Acesso - faixa do terreno orientada para um acidente capital, adequada ao valor de determinada força e, em relação à sua natureza, favorável ao movimento desta força.

Vulnerabilidade – situação de fraqueza de uma força, sistema, instalação ou equipamento, que pode ser explorada por um oponente para auferir vantagens.

Zona de Ação - delimitação de área e espaço aéreo correspondente, com a finalidade de atribuir responsabilidades operativas à determinada força ou unidade, em um espaço de manobra adequado e compatível com suas possibilidades. Medida de controle estabelecida pelo escalão superior que proporciona, no interior de seus limites, autoridade para conduzir sua operação e controlar as ações que apoiem sua missão. Esta zona, que poderá ser contígua ou não a outras, deve permitir o emprego de seus meios ao máximo de suas possibilidades e a proteção dos mesmos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Exército. Centro de Inteligência do Exército. **A atividade de Inteligência Militar. IP 30-1.** 2ª parte. Brasília, DF: Centro de Inteligência do Exército, 1999.

BRASIL. Exército. Centro de Inteligência do Exército. **Instruções Provisórias Operações de Inteligência. IP 30-4.** Brasília, DF: Centro de Inteligência do Exército, 1996.

BRASIL. Exército. Centro de Inteligência do Exército. **Produção do Conhecimento de Inteligência. IP 30-2.** Brasília, DF: Centro de Inteligência do Exército, 1997.

BRASIL. Exército. Estado-Maior. **A Força Terrestre Componente nas Operações. EB20-MC-10.301.** Brasília, DF: Estado-Maior do Exército, 2014.

BRASIL. Exército. Estado-Maior. Doutrina Militar Terrestre. EB20-MF-10.102. Brasília, DF: Estado-Maior do Exército, 2014.

BRASIL. Exército. Estado-Maior. **Força Terrestre Componente. EB20-MC-10.202.** Brasília, DF: Estado-Maior do Exército, 2014.

BRASIL. Exército. Estado-Maior. **Instruções Gerais Para as Publicações Padronizadas do Exército. EB10-IG-01.002.** Brasília, DF: Estado-Maior do Exército, 2011.

BRASIL. Exército. Estado-Maior. **Manual de Abreviaturas, Símbolos e Convenções Cartográficas. C 21-30.** 4. ed. Brasília, DF: Estado-Maior do Exército, 2002.

BRASIL. Exército. Estado-Maior. **Manual de Campanha Contra Inteligência. C 30-3.** 2.ed. Brasília, DF: Estado-Maior do Exército, 2009.

BRASIL. Exército. Estado-Maior. **Manual de Campanha Geoinformação. EB20-MC-10.209.** Brasília,DF: Estado-Maior do Exército, 2014.

BRASIL. Exército. Estado-Maior. **Manual de Campanha Inteligência. EB20-MC-10.207.** Brasília, DF: Estado-Maior do Exército, 2015.

BRASIL. Exército. Estado-Maior. **Manual de Campanha Operações de Informação. EB20-MC-10.213.** Brasília, DF: Estado-Maior do Exército, 2014.

BRASIL. Exército. Estado-Maior. **Manual de Campanha Vetores Aéreos da Força Terrestre. EB20-MC-10.214.** Brasília, DF: Estado-Maior do Exército, 2014.

BRASIL. Exército. Estado-Maior. **Manual de Fundamentos Inteligência Militar Terrestre. EB20-MF-10.107.** 2. ed. Brasília, 2015.

BRASIL. Exército. Estado-Maior. **Operações. EB20-MF-10.103.** 4. ed. Brasília, DF: Estado-Maior do Exército, 2014.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Doutrina de Inteligência de Defesa. MD52-N-01.** Brasília, DF: Ministério da Defesa, 2005.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Doutrina de Inteligência Operacional para Operações Combinadas. MD32-M-01.** Brasília, DF: Ministério da Defesa, 2006.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Doutrina de Operações Conjuntas. MD30-M-01.** Brasília, DF: Ministério da Defesa, 2011.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Estratégia Nacional de Defesa.** Brasília, DF: Ministério da Defesa, 2012.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Glossário das Forças Armadas. MD35-G-01.** 4. ed. Brasília, DF: Estado-Maior do Exército, 2007.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Livro Branco de Defesa Nacional.** Brasília, DF: Ministério da Defesa, 2012.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Manual de Abreviaturas, Siglas, Símbolos e Convenções Cartográficas das Forças Armadas. MD33-M-02.** 3. ed. Brasília, DF: Ministério da Defesa, 2008.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Politica Nacional de Defesa.** Brasília, DF: Ministério da Defesa, 2012.

COMANDO DE OPERAÇÕES TERRESTRES
CENTRO DE DOUTRINA DO EXÉRCITO
Brasília, DF - 9 de maio de 2016
www.cdoutex.eb.mil.br